



República de Moçambique

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL E FUNÇÃO PÚBLICA
Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique
(CEDIMO)

INCLUSÃO SOCIAL

Vol. I



**Valorizando os Esforços Individuais
na Construção do Estado, Cidadania
e Democracia**

Colectânea de discursos
de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi
Presidente da República de Moçambique



República de Moçambique

Ministério da Administração Estatal e Função Pública
Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique
CEDIMO

INCLUSÃO SOCIAL

Vol. I

TEMOS O DEVER DE PRESTAR CONTAS SOBRE AS NOSSAS ACTIVIDADES AO POVO QUE SERVIMOS

*Colectânea de Discursos
de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi
Presidente da República de Moçambique*

Maputo, 2016

Propriedade: Ministério da Administração Estatal e Função Pública

Título: INCLUSÃO SOCIAL “Temos o dever de prestar contas sobre as nossas actividades ao povo que servimos”

Edição: Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO)

Discursos: Gabinete de Imprensa da Presidência da República

Revisão: Gabinete de Imprensa da Presidência da República

Fotos: CEDIMO, Gabinete de Imprensa da Presidência da República

Impressão: CEDIMO

Tiragem: 500 exemplares

Nº de Registo: 8952/RLINLD/2017

Maputo, 2016

CAPÍTULO I: RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS

Discurso de Investidura:	11
40º Aniversário da Independência Nacional:	25
40º Aniversário da Independência Nacional:	31
Acender da Chama da Unidade Nacional, por ocasião do 40º Aniversário da Independência Nacional e do Dia da Mulher Moçambicana:	43
Valorizando os Esforços Individuais na Construção do Estado, Cidadania e Democracia:	49
Atribuição de Insígnias à Cidadãos Condecorados:	55
Sistema de Administração da Justiça	
Desafios e adversidades:	59
Tribunal Supremo	
Fonte da Jurisprudência:	69
Justiça mais próxima e célere	
O clamor que urge responder:	73
40 anos em prol da garantia do acesso à Justiça e ao Direito:	79
Papel da liderança na Governação Local:	83
O princípio da legalidade como garantia da satisfação das aspirações dos cidadãos pela Administração Pública:	93
Paz e progresso como pilares para a construção de um Moçambique próspero:	99
Encerramento do V Parlamento Infantil Nacional:	105
Recepção das chaves da Cidade de Maputo:	111
XII Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares	
Estudantes solidários e proactivos:	115
Monumento da Matola	
Símbolos da Luta Pela Liberdade dos Povos Moçambicano e sul-africano:	123

ÍNDICE

Banquete por ocasião da Visita de Estado à República Unida da Tanzânia:	131
Visita de Estado à República Unida da Tanzânia:	137
Feira de Agricultura de Harare:	143
Moçambique e Angola	
Descentralizadas e com resultados económicos:	149
Amizade e Solidariedade entre Povos de Moçambique e Angola:	155
Fortalecer as sinergias económicas para criar mais riqueza em Moçambique:	161
Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC:	167
Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC:	173
2015 ano de emancipação da mulher e desenvolvimento rumo à agenda 2063 de África:	179
Abertura do 50º Comité Directivo da Organização Africana das Instituições Supremas de Controle:	185
Reforço de relações de amizade e de solidriedade entre Moçambique e África do Sul: ..	191
Almoço Oferecido pelo Grupo Impresa:	199
Moçambique–Portugal	
Consolidando parcerias rumo a um futuro sustentável nas relações bilaterais:	203
Moçambique–Portugal	
Juntos promovendo a Diplomacia económica para ganhos mútuos:	207
Recepção da Chave da Cidade de Lisboa:	213
Pequeno Almoço de Trabalho com MEDEF (Confederação do Empresariado e Patronato Francês) :	217
Visita de Estado a República da Índia:	221
Encontro de Trabalho com Empresários de Nova Deli:	227

ÍNDICE

Banquete de Estado:	233
As Nações Unidas aos 70	
Um compromisso para acção:	239
Sessão Plenária	
Adopção da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015:	249
Sessão Plenária sobre Mudanças Climáticas	
Protegendo o meio ambiente e combatendo as mudanças climáticas:	253
Emponderando a Mulher através do acesso à Educação, Recursos e Oportunidades: ...	
.....	257
“BID	
Uma Aposta de Investir no Desenvolvimento Sustentável dos Povos:”	261

CAPÍTULO II: TOMADA DE POSSE

Quadros moçambicanos	
Ao serviço do desenvolvimento da Pátria Amada:	269
Consolidando as estruturas de Governação para garantir a materialização dos compromissos que assumimos perante o Povo moçambicano:	273
Inclusão	
Temos o dever de prestar contas sobre as nossas actividades ao Povo que servimos:	279
Conselho Superior de Comunicação Social	
Órgão de disciplina e de consulta:	285
Por uma Boa Governação, uma Boa Estatística:	291

CAPÍTULO III: DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

A Luta Pela Paz, Trabalho Digno e Bem Remunerado:	297
Capital Humano e Social Factor Essencial para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique:	301

ÍNDICE

Capital Humano

O principal activo nacional: 309

Papel das Universidades na formação do capital humano e social: 315

30 Anos da Universidade

Signo de Crescimento e Desafios da Educação em Moçambique: 319

UniZambeze

Contribuindo na formação do humano e social: 327

Pela Produtividade Agrária, Segurança Alimentar, Nutricional e Produção de Riqueza ...
..... 335

III Conferência Nacional Religiosa: 341

A contribuição da Igreja na Formação da Consciência Patriótica: 349

Paz e Desenvolvimento

Contribuição da Igreja para o Desenvolvimento Humano e Social: 355

Fundação para a Conservação da Biodiversidade

Um instrumento da Política de Preservação da Biodiversidade em Moçambique: ... 361

Caminhos de Ferro de Moçambique: 369

10 anos do Jornal "O País"

Sinal de maturidade: 377

A Agricultura como Pilar da Acção Governativa em Moçambique

Visão Estratégica, Prioridades e Desafios: 385

Almoço dos 20 anos da Cervejas de Moçambique. 395

FACIM: 401

O Metical e os Desafios do Futuro: 407

Gala dos 25 anos da KPMG. Maputo, 13 de Agosto de 2015 419

Os desafios do Engenheiro em Moçambique: 425

ÍNDICE

25º Aniversário da GAPI – SI

O Papel das Instituições Financeiras no Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável de Moçambique: 433

Promover a Industrialização para Aumentar a Produtividade e Criar mais Empregos em Moçambique: 439

Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira: 447

CAPÍTULO IV: DEFESA E SEGURANÇA

Tomada de Posse do Vice-Comandante Geral da PRM e do Chefe do Estado Maior da Casa Militar: 453

FADM

Priorizando a Formação, Consolidando a Unidade Nacional, Paz e Desenvolvimento Sócio-Económico: 457

Encerramento dos Cursos de Altos Comandos, de Estado-Maior Conjunto, de Promoção à Oficial Superior e de Adequação de Quadros: 463

Forças de Defesa e Segurança

Lealdade, Fidelidade e Obediência aos Comandos Constitucionais: 471

PRM 40 Anos Garantindo Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas: 477

PRM 40 anos garantindo, ordem, segurança e tranquilidade públicas: 481

ACIPOL

Consolidando a Formação do Homem para servir a Pátria: 489

Tomada de Posse do Vice-Reitor da ACIPOL: 495

Encerramento dos Cursos Básicos da PRM nas Especialidades de Polícia de Protecção, Polícia de Fronteiras e de Instrutores de Instrução de Treino Policial: 499

Encerramento dos Cursos Básicos da Polícia da República de Moçambique: 505

Ministério do Interior, aprimorando estratégias para o reforço da Paz, Segurança e Tranquilidade Públicas: 511

ÍNDICE

CAPÍTULO V: ESTADO DA NAÇÃO

Informação anual do chefe do Estado à Assembleia da República sobre a situação geral da nação:	519
--	-----

CAPÍTULO I

RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS





DISCURSO DE INVESTIDURA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na cerimónia da sua Investidura Maputo, 15 de Janeiro de 2015

DISCURSO DE INVESTIDURA

Moçambicanas e Moçambicanos!

Caros Compatriotas,

Iniciamos hoje uma importante etapa do nosso percurso histórico como Povo e como Nação que levará Moçambique a um novo patamar de Harmonia e Desenvolvimento.

É com elevada honra e a maior humildade que assumo a Alta Magistratura do Estado e da Nação, como o quarto Presidente da República de Moçambique. Este é o mandato que milhões de moçambicanos me conferiram em mais um processo de eleições democráticas, para liderar os destinos desta grande Nação nos próximos cinco anos.

Nesta ocasião, manifesto do fundo do coração a minha gratidão para com o Povo Moçambicano que exerceu o seu direito, dando mais uma vez a oportunidade à Frelimo e ao seu candidato para liderar o desenvolvimento de Moçambique. Quero dirigir o meu apreço a todos os intervenientes no processo eleitoral, a todos que tornaram possível que esta escolha fosse feita num ambiente livre e democrático.

Saúdo a todos os moçambicanos pela sua participação no sucesso da democracia. Neste momento, pouco importa a opção política, ideológica ou religiosa de cada um. Assumo as minhas funções como Presidente de todos os moçambicanos, disposto e disponível a escutar todos os sectores da opinião pública.

Expresso os mais calorosos cumprimentos de boas vindas à República de Moçambique e à nossa Capital, Maputo, aos Chefes de Estado e de Governo, representantes de países irmãos de África e de outras regiões do mundo e de organizações internacionais.

A vossa presença neste acto demonstra a fraternidade e a confiança que nutrem para com o nosso povo.

Saudamos os representantes dos partidos políticos, as autoridades militares, civis, religiosas e tradicionais e todos os ilustres convidados.

Compatriotas,

O meu coração e pensamento inclinam-se de maneira comovida em memória das vítimas da tragédia em Chitima. A minha mensagem fraternal de profundas condolências vai para todos os familiares enlutados e vão também os votos de uma rápida recuperação para os que estão em tratamento hospitalar.

As minhas preces e sentimentos estão igualmente com as famílias afectadas pelas recentes cheias em Moçambique, particularmente nas províncias da Zambézia, Nampula e Manica. Endereço, a todos os moçambicanos directa ou indirectamente afectados por esta calamidade, a mensagem de muita força e coragem, neste momento difícil que atravessamos.

Tudo faremos para dar uma resposta o mais rápido possível aos efeitos deste desastre natural. Tudo faremos para amparar e apoiar os moçambicanos a ultrapassar este período de extrema demanda de esforços e coragem humana. Tudo faremos para insistir na recuperação das infraestruturas destruídas. Tudo faremos para assegurar que a vida em Moçambique volte à normalidade.

Compatriotas,

Como disse na minha campanha: o povo é o meu patrão. O meu compromisso é de servir o povo moçambicano como meu único e exclusivo patrão. O meu compromisso é o de respeitar e fazer respeitar a Constituição e as Leis de Moçambique. E eu estou pronto! E estou confiante que, juntos, iremos construir o bem-estar do nosso povo e um futuro risonho para as nossas crianças.

Represento uma nova geração, uma geração que recebe um legado repleto de enormes sucessos e de exaltantes desafios. Repousa sobre todos nós, de todas as gerações a responsabilidade de preservar as conquistas alcançadas pelo nosso povo. Esse percurso foi liderado por homens visionários e comprometidos com a causa da liberdade e do bem-estar dos Moçambicanos. A nossa história é rica em conquistas que fizeram de Moçambique um caso de sucesso, citado e respeitado em todo o Mundo. A riqueza desse legado histórico fundamenta-se em três conquistas principais:

- A Independência Nacional, o ponto de partida de todo o nosso percurso como povo e como Nação;
- A Unidade Nacional, condição para a construção de um Moçambique democrático, unitário e próspero;
- A Paz, condição primária para a estabilidade política, desenvolvimento económico, harmonia e equidade social.

Estas conquistas são sólidas por serem abraçadas por todos os Moçambicanos. Mas nenhuma conquista pode ser considerada definitiva. É preciso consolidar a nossa Independência. É preciso consolidar a nossa Unidade Nacional. É preciso consolidar a Paz como um valor presente na vida de cada cidadão, cada família e em todos os cantos do território nacional. Deve ser inabalável a certeza de que nunca mais os moçambicanos viverão sob a ameaça do medo e o espectro das armas.

Os valores da convivência pacífica, harmoniosa e da solidariedade social devem ser vividos como uma cultura colectiva, a nossa cultura de todos os dias. Todos os actores sociais, desde a família, as confissões religiosas, a sociedade civil, os partidos políticos, as instituições de ensino e de pesquisa, são chamados a participar activamente na educação dos cidadãos e na consolidação de uma cultura nacional de diálogo e de harmonia.

Estou consciente da necessidade de se reforçar; o papel das instituições da Justiça e da Lei e Ordem para que o nosso povo, tão pacífico e trabalhador, deixe de viver ciclicamente num clima de medo e de insegurança.

Como Chefe de Estado, primarei pela abertura ao diálogo construtivo com todas as forças políticas e organizações cívicas para promover a concórdia. Podem estar certos, caros compatriotas, que tudo farei para que, em Moçambique, jamais, irmãos se voltem contra irmãos seja a que pretexto for.

Defenderei de forma vigorosa os direitos humanos, em particular o direito à vida e às liberdades fundamentais do homem.

Compatriotas,

Os desafios que temos pela frente vão certamente implicar novas atitudes colectivas e individuais. Esses desafios implicam a coragem de operar mudanças. As mudanças que forem necessárias devem ser feitas democraticamente e dentro dos marcos institucionais e com a máxima responsabilidade.

Assumo a chefia do Estado e do Governo, herdando um País em franco crescimento socioeconómico, resultante dos esforços dos Governos e Administrações anteriores.

No exercício da Alta Magistratura do Estado buscarei a inspiração nos ideais e nas obras dos líderes que me antecederam.

Em Mondlane, buscarei a visão da unidade nacional e a certeza de que as nossas diferenças não nos dividem na aspiração comum, de construirmos um Moçambique mais unido e coeso.

Inspirar-me-ei em Samora, na determinação para a edificação de um Estado mais forte e com instituições cada vez mais íntegras e democráticas ao serviço do povo moçambicano.

Buscarei no Presidente Chissano, o espírito de tolerância e de reconciliação da família moçambicana, para a consolidação da paz duradoira, condição fundamental para o desenvolvimento.

Prosseguirei com o dinamismo do Presidente Guebuza na edificação de infraestruturas básicas e na afirmação da economia moçambicana rumo ao progresso e ao bem-estar dos moçambicanos.

Moçambique é um país abençoado em recursos naturais, em especial terras aráveis, florestas, recursos minerais e marinhos. A descoberta recente de importantes reservas de carvão, gás e areias pesadas colocam Moçambique na rota mundial e destino obrigatório do investimento.

No meu governo, garantirei que as acções de pesquisa, produção, distribuição e industrialização sejam feitas de forma transparente e responsável, contribuindo para a expansão, transformação e modernização da economia moçambicana.

Lutarei para que os moçambicanos sejam os donos e a razão de ser da economia, assegurando uma crescente integração do conteúdo local e a participação efectiva dos moçambicanos nos projectos de investimento, em especial, na exploração de recursos naturais. O meu Governo vai assumir-se como parceiro estratégico na afirmação de uma classe empresarial moçambicana mais ampla e robusta. Quero que o nosso Estado e os moçambicanos em geral, sejam os verdadeiros donos das riquezas e potencialidades da nossa pátria.

Conhecemos o valor da solidariedade dos povos do mundo inteiro. Saberemos reconhecer a contribuição de todos os que demandam o nosso país para aqui investir, trabalhar e conviver no quadro do respeito pela legislação moçambicana.

O meu Governo promoverá um ambiente macro-económico equilibrado e sustentável por forma a consolidar um clima de confiança num investimento seguro e no retorno dos justos benefícios.

Queremos construir um país que aposte na formação e desenvolvimento do capital humano, o principal activo nacional. Investiremos na formação de moçambicanos de todas as regiões do país. Promoveremos a criação de novos postos de trabalho para qualificações de nível superior, médio e básico. E apostaremos no aumento visível e tangível a médio e longo prazos das receitas públicas e do rendimento nacional médio e per capita.

Entretanto, continuaremos a apostar nos sectores tradicionais como a agricultura, pescas, agro-indústria, transportes e serviços, turismo que dispõem de um grande potencial para a geração de emprego.

Eu e o meu Governo trabalharemos com determinação para melhorar as condições de vida do povo moçambicano, aumentando o emprego, a produtividade, a competitividade e criando a riqueza para o alcance do desenvolvimento inclusivo. Para a realização

destes objectivos é crucial que nos empenhemos na consolidação do Estado de Direito Democrático, na Boa Governança e Descentralização.

Queremos que Moçambique continue a ser referenciado como um dos países do mundo que mantém taxas de crescimento elevadas. Isto é positivo e benéfico a longo prazo. Por isso mesmo, esse crescimento deve ser mantido e valorizado. Estamos conscientes, porém, que o bem-estar do cidadão comum não pode ser medido apenas por indicadores macro-económicos. É assim que, apesar dos resultados alcançados, existem ainda grandes segmentos da nosso povo nas zonas rurais, peri-urbanas e urbanas, vivendo em condições de pobreza.

Esta pobreza remanescente é tanto mais grave quanto a nação moçambicana é uma nação maioritariamente jovem e com uma elevada taxa de crescimento demográfico. As previsões são claras: em 2025 seremos cerca de 33 milhões de Moçambicanos. Precisamos de preparar hoje esse futuro não muito distante. Precisamos de acções e não de palavras. Precisamos de uma plataforma de unidade efectiva e não de retórica política e ideológica. Porque esse futuro, que é tão próximo, vai requerer mais habitação condigna, mais alimentos, mais água potável, mais e melhores serviços de saúde e de educação, mais emprego, mais transporte e melhores condições sociais e económicas.

Por consequência, assumo o compromisso, perante a Nação, de dirigir um governo norteado por valores de eficácia, competência e humildade, um governo que tome a mulher e o homem moçambicanos como o centro da sua intervenção. Um governo empenhado na equidade do género e no respeito e valorização da criança.

O governo que irei criar e dirigir será um governo prático e pragmático. Um governo com uma estrutura o mais simples possível, funcional e focado na resolução de problemas concretos do dia-a-dia do cidadão, na base da justiça e equidade social. Será um governo orientado por objectivos de redução de custos e no combate ao despesismo. A nossa origem é a de gente simples e trabalhadora. Sabemos, por isso, o valor da contenção de despesas e da aplicação responsável das nossas contas públicas.

Compatriotas,

Precisamos de planos de desenvolvimento orientados para a redução das assimetrias regionais e locais. Só assim se consolidará, de facto, a unidade nacional.

Promoverei uma governação participativa fundada numa, cada vez maior, confiança e num efectivo espírito de inclusão. Este espírito de inclusão só se conquista por via de um permanente e verdadeiro diálogo. Necessitamos de construir consensos, necessitamos de partilhar, sem receio, informação sobre as grandes decisões a serem tomadas pelo meu Governo.

Assim, as organizações da sociedade civil, os camponeses, o sector privado, a academia e a intelectualidade, as ordens socioprofissionais, os sindicatos, as confissões religiosas, as autoridades tradicionais e comunitárias, os jornalistas, os artistas, os desportistas, todos, homens, mulheres e jovens terão a oportunidade de participar efectivamente nos processos de tomada de decisões.

Moçambicanas e Moçambicanos,

Eu acredito que juntos podemos reavivar um sonho colectivo multissecular. Esse sonho é de uma Nação soberana, próspera, que todos se orgulhem de pertencer, independentemente da etnia, da região, da tribo, da raça, da religião, do género, da condição familiar, social ou da filiação político-partidária. Nenhum moçambicano poderá ser excluído desse diálogo a pretexto de qualquer factor de divisão ou distinção.

A construção de uma sociedade de inclusão exige não apenas discursos e declaração de intenções. Trabalharei para tornar mais visível e real a inclusão de que todos falamos e tanto ansiamos. Estarei aberto a acolher propostas e ideias de outros partidos visando a promoção da tranquilidade e desenvolvimento do Moçambique. As boas ideias não têm cor partidária. As boas ideias têm uma única medida, que é o amor pela nossa pátria e pelo nosso destino comum.

Caros compatriotas,

Dentro de dias anunciarei a equipe governamental que a mim se irá juntar. Pretendo criar um governo com a dimensão adequada para as necessidades de contenção e de

eficácia. Esse governo terá que ser firme na defesa do interesse público. Esse governo terá que ser intolerante para com a corrupção. Esse governo não poderá tolerar qualquer discriminação nas instituições do Estado a todos os níveis. Dois critérios básicos nortearão os órgãos da administração pública e da justiça: o mérito e o profissionalismo.

Exigiremos maior eficiência e melhor qualidade das instituições e dos agentes públicos que respeitem os princípios da legalidade, transparência e imparcialidade por forma a servir cada vez melhor o cidadão.

Asseguraremos que as instituições estatais e públicas sejam o espelho da integridade e transparência na gestão da coisa pública, de modo a inspirar maior confiança no cidadão. Queremos uma cultura de responsabilização e prestação de contas dos dirigentes por forma a que conquistem o respeito profundo do seu povo. Queremos dirigentes que escutem os outros, mesmo quando a opinião desses outros, não lhe for favorável. Exigirei do meu governo os valores do humanismo, humildade, honestidade, integridade, transparência e tolerância.

Exigiremos maior proactividade e responsabilidade aos dirigentes, funcionários e agentes dos diferentes níveis dos órgãos locais do Estado.

Tomaremos, sem condescendência, medidas de responsabilização contra a má conduta e actos de corrupção, favoritismo, nepotismo e clientelismo praticados por dirigentes, funcionários ou agentes do Estado em todos os escalões.

Não aceitaremos a violação deste contrato social firmado com o nosso povo. Ninguém está acima da Lei e todos são iguais perante ela.

Intensificaremos as acções de formação constante das Forças de Defesa e Segurança, resgatando no seu seio os mais altos valores patrióticos, éticos, deontológicos e brio profissional. O combate à criminalidade e, em particular ao crime organizado será implacável de modo a que todo e qualquer cidadão, moçambicano ou estrangeiro, se sinta tranquilo e protegido.

Valorizaremos, enfim, o papel histórico dos veteranos da luta de libertação nacional e dos combatentes da defesa da soberania e integridade territorial de Moçambique.

Compatriotas,

A criação de emprego, a construção de estradas, pontes e barragens, e o desenvolvimento rural constituirão um dos epicentros da acção do meu Governo. Não descansarei enquanto não tiver um país sulcado de vias de acesso transitáveis que assegurem, em todas as épocas do ano, a circulação de pessoas e bens em todo o território nacional.

Vamos promover investimentos que contribuam para o melhoramento dos sistemas de transporte rodoviário, ferro-portuário, aéreo, marítimo e fluvial para garantir que qualquer cidadão viaje em condições condignas e seguras, nas cidades e nas ligações inter provinciais e inter distritais.

Implementaremos estratégias para que cada família, tanto nas zonas urbanas, como rurais, consiga melhorar as suas condições de habitação.

Incrementaremos o apoio às pequenas e médias empresas como forma de alargar a criação de emprego e autoemprego dos moçambicanos. Neste quadro, priorizarei a participação massiva e activa da juventude e da mulher nos programas de desenvolvimento económico e social.

Prosseguirei com a descentralização e a desconcentração de competências e de recursos para impulsionar o desenvolvimento rápido das unidades territoriais, tanto urbanas como rurais.

Vamos apostar em programas e estratégias de desenvolvimento baseados nos distritos e localidades, lá onde o nosso povo vive e coabita com os problemas reais, capitalizando as potencialidades e oportunidades de cada zona.

Quero que os Moçambicanos vivam num país cada vez mais iluminado, muito para além das sedes distritais, com fontes de energia diversificadas, com mais acesso à água potável e à infraestruturas de saneamento e que tenham o acesso universal às tecnologias de informação e comunicação.

Compatriotas,

Porque a agricultura é a base fundamental do nosso desenvolvimento, tal como define a CRM (Constituição da República de Moçambique), a ela prestaremos atenção privilegiada na nossa governação.

Promoverei o aumento de investimentos públicos e privados à agricultura, à pecuária e à pesca. Uma atenção particular será dada ao sector familiar, que sustenta a maioria da população moçambicana.

Prosseguirei com políticas de incentivos aos camponeses que permitam elevar a produção e a produtividade agrárias.

Apostaremos na industrialização da nossa agricultura. Moçambique tem todas as condições para ser uma potência agrícola na região.

Intensificaremos a produção de alimentos e o seu acesso pelo cidadão, de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional. A alimentação condigna não deve constituir um privilégio. Ela é um direito humano básico que assiste a todos os moçambicanos.

Teremos que utilizar as capacidades existentes, incluindo nas nossas universidades, para promover a educação nutricional das comunidades. Não podemos permitir que a desnutrição crónica prevaleça lado a lado com a abundância alimentar, como acontece ainda em algumas regiões do nosso país.

A nossa aposta na consolidação das instituições do ensino, sociais e administrativas, tem como objectivo, entre outros, a produção, a gestão e a promoção do conhecimento.

Queremos continuar a fortalecer a capacidade financeira do Estado para investir mais na melhoria da qualidade de educação.

Continuaremos a expandir a rede escolar, para reduzir a distância casa-escola, assegurar o apetrechamento com carteiras, bibliotecas e laboratórios e realizar acções com vista à melhoria das condições de vida e de trabalho do professor, principal referência da construção e instrução do Homem.

Para que a criação de novos empregos seja sustentável, o meu governo vai reforçar as instituições de ensino técnico profissional.

Moçambique ainda enfrenta desafios no combate às doenças como a malária, o HIV/SIDA e outras que constituem principais causas da mortalidade, em particular, a materno-infantil.

Prosseguiremos com a construção de mais unidades sanitárias dotadas de meios técnicos adequados de diagnóstico e tratamento. Investiremos ainda mais na formação de médicos e outros profissionais de saúde competentes e motivados para atender com humanismo o nosso povo.

O meu governo empenhar-se-á intensamente na proteção do ambiente e na redução da vulnerabilidade do país, por via do reforço da capacidade nacional de prevenção e mitigação do impacto das calamidades naturais e desastres humanos.

Neste novo ciclo de governação, a política externa do nosso Estado continuará a ter como objectivo fazer mais amigos e a basear-se nos princípios do respeito mútuo e da não ingerência nos assuntos internos. Reforçaremos as relações de amizade e de cooperação com outros Estados, em particular, com os da região da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e no contexto da União Africana, da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), da Commonwealth, da ONU (Organização das Nações Unidas e de outros organismos internacionais).

Respeitaremos os acordos bilaterais e multilaterais e as convenções de que somos parte e reforçaremos a participação de Moçambique nos esforços da Paz e do desenvolvimento internacional assegurando a defesa dos mais altos interesses da Nação Moçambicana.

Caros compatriotas,

Sei que o compromisso que acabo de assumir solenemente aqui e agora perante a nação e o mundo envolve grande responsabilidade, sacrifícios e trabalho árduo.

De mãos dadas, caminhando juntos, unidos como irmãos podemos construir um Moçambique melhor. Convido todo o Povo moçambicano e os partidos políticos da oposição para, de forma patriótica e responsável, participarem no processo de fiscalização do novo ciclo governativo para o bem e o desenvolvimento do país.

Eu quero um povo com mais educação e saúde, que participa activamente na tomada de decisões e na escolha de políticas públicas. Quero que todos os moçambicanos sejam capazes de se fazer ouvir, independentemente de pertencer ou não a um partido. Essa é a ideia profunda de inclusão que começa na cidadania plena de cada moçambicano e no respeito pela pluralidade e diversidade de opiniões.

Cada um de nós deve se orgulhar de pertencer a uma Nação unitária e indivisível, sem que para isso tenha que abdicar dos seus atributos e dos seus valores culturais próprios. Não existem os que são mais e os que são menos moçambicanos. A bandeira multicolor que cobre todos moçambicanos representa exactamente essa unidade na diversidade.

Reafirmo que o meu programa de governação se inspira nos moçambicanos, para servir os moçambicanos! É um programa de mudança e uma razão de esperança.

É isto que nós queremos: um governo que assente numa ética que coloca a vida e a dignidade humana acima do lucro. Um programa que coloque a saúde e a educação de qualidade acima de um poder de consumo ilusório.

Um governo que privilegie a paz, a paz e ainda a paz e promova o diálogo que esteja acima de disputas domésticas pelo poder. Um governo que privilegie a solidariedade, acima da competição desleal. Uma governação que pensa nas gerações futuras e, por isso, entende a importância de agir ecologicamente na exploração dos recursos naturais.

Nós somos capazes de continuar a mostrar ao mundo um Moçambique que melhora permanentemente o seu desempenho e a sua imagem. Um Moçambique ainda mais saudado e respeitado pela estabilidade política, pela qualidade dos seus recursos humanos, pelo bom ambiente de negócios, pelo respeito pelos direitos humanos e de propriedade, e pela equidade social e inclusão. Um Moçambique que busca constantemente a afirmação da cidadania e da sua identidade nacional a partir da diversidade cultural que nos caracteriza. Um Moçambique que respeita os seus heróis,

glorifica a sua história, reconhece e valoriza os sacrifícios daqueles que consagraram as suas vidas na luta de libertação nacional e na defesa de soberania.

Moçambicanas e Moçambicanos!

Eu, cidadão Filipe Jacinto Nyusi, sou o Presidente de todos vós! Tudo o que fizer e tudo o que farei será para que cada moçambicano se sinta parte do processo de desenvolvimento nacional. Mais unidos, mais fortes e mais determinados construiremos uma nação que todos celebramos como uma pertença comum.

Neste acto solene, reitero a todos vós, moçambicanas e moçambicanos, no país e na diáspora, que dentro do meu coração cabem todos os moçambicanos. Vamos, todos juntos, construir um país à medida dos nossos sonhos.

Maputo, 15 de Janeiro de 2015



40° ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no almoço oferecido por ocasião da comemoração do 40° aniversário da Independência Nacional Maputo, 25 de Junho de 2015

40° ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Sua Excelência Robert Mugabe, Presidente em exercício da União Africana e da SADC;

Suas Excelências Chefes de Estado e de Governo;

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Senhor Primeiro-Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Sua Excelência Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da República;

Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Antigo Presidente da República;

Senhores Membros do Governo;

Ilustres Membros do Corpo Diplomático;

Senhores Representantes de Partidos Políticos;

Senhores Representantes de Organizações da Sociedade Civil;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores!

Moçambicanas e moçambicanos;

Compatriotas!

Permitam-me que tome a palavra, para saudar a vossa presença aqui na Residência Oficial do Presidente da República, neste grande dia dos moçambicanos.

Saudação especial vai para os nossos distintos convidados, que nos honram e orgulham com a sua presença, que mais uma vez espelha o quão são fortes as nossas relações de amizade e de fraternidade.

Caros Compatriotas!

Há exactamente quarenta anos, passámos a ser donos do nosso próprio destino, ao fim de muitos sacrifícios consentidos pelo nosso povo, alguns dos quais nos lembramos sempre que o nosso calendário civil nos indique.

O colonialismo anexou o nosso país, considerando-o, ainda que físico-geograficamente impossível, província de Portugal.

Ficamos nós, na África Austral, banhados pelo Oceano Índico, um território de um país da península Ibérica, durante 500 anos.

A missão de libertar o país do jugo colonial coube a todo o Povo moçambicano que, duma ou doutra forma, manifestou a sua recusa à submissão e exploração.

Coube ao Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, a sábia e estudada fórmula de nos libertar, depois de fracassadas as outras, barradas por um único empecilho à vista: a desunião.

A união foi a principal arma que os moçambicanos tiveram, para enfrentar o colonialismo e todas outras manifestações tendentes a adiar a Independência Nacional.

Por outras palavras, estávamos a dizer que lutávamos por um país unido, respeitado, solidário, sem discriminação racial, género, tribo, religião, origem étnica, região, que defende a equidade, onde a terra e os recursos naturais são propriedade de todos, terra de oportunidades iguais.

Compatriotas,

Não consta que houvesse quem fosse patriota e dissesse não à Independência Nacional.

A Independência Nacional é o tesouro que todos os moçambicanos almejavam.

Por isso, acreditamos que não haja festa que suplante o 25 de Junho, data em que os moçambicanos, sem distinção de qualquer espécie, se encontram para celebrar a sua emancipação política.

Estranharíamos que houvesse por aí, algum moçambicano que fosse adverso à este bem comum, a Independência Nacional!

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É da Unidade Nacional, Paz e Progresso que queremos falar.

Gostaria de convidar a todos os meus concidadãos neste momento de reflexão conjunta, a reconhecermos que a unidade nacional é o alicerce sobre o qual assenta o edifício chamado Independência de Moçambique.

A Unidade Nacional é a rocha-mãe, por cima da qual desenvolvemos todas as nossas actividades político-partidárias, sociais, associativas e religiosas.

Nos permite o pensar diferente, porque se trata do suporte principal da nossa Independência.

Portanto, não é por acaso que na nossa Lei-mãe, a Constituição da República, está dito que Moçambique é uno e indivisível.

Pretende salvaguardar a nossa rocha-mãe, o nosso alicerce como país, sobre a qual cresceu esta amálgama multicolor, multilinguística, multiétnica, esse folclore que se chama Moçambique.

Compatriotas!

Moçambique já garantiu o seu lugar no mapa, não só das nações independentes, mas também, das democráticas, onde o poder foi devolvido ao povo, a quem cabe decidir quem deve governar.

Auguramos que seja um processo que não deve ser interrompido, por quaisquer justificações.

Por consenso, saímos do modelo em que era a selecção nacional a representar o país, governando obviamente, para o actual em que a equipa que ganha é que representa Moçambique, isto é, que governa.

É desse jogo que resultou o novo ciclo de governação, que advém da vitória duma das equipas, que coincide ser a mesma que nas outras quatro vezes saiu vencedora.

Meus compatriotas!

Hoje, por ocasião do 25 de Junho, dia mais importante da nação moçambicana, voltamos a afirmar que neste novo ciclo de governação, tudo o que fizermos e tudo o que faremos, será para que cada moçambicano se sinta parte do processo de desenvolvimento nacional.

O inimigo de hoje é a pobreza, não podemos inventar um outro.

Vamos, todos juntos, ganhar a batalha já em curso, que tem como prioridades: (i). A Unidade Nacional, porque, como dissemos, sem ela somos fracos ou fragilizados; (ii). A Paz, porque sem ela, tudo o que for possível fazer será em vão.

Por paradoxal que pareça, o investimento para a Paz consiste no que cada um pode fazer; e (iii). O diálogo, que por sua vez, também não custa dinheiro: é ouvir, saber ouvir, respeitar as posições do outro e não obrigar que o outro faça o que quero, com o risco de incorrer no erro de ameaça, ressuscitando assim o dilema da falta de Paz.

Neste momento de fraternal reflexão, comecemos desde já, caros irmãos, a pensar no Moçambique dos próximos anos! Dos próximos 50 anos, por exemplo.

Num Moçambique em que não haja dúvidas do que é Moçambique, portanto do Rovuma ao Maputo.

Num país onde não haja ilhas ideológicas que pretendam ver o país esquartejado.

Um Moçambique em que todos pensam no importante, onde os interesses umbilicais e egoístas se subalternizam aos colectivos.

Um Moçambique forte, próspero e desenvolvido.

Quero, mais uma vez, agradecer aos estimados Irmãos, Chefes de Estado e de Governo, e a todos Representantes de países irmãos que nos honraram com a sua presença nesta cerimónia dos 40 anos da nossa Liberdade.

Fazendo votos de Boas Festas, gostaria de propor um brinde:

À nossa saúde!

À consolidação da Unidade Nacional e da Paz!

Ao Progresso e ao reforço das nossas relações de amizade e fraternidade!



40° ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da comemoração do 40 aniversário da Independência Nacional
Maputo, 25 de Junho de 2015

40° ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Suas Excelências Chefes de Estado e de Governo;

Senhor Primeiro Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Sua Excelência Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da República;

Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Antigo Presidente da República;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Distintos Dirigentes e Membros de Organizações da Sociedade Civil;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Distintos Convidados.

A nossa pátria, a nossa grande casa, está em festa. Todos nós, moçambicanas e moçambicanos, nos juntamos hoje numa celebração que não tem credo, não tem raça, não tem etnia, nem filiação partidária.

Hoje é o dia de todos nós, moçambicanos. Hoje é o dia em que partilhamos o nascimento da nossa soberania como nação e da nossa cidadania como pessoas.

Para que esta festa, que não é apenas nossa, tivesse o brilho que merece, convidamos a juntarem-se a nós amigos e companheiros de todo o mundo.

O primeiro dever de quem festeja é ser um bom anfitrião. Por isso damos a primazia, nestas palavras de saudação, aos convidados que nos visitam.

Começo, assim, por dar as boas vindas aos Senhores Chefes de Estado e de Governo e Altos Dignitários, por terem acedido juntar-se à celebração do quadragésimo aniversário da nossa independência.

Fazemos votos para que se sintam em casa, nesta casa, que a maioria de vós já conhece, guiados pela simpatia e hospitalidade dos cidadãos da nossa capital.

Maputo que vos recebe, simboliza o carinho de todo Moçambique.

Minhas senhoras, meus senhores,

Foi neste Estádio da Machava que há 40 anos subiu, pela primeira vez, a bandeira que representava o nosso sonho de liberdade.

Foi neste estádio que ecoou o primeiro Hino de uma nação sonhada por gerações e gerações. Foi neste lugar que ecoaram as emocionadas palavras com que Samora Machel proclamou a Independência Nacional.

Estamos aqui hoje com a mesma emoção e o mesmo sentido da História.

Quarenta anos depois move-nos o mesmo desejo de vencer e de construir um futuro melhor.

Escolhemos este lugar mítico porque quisemos exaltar um percurso cheio de História. Tal como há 40 anos, aqui, neste mesmo lugar, exaltamos a identidade nacional. Aqui esquecemos as cores partidárias, as nossas diversas origens identitárias. Aqui, somos uma só voz, um único coração, uma única vontade.

A proclamação da Independência Nacional aconteceu a 25 de Junho de 1975. Mas ela começou antes, quando Eduardo Mondlane, consagrou num só lema o desejo que motivou gerações: "Independência ou morte!". Esse foi o apelo que nos conduziu a enfrentar um inimigo poderoso e a vencer a dominação e a exploração.

Durante séculos tínhamos acumulado um passado de discriminação, de injustiça e de humilhação. O acesso à saúde e à educação tinha-nos sido negado.

À nossa pátria não se reconhecia nem a sua história, nem a sua cultura. Aos moçambicanos estava reservado o lugar de subalterno, sem rosto, sem voz, sem dignidade. A nossa gente era anónima, a nossa nação era invisível.

Durante toda a nossa luta nunca faltou clareza na definição dos alvos a abater. O nosso combate não se fez contra um outro povo, nem contra uma noutra nação.

Moçambicanos e portugueses lutaram juntos contra um mesmo regime opressor. Ao libertar a nossa pátria, nós ajudamos a libertar o próprio colonizador.

A verdade é que viramos uma página na História quando proclamamos o nosso direito histórico à independência e à liberdade. Mesmo antes da primeira bandeira ter sido hasteada num mastro deste estádio, já dentro de nós tinha sido erguido esse estandarte. Esse estandarte vitorioso tem um nome: chama-se Unidade Nacional.

A grande lição do nosso passado de dominação não pode ser encontrada naquilo que os nossos inimigos foram capazes de fazer. A grande lição está naquilo que nos faltava fazer.

E o que nos faltou, durante tanto tempo, foi o saber estarmos juntos, numa mesma plataforma de combate. Mais do que pelo poderio do inimigo, nós fomos vencidos pela falta de uma visão integrada e unitária. Perdemos muitas batalhas por causa da falta de unidade, de diálogo e de consensos.

Com a fundação da FRELIMO, em 1962, a unidade nacional foi adoptada como a melhor arma para lutar contra a máquina colonial portuguesa. Os combatentes para a libertação de Moçambique eram oriundos de todas as regiões do país.

Quarenta anos depois, a mesma arma continua a ser o segredo da nossa força e dos nossos futuros sucessos. Tal como fizemos há quarenta anos, hoje gritamos, bem alto, "ABAIXO O DIVISIONISMO"!

E proclamamos com toda a energia: "VIVA A UNIDADE NACIONAL"! E dizemos numa só voz: "VIVA O POVO MOÇAMBICANO, UNIDO DO ROVUMA AO MAPUTO"!

Tal como no passado, temos uma mesma certeza: podemos ter caminhos diferentes para progredir ao longo do tempo. Mas não existe futuro nenhum para uma nação que se apresente dividida por ambições de poder.

Não existe futuro para uma nação sobre a qual pesa a ameaça da guerra e da violência. A unidade de todos os moçambicanos sob uma única bandeira é tão vital, como o ar que respiramos. Essa unidade é o pão e o chão de todos os moçambicanos.

Compatriotas,

Minhas Senhoras, meus senhores,

Sabíamos, desde o início, que não basta ter a independência política. Um longo caminho havia ainda por percorrer nas esferas social, cultural e económica, na conquista de uma nação que albergue o bem-estar para todos e não apenas para uma pequena minoria.

Esse percurso tem sido longo, rico e enriquecedor. Nessa longa viagem há nomes que é imperativo recordar. Falámos já de Eduardo Mondlane, obreiro e arquitecto da unidade nacional.

É imprescindível que recordemos Samora Machel, o Presidente que proclamou a independência nacional neste estádio há 40 anos.

Devemos homenagear também Joaquim Chissano, o estadista que soube combinar os interesses da paz com os da democracia.

E é igualmente justo lembrar Armando Guebuza, o presidente que conciliou a democracia e o desenvolvimento.

Todos estes nomes simbolizam o heroísmo do nosso povo. Todos estes nomes estão inscritos nas páginas da nossa gloriosa História.

Queremos publicamente reconhecer o esforço das anteriores lideranças do nosso país, com a promessa de darmos continuidade aos seus ideais em benefício do nosso Povo.

Moçambicanas, Moçambicanos,

Povo Moçambicano,

Hoje, 40 anos após a proclamação da nossa Independência Nacional, estamos aqui, como povo livre e soberano, para dizer à África e ao mundo, que o nosso balanço dos anos da nossa soberania é francamente positivo.

Ao longo de quarenta anos, nós crescemos, formámos os nossos quadros que hoje constituem orgulho do nosso Povo heroico e trabalhador.

A nossa aposta é que Moçambique seja uma terra em que se privilegia a equidade, onde os recursos naturais são propriedade de todos e terra de oportunidades iguais.

Em 1975, herdamos um país com enormes desafios e a nossa capacidade para os enfrentar era limitada. O país não tinha quadros suficientes para responder às várias necessidades, situação agravada pela fuga maciça de portugueses.

O Estado concentrou-se então na formação dos moçambicanos e na prestação de serviços básicos de saúde.

Na Educação, eliminamos o modelo discriminatório e opressor de ensino que dividia o ensino em oficial e rudimentar.

A massificação permitiu estender a rede escolar em todos os subsistemas de ensino. Estas medidas traduziram-se em mais crianças que passaram a ter acesso à educação. A taxa de analfabetismo passou de 93%, em 1975, para cerca de 48%, em 2015.

O número de professores do ensino primário e secundário aumentou sete vezes. Esse número de professores aumentou cinco vezes no ensino técnico profissional e os professores universitários passaram de 244 para 6.400.

Em 1975 havia 5.260 escolas primárias. Agora há 17.150.

Em 1975 havia 12 escolas secundárias. Agora há 920.

Em 1975 havia 26 escolas técnicas e profissionais. Hoje temos 111.

Em 1975, havia apenas uma universidade. Agora há 48 instituições de ensino superior.

No desenvolvimento Humano, está o segredo da nossa evolução como um Estado, um País. Quero em representação de todo o Povo moçambicano, saudar calorosamente a todos os professores e funcionários da Educação.

Na saúde, o quadro era mais dramático na altura da Independência. Em 1975 havia pouco mais de 500 unidades sanitárias. Com a criação do Serviço Nacional da Saúde, passados 40 anos, este número triplicou.

Em 1975, havia pouco menos de uma centena de médicos. E hoje, esse número superou os 1.600 médicos.

O número de enfermeiros cresceu de 1.200 em 1975, para cerca de 15.000, quarenta anos depois.

Uma das grandes conquistas da independência nacional foi a diminuição da mortalidade infantil.

A esperança média de vida que era de 41 anos, em 1975, passando para 52 anos, em 2015.

A todos socorristas, enfermeiros e médicos, de todo território nacional, endereçamos as nossas felicitações.

Ilustres convidados,

Minhas senhoras, meus senhores,

Na agricultura colonial, o processo de dominação e exploração era de imposição das culturas obrigatórias do algodão, chá, sisal e cana-de-açúcar, produtos que serviam para a exportação, à custa dos moçambicanos.

Hoje, 40 anos depois, o nosso sistema agrícola está virado para satisfação das nossas reais necessidades que são as de produção de comida e criação de renda para o sustento.

O sector familiar passou a ser preocupação principal. Em 1987, criamos o Programa de Extensão Agrária. No período 1996-1997 a extensão pública operava em 68 distritos tendo evoluído para 128 Distritos em 2009 com um total de 701 extensionistas.

A produção do milho que, em 1975 estava em 95.000 toneladas, na mais recente campanha atingiu o valor de 1.800.000 toneladas. A produção de arroz que em 1975 rondava as 94.000 toneladas passou para 375.000 toneladas.

A produção pecuária também observou crescimentos assinaláveis. A produção de carne bovina passou de 6.9 mil toneladas, em 1975, para uma produção estimada em 12.mil toneladas, em 2015.

Aos camponeses, agricultores familiares, associados e privados, vai o nosso reconhecimento e saudação pelo que têm feito por Moçambique.

Compatriotas,

As nossas conquistas não se limitaram aos sectores vitais da educação, da saúde e da agricultura. Expandimos a rede eléctrica para todo o país e a Nação Moçambicana celebrou recentemente a reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB).

Introduzimos e expandimos a telefonia e a fibra óptica em todas capitais provinciais. Os distritos estão cobertos pela rede de telefonia móvel com um total de 10 milhões de utilizadores.

No domínio da habitação, apenas nos últimos 10 anos, foram construídas 80 mil casas por particulares e instituições públicas e privadas.

A rede de estradas tem vindo a conhecer melhorias sensíveis, nos últimos anos. Assim, de 2005 a 2014, foram reabilitados 3.573 km de estradas e 162.000 km beneficiaram de intervenções de manutenção. No que respeita às pontes rodoviárias foram construídos 8.974 metros de pontes, em todo o País.

Isto representa um crescimento da rede de estradas em boas condições e razoáveis, de cerca de 60% em 2004 para cerca de 75% até ao presente momento. E a rede de estradas asfaltadas cresceu de 5.000 km, em 2004, para mais de 7.200 km de estradas, em 2014.

Expandimos a rede de abastecimento de água em que mais moçambicanos passaram a ter água canalizada, o que deixou de ser privilégio de algumas pessoas, passando a ser o direito da maioria dos Moçambicanos.

No abastecimento de água urbana, o número de ligações domiciliárias passou de 8.500, em 2007, para 420 mil até 2014 e o número de fontanários subiu de 216, em 2007, para 2.400, em 2014.

Reabilitamos e construímos novos aeroportos, o que tem vindo a dinamizar o turismo, e introduzimos novas rotas que beneficiam social e economicamente o nosso Povo.

Assim, a todos os operários e trabalhadores, saudamos pelo empenho.

Compatriotas,

Minhas senhoras, meus senhores,

Todas estas conquistas económicas e sociais foram possíveis, porque beneficiamos do concurso de outros actores, que garantiram a segurança e a defesa da nossa soberania.

Quero usar esta oportunidade para saudar as nossas Forças de Defesa e Segurança pelo excelente trabalho que têm realizado em prol da defesa dos interesses da pátria moçambicana. Moçambique orgulha-se de ter servidores com o vosso nível e qualidade, daí serem merecedores de elogios e respeito no seio do nosso Povo.

Queremos endereçar as nossas calorosas saudações a todos os membros das Forças de Defesa e Segurança, pelo papel patriótico desempenhado, nestes últimos 40 anos, na defesa territorial, na soberania e na preservação da paz e tranquilidade.

Apostamos na consolidação do carácter patriótico e apartidário das Forças de Defesa e Segurança, com a missão de defender o País contra todas as formas de agressão, para protecção dos cidadãos, dos bens e dos meios de desenvolvimento da Nação, e a sua subordinação aos órgãos de soberania e ao poder democraticamente instituído.

Compatriotas,**Minhas senhoras, meus senhores,**

Falamos das grandes conquistas sociais, políticas e económicas que marcaram as quatro décadas da nossa existência como Nação livre e independente. Porém, reconhecemos o quanto nos falta ainda caminhar.

Os níveis de crescimento de Moçambique são hoje referidos como um caso positivo no continente e no mundo inteiro. Mas nós sabemos que devemos ainda trabalhar afinadamente para garantir o bem-estar para todos os Moçambicanos.

Há ainda muito que fazer para melhorar as condições de vida de todos, melhorar o acesso ao emprego, e promover a produtividade e a competitividade.

Os índices de crescimento económico do País, devem se reflectir na qualidade de vida de cada um dos moçambicanos.

Vamos criar riqueza, gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, estabilidade e segurança. O Governo continuará a promover a harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os Moçambicanos.

Estes objectivos estão plasmados no nosso Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019, no qual elegemos 5 prioridades:

- Consolidação da Unidade Nacional, da Paz e Soberania;
- Desenvolvimento do Capital Humano e Social;
- Promoção do Emprego, da Produtividade e da Competitividade;
- Desenvolvimento de Infra-estruturas Económicas e Sociais; e,
- Garantia de Exploração e Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente.

Reconhecemos todos que a paz é um bem precioso que deve ser preservado a todo o custo. A paz implica muito mais do que a mera ausência de guerra ou violência física. Ela inclui a ausência de todo tipo de violência, a justiça social, a igualdade de oportunidade que o nosso Governo defende, o respeito pela diferença e legitimidade dos dirigentes democraticamente eleitos.

Compatriotas e amigos,

Minhas senhoras e meus senhores,

Na nossa luta pela independência nacional, cuja comemoração nos reúne neste emblemático e majestoso Estádio da Machava, contamos com o apoio incondicional e solidariedade de vários povos irmãos e amigos de todos os cantos do mundo. Esse apoio e essa solidariedade foram decisivos para a vitória sobre a dominação colonial.

O nosso povo soube valorizar e retribuir, com generosidade, na arena internacional. O papel de Moçambique como sujeito de relações internacionais foi notório nos últimos 40 anos, sobretudo, na região da África Austral.

Os regimes minoritários vizinhos, prevaletentes na nossa região, mesmo depois da independência de Moçambique, tudo fizeram para inviabilizar a total libertação do nosso Povo.

Enfrentámos adversidades económicas e sociais. Superamos inimigos cujas agressões militares semearam luto, dor e consternação na nossa jovem República. A guerra contra nós movida, destruiu infra-estruturas económicas e sociais e fez atrasar gravemente a nossa marcha rumo ao progresso.

A visão e clareza das nossas lideranças, que cedo entenderam que a nossa libertação só seria completa se a nossa solidariedade se estendesse aos Povos irmãos das Repúblicas da África do Sul, Namíbia e Zimbábwe, que de armas em punho, lutavam contra os regimes minoritários e racistas prevaletentes na região. Assim como tivemos o carinho e acolhimento dos povos irmãos da República Unida da Tanzânia e República da Zâmbia.

Prosseguiremos com a nossa política externa de "fazer mais amigos, promover mais parcerias" para salvaguardar o interesse nacional, mantendo laços de amizade e cooperação com os países da região, do continente e no concerto das nações.

Continuaremos a observar os princípios consagrados na SADC, União Africana, CPLP, Commonwealth, ONU e outros organismos internacionais.

Compatriotas,

Minhas senhoras, meus senhores,

O futuro está nas nossas mãos. Moçambique tem todas as premissas para emergir, nas próximas décadas, como um país unido e economicamente mais forte do que é hoje. A prevalência do clima de paz e a descoberta de imensos recursos naturais no subsolo impõe novos desafios ao país.

A nossa aposta é de assegurar que a sua exploração seja gerida de forma sustentável, transparente e objectiva de modo a garantir que os seus benefícios sirvam o desenvolvimento e a prosperidade de todos os moçambicanos.

Vamos explorar os nossos recursos, de forma racional, cuidando do nosso ambiente, hoje mais ameaçado do que nunca em todo mundo.

Caros convidados,

Minhas senhoras, meus senhores,

A terminar, exortamos a todo o Povo Moçambicano, o “meu patrão”, no campo e na cidade, no país ou na diáspora e sem ter em conta a sua filiação partidária, origem étnica, crença religiosa, cor, género ou idade, a comemorem este evento como a grande festa de todos, do Rovuma ao Maputo.

Estamos cientes dos desafios que temos pela frente. Mas, ainda assim, continuamos confiantes na nossa capacidade de vencer os obstáculos futuros, porque foi assim que fizemos nestes 40 anos que hoje celebramos.

Muito obrigado, pela atenção!



**ACENDER DA CHAMA
DA UNIDADE NACIONAL
POR OCASIÃO DO
40° ANIVERSÁRIO DA
INDEPENDÊNCIA NACIONAL
E DO DIA DA MULHER
MOÇAMBICANA**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi,
Presidente da República de
Moçambique na Cerimónia
Solene do Acender
da Chama da Unidade
Nacional, por ocasião
do 40° Aniversário da
Independência Nacional e do
Dia da Mulher Moçambicana

ACENDER DA CHAMA DA UNIDADE NACIONAL, POR OCASIÃO DO 40º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL E DO DIA DA MULHER MOÇAMBICANA

Saudações à Mulher Moçambicana, pelo seu múltiplo e importante papel de educadora da nossa sociedade, razão pela qual não encontramos espaço possível, nem sensato que a possa excluir.

A mulher moçambicana é, para nós, aquela que aglutina os desejos colectivos da nossa sociedade, de um futuro risonho, de paz, unidade e convivência pacífica na multiplicidade que caracteriza a nossa cultura, multirracial e multilinguística.

Moçambicanas e moçambicanos!

As minhas preces e sentimentos continuam virados para as famílias afectadas pelas recentes cheias nesta província de Cabo Delgado, na Zambézia, Nampula, Niassa e, um pouco por todo o País que infelizmente depende dos ditames da natureza, que destruíram muito do que já tínhamos feito.

Compatriotas!

Moçambique celebra no próximo 25 de Junho 40 anos da sua independência sob lema " 40 anos da Independência: Unidade Nacional, Paz e Progresso".

Estamos em Namatili, uma porção do nosso belo e extenso território nacional, para lançarmos a Chama da Unidade, no Dia da Mulher Moçambicana.

A chama da Unidade Nacional que hoje estamos a acender, vai continuar a iluminar a mulher moçambicana, lado a lado com o homem, na sua luta pela igualdade de género.

O lançamento da Chama da Unidade, em Namatili, resgata a nossa história, porque valoriza os construtores da nossa Pátria, redobra a importância de que

se revestem as comemorações do quadragésimo aniversário da independência nacional.

A Chama da Unidade estimula e desperta nas novas gerações, o alento necessário para enfrentar os desafios da actualidade com firmeza e determinação, reforçando a unidade nacional, a solidariedade e a paz.

Num lugar de importância particular para a libertação do nosso País do jugo colonial Português, pois aqui, a escassos quilómetros do Rovuma, que vemo-lo ali, deu-se um passo gigantesco para o alcance da nossa Independência Nacional.

Para os combatentes da luta armada de libertação nacional, os obreiros da Independência, estamos no Destacamento Limpopo, que servia de porta de entrada e de saída de guerrilheiros, ora para o seu treinamento nas bases que tínhamos na Tanzânia, depois de triados, ora para as diferentes unidades nas frentes e avanços que existiam no interior, principalmente, da província de Cabo Delgado.

Estamos, por assim dizer, no Destacamento logístico, por ser aqui onde os guerrilheiros acondicionavam o material de guerra, que depois era enviado para as necessidades dos guerrilheiros no interior.

Para o exército colonial português, estamos no Posto Omar, criado, a partir da sua ocupação, com a certeza de que, com isso, se fechava definitivamente a porta de entrada e saída dos guerrilheiros.

Namatili, completava assim, o cordão de segurança da tropa colonial, que partia de Negomano, passando por Nazombe, Ngapa, Pundanhar, Sofala e Palma. Desta forma o exército colonial se havia convencido de que estava seguro.

Assim se planeou a operação “ Nó Górdio”, desenhada e posta em prática pelo General Kaulza de Arriaga, com apoio logístico total dos seus aliados.

Estamos, enfim, na região do régulo Nambi Lião, por esta razão, referindo-se ao mesmo lugar, dissemos vastas vezes, tratar-se de Base Omar, Nambi Lião, mas de facto, na verdade, estamos em Namatili.

Escolhemos este lugar para estas cerimónias, para recordarmo-nos da travessia do primeiro grupo de guerrilheiros da Frente de Libertação de Moçambique, que por aqui entrou no dia 1 de Agosto de 1964, um mês antes do início da luta armada de libertação nacional.

Escolhemos este lugar, dada a proximidade com a aldeia pela qual passamos, Chilindi.

Ali, o primeiro Presidente da Frente de Libertação de Moçambique, o Doutor Eduardo Chivambo Mondlane, dirigiu uma reunião popular, em plenas zonas libertadas, no dia 27 de Fevereiro de 1968, portanto, um ano antes da sua morte, por assassinato.

E, finalmente, é aqui, repetimos, que depois de os guerrilheiros terem sido forçados a sair, em 1970, se reorganizaram aqui nas cercanias.

Neste espaço geográfico entre o rio Rovuma e o seu afluente Mtumbwe, com água abundante, floresta exuberante e muitos frutos silvestres, principalmente matili, daí o nome Namatili.

Os bravos guerrilheiros nacionalistas, voltaram a instalar-se, a 1 de Agosto de 1974, numa batalha que entrou na história como uma das mais decisivas para o fim da ocupação estrangeira em Moçambique, cumprindo assim o comando do saudoso Samora Moisés Machel.

A batalha de Namatili, para a retomada da base Omar, nesta região de Nambi Lião, tem o condão de ter atingido o âmago do exército colonial de forma múltipla porque:

- Nunca tinham sonhado com uma acção vitoriosa contra os planos do General Kaulza;

Que – Nunca lhes tinha passado pela cabeça que tal acção poderia resultar na captura de todos os seus soldados, teórica e relativamente muito bem preparados sem o uso de arma de fogo.

A Frente de Libertação de Moçambique deu uma lição pedagógico-diplomática ao entregar à Cruz Vermelha Internacional os capturados.

Dizíamos, com actos, que a experiência do General Arriaga não era tudo contra um povo sedento da sua libertação e liberdade.

Há, pois, muitas razões para estarmos juntos aqui em Namatili, neste lugar, nesta data e com o único propósito que nos leva aqui, independentemente das diferenças que possam existir.

Estamos perante razões que cobrem a todos os moçambicanos, se é verdade que, ninguém diz não à Independência Nacional.

Por isso, dizemos e apelamos para que, tal como ontem, a unidade seja a mais eficaz e eficiente arma de que dispomos como povo.

A Unidade é que nos ensina como em todos os tempos fomos fortes.

E como não queremos ser fracos, dizemos que só Unidos, em Paz e reconciliados é que nos podemos desenvolver, como todos os moçambicanos almejam.

Compatriotas,

Depois de todos estes ensinamentos, não há lugar para os moçambicanos se dividirem.

Não há lugar de exclusão nem de auto-exclusão de compatriotas.

Não há lugar para nos tratarmos como inimigos, como aconteceu no passado, quando pretendíamos alcançar a nossa Independência.

Não há lugar para um grupo de moçambicanos ameaçar um outro grupo de compatriotas.

A vontade colectiva identifica-nos como um só povo unido. Queremos viver em Paz harmonia e sem medo da violência e da incerteza do dia de amanhã, construindo o bem-estar para todos moçambicanos.

Moçambicanas e moçambicanos,

Compatriotas!

A terminar, queremos convidar a todos os moçambicanos a acompanharem a marcha da nossa chama em festa, reflectindo sobre os desafios que temos pela frente que garantam a Unidade Nacional, a Paz e o Progresso.

Bem haja, a mulher moçambicana!

Viva os 40 anos da nossa Independência!



VALORIZANDO OS ESFORÇOS INDIVIDUAIS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO, CIDADANIA E DEMOCRACIA

Discurso de Sua Excelência,
Filipe Jacinto Nyusi,
Presidente da República,
por ocasião da Cerimónia
de Galardoação de
Cidadãos, com as Insígnias
de Títulos Honoríficos e
Condecorações
Maputo, 24 de Junho de 2015

VALORIZANDO OS ESFORÇOS INDIVIDUAIS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO, CIDADANIA E DEMOCRACIA

Senhor Primeiro Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Sua Excelência Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da República;

Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Antigo Presidente da República;

Digníssimo Provedor de Justiça,

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Distintos Dirigentes e Membros de Organizações da Sociedade Civil;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Distintos Convidados.

É com muita honra e júbilo que nos reunimos aqui, nesta quadra comemorativa dos 40 anos da nossa independência nacional, para enaltecer os préstimos de alguns dos nossos concidadãos, em prol das comunidades e do desenvolvimento da Pátria Moçambicana.

Queremos cumprimentar a todos os presentes, por fazerem parte deste momento ímpar em que Moçambique e os moçambicanos no geral, por reconhecerem aqueles que se entregam a causas nacionais de valor incomensurável.

Ao agraciarmos os nossos compatriotas, com as insígnias dos títulos honoríficos e condecorações, estamos a valorizar e reconhecer os seus feitos de valor e dimensão inestimável no processo da conquista da nossa liberdade e na construção e defesa do Estado Moçambicano.

Estamos ainda a colocar as sementes do futuro, para inspirar as novas gerações a enfrentar os desafios do seu tempo, continuando assim, o processo da libertação da pátria moçambicana e de todo o nosso continente.

Nós moçambicanos somos hoje livres, graças aos esforços de outros indivíduos de outras gerações. E seremos mais livres ainda se soubermos transmitir às novas gerações a força para enfrentar os desafios do seu tempo.

Estamos, ainda, a enaltecer e exaltar a Unidade Nacional que, tal como destaca o nosso Hino, foi construída com a energia e a determinação de milhões de braços, que a transformaram numa só força capaz de enfrentar os maiores desafios.

Estamos a honrar aqueles que, através da sua dedicação e coragem, garantiram que os objectivos da nossa independência fossem plenamente alcançados e pudessem ser desfrutados por todos, sem qualquer discriminação.

O acto de galardoação que aqui realizamos, insere-se no movimento de celebração do quadragésimo aniversário da nossa independência e sintetiza a nossa moçambicanidade, alicerçada na bravura e tenacidade do nosso povo que soube enfrentar os opressores e construir a sua identidade.

Estes valores, que caracterizam os moçambicanos, foram determinantes nas batalhas que, desde os primórdios da resistência, travamos contra a dominação estrangeira.

Foram os mesmos valores, cristalizados na década de 60, que possibilitaram que o nacionalismo moçambicano decidisse enveredar pela luta armada de libertação nacional, que nos conduziu à Independência Nacional que hoje, orgulhosamente, comemoramos.

Caros Compatriotas,**Minhas senhoras e Meus senhores,**

Moçambique é a Pátria de um povo trabalhador, auto didacta, empreendedor, amante da paz e do progresso. Esta é a Nação que temos a honra de dirigir. Uma Pátria feita de heróis, que despontam em todas as áreas e tempos.

Depois de erradicarmos o colonialismo do nosso solo pátrio, os moçambicanos empenharam-se na construção e fortalecimento da Pátria.

Nesse processo registamos e continuamos a registar, o empenho heroico e a devoção dos nossos compatriotas em várias frentes em prol da construção de uma Nação, cada vez mais forte e unida.

As áreas de ciência e tecnologia são aquelas em que os moçambicanos pouco se aventuraram.

Devem lutar por conquista-las e alcançar novas descobertas. O nosso país precisa de heróis nessas áreas de conhecimento.

É neste prisma, que temos exemplos inequívocos de auto-superação de alguns cidadãos e instituições moçambicanas, bem como de cidadãos estrangeiros que, em solidariedade, se identificaram com as causas dos moçambicanos e tudo fizeram para superar os desafios que se impunham:

- Nas acções de resistência à dominação colonial e da luta armada de libertação nacional;
- Na defesa e consolidação da soberania nacional e na defesa da vida das pessoas e propriedade de cada um de nós;
- Na nobre missão de preservação da paz, aprofundamento da democracia e promoção do desenvolvimento integrado e sustentável;

- Na dinamização da actividade económica, social, artística, cultural, académica, desportiva, da saúde, e noutros segmentos de intervenção, que dão substância ao nosso projecto colectivo de incremento do desenvolvimento e do bem-estar.

Estes compatriotas e cidadãos estrangeiros, que se singularizam pela sua devoção ao trabalho produtivo e à causa do povo e da Nação Moçambicana, devem constituir exemplo para todos nós pela coragem, coerência, dignidade e total dedicação às causas que abraçaram.

Minhas senhoras e meus senhores

Distintos galardoados,

Ao reflectirmos sobre o nosso percurso nestes 40 anos, observamos e afirmamos, com orgulho, que as realizações e conquistas que temos alcançado no processo de construção da Nação Moçambicana, emanam do labor de mulheres e homens, como os que hoje homenageamos.

Os cidadãos aqui perfilados, os que irão perfilar nas capitais provinciais, os que serão galardoados a título póstumo e tantos outros anónimos por este país fora, contribuíram e contribuem com o seu saber, força, coragem, inteligência e audácia, para a criação do bem-estar do nosso povo.

O bom nome de Moçambique, que se tornou uma referência mundial no que diz respeito a reconciliação, evidencia-se também, pelo empenho individual de moçambicanos, pela sua dedicação sem precedentes ao trabalho, ao desporto, às artes e cultura, à educação, à promoção da saúde pública, ao empreendedorismo e muito mais.

Através deste acto de entrega das insígnias, queremos expressar, em nome do Povo e do Estado Moçambicano, o nosso mais profundo reconhecimento, pelo vosso extraordinário empenho.

Pretendemos, igualmente, que moçambicanos, desta e das futuras gerações, valorizem e mantenham vivos os valores por vós corporizados, promovendo o amor ao trabalho, o respeito ao próximo, a criatividade, o espírito de sacrifício, a tolerância e a inovação, alicerces da harmonia social, do progresso e do desenvolvimento.

Caros Compatriotas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O reconhecimento ao mais alto nível do Estado Moçambicano, através de insígnias, como as que acabamos de conceder, não substitui, nem deve inibir as iniciativas institucionais, associativas, comunitárias e de índole privada, pois elas consubstanciam o ideal colectivo e condimentam os diversos níveis que devem nortear as dimensões e alcances dos méritos que testemunhamos no nosso quotidiano.

Acreditamos que ao enaltecer a dedicação, a bravura, a fidelidade à nossa Pátria, estejamos a educar as novas e futuras gerações, nos valores mais nobres da moçambicanidade, do humanismo e do Patriotismo.

A todos os galardoados e respectivas famílias vão as nossas felicitações calorosas e votos de que continuem a contribuir com o melhor de vós para o bem do nosso Moçambique.

Viva o 25 de Junho!

Viva a Unidade Nacional!

Viva a Paz!

Viva Moçambique!



ATRIBUIÇÃO DE INSÍGNIAS À CIDADÃOS CONDECORADOS

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da Atribuição de Insígnias à Cidadãos Condecorados
Maputo, 23 de Setembro de 2015

ATRIBUIÇÃO DE INSÍGNIAS ÀS CIDADÃOS CONDECORADOS

Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Antigo Presidente da República,

Senhor Primeiro Ministro,

Venerando Presidente do Tribunal Supremo,

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo,

Venerando Presidente do Conselho Constitucional,

Digníssima Procuradora Geral da República,

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Senhora Governadora da Cidade de Maputo,

Senhor Presidente do Município de Maputo,

Senhores Membros da Comissão de Títulos Honoríficos e Condecorações,

Senhor Decano do Corpo Diplomático,

Caros convidados,

Minhas senhoras e meus senhores.

Queremos por ocasião do quinquagésimo primeiro aniversário das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, no ano em que o nosso

País completa os seus 40 anos de independência, saudar o Povo moçambicano em todo território nacional.

Durante o ciclo de governação que sucedemos e no que estamos a liderar, nossos compatriotas aqui presentes ou representados foram agraciados com insígnias dos Títulos Honoríficos e Condecorações.

Por ocasião do 25 de Setembro, data em que homenageamos os Libertadores desta pátria moçambicana, quisemos, de forma pública, reconhecer os préstimos destes nossos concidadãos, fazendo a entrega de insígnias, o que simboliza a admiração e reconhecimento do Povo e do Estado moçambicano, pelo seu empenho individual e colectivo.

Com este acto, como dissemos quando celebramos os 40 anos da nossa independência, estamos a honrar aos que se distinguiram no processo da conquista da nossa liberdade, na construção e defesa do Estado moçambicano.

Queremos, com este gesto, estimular e promover valores de patriotismo, de amor ao próximo, de cultura de trabalho, de criatividade, do espírito de entrega, da tolerância e de reconciliação.

Queremos ainda ,com este gesto simbólico, injectar nas novas gerações a virtude de bravura e de fidelidade para com a Pátria Mãe.

Felicitemos e renovamos os nossos parabéns aos que hoje receberam as suas insígnias e acreditamos que o País continuará a beneficiar da vossa entrega e carinho, nesta grande batalha de manutenção e consolidação da Paz, condição principal para a criação do bem-estar para os moçambicanos.

Viva o 25 de Setembro!

Viva a Paz para os moçambicanos!

Muito obrigado pela atenção!



SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DESAFIOS E ADVERSIDADES

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi,
Presidente da República de
Moçambique, na cerimônia de
abertura do ano judicial
Maputo, 02 de Março de 2015

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DESAFIOS E ADVERSIDADES

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Senhor Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Senhores Membros do Governo;

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique;

Venerandos Juizes Conselheiros do Tribunal Supremo, do Tribunal Administrativo e do Conselho Constitucional;

Digníssimos Procuradores-Gerais-Adjuntos;

Venerandos Juizes Desembargadores;

Digníssimos Sub-Procuradores-Gerais-Adjuntos;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhores Membros dos Conselhos Superiores da Magistratura Judicial, da Magistratura Judicial Administrativa e da Magistratura do Ministério Público;

Senhores Membros do Corpo Diplomático;

Senhores Magistrados;

Ilustres Advogados;

Senhores Agentes da Lei e Ordem;

Senhores Oficiais de Justiça;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Constitui para mim uma grande honra e privilégio dirigir-me, pela primeira vez, a esta magna audiência. Trata-se de um espaço reservado, ao acto solene de abertura do Ano Judicial, este ano sob o lema "Repensar a Justiça no contexto dos desafios do Judiciário e da defesa do Estado de Direito".

Em nome do Governo e em meu nome pessoal saúdo, calorosamente, os actores da justiça, pelo profissionalismo, patriotismo e alto sentido de responsabilidade que vêm demonstrando no exercício da sua missão.

Inauguramos o Ano Judicial de 2015 ainda abalados pelas tragédias de Chitima e pelas cheias que se abateram sobre as regiões Centro e Norte do país. Visitamos recentemente algumas dessas regiões e constatamos, in loco, a triste realidade do sofrimento dos nossos concidadãos. Renovamos a nossa solidariedade às famílias enlutadas e afectadas.

Com a época chuvosa aumentam os casos de cólera, doença que tem afectado muitos compatriotas, sobretudo nas zonas abrangidas pelas cheias.

Exortamo—vos para que usem toda e qualquer oportunidade para informar e educar a população sobre as medidas de prevenção da cólera. A cólera é uma doença evitável e pode ser evitada.

Aguardamos com serenidade pelos resultados das investigações em curso sobre a tragédia de Chitima, na esperança de que a justiça seja feita.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Tomámos boa nota dos avanços registados no sistema judiciário, descritos pelo Venerando Presidente do Tribunal Supremo. É um quadro positivo e encorajador, fruto da entrega, dedicação e colaboração dos homens e mulheres que trabalham no Sector de Administração da Justiça.

Queremos assegurar que na materialização do nosso compromisso com o Povo e, na qualidade de Mais Alto Magistrado da Nação, iremos pautar pelo estrito respeito dos princípios da separação de poderes, conforme estabelecido na nossa Carta Magna, a Constituição da República.

Acabámos de dar o primeiro e importante passo na organização institucional rumo à implementação do nosso manifesto eleitoral, através da definição das prioridades do nosso ciclo de governação. Falamos do Plano Quinquenal 2015–2019, a ser submetido, brevemente, à Assembleia da República para apreciação e aprovação.

Este plano, concebido e orientado para resolver problemas concretos da população, incorpora as prioridades e desafios do presente Quinquénio.

São desafios que sintetizam as aspirações nobres do nosso Povo e cuja materialização vai exigir a participação de todos nós, moçambicanos.

Queremos, criar riqueza e gerar um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, justiça social e coesão entre moçambicanos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quando pensamos no lema escolhido para a abertura do presente Ano Judicial, somos chamados a reflectir sobre as condições necessárias para o reforço e defesa da legalidade.

Para nós, tal significa edificar plataformas seguras que pessoas singulares e colectivas possam usar para defender os seus direitos e liberdades individuais. Significa tornar a justiça cada vez mais célere e próxima da população, penalizando exemplarmente os violadores da lei.

Significa termos um aparelho judicial íntegro, eficaz e fiável, orientado pelos valores da unidade nacional, da inclusão, da Paz e do respeito pela Lei Mãe.

Significa ainda, dispormos de um aparelho judicial no qual todos os cidadãos, independentemente da sua condição, confiem como última solução para a resolução dos seus diferendos.

É nosso entender que cabe ao poder judicial, por ser um sector transversal a toda a máquina de governação, assegurar a criação de um ambiente favorável para a implementação do nosso Programa Quinquenal e dos demais instrumentos que orientam a nossa Governação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O acto inaugural que temos o orgulho de presidir é o primeiro, neste formato, desde que assumimos a Liderança do Estado Moçambicano.

Este acto, pelos ensinamentos e leituras que permite, constitui-se numa verdadeira mostra de reflexões teóricas e empíricas sobre a contribuição da Justiça na criação do bem estar dos moçambicanos.

É também uma rica oportunidade para a partilha de reflexões, renovando energias para os desafios do novo Ano Judicial, perspectivando o futuro da justiça e da sociedade moçambicana como um todo.

O nosso Povo clama por uma Justiça mais próxima e célere.

Todos os dias, ouvimos as súplicas do nosso Povo para que as autoridades competentes combatam e controlem a criminalidade. Todos os dias somos convocados a agir, de forma enérgica e decidida, contra o crime organizado, identificando os seus autores e penalizando-os exemplarmente.

É imperioso que esses apelos do nosso Povo sejam ouvidos e respondidos.

No meu discurso de tomada de posse, sublinhei que seria intolerante à corrupção. A corrupção é um mal que vem corroendo o nosso tecido social com graves consequências em todas as áreas de funcionamento do nosso Estado.

A sociedade pede aos quadros da Administração da Justiça uma acção implacável, imbuída de profissionalismo, ética e perícia na prevenção e no combate à corrupção.

O magistrado, como guardião da legalidade, deve ser intolerante aos actos de corrupção sob pena de manchar a vossa boa imagem, construída com muito trabalho e sacrifício.

Encoraja-nos saber que os Conselhos Superiores das Magistraturas, tal como nós, têm repúdio à corrupção.

Apraz-nos notar que vários magistrados e oficiais de Justiça, que enveredaram por esta prática foram, devida e exemplarmente, sancionados.

Na qualidade de Supremo Magistrado da Nação defendo, em palavras e actos a separação e independência de poderes. Mas é importante que todos compreendamos que a sua independência não se funda no abstrato.

Ela existe em concreto para permitir que cada pilar realize as suas funções, em complemento às dos outros pilares, para responder aos supremos interesses do Estado e do Povo Moçambicano.

A nossa independência significa que o nosso povo nos concede todas as condições para o servirmos, sem interferência de outros poderes. Como Chefe do Executivo e sem querer interferir, gostaria de poder contribuir para a melhoria da prestação do Sistema da Administração da Justiça, identificando obstáculos onde houver.

Gostaríamos de usar esta abertura, para juntos criarmos as condições necessárias para um funcionamento saudável e produtivo de cada um dos três pilares.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não podemos permanecer serenos, quando ouvimos a população clamar por uma justiça mais célere, justa e íntegra.

Neste contexto, desafiamo—vos a conquistarem a confiança e o apoio do nosso povo para operarmos as mudanças necessárias no sector.

Cabe aos três poderes e à população em geral, declarar um combate sem tréguas à corrupção .

É urgente que iniciem, sem condescendência, o processo de purificação das vossas fileiras, porque existem no vosso seio elementos que mancham a seriedade e dignidade da vossa classe.

Como tenho defendido, é preciso coragem para fazermos mudanças. Quero desafiar o Judiciário a fazer as mudanças necessárias. Disto depende o bom nome, a honra e a dignidade do Judiciário.

Devem ser o espelho e a referência no combate à corrupção em todo o Sistema de Administração Pública.

Nós queremos que os juízes, os advogados, os agentes da lei e ordem e todos os quadros que trabalham no sistema de administração da justiça granjeiem o respeito do nosso povo.

Isto passa necessariamente pela consolidação de princípios e valores como a integridade, o profissionalismo, e o respeito ao povo a quem juraram servir.

Temos que encarar os desafios da Justiça com o optimismo e a firmeza necessários para vencer os obstáculos impostos pelas adversidades do processo da edificação e consolidação de um edifício judiciário unificado e funcional.

Honrosos Juízes e Magistrados, Advogados, Agentes da Lei e Ordem, Oficiais da Justiça

O meu Governo está orientado para resolver os problemas do dia a dia dos nossos compatriotas. Exorto-vos para que continuemos a trabalhar em cooperação, tendo sempre em mente este objectivo.

Vamos trabalhar juntos para consolidarmos o Estado de Direito Democrático no nosso País. O nosso modelo de democracia não deve ser nem abrir espaço para excepções à Lei.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Saudamos os resultados da implementação de reformas estruturantes no sector da Administração da Justiça.

Todavia, temos consciência dos desafios existentes no sector da justiça que emperram o cumprimento cabal do vosso mandato.

Reconhecemos a delicadeza e complexidade do trabalho dos Juízes, Procuradores, Investigadores da Acção Criminal e demais profissionais do sector, agentes da linha da frente no combate ao crime organizado.

Apesar do investimento realizado nos últimos anos, ainda não foi possível cobrir toda a extensão do nosso território com infra-estruturas adequadas para o funcionamento pleno e digno dos Tribunais e Procuradorias.

Este é um processo que pretendemos dar seguimento, respondendo às orientações estratégicas definidas na Visão da Justiça e no Plano Estratégico Integrado do Sector da Justiça.

É importante não só criar condições dignas de trabalho para os actores judiciários, como também garantir que os cidadãos possam encontrar num mesmo espaço todos os actores relevantes para a resolução dos seus problemas.

Nesse sentido, estamos certos que receberão pronta colaboração dos demais poderes de Estado.

Continuaremos abertos para aprofundar as várias questões que podem contribuir para a melhoria do vosso desempenho, entando que um dos pilares fundamentais para a consolidação do nosso Estado de Direito.

Os desafios que temos pela frente devem ser enfrentados num ambiente de diálogo franco e aberto entre os três poderes de Estado.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Contamos com o empenho do Sistema Judiciário nos esforços em curso para a manutenção da estabilidade política no país.

Continuaremos a privilegiar o diálogo com todas as forças vivas da sociedade com a finalidade última de consolidarmos o clima de Paz, Estabilidade, Tranquilidade e Unidade Nacional.

A terminar, vão os nossos votos de um Ano Judicial muito produtivo e impulsionado pela união de propósitos entre as instituições que compõem a Administração da Justiça em Moçambique.

Que as mudanças que queremos tenham lugar com maior brevidade. O Povo espera soluções.

Muito obrigado!



**TRIBUNAL
SUPREMO
FONTE
DA JURISPRUDÊNCIA**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da tomada de posse do Venerando Vice-Presidente do Tribunal Supremo, João António Beirão Maputo, 25 de Maio de 2015

TRIBUNAL SUPREMO FONTE DA JURISPRUDÊNCIA

Senhor Primeiro Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora-Geral da República;

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique;

Senhor Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Senhor Ministro do Interior;

Venerandos Juízes Conselheiros;

Digníssimo Vice-Procurador-Geral da República;

Digníssimos Procuradores-Gerais-Adjuntos;

Distintos convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Apraz-nos saudar os presentes nesta cerimónia de tomada de posse do Venerando Vice-Presidente do Tribunal Supremo e, por inerência, do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Felicitamos o Venerando Juiz, João António Beirão, pela tomada de posse para tão exigente cargo e pela unanimidade e aclamação com que o Conselho Superior da Magistratura Judicial se pronunciou em favor da sua nomeação quando ouvido sobre os vários nomes propostos para o lugar.

A unanimidade e aclamação do Conselho Superior da Magistratura Judicial, órgão que o Venerando Vice-Presidente passa a integrar, constituem a expressão visível da alta confiança, expectativa e esperança depositada em si pelos seus membros.

A sua passagem por vários Tribunais Judiciais de Província do País, como Juiz e Juiz-Presidente, certamente, lhe confere uma visão alargada dos problemas, das dificuldades, das incógnitas e das possíveis soluções para o sector.

A sua longa e rica experiência de trabalho e de convivência em vários pontos por onde passou confere-lhe a versatilidade de trabalhar com todos, num espírito de união e de coesão.

Acreditamos serem créditos bastantes, que lhe vão permitir transmitir essa experiência a bem da estabilidade e credibilidade dos órgãos que passa a integrar, na direcção do aparelho judicial e na gestão e disciplina da magistratura judicial.

Minhas senhoras, meus senhores,

Compreendemos a urgência com que se deve agir face à dimensão e complexidade dos desafios da justiça.

Queremos ver reforçada a confiança do cidadão nos tribunais e demais instituições de administração da justiça.

É nosso desejo que os tribunais continuem a desempenhar e a aprimorar o seu papel de promoção da paz, constituindo uma alternativa credível à justiça pelas próprias mãos que assistimos em algumas partes do nosso país.

Acreditamos que a Lei deve estar ao serviço da felicidade e bem-estar do cidadão.

A actuação dos tribunais deve estar, cada vez menos, centrada nas formalidades e mais virada para a efectiva administração da justiça no seu sentido clássico, dando a cada um o que é seu ou merece.

Reiteramos o compromisso do Governo em continuar a colaborar com os tribunais e demais instituições de administração da justiça, no âmbito das nossas atribuições.

Neste contexto, o Governo continuará a prestar a sua atenção à formação inicial e contínua do capital humano e à edificação de infra-estruturas, nos termos do Programa Quinquenal do Governo 2015– 2019.

Venerando Vice-Presidente,

Contamos com a sua contribuição para o crescimento e consolidação da maturidade da jurisprudência e para a estabilidade do nosso aparelho judicial.

O nosso desejo é que o Tribunal Supremo continue a ser uma referência na produção de jurisprudência, de justiça e de prestígio aos olhos do nosso Povo que continua a clamar por uma justiça mais célere e próxima de si.

Queremos um aparelho judicial íntegro, eficaz e fiável, orientado para preservação de valores da unidade nacional, da inclusão, da Paz e do respeito pela Lei Mãe.

Igualmente, é nosso desejo e expectativa que contribua para o reforço do prestígio do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Temos a certeza que saberá pautar pela humildade, capacidade de ouvir e de aprender dos colegas e colaboradores no exercício da sua nova função.

Minhas senhoras e meus senhores,

Caros convidados,

Uma palavra de apreço vai para o cônjuge e familiares pelo apoio incondicional que têm prestado ao empossado.

A terminar, convido os presentes para que me acompanhem num brinde:

- À saúde e sucesso do empossado!
- À estabilidade do aparelho judicial!
- À paz, justiça e progresso!

Muito Obrigado!



**JUSTIÇA MAIS
PRÓXIMA
E CÉLERE CLAMOR
QUE URGE RESPONDER**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
na cerimónia de tomada de
posse dos Procuradores-
Gerais Adjuntos
Maputo, 16 de Abril de 2015

JUSTIÇA MAIS PRÓXIMA E CÉLERE O CLAMOR QUE URGE RESPONDER

Digníssima Procuradora-Geral da República;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Venerandos Juizes Conselheiros do Tribunal Supremo, do Tribunal Administrativo e do Conselho Constitucional;

Digníssimos Procuradores-Gerais-Adjuntos;

Venerandos Juizes Desembargadores;

Digníssimos Sub-Procuradores-Gerais-Adjuntos;

Senhores Membros dos Conselhos Superiores da Magistratura Judicial, da Magistratura Judicial Administrativa e da Magistratura do Ministério Público;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Ao abrigo dos comandos constitucionais e legais acabo de conferir posse aos doutores Orlando Generoso Rubene, Sérgio Correia dos Reis e Amabélia Conceição Chuquela, que passam a exercer funções de Procuradores-Gerais Adjuntos.

Como Procuradores-Gerais Adjuntos, vêm reforçar o quadro de magistrados do Ministério Público, com intervenção nas Secções do Tribunal Supremo e do Tribunal Administrativo.

É desta maneira, encorajado e com elevadas expectativas sobre o desempenho dos empossados, que endereço a todos os presentes, as minhas mais cordiais saudações.

De forma muito particular, saúdo os empossados por mais este passo nas suas carreiras profissionais que eleva as suas responsabilidades no seio da classe dos magistrados do Ministério Público.

Com as vossas qualidades técnico-profissionais e sentido de responsabilidade temos a certeza que vão contribuir para tornar o nosso Sistema de Administração da Justiça cada vez mais forte, célere e próximo do cidadão.

De vós exigimos total entrega ao trabalho, integridade, imparcialidade e estrita observância dos princípios e limites constitucionais e legais que regem a vossa actividade.

Continuem a implementar a Missão da instituição, privilegiando a investigação dos factos puníveis e assegurando a representação e defesa do interesse público e social.

A PGR deve continuar a garantir a protecção dos menores, ausentes e incapazes no respeito pelos direitos humanos.

Digníssimos Procuradores Gerais Adjuntos,

Minhas senhoras e meus senhores,

Tomam posse numa altura em que o nosso povo está a celebrar o quadragésimo Aniversário da criação do nosso Estado Unitário sob o lema, "40 anos de Independência Nacional: Unidade Nacional, Paz e Progresso".

Como sublinhei na cerimónia de abertura do Ano Judicial, irei pautar pelo estrito respeito aos princípios da separação de poderes, conforme plasmado na nossa Constituição da República.

Defenderei, de forma vigorosa, os direitos humanos, em particular o direito à vida e as liberdades fundamentais do homem.

Reitero o compromisso de, em articulação com os demais poderes do Estado, continuar a contribuir para a criação de condições necessárias para o normal funcionamento das instituições do judiciário, como um todo.

O Executivo que dirijo vai fazer a sua parte para garantir o reforço e defesa da legalidade com enfoque na promoção e protecção dos direitos e liberdades individuais e colectivos dos nossos concidadãos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Queremos um aparelho judicial íntegro, eficaz e fiável, orientado para preservação de valores da unidade nacional, da inclusão, da Paz e do respeito pela Lei Mãe.

O Povo aspira um sistema judicial inclusivo e proactivo na busca de soluções, no qual possa confiar a resolução dos seus diferendos.

Os magistrados do Ministério Público têm a tarefa de induzir os demais colegas e a sociedade no geral, os mais nobres valores de integridade na gestão da coisa pública.

Para nossa felicidade, os empossados são todos quadros do Ministério Público com profundo conhecimento dos desafios que o sistema judiciário enfrenta.

Nesta perspectiva, esperamos que com o saber e experiência que acumularam ao longo dos anos ajudem o Ministério Público a continuar a garantir e incrementar a eficácia e eficiência.

Saibam, com humildade, ouvir e aprender dos colegas e colaboradores no exercício da função para a qual foram nomeados.

Que as virtudes sejam aplaudidas como é condenado e repudiado o demérito.

Uma palavra de apreço vai para vossos cônjuges e familiares pelo apoio incondicional que vos têm prestado.

Peço—vos para que continuem a ser a principal fonte de inspiração dos empossados, apoiando—lhes para que cumpram com êxito as funções que acabam de assumir.

Tomam posse numa altura em que assistimos, com grande preocupação e angústia, o sofrimento dos nossos concidadãos que estão a ser vítimas de actos de xenofobia no país irmão, África do Sul.

Renovamos a nossa solidariedade às famílias enlutadas e afectadas.

Perante as vítimas e as suas respectivas famílias no país quero manifestar a determinação do meu Governo de tudo fazer para mitigar o sofrimento desses nossos irmãos, prestando—os toda assistência necessária.

Os actos xenófobos são condenáveis porque desafiam a nossa capacidade de aprofundar a integração regional, especialmente quanto ao respeito pela vida humana e porque nada justifica a tamanha violência sobre pessoas inocentes.

Para terminar, gostaríamos de propor um brinde:

- Por uma justiça mais célere e próxima do cidadão!
- À Paz e Democracia em Moçambique!
- Ao sucesso dos empossados!

Muito obrigado!



40 ANOS EM PROL DA GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA E AO DIREITO

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
por ocasião da cerimónia do Dia
da Legalidade
Maputo, 5 de Novembro de 2015

40 ANOS EM PROL DA GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA E AO DIREITO

Ilustres Titulares dos Órgãos de Soberania;

Digníssima Procuradora-Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Venerandos Juízes Conselheiros;

Digníssimos Procuradores Gerais Adjuntos;

Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados;

Senhor Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos;

Senhores Membros do Governo;

Senhor Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Sob o lema "40 Anos em Prol da Garantia do Acesso à Justiça e ao Direito", celebramos amanhã, 5 de Novembro de 2015, mais um aniversário da institucionalização do Dia da Legalidade.

Por esta ocasião, dirigimos uma palavra de apreço e reconhecimento a todos os quadros do sector de Administração da Justiça. Saudamos os Magistrados Judiciais e do Ministério Público, Advogados, Membros da Polícia da República de Moçambique e da Guarda Penitenciária.

Saudamos, igualmente, os Defensores Públicos, Oficiais de Justiça e demais profissionais, que em condições difíceis têm sabido cumprir com zelo e dedicação as suas obrigações.

Embora esta seja uma prática que vem sendo consolidada há vários anos, este ano a efeméride assume um carácter especial por ocorrer no âmbito das comemorações dos 40 anos da nossa Independência.

Neste percurso, Moçambique se afirmou no concerto das Nações, como um Estado de Direito Democrático alicerçado no princípio da separação dos poderes.

O poder legislativo, através das leis, tem estado a definir as normas que regem o funcionamento do Estado e da sociedade. Por sua vez, o executivo, cumpre as leis emanadas pela Assembleia, administra o País, velando pela segurança dos cidadãos, promovendo o desenvolvimento económico e consolidando a legalidade. O poder judiciário, tem garantido o respeito pela legalidade, assegurando os direitos e liberdades dos cidadãos e penalizando aqueles que violam as normas estatuídas.

Apesar da especificidade de cada um dos poderes do Estado, nenhum sobrevive se não se relacionar e respeitar os outros.

É na correlação de forças que reside a robustez e a nobreza dos Estados Democráticos, incluindo o nosso.

A falta de coordenação, ou de respeito, entre os poderes pode prejudicar o cidadão, o principal destinatário de todas as nossas intervenções .

Caros profissionais da Administração da Justiça!

Decorridos 40 anos da nossa Independência, a rede judiciária se estendeu para quase todo o país. O mesmo podemos dizer da presença da Polícia e do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica.

Igualmente, a criação e entrada em funcionamento, da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e a institucionalização da figura de Provedor de Justiça, vieram reforçar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos protegendo-os dos abusos da autoridade.

A unificação dos Serviços Penitenciários consolidou a missão anteriormente desempenhada pelos Serviços Prisionais e veio contribuir para a humanização das

penas. O que permite que mesmo àqueles cidadãos em conflito com a lei, sejam dados uma oportunidade para se retratarem e contribuïrem para o bem-estar de todos nós.

Estas e outras acções, ilustram os passos que têm sido dados para o fortalecimento do nosso Estado de Direito Democrático. Porém, persistem desafios que temos de enfrentar com a coragem e determinação que nos é característica.

Apesar dos esforços envidados, a nossa Justiça ainda não é tão célere quanto seria de desejar.

A falta de celeridade resulta, muitas vezes, em verdadeira denegação de justiça, com prejuízo não só para as camadas mais vulneráveis da população, como também para a classe empresarial, e para a sociedade, em geral.

Urge, pois, que os diversos integrantes da família da justiça, façam uma verdadeira e profunda introspecção.

Assumam as suas responsabilidades como factor de estabilidade jurídica, proporcionando uma justiça cada vez mais célere e de qualidade, aos nossos cidadãos. Se assim procederem, a vossa postura pessoal e institucional, e o vosso desempenho tornar-se-ão uma marca de respeito dentro e fora do País.

Esse é o nosso desejo e a nossa expectativa.

Bem-haja toda a máquina do sistema da administração da justiça que com afinco, zelo e dedicação tem contribuído para que a justiça chegue a todos os cidadãos.

Por esta ocasião convido a todos a acompanharem-me num brinde:

- Por uma justiça mais célere, mais justa e mais próxima do cidadão!
- À saúde da família da Administração da Justiça!
- À saúde de todos nós!

Muito obrigado!



PAPEL DA LIDERANÇA NA GOVERNAÇÃO LOCAL

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique, na
cerimónia de abertura do curso
executivo de Enquadramento
dos Governadores Provinciais na
Governação Local
Chimoio, 28 de Abril de 2015

PAPEL DA LIDERANÇA NA GOVERNAÇÃO LOCAL

Senhora Ministra da Administração Estatal e Função Pública,

Senhores Governadores Provinciais,

Ilustres Oradores;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com grande prazer que me dirijo a todos os presentes neste evento, por ocasião da cerimónia de abertura do Curso Executivo de Enquadramento dos Governadores Provinciais na Governação Local.

Permitam-me que vos saúde e vos deseje as minhas boas vindas.

Constitui também motivo de muita satisfação que nos encontremos neste local muito aprazível e acolhedor para a realização desta importante formação.

Este evento marca mais um passo na consolidação da nossa máquina governativa que está em funções, quando passam um pouco mais de 100 dias, desde que iniciámos esta etapa de condução dos destinos do nosso Povo.

Caros Governadores;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Esta formação introdutória está a decorrer numa altura em que celebramos os quarenta anos da nossa libertação, sob lema "40 Anos de Independência: Paz, Unidade Nacional e Progresso".

A unidade nacional consolida-se com o crescente ímpeto, dinamismo e aderência dos moçambicanos ao movimento da Chama da Unidade.

A alegria e entusiasmo ilustram que não se trata de um movimento espontâneo de pessoas e tão pouco surge do nada.

Este entusiasmo resulta de uma acção clarividente de liderança na planificação, na execução e na mobilização do nosso Povo que fica a espera da Chama sem olhar para o tempo, nem para as condições atmosféricas.

É o reflexo da liderança na coordenação institucional e espírito de equipe, entre várias estruturas intervenientes.

O vosso curso acontece num momento difícil para os nossos concidadãos vítimas da xenofobia na África do Sul. Reiteramos a nossa condenação a este fenómeno inaceitável e exortamos os nossos concidadãos para que usem esta ocasião para reforçar a nossa unidade e auto-estima.

Senhores Governadores,

Convidei-vos para fazerem parte da minha equipa com a consciência plena de que a missão que recebi do Povo, através do voto, será materializada com a vossa plena e directa intervenção.

Para o efeito, é crucial ter a noção de liderança e domínio do espírito de equipe na governação local, onde o povo clama pela educação, saúde, água, vias de acesso e energia, para citar alguns desafios.

Estamos aqui reunidos para, durante dois dias, convivermos e interagirmos para moldar e harmonizar uma atitude e pensamento comum, para melhor respondermos aos compromissos que assumimos perante o Povo.

Esta formação vai aprofundar o conhecimento mútuo entre nós e sobre a realidade do nosso País como um todo, porque os desafios que temos pela frente exigem liderança e acções colectivas.

Espero que esta convivência consolide o espírito de equipa que orienta e sustenta a nossa acção governativa, fruto do debate e troca de experiências e saberes acumulados ao longo da vida.

Usem os conhecimentos que vão aqui adquirir para assegurar a implementação do Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019 (PQG), recentemente aprovado pela Assembleia da República.

O sucesso do PQG e dos Planos Económicos e Sociais de cada ano exige de nós, acima de tudo, a melhoria das nossas qualidades de liderança. Exige maior coordenação e harmonização institucional dentro das vossas áreas de jurisdição e entre as províncias.

Caros Governadores;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

As minhas promessas não são uma mera declaração de intenções. Trata-se da minha visão de um Moçambique, cada vez melhor, onde há espaço para todos.

Para a materialização deste desiderato, conto com a total entrega e determinação de cada um de vós. Conto com lideranças provinciais reforçadas e clarividentes.

Recordo que este é o primeiro tópico do vosso programa que irei abordar mais adiante com algum detalhe.

A liderança deve assentar na competência, no mérito e na capacidade de entender o alcance da governação inclusiva que promovemos, transformando-a em palavras e actos.

A reflexão conjunta e promoção do trabalho em equipa é uma das características de uma liderança de sucesso que aspiramos na superação dos principais desafios que enfrentamos.

A nossa governação é orientada para resultados e esta é a premissa fundamental que todos nós devemos assumir como método de trabalho.

Temos que saber nos precaver e antecipar aos eventos e fenómenos humanos e naturais, preservando sempre os interesses do Estado Moçambicano.

Isto significa que a planificação é fundamental para o sucesso de qualquer liderança. A resolução dos problemas dos moçambicanos depende de vós, como líderes da governação nas províncias onde estão colocados.

Como governantes, neste novo ciclo, devemos estar dotados de capacidades e habilidades que nos permitam identificar, analisar e compreender os fenómenos políticos, económicos e sociais, que ocorrem no nosso meio, no país e no mundo.

Senhores Governadores,

O Governador Provincial deve transmitir a sua experiência com honestidade e humildade. Devem como líderes, agir com a sensatez e rapidez necessárias perante as preocupações do nosso Povo.

O Governador Provincial deve estar preparado para lidar com situações de conflito, porque o conflito é inerente à natureza humana. Os conflitos existem em todo o lado da vida. Os conflitos não se eliminam, gerem-se para evitar que sejam violentos.

O dirigente deve estar habilitado e preparado para gerir preocupações e conflitos que surgem no dia-a-dia, como por exemplo, as diferenças de opiniões e percepções.

O dirigente deve assumir que o conflito é motor do desenvolvimento porque incorpora visões e ideias diferentes que encorajamos.

Devem constituir uma liderança capaz de compreender os vossos parceiros de governação, respeitando as diferenças na abordagem dos assuntos de interesse comum, mas que beneficia o cidadão.

Para o efeito, a comunicação interna e externa é fundamental para o reforço da coesão e da coerência na tomada de decisões.

Devem cultivar o espírito de equipa e, através das vossas acções, granjear admiração, simpatia e respeito dos vossos colaboradores.

O nosso governador que é líder deve ser diferente na forma de pensar e agir do chefe. O líder é visionário, orienta os colaboradores; é ousado e aceita correr riscos na tomada de decisões que salvaguardem os mais nobres interesses da Nação Moçambicana.

O líder não executa as tarefas do dia-a-dia, apenas orienta a sua execução no tempo e espaço. O chefe, por seu turno, executa as orientações do líder; é gestor do quotidiano, por isso, não arrisca tomar decisões ousadas.

Os líderes por definição devem promover o princípio da reprodução em série, ou seja, um líder deve produzir vários líderes, com a mesma visão, sonho e clarividência na actuação.

Não basta sonhar, deve saber partilhar os seus sonhos e experiências para garantir que estes sejam apropriados e seguidos pelos seus colaboradores.

A competência, a integridade e honestidade constituem elementos fundamentais de uma liderança de sucesso. A liderança com estas qualidades merece reconhecimento junto dos seus colaboradores e do Povo Moçambicano, a quem juráramos servir.

A liderança que almejamos deve basear-se em princípios e métodos claros de actuação individual e colectiva, onde o servir melhor e com humildade constitui o princípio primordial.

A liderança eleva a consciência dos seguidores, porque promove os ideais e valores fundamentais do funcionamento das instituições públicas. Ela promove e exalta a transparência nos actos administrativos.

Devemos fazer da liderança uma ciência e arte efectiva de gestão das expectativas do nosso povo no sentido de cumprir e fazer cumprir os planos traçados e as promessas feitas ao povo.

Na acção governativa deve haver clareza sobre o sentido agudo de prioridades das prioridades. Estas prioridades devem ser consentâneas com os problemas que o nosso Povo identifica e nos apresenta publicamente. Isso é parte de uma liderança efectiva que exige, acima de tudo sacrifício, firmeza e altruísmo.

Senhores Governadores,

Como governantes, devemos estar dotados de capacidades e habilidades que nos permitam identificar, analisar e compreender as mutações políticas, económicas e sociais, tanto no plano interno como internacional.

Devemos cultivar o espírito de equipa e, através das nossas acções, granjear admiração, simpatia e respeito dos nossos colaboradores.

A competência, integridade e honestidade constituem elementos fundamentais de uma liderança virada para o Povo Moçambicano, a quem juramos servir.

O Plano Quinquenal do Governo 2015–2019 define as principais prioridades do nosso ciclo governativo. Trata-se de prioridades e desafios que vão exigir de todos nós novas atitudes individuais e colectivas.

A implementação deste instrumento e daqueles em que se desdobra vai exigir a ampliação dos nossos horizontes e a visão estratégica do papel de todos e de cada um dos sectores do Governo.

Vocês actuam numa atmosfera de pluralidade de interesses complementares e conflituantes. A vossa capacidade para discernir os interesses públicos dos privados evita o conflito de interesses e reforça a vossa legitimidade. Este acto, igualmente, incrementa o grau de transparência na gestão da coisa pública.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Como dirigentes a este nível, a nossa vida pessoal e profissional será como duas faces da mesma moeda. A nossa forma de ser e de estar na vida social e profissional deverá ser equilibrada porque estará sempre sob escrutínio popular.

Esperamos que este seminário contribua para a consolidação das capacidades de liderança, para imprimirmos maior dinâmica na organização, coordenação e gestão dos processos governativos.

Queremos melhorar, o mais rápido possível, as condições e a qualidade de vida dos nossos concidadãos, sobretudo, àquelas que foram severamente afectadas pelas adversidades naturais.

É com satisfação que constato que esta formação inclui matérias que irão contribuir para o melhor desempenho das vossas actividades. Entre eles, merecem destaque:

- Liderança e Gestão;
- Papel dos Governadores Provinciais como líderes na Administração Pública voltada para o cidadão;
- Direitos e Regalias dos Governadores;
- Transparência, prestação de contas e fiscalização;
- Planificação, implementação, avaliação e monitoria das actividades
- Segredo Estatal;
- Tecnologias de Informação e Comunicação e Segurança da Informação;
- Educação Patriótica;

- Regras e procedimentos protocolares;
- Protecção da Imagem Pessoal, Familiar e Profissional do Dirigente.

Estou convicto que a acção participativa e interactiva na aprendizagem vai permitir que cada um dos cursantes expresse a sua opinião e partilhe a sua experiência com os demais.

Senhores governadores,

Exortamos para que iniciativas desta natureza ocorram à todos os níveis de liderança, nas Províncias, nos Distritos e Postos Administrativos.

Antes de terminar, quero recordar aos senhores Governadores Provinciais que foram investidos para servir o povo. Isto significa desenvolver esforços ao nível de cada Província, para a consolidação da paz, unidade nacional e progresso.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Saudamos o Ministério da Administração Estatal e Função Pública e o Instituto Superior de Administração Pública pela organização e realização deste evento.

Ao Governo da Província de Manica, endereçámos uma palavra de apreço, pelo acolhimento e apoio na realização deste evento. Igualmente, endereço uma saudação especial aos estimados oradores e facilitadores que se dignaram partilhar o seu saber e experiência com os membros do nosso Governo.

Os conteúdos e a metodologia seleccionados para esta formação fazem-nos antever apenas sucesso nesta formação. Formulo, assim, votos de debates abertos, francos e construtivos e que daqui saíamos todos mais fortalecidos e determinados em resolver os problemas do povo.

Com estas palavras, declaro aberto o Curso Executivo de Enquadramento dos Governadores Provinciais na Governação Local.

Muito Obrigado!

Chimoio, aos 28 de Abril de 2015



O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE COMO GARANTIA DA SATISFAÇÃO DAS ASPIRAÇÕES DOS CIDADÃOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
na abertura da 3a Conferência
sobre Inovação e Boas Práticas
na Administração Pública
Maputo, 29 de Outubro de 2015

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE COMO GARANTIA DA SATISFAÇÃO DAS ASPIRAÇÕES DOS CIDADÃOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Senhora Ministra da Administração Estatal e Função Pública;

Venerandos e Dignísimos Dirigentes dos Órgãos de Soberania;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Vice – Ministros;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhores Representantes do Corpo Diplomático;

Estimados funcionários e Agentes do Estado;

Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Saudamos e felicitamos a direcção do Ministério de Administração Estatal e Função Pública, pelo convite que nos endereçou para dirigirmos esta cerimónia e pela organização deste evento.

As nossas saudações vão para todos os Funcionários e Agentes do Estado no país e no estrangeiro, pela sua contribuição para a satisfação das aspirações do cidadão.

A 3ª. Conferência Nacional sobre Inovação e Boas Práticas na Administração Pública, é uma ocasião especial em que reafirmamos, como servidores públicos, o nosso engajamento na missão de servir cada vez mais e melhor o cidadão que procura os nossos serviços: os serviços da Administração Pública.

O lema escolhido para a presente conferência: "Por uma Administração Pública Empenhada na Satisfação do Cidadão" sintetiza a essência da Administração Pública, pois, a satisfação do cidadão é o fim último de toda a acção administrativa.

A Administração Pública está estreitamente ligada ao princípio da legalidade que define a relação entre a Administração Pública e o cidadão.

Ilustres Participantes!

O lema transporta para todos os tempos a acção contínua pela melhoria da qualidade dos serviços públicos, através do reforço da capacidade de acção e de intervenção dos órgãos centrais e locais do Estado.

Por si só a profissionalização dos funcionários e agentes do Estado, concorre para o estímulo à inovação contínua de boas práticas no exercício das suas funções.

A disfunção que muitas vezes verificamos na nossa Administração Pública tem a sua origem na inobservância da Lei. A lei estabelece o critério e o limite da acção da Administração Pública.

A Lei regula o modo de agir e estabelece as atribuições e competências dos servidores públicos.

A lei cria mecanismos específicos da necessidade de prevalência do interesse público sobre o interesse particular, evitando até conflitos de interesse.

As leis existem e na maioria dos casos nos falta o cumprimento, a fiscalização e a devida responsabilização.

A Administração Pública é o rosto do Estado porque reflecte o nível de organização de uma sociedade. Define a eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados pelos servidores públicos.

O interesse público constitui o objecto das instituições públicas. Deve abrir espaços para igualdade de oportunidades, de acordo com a lei.

O interesse individual deve subordinar-se ao interesse colectivo, ou seja ao interesse do cidadão.

Caros participantes,

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Esta Conferência realiza-se no quadro da implementação da Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP) para 2012-2025.

Esta estratégia transmite uma mensagem forte e constitui um sinal inequívoco do empenho do Governo de Moçambique na implementação de reformas estruturais na Administração Pública.

Outrossim, representa uma evolução qualitativa em termos de diagnóstico dos problemas, sensibiliza. Procura soluções para diferentes insatisfações.

Esta estratégia de reforma, identifica um conjunto de indicadores de referência. Estabelece metas concretas para cada período que corporiza cada acção.

Entre os indicadores cujas metas pretendemos ver melhoradas até 2025 destacam-se os seguintes:

- o grau de satisfação dos utentes;
- a percepção de melhoria de desempenho dos serviços públicos pelos funcionários;
- o grau de satisfação dos funcionários do Estado;
- a evolução do ambiente de negócios;
- o nível de transparência e
- a consolidação dos valores da democracia.

O Governo vai continuar a incentivar a mudança dos paradigmas da relação entre a Administração Pública e os cidadãos.

Vai defender o respeito pelos princípios que a norteiam e promovem melhoria crescente da qualidade dos serviços prestados ao público.

O Governo aposta na divulgação da informação ao cidadão, como uma ferramenta para dotá-lo de conhecimento específico sobre a legislação administrativa, e assim tornar o cidadão num verdadeiro fiscalizador e dinamizador das boas práticas e inovação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A conferência que hoje inicia ocorre num momento particularmente importante da história do nosso país, que é o ano da celebração dos 40 anos da nossa Independência.

Somos um país com idade suficiente para o cidadão estar bem servido e atendido.

Imediatamente à proclamação da independência nacional, a nossa Administração Pública, enfrentou vários desafios, sobretudo pela falta de quadros, devido ao abandono das instituições públicas pelos funcionários do regime colonial.

Nessa altura tomamos medidas urgentes e corajosas para garantir o contínuo funcionamento das instituições públicas de um Estado que acabava de nascer, perante a enorme demanda do nosso Povo.

Por isso, afirmamos que as verdadeiras reformas da nossa Administração Pública iniciaram, em 1975.

As reformas que se seguiram corresponderam a complexidade e as exigências específicas de cada momento histórico do nosso país.

Passados 40 anos, os moçambicanos aspiram sempre por uma Administração Pública moderna, célere e eficaz, onde o cidadão deve encontrar, em tempo útil, as respostas às suas preocupações.

São as boas práticas que devem iluminar os caminhos futuros da nossa Administração Pública, de modo a construirmos uma nação harmoniosa e coesa.

Celebramos recentemente 23 anos do Acordo Geral de Paz. Hoje, tal como ontem, encorajamos a cada moçambicano um empenho redobrado para assegurar que a paz e a estabilidade se imponham no nosso país.

Todo o cidadão deve ter acesso aos serviços públicos de qualidade num clima de estabilidade.

Com a paz, podemos construir infra-estruturas públicas como escolas, hospitais, palácios de justiça, fontes de abastecimento de água, estradas, pontes, linhas férreas.

O nosso funcionário deve construir valores de solidariedade, de tolerância e de concórdia.

Devemos procurar sempre aproximar o que nos une e afastar o que nos desune.

Ilustre convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Apreciamos com agrado o conjunto de temas que foram escolhidos para serem debatidos neste fórum.

Estes temas permitir-nos-ão reflectir de forma mais abrangente possível sobre o lema escolhido.

Antes de terminar permitam-nos sublinhar que nenhuma estratégia de reforma da Administração Pública poderá lograr alcançar resultados palpáveis se não se apostar fortemente no capital humano.

Por isso, queremos endereçar algumas palavras de apreço aos melhores funcionários e agentes do Estado de todo o país distinguidos nesta conferência pela sua integridade, profissionalismo, competência, imparcialidade e auto-superação na prestação de serviços públicos.

Obrigado por mostrarem que é possível dispensar um tratamento cordial a quem demanda os serviços públicos sem qualquer tipo de discriminação, e na estrita observância da Lei.

É sobre estes valores fundamentais que deve, em todos os momentos, assentar a relação entre a Administração Pública e o cidadão, a quem devemos, sempre, servir com brio, profissionalismo, orgulho e espírito de entrega.

Lembrem –se, o ciclo que lideramos, toma o povo Moçambicano como único e exclusivo PATRÃO. É a este que devem servir e bem.

Com estas palavras, declaro aberta a Conferência Nacional Sobre Inovação e Boas Práticas na Administração Pública.

Muito obrigado pela atenção dispensada!

Maputo, 29 de Outubro de 2015



PAZ E PROGRESSO COMO PILARES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MOÇAMBIQUE PRÓSPERO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no cocktail oferecido por ocasião do fim do ano
Maputo, 18 de Dezembro de 2015

PAZ E PROGRESSO COMO PILARES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MOÇAMBIQUE PRÓSPERO

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Senhor Primeiro-Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Sua Excelência Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da República;

Sua Excelência Armando Emilio Guebuza, Antigo Presidente da República;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhores Vice-Ministros;

Senhores Membros do Corpo Diplomático;

Ilustres Quadros Moçambicanos;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Saúdo a todos aqui presentes, e por via de vós e através dos meios de comunicação social, a todo o Povo moçambicano que ao longo do ano, deu o melhor de si, contribuindo para o processo de desenvolvimento e progresso do nosso País.

É com agrado que notamos que todos nós estivemos envolvidos activa e arduamente, no cumprimento das nossas tarefas, cada um na sua área.

Na nossa Informação Anual sobre o Estado Geral da Nação, dissemos que efectivamente nos sentimos orgulhosos pelo trabalho realizado, mas reconhecemos que embora estejamos a caminhar com firmeza, ainda não estamos satisfeitos com os resultados alcançados.

O Informe sobre o Estado Geral da Nação que apresentamos ao nosso Povo, indica o marco do nosso percurso, neste primeiro ano que lideramos o novo ciclo governativo. Portanto, naquela ocasião, falamos do passado presente.

Caros Compatriotas,

O ano de 2015 está prestes a findar. Foi um ano de arranque, um ano iniciado com grandes adversidades, com maior realce para as calamidades naturais, refiro-me às cheias e à estiagem.

Economicamente foi um ano atípico, caracterizado pelo fortalecimento do dólar americano face à nossa moeda, o Metical.

Foi igualmente caracterizado pela queda dos preços das matérias primas que constituem a base das nossas exportações: Carvão, Energia, Gás, Alumínio, Algodão e o Açúcar.

Verificou-se a redução de exportações e o aumento das importações.

A nossa capacidade financeira, foi ainda associada à queda do investimento directo estrangeiro.

A dívida vencida nos primeiros nove meses duplicou, e por outro lado, os níveis de ajuda externa ao nosso País reduziram.

Na nossa informação Anual à Nação quisemos trazer uma análise objectiva e consciente para os moçambicanos de forma transparente conhecerem o seu País real.

Hoje, estamos a celebrar o fim do ano, mas mais que trazer o que foi feito, queremos perspectivar e depositar o sonho de esperança dos moçambicanos para 2016.

A grande mensagem de fim de ano, é o apelo para um 2016 de muito trabalho para todos os moçambicanos elegíveis ao trabalho.

Em 2016 conduziremos o processo para inversão na política de subsídios de importação para subsídios de produção. Isto significa maior rigor de investimento público.

A Administração do Distrito, que é o centro das atenções da nossa governação, estará focalizada para o aumento da produção e da produtividade.

Isto significará mais descentralização de recursos, extremo rigor e transformação do Distrito em centros de resultados por excelência.

A estabilização da nossa economia dependerá só e só do aumento sempre crescente da produção e da produtividade.

No dossier mais importante para os moçambicanos, que é o da Paz, estamos a trabalhar nele usando todas as vias possíveis de diálogo. Há interesse comum e apoios de todos que estão pela Paz, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Continuaremos a encurtar o caudal dos intermediários para conseguirmos encontros directos com as lideranças envolvidas.

Os intermediários, devido a importância que pretendem ganhar neste processo por vezes não transmitem fielmente as mensagens emitidas pelas partes.

Mais uma vez a nossa vontade comum sairá vitoriosa e vencerá sobre a desconfiança.

Queremos assegurar a todos os nossos compatriotas, que o Governo vai fazer a sua parte com a coragem e determinação necessárias.

O sonho de esperança de marcar diferença, fazendo o máximo por Moçambique, prevalece nos nossos corações.

Moçambicanas e Moçambicanos!

O Governo já iniciou com a tomada de medidas de curto e médio prazos que respondam às necessidades de produção de bens essenciais.

Como temos vindo a dizer, todos os nossos esforços e objectivos, tendem a incentivar e estimular a produção, acompanhado com medidas de contenção de custos e promoção da cultura de poupança.

A nível do Banco Central medidas adicionais estão em curso, visando regular a liquidez e conter a procura da moeda no mercado.

As medidas em curso, visam também o reforço da disponibilização de divisas no mercado cambial doméstico, com o objectivo de apoiar os agentes económicos para a importação de matérias-primas e outros bens essenciais de consumo para manter o funcionamento da economia.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Permitam-me, que reitere a minha saudação a todos os moçambicanos pela entrega, determinação e espírito patriótico com que se têm empenhado nas várias frentes e de diversas formas para a construção do desenvolvimento pessoal e, por via disso, do nosso Moçambique.

É verdade que temos ainda um percurso longo, sinuoso e complexo, pela frente, mas temos a certeza que o desenvolvimento de Moçambique é irreversível.

Vamos todos, como Nação, trabalhar para o bem colectivo, consolidando a Paz, assegurando o progresso e o bem-estar de todos moçambicanos, sem algum tipo de distinção.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Endereçamos aos presentes, a todo o Povo moçambicano, no País e no estrangeiro, e aos estrangeiros no nosso País, votos de Festas Felizes e Próspero Ano Novo.

Que 2016 seja um ano de renovada esperança para todos os Moçambicanos.

A terminar propomos um brinde:

- ❖ à saúde e ao sucesso de todos os moçambicanos;
- ❖ à unidade, paz e progresso de Moçambique.

Muito obrigado pela atenção dispensada!

V PARLAMENTO INFANTIL

“ Investir no Bem-Estar da Criança é Garantir o Futuro de Moçambique ”
Maputo, 20 e 21 de Agosto de 2015



ENCERRAMENTO DO V PARLAMENTO INFANTIL NACIONAL

Discurso de Sua Excelência Filipe
Jacinto Nyusi, Presidente da República
de Moçambique, no encerramento do
V Parlamento Infantil Nacional
Maputo, 21 de Agosto de 2015

ENCERRAMENTO DO V PARLAMENTO INFANTIL NACIONAL

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Senhora Ministra do Género, Criança e Acção Social;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Município de Maputo;

Querido Presidente do Parlamento Infantil;

Caros Convidados;

Prezadas Meninas;

Prezados Meninos;

É para nós um motivo de grande alegria e emoção estar aqui nesta sala, onde trabalham os Representantes do Povo, para conversar com os nossos queridos parlamentares de palmo e meio.

Sentimo-nos mais orgulhosos e abençoados por na qualidade do mais Alto Magistrado da Nação, estar pela primeira vez nesta casa do Povo com as minhas estimadas e amigas crianças, vocês que são a meta da nossa governação.

Viemos testemunhar o exercício da democracia e da cidadania praticadas pelas meninas e meninos aqui presentes, como sinal inequívoco de que estamos no caminho certo no investimento que fazemos para o futuro seguro das crianças, do nosso País.

Agradecemos e saudamos calorosamente a Assembleia da República por nos acolher nesta Magna Casa e ao Ministério do Género, Criança e Acção Social por nos dar a oportunidade de interagir com as crianças de todo território nacional, aqui representadas.

Felicitemos a todas as crianças do Rovuma ao Maputo e endereçamos uma palavra de apreço a realização do quinto Parlamento Infantil sob o lema "Investir no bem-estar da criança é garantir o futuro de Moçambique".

Estamos satisfeitos porque o vosso lema está dentro das prioridades do nosso Governo que é promover o desenvolvimento humano e social com enfoque na criança como garante do futuro de Moçambique.

Prezadas Meninas;

Prezados Meninos;

Os vossos direitos estão dentro das minhas prioridades e do Governo que estou a dirigir.

Por isso, conversar convosco, caros deputados e representantes da criança Moçambicana é muito importante pois permite que convosco definamos e actualizemos as prioridades e as reais preocupações da criança.

Assim, queremos saudar o trabalho realizado pelos membros dos Parlamentos Infantis dos distritos, das províncias e Nacional por estar a ajudar as crianças de todo o País a ter oportunidade para discutir os seus problemas e canalizar de forma fluida ao Governo.

Encorajo para que continuem a apresentar as vossas prioridades e preocupações aos membros do Governo, da Assembleia da República, da Justiça e à Sociedade Civil e façam isso em todos os níveis da nossa Governação.

Sabemos que já realizaram quatro sessões do vosso Parlamento Infantil Nacional.

Estou feliz por saber que participaram em cada uma delas mais de 100 meninas e meninos de todo o país.

Sabemos também que esses meninos foram escolhidos nas escolas, nos centros e projectos de atendimento à criança em situação difícil e nas associações infanto-juvenis. Sabemos que são provenientes de todas sensibilidades sociais.

Para além das vossas recomendações chamarem atenção aos titios, pais e encarregados de educação sobre a falta de cumprimento dos vossos direitos, através deste acto soberano, vocês, cedo começam a assimilar as práticas da democracia, ganhando os valores da unidade nacional e noção do colectivo.

Esta é a escola real onde aprendem a respeitar a diferença e as opiniões dos outros concidadãos, a ser tolerante e a perdoar. Neste meio, vocês descobrem o amor a Paz e a solidariedade.

É nesta plataforma, onde vocês exercem o direito de voto para eleger e ser eleitos para representar outras crianças do seu distrito e Província.

É também aqui onde vocês começam a exercer a cidadania, a saber respeitar a Constituição da República e a diferenciar e respeitar o poder judicial, legislativo e executivo.

É de facto aqui onde sentimos que a cidadania significa conhecer os direitos e deveres de cada cidadão perante o Estado.

Estimados Deputados!

Apraz-me constatar que, felizmente, vocês já conhecem os vossos direitos e deveres o que contribui para o desenvolvimento humano das nossas crianças.

Da mesma forma sabem e já cantam que tem o dever de respeitar os pais e os mais velhos, de estudar, de cuidar da saúde individual e colectiva, o dever de assumir-se como moçambicanos patriotas.

A realização desta quinta Sessão da vossa organização mostra que demos um grande passo em frente na protecção e defesa dos direitos da criança Moçambicana.

Estão de parabéns pela forma como estão a exercer e fiscalizar os vossos direitos, como cidadãos de tenra idade, o que deve constituir modelo para a sociedade. Esta é uma das conquistas dos 40 anos de independência que Moçambique festejou no dia 25 de Junho deste ano.

Como podem verificar o Parlamento Infantil é um dos vossos melhores mecanismos para participarem na vida política, social e económica do nosso país, exercendo e fiscalizando o cumprimento dos direitos da criança.

Prezadas Meninas;

Prezados Meninos;

A mensagem que acabam de transmitir conforta-nos porque mostra que vocês conhecem os vossos direitos e sabem identificar as vossas prioridades e preocupações. Igualmente, entendem os vossos deveres.

Ficamos muito felizes por constatar que vocês têm a consciência de que são o futuro da nação moçambicana e assumem que a educação é ferramenta triunfal para alcançarem sucessos.

No entanto, a vossa mensagem aumentou a nossa sensibilidade e preocupação sobre a situação difícil em que se encontram ainda muitas crianças.

Isto significa que apesar dos avanços alcançados ainda há muito trabalho por fazer para tornar risonho o futuro de todas as crianças moçambicanas. Tomámos nota das vossas preocupações e queremos dizer-vos que fazem parte da prioridade do vosso Governo.

É por isso que vocês tiveram a ocasião de conversar com os titios Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar, da Educação e Desenvolvimento Humano, da Saúde, do Género, Criança e Acção Social, da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e outros. O que eles vos disseram faz parte do trabalho do Governo para garantir a vossa protecção, assistência e crescimento.

Sabemos que temos que redobrar o nosso esforço para inverter a situação das crianças que estão ainda em condições difíceis.

O acesso à comida, à escola, à saúde, à água potável e à habitação condigna. Em resumo ao seu desenvolvimento social harmonioso e equilibrado.

Preocupa-nos ainda a situação de crianças que se tornam chefes de família precoce, pela morte dos pais vítimas de doenças ou de acidentes.

Preocupa-nos crianças sem vagas para estudarem, crianças que estudam ao relento, que estudam sem carteiras ou material escolar. Preocupa-nos crianças que nascem

distantes das maternidades, crianças portadoras de deficiências, crianças com subnutrição crónica e aguda.

Assim como nos preocupam os casamentos prematuros, o tráfico de crianças e agora de crianças albinas, o trabalho infantil, as crianças consumidoras do álcool, tabaco e drogas.

Sabemos ainda que temos que apostar na massificação de escolas especiais para garantir o acesso à educação a este grupo social de crianças, assim como o estabelecimento de infra-estruturas desportivas, culturais, de recreação, parques infantis e outras.

Queremos, mais uma vez, dizer que os Direitos da Criança são prioritários na nossa governação. O nosso Programa tem a criança como centro de atenção, a razão de esperança.

Por isso, criamos o Ministério que se dedica aos direitos da criança: o Ministério do Género, Criança e Acção Social, o vosso Ministério.

Prezadas Meninas;

Prezados Meninos;

Mais uma vez, queremos manifestar a nossa grande alegria por este convívio em que partilhamos experiências interessantes.

Fazemos votos para que continuem a fazer a fiscalização dos vossos direitos e ajudando os titios a encontrar a solução dos problemas.

Com estas palavras temos a honra de declarar encerrada a Quinta Sessão do Parlamento Infantil.

Bem haja Parlamento Infantil!

Bem haja a Criança do meu País!



RECEPÇÃO DAS CHAVES DA CIDADE DE MAPUTO

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi,
Presidente da República de
Moçambique, por ocasião
da recepção das chaves da
Cidade de Maputo

RECEPÇÃO DAS CHAVES DA CIDADE DE MAPUTO

Iniciámos esta manhã a nossa primeira visita a Cidade de Maputo. Ao longo do percurso que fizemos, fomos alvos duma recepção carinhosa e entusiástica dos moradores da nossa cidade capital.

Permitam-me, pois, que tome esta oportunidade para, de forma viva, agradecer aos munícipes da Cidade de Maputo pela forma como nos receberam: a mim e a delegação que nos acompanha.

Estou certo de que esta é a recepção que concedem a todos que decidem visitar a nossa bela capital – a Cidade das Acácias. Muito, muito obrigado por todo este carinho. Continuem a tratar bem a todos visitantes para que levem da nossa cidade apenas boas recordações e saudades.

Por decisão soberana da Assembleia Municipal desta urbe, foi-nos entregue a Chave da Cidade. Segundo a nossa tradição, não se entrega a chave da nossa casa a estranhos. Noutras palavras, só entregamos a chave da nossa casa a alguém em quem confiamos inteiramente.

Assim, aceito a Chave da Cidade como uma manifestação, clara e inequívoca, da confiança que depositam em mim, Filipe Nyusi, como Presidente da República de Moçambique.

Tal como o cidadão anónimo a quem foi confiada uma chave, prometo tudo fazer para honrar a confiança que foi em mim depositada e não defraudar as expectativas dos munícipes de Maputo e dos moçambicanos, no geral.

A chave da vossa casa está em boas mãos.

Senhor Presidente do Município de Maputo,

Minhas senhoras e meus senhores,

Durante o dia de hoje tivemos a oportunidade de viver mais de perto a realidade da nossa capital. Fizemo-lo através dos contactos interpessoais, das reuniões de trabalho e da visita as obras de construção da ponte que ligará Maputo à KaTembe.

Foi possível perceber quão dinâmica é a nossa capital e quantas expectativas residem nos seus habitantes.

Pudemos testemunhar o crescimento rápido que se assiste nesta cidade, mas fomos também confrontados com os desafios que as autoridades enfrentam no seu dia para manter, e melhorar, a qualidade de vida dos seus habitantes.

Estamos certos de que não é fácil governar ou gerir uma capital, qualquer que seja.

Estamos também cientes de que os desafios de gestão de qualquer cidade, necessitam do envolvimento e comprometimento tanto das autoridades como dos munícipes.

Por isso, é fundamental que os munícipes, através dos seus representantes neste órgão participem, de forma activa e comprometida, na definição das prioridades e desafios do município e na solução dos problemas identificados.

Os membros das assembleias municipais não devem ser parte dos problemas trazidos pelos munícipes, mas sim a parte fundamental na solução dos problemas.

Foi por isso, e para isso, que foram eleitos e só assim se justifica o seu mandato!

Da nossa parte, podem contar com todo o apoio no cumprimento e respeito pelas posturas camarárias, assim como no respeito das decisões tomadas por este órgão.

Eu também sou um munícipe da Cidade de Maputo!

Senhor Presidente do Município,

Minhas senhoras e meus senhores,

Nas últimas semanas fomos, mais uma vez, confrontados com o fenómeno da xenofobia na vizinha República da África do Sul, a qual vitimou concidadãos nossos.

Manifestamos, mais uma vez, o nosso repúdio e apreensão pela situação.

Através dos meios adequados já fizemos chegar o nosso sentimento ao Governo Sul-africano.

Aos nossos concidadãos, endereçamos a nossa solidariedade e criamos equipas de trabalho, na África do Sul e em Moçambique, para prestar todo o apoio possível neste momento. Continuaremos atentos até que a situação se estabilize.

Apelamos a todos os cidadãos moçambicanos para não retaliarem aos actos de xenofobia.

Sofremos todos com o sofrimento infligido aos nossos irmãos, mas não devemos, em momento algum, pensar que a solução passa por devolver o mal que nos fizeram.

Esta é uma oportunidade para reafirmarmos os nossos valores de Povo solidário e amante da Paz.

A terminar, agradeço a vossa atenção e faço votos de que, cada vez mais o Município e os seus órgãos assumam com responsabilidade a sua missão, indo de encontro as necessidades dos munícipes que os elegeram.

MUITO OBRIGADO!



XII FESTIVAL NACIONAL DOS JOGOS DESPORTIVOS ESCOLARESESTUDANTES SOLIDÁRIOS E PROACTIVOS

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi,
Presidente da República de
Moçambique, por ocasião da
cerimónia de abertura do XII
Festival Nacional dos Jogos
Desportivos Escolares
Cabo Delgado, 15 de Agosto
de 2015

XII FESTIVAL NACIONAL DOS JOGOS DESPORTIVOS ESCOLARES ESTUDANTES SOLIDÁRIOS E PROACTIVOS

SENHORES MEMBROS DO CONSELHO DE MINISTROS,

SENHORA GOVERNADORA DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO,

SENHOR PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE PEMBA,

SENHORES REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL,

QUERIDOS E ESTIMADOS ATLETAS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

COMPATRIOTAS!

Vimos a Pemba ver e viver esta memorável festa do desporto estudantil que na mesma cidade, nos mesmos campos de jogos e nos mesmos dormitórios, junta jovens moçambicanos de todas as províncias e de diversos estratos sociais, num convívio

salutar, entrelaçando-se como filhos da mesma gema e imbuídos pelo espírito de unidade nacional, paz e desenvolvimento do país.

Ao aceitarmos estar presentes e presidir a cerimónia de abertura do XII Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares Cabo Delgado 2015, que decorre nesta bela e acolhedora cidade de Pemba. Viemos nos juntar à juventude alegre e orgulhosa de pertencer a uma Nação, esta Pátria.

Não estávamos enganados que encontraríamos uma juventude sem dúvidas da sua moçambicanidade, a saborear suculentamente o fruto da liberdade e independência na sua expressão mais material.

Vínhamos a saber que íamos ao encontro das lindas cores da nossa bandeira em corpos trajados de vários estilos, mas sobretudo em corpos de uma juventude vigorosa, que sonha apenas, e só apenas, um Moçambique, do Rovuma ao Maputo. Um país não retalhado, assim como se apresenta neste estádio, um País em Paz.

Estão de parabéns adolescentes e jovens moçambicanos e, por esta ocasião, gostaríamos de vos felicitar, a todos, desde os que a partir da fase entre turmas nas escolas, passando pela distrital e provincial, para desembocar na vigente fase nacional, se envolveram multiformemente neste grande evento desportivo escolar nacional.

Saudamos os alunos, professores, técnicos e dirigentes de todas as províncias do país que aceitaram o desafio de viajar a Cabo Delgado para competir, apreciando as belas paisagens, tornando este festival nacional um verdadeiro espaço de convivência e de promoção de valores atléticos e culturais entre todos os moçambicanos.

Saudamos, igualmente, os pais e encarregados de educação que, assumindo a importância do desporto, da convivência sã e do cumprimento dos deveres escolares, apoiaram os filhos na sua preparação para este evento de grande importância para a consolidação da unidade nacional.

É também digna de saudação a Direcção do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano com o envolvimento directo do Ministério da Juventude e Desporto, por concretizar a missão do nosso Governo. Bem haja a todos.

CAROS ESTUDANTES E PROFESSORES, COMPATRIOTAS!

A nossa presença neste evento, tem ainda um significado especial para nós, pois traduz o valor que emprestamos a esta realização.

Na verdade, não viemos apenas cumprir a rotina do calendário que tem sido escrupulosamente seguido ao longo dos anos.

O XII Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares que aqui tem lugar, remete-nos na nossa qualidade de gestores para uma reflexão profunda e conjunta a respeito do verdadeiro alcance dos festivais que regularmente realizamos.

É nossa intenção, transformar os Jogos Escolares numa autêntica estufa de plantas melhoradas para ocuparem o viveiro do desporto nacional, que clama por mais qualidade e melhor competitividade.

Interessa-nos que o festival de Cabo Delgado, seja o ponto de partida para uma ainda melhor abordagem do que fazemos com tamanha riqueza que a nossa estufa de talentos ostenta e que o nosso viveiro de craques cria.

Teremos que descobrir o mais rapidamente possível a razão por que a jusante nos contradiz com a qualidade dos resultados que apresentamos, quando já adultos somos chamados a representar a nação, no conjunto de outras nações da região e do mundo.

Volvidos 40 anos da nossa existência como nação, temos pouco tempo para tudo fazer, com vista a descobrir o ponto de descontinuidade da evolução dos atletas que o país produz todos os anos, provenientes de diferentes pontos de Moçambique, através dos festivais dos jogos desportivos escolares e outras iniciativas de parceiros, que não permite melhores resultados.

Temos que descobrir a falha que faz com que corredores dos planaltos de Manica, Lichinga ou de Mueda e outras regiões geográficas que nos habituaram a trazer jovens para o atletismo, só os produz para o nível de iniciados ou juvenis, depois do que desaparecem do mapa desportivo da província ou da nação.

É por isso nossa obrigação, perceber a razão por que as nossas selecções, em quase todas as modalidades, são feitas com base em atletas alistados ao acaso e não como fruto de um acompanhamento competente e sistemático.

Somos chamados a, como em outras actividades que requerem investimento e tem custos ao bolso comum, procurar resultados ainda que seja em medida escalar, ou ainda física.

Caros estudantes, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No ano do quadragésimo aniversário da independência nacional, coincidiu que os jovens estudantes e desportistas se reunissem nesta província, onde a história do nosso processo de libertação é tão próxima de cada habitante, prenhe de feitos que os conhecimentos livrescos já dizem em teoria e aqui podem ser completados.

Tal facto enobrece os próprios jovens. É um gesto de resgate da nossa história, para que os estudantes vivam e saibam donde viemos, no longo percurso que nos levou à celebração da nossa moçambicanidade, aqui materializada.

Não obstante as vicissitudes de diversa índole por que passamos e que nos referimos, ao celebrarmos o desporto escolar, por ocasião do XII Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares, celebramos todos os feitos e todas as conquistas do nosso desporto, tanto dentro como fora das fronteiras nacionais. Portanto, nem tudo ficou parado no tempo.

Desde a primeira edição, em 1978, os Festivais Nacionais dos Jogos Escolares não são somente a montra e o clímax do desporto escolar como também a demonstração de que, efectivamente, temos uma juventude talentosa e capaz de oferecer as alegrias que os moçambicanos sempre anseiam.

Exemplos eloquentes de selecções nacionais de atletismo, andebol, basquetebol, futebol e recentemente de ginástica, na modalidade de "rop skipping" entre outras modalidades, com reconhecidos êxitos internacionais, constituídos por atletas idos dos Jogos Escolares, são vários e orgulham-nos por ver essa semente lançada à terra a dar frutos que nos engrandecem como Povo e como Nação.

O desporto na escola, desde o nível primário ao superior, deve ser uma actividade permanente. O jovem estudante deve encontrar na escola o seu clube desportivo, tal como encontra no Maxaquene, no Têxtil do Púnguè ou na Associação Desportiva ou Ferroviário de Pemba.

Se, no desporto federado, somos sócios e adeptos de um clube, rejubilamos e nos orgulhamos com as vitórias, os nossos estudantes devem também se orgulhar pela sua escola, por envergar a camisola da sua escola e pelos seus sucessos.

E esta cadeia de valor, da escola ao federado, deve ser muito bem acarinhada, através do investimento nos melhores treinadores, nas melhores infra-estruturas, no equipamento adequado, acrescido de criatividade e nos melhores dirigentes.

Sem esgotar o debate que se deve abrir, sobre o aproveitamento da matéria-prima que os festivais fornecem à sociedade, nos parece que o “casamento” escola-clube federado, seria uma opção para o encaminhamento dos talentos que o desporto escolar produz o que representaria uma grande motivação para a juventude vitoriosa e saudável.

Amade Chababe fez-se neste campo e temos os outros exemplos pelo país, a exemplo de Lurdes Mutola, Chiquinho Conde, Lucas Sinóia, Clarisse Machanguana, Tico-Tico, Dominguez, Deolinda Ngulela ou Ana Flávia Azinheira, são referência para qualquer jovem se inspirar e lograr sucesso na sua carreira.

CAROS COMPATRIOTAS!

O governo no âmbito do desenvolvimento humano e social, acarinha e acompanha todas as iniciativas que visam a promoção e desenvolvimento do nosso desporto e o crescimento são e harmonioso dos nossos jovens.

Investimos no desporto com a consciência de que o mesmo contribui grandemente para a formação intelectual e física do ser humano. Temos é que ser ousados e suficientemente hábeis para colocarmos o desporto escolar na vanguarda.

E, daqui de Cabo Delgado, deste festival que hoje inicia, acreditamos que sairão jovens que num futuro muito breve envergarão a camisola da selecção nacional de diferentes modalidades.

Mas é necessário que esses jovens se empenhem e encontrem do nosso lado, do lado da sociedade e dos pais e encarregados de educação, a devida atenção, carinho e encaminhamento.

Temos a certeza que vocês representam uma simples amostra, do universo que sairão os campeões do amanhã. Mas a sociedade moçambicana quer que saiam também os campeões do patriotismo, da moçambicanidade, da paz, da solidariedade, da proactividade, da ética, da moral, da auto-estima e do orgulho de pertencerem a uma Nação que se orgulha da sua juventude. Os campeões da promoção do desenvolvimento e progresso.

Por isso, aconselhamos os organizadores para que daqui há dois ou quatro anos, procedam com a apresentação da evolução de cada estudante participante deste festival, quer nas respectivas disciplinas desportivas quer a nível da sua própria integração escolar e social, à guisa de um acompanhamento que nos possa explicar no futuro os percalços ou as valências que determinaram o desperdício ou a progressão de atletas ao longo da cadeia da sua formação, desportiva e humana.

CAROS JOVENS, COMPATRIOTAS,

A finalizar, queremos manifestar, uma vez mais, o nosso apreço pelo envolvimento de todos os cidadãos na preparação deste Festival.

Em particular, queremos dirigir-nos aos cidadãos da Província de Cabo Delgado que nos proporcionaram este acolhimento agradável.

O nosso agradecimento é extensivo aos dirigentes desta província, incluindo do Município da bela cidade de Pemba, que assumiram com responsabilidade o seu papel na realização desta grande festa desportiva escolar.

Aos parceiros que souberam assumir a sua responsabilidade social, endereçamos o nosso apreço.

Façamos do XII Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares, que decorre sob o lema "Estudantes solidários e proactivos", um momento de solidariedade, de alegria, de convívio, de amizade e de promoção dos valores mais nobres da UNIDADE NACIONAL, PAZ E PROGRESSO.

Deste modo, declaro solenemente aberto o XII Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares.

MUITO OBRIGADO!



**MONUMENTO DA MATOLA
SÍMBOLOS DA LUTA PELA
LIBERDADE DOS POVOS
MOÇAMBICANO
E SUL-AFRICANO**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
por Ocasão da Inauguração
do Monumento e Centro de
Interpretação da Matola
Maputo, 11 de Setembro de 2015

MONUMENTO DA MATOLA SÍMBOLOS DA LUTA PELA LIBERDADE DOS POVOS MOÇAMBICANO E SUL-AFRICANO

Sua Excelência Jacob Zuma, Presidente da República da África do Sul;

Sua Excelência Joaquim Alberto Chissano, Antigo Presidente da República de Moçambique;

Senhor Primeiro Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Senhores Membros do Governo da República da África do Sul e do Governo da República de Moçambique;

Senhores Deputados;

Senhor Governador da Província de Maputo,

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Matola,

Senhores Representantes de Partidos Políticos;

Caros moçambicanos e Sul-africanos;

Caros familiares dos Mártires da luta contra o regime do Apartheid;

Ilustres convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com viva emoção e sentimento de profunda alegria que acolhemos neste Município da Matola, Sua Excelência Presidente Jacob Zuma, por ocasião da inauguração deste Monumento e do Centro de Interpretação, erguidos em Homenagem aos Mártires do ataque do Apartheid, que simboliza a irmandade e solidariedade que sempre caracterizaram a relação entre os Povos Moçambicano e Sul Africano.

A visita de Vossa Excelência ao nosso país e, em especial, à Cidade da Matola, torna real um desejo antigo dos nossos Governos e dá sequência aos entendimentos alcançados, durante a sua recente visita a Moçambique, em Maio do corrente ano, de eternizar a luta heroica dos nossos povos.

Queremos, pois, Caro Presidente, desejar boas vindas e um feliz regresso à casa, porquanto esta Cidade transporta parte significativa do histórico e nostálgico legado de engajamento dos nossos dois povos na luta contra o colonialismo e o racismo.

Caros convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Foi neste lugar que no fatídico dia 30 de Janeiro de 1981, o regime de Apartheid, mais uma vez, escolheu mostrar a sua verdadeira face cruel e desumana, contrariando todas regras elementares de convívio no concerto das Nações.

Foi uma clara afronta à nossa integridade territorial, soberania, à nossa paz e todas as formas de direitos Humanos. Vitimou pessoas inocentes, destruiu residências, escolas, unidades produtivas e sociais.

Esta obra, que inauguramos emana do imaginário colectivo dos nossos Povos, que é também uma das formas de celebração da nossa irmandade e solidariedade.

Este Monumento é um dos maiores símbolos, que sintetiza o nosso percurso de luta contra os regimes coloniais e racistas. Imortaliza os feitos de homens e mulheres que escreveram, com o sacrifício das suas próprias vidas, as páginas mais nobres da nossa história comum.

O Monumento cristaliza a nossa essência existencial, definindo a nossa identidade comum, através do nosso labor, dos nossos casamentos, das nossas lutas pela paz e progresso e bem-estar para os nossos Povos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ilustres convidados,

Os regimes colonial português e do Apartheid, tentaram, sem sucesso, destruir a convivência salutar entre os nossos dois Povos. Tentaram minar a dignidade e as relações sócio-culturais que desde sempre nos caracterizaram.

As fronteiras artificiais e administrativas impostas pelos impérios, bem como a nossa diversidade etno-cultural, foram ampla e profundamente exploradas por estes regimes, como instrumentos de divisão e confrontação entre nós.

A nossa memória colectiva repousa nesta dimensão histórica e tradição da nossa luta contra a colonização e contra a discriminação racial.

Este monumento constitui, igualmente, uma merecida homenagem ao saudoso Presidente Samora Machel. Ele nos ensinou que a nossa independência nunca seria completa, enquanto houvesse Povos oprimidos na nossa região, particularmente, o Povo irmão da África do Sul.

Com Samora Machel, desenvolvemos o internacionalismo militante, que continua a orientar a nossa postura no concerto das nações, apostando no humanismo e na solidariedade internacional.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ilustres convidados,

Passaram já 35 anos, após a triste madrugada de 30 Janeiro, em que, a população da Matola acordou sobressaltada por violentos estrondos de armas pesadas, operadas a

partir de meios militares aéreos, por um grupo de comandos, mercenários ao serviço do então governo sul-africano do Apartheid.

Mais do que isso, este acto macabro tirou a vida a dezassete combatentes pela liberdade do Umkhonto we Sizwe, braço armado do “Congresso Nacional Africano, que tinha a cidade da Matola, como sua retaguarda na luta contra o regime do apartheid, luta essa, que também, era luta do povo moçambicano.

Com a sua acção, o regime do Apartheid para além de dizimar cidadãos indefesos, criando dor e luto, misturou o sangue dos Povos Moçambicano e Sul-Africano, fortalecendo a nossa determinação comum na luta pela paz, democracia e liberdade que hoje desfrutamos.

Nas mesmas circunstâncias, cinco moçambicanos e um cidadão português perderam a vida e muitos outros moçambicanos ficaram feridos como documenta o Centro de Interpretação que está adjacente ao Monumento.

Os nomes de todos estes constam do Monumento e estão eternamente gravados nos corações de todos nós moçambicanos e dos irmãos sul-africanos, para que jamais sejam esquecidos, como exemplo de luta pela liberdade.

Esta foi apenas uma referência dos ataques hediondos do regime de Apartheid que na tentativa desesperada de travar a nossa determinação e deter a nossa marcha rumo a libertação da Terra e dos Homens a quem tinham retirado toda a sua dignidade e condição humana.

Recordamos, igualmente, entre outros, os ataques ocorridos no distrito de Namaacha, em 1982, nas cidades da Matola e Maputo, ocorridos em 1983 e 1987, respectivamente.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ilustres convidados,

Com o Monumento da Matola, valorizamos a luta dos Partidos FRELIMO e do ANC, pela libertação da região da África Austral, contra a dominação colonial e contra o apartheid.

Aprofundamos a tradição de convivência entre os Povos e Governos Moçambicano e Sul-africano. Eternizamos a determinação e coragem dos nacionalistas moçambicanos e sul-africanos registadas na luta pela libertação da região da África Austral. Colocamos à disposição das novas gerações a história comum dos Povos Moçambicano e Sul-africano.

Com este empreendimento, os nossos países passam a contar com mais uma instituição museológica, que irá contribuir para a divulgação mais ampla da história contemporânea de Moçambique e da África do Sul, no contexto do desenvolvimento da cultura dos dois povos.

Estamos certos que este Centro de Interpretação da Matola será utilizado, como meio educativo para as gerações presentes e futuras de Moçambique e África do Sul e do mundo, em geral.

A exposição dos conteúdos do Monumento e do Centro de Interpretação da Matola ajudará a compreender e a divulgar as relações sócio-culturais e históricas entre os dois Povos e Países irmãos de Moçambique e da África do Sul.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A determinação do Povo moçambicano foi sabiamente expressa pelo Presidente Samora Machel, por ocasião do funeral dos mártires do ataque à Matola de 30 de Janeiro de 1981, quando publicamente proferiu as célebres palavras: "QUE VENHAM!" Estas palavras ficaram para a nossa história e permanecem, até hoje, nas nossas memórias e representam afora a forma mais corajosa de dizer a Luta Continua, Independência ou Morte, Venceremos!

Estas acções mostram que ontem vencemos o regime do Apartheid, porque estávamos unidos, juntos, determinados e tínhamos clareza dos nossos objectivos.

Esta nossa afirmação foi defendida a 14 de Fevereiro de 1982, pelo saudoso Oliver Tambo, então Presidente do ANC, quando afirmou e cito " A vossa resposta- a resposta de uma nação forjada nos fornos furiosos de duas guerras brutais- teve um impacto dinamizador em toda a África Austral e em todo o continente" fim de citação.

Queríamos a liberdade, queríamos o respeito pela dignidade humana e bem-estar do Povo. Hoje unidos, também, podemos vencer o divisionismo e a pobreza que é inimigo número um dos Povos.

Queremos destacar o Monumento de Mbuzini que foi erguido, em território sul-africano, em memória do saudoso Presidente Samora Moisés Machel e membros da sua delegação.

Com nostalgia lembramos que o Pai da Nação moçambicana foi vítima de acidente de aviação, ocorrido a 19 de Outubro de 1986, quando regressava de uma Missão de Paz para a região, na Zâmbia. A Paz que Ele queria para toda África Austral em primeiro plano, surgiu.

Esta tragédia está indissociavelmente ligada à luta dos Povos da África Austral contra o Regime do Apartheid da África do Sul. Esta História Heróica estará indelevelmente registada neste Centro de Interpretação e no Monumento.

Os monumentos da Matola e de Mbuzini assumem um significado especial, porque se ligam historicamente e sintetizam os esforços dos nossos Povos, na luta pela liberdade e pela manutenção da paz na região da África Austral.

Por isso, é importante que os Povos de Moçambique e da África do Sul e, em particular, a população da Matola vejam este Monumento como espaço de identidade colectiva e de eternização da memória colectiva dos Povos Moçambicano e Sul-Africano.

Minhas senhoras, meus senhores,

Ilustres convidados,

Antes de terminar, permitam-me reiterar que Moçambique continuará a ser a Pátria dos cidadãos sul-africanos, como forma eterna de homenagear aos que pela liberdade dos nossos Povos ofereceram suas vidas.

HOJE, a nossa região está cada vez mais comprometida com a construção da integração regional, em paz e estabilidade, condições fundamentais para o sucesso da estratégia

da industrialização que recentemente aprovamos. E estes feitos que registamos, nos remetem a uma grande reflexão sobre o que cada um faz e como faz, para que a Paz prevaleça nos nossos países.

Terminamos, felicitando o Povo sul-africano e ao Presidente Zuma pelo facto de perpetuar o sacrifício consentido pelos heróis que hoje celebramos a sua determinação. Felicitamos, igualmente, ao Povo moçambicano.

Esta é a lição presente e futura da história comum, dum Povo irmão e dum passado real que garantiu este presente que os Povos moçambicano e sul-africano vivem.

Muito obrigado pela atenção!



BANQUETE POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
no banquete por ocasião da
Visita de Estado à República
Unida da Tanzânia de 17 a 19
de Maio de 2015

BANQUETE POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA

Sua Excelência Jakaya Kikwete, Presidente da República Unida da Tanzânia,

Ilustres Membros do Governo da República Unida da Tanzânia,

Distintos Membros do Parlamento da República Unida da Tanzânia,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer a Sua Excelência Presidente Jakaya Kikwete, Presidente da República Unida da Tanzânia, por nos ter convidado para realizar esta visita de Estado, a nossa primeira como Presidente da República de Moçambique.

Gostaria, igualmente, de em meu nome e em nome da Delegação que me acompanha, expressar a nossa profunda gratidão ao povo e governo da República Unida da Tanzânia pela calorosa recepção e hospitalidade que temos estado a receber desde que chegamos a este encantador país irmão.

A República Unida da Tanzânia será sempre para nós segunda casa. Este laço de amizade foi construído pela nossa História comum na heroica luta contra o colonialismo e pela libertação socioeconómica.

Este sentimento está fundado no sangue que, em tempos, derramámos juntos e está cimentado no presente, na luta partilhada por um futuro melhor, de um e do outro lado da fronteira.

O Rio Rovuma não nos separa, é sim a artéria que alimenta um único corpo, um corpo feito do mesmo sofrimento no passado e da mesma esperança no futuro.

Nós moçambicanos, jamais esqueceremos o papel desempenhado pela Tanzânia para com Moçambique em particular, e para com a África Austral em geral.

Essa prova de amizade é hoje, mais do que nunca, uma prova de como as nações africanas podem construir, juntas, o seu próprio bem-estar, enquanto espaços geográficos vizinhos, criadores de amizade e de riqueza.

Não esquecemos o papel incomensurável desempenhado pelo Mwalimu JULIUS NYERERE, na luta de libertação e na construção de Moçambique e da Tanzânia e liberdade dos seus povos. Neste momento histórico é justo que se homenageiem os nossos heróis abnegados e altruístas, porque os seus sacrifícios tornaram possível o que somos hoje.

Constatamos, com enorme satisfação, o progresso alcançado pelos nossos dois países no aprofundamento da nossa cooperação bilateral, que tem uma raiz antiga e profunda.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Com esta visita reafirmamos o nosso compromisso em estreitar as relações entre os nossos dois países e povos. Com ela pretendemos também identificar acções concretas para elevar o nível das nossas relações económicas e comerciais ao mesmo patamar das nossas relações políticas e diplomáticas.

Acreditamos que podemos explorar, de modo mais eficiente, as interdependências das nossas economias e a complementaridade dos nossos recursos.

Acreditamos ainda que existe um grande potencial para incrementar a nossa cooperação em novos domínios, principalmente depois da descoberta das imensas reservas de gás nos nossos países.

A nossa presença aqui permitirá avaliar sinergias na exploração desse enorme potencial, de modo que possamos juntar esforços para acelerar o desenvolvimento económico dos nossos países. Esse crescimento contribuirá para o crescimento da nossa região em particular, e do continente em geral.

Para o alcance deste objectivo, precisamos de reforçar as vantagens comparativas e competitivas das nossas economias, promovendo a industrialização, o crescimento económico sustentável e dando prioridade e apoio às pequenas e médias empresas.

Neste contexto, Moçambique tem vindo a adoptar medidas visando a transformação da base de produção existente, bem como aumentar a qualidade do capital humano, da produtividade e do trabalho, incluindo a transformação agro-alimentar, promoção de cadeias regionais de valor e acesso ao financiamento.

Senhor Presidente,

Distintos Convidados,

Falamos no início de como Moçambique e a Tanzânia construíram uma história feliz de solidariedade e de cooperação. As nossas duas nações continuam hoje a renovar essa vizinhança exemplar.

Durante a nossa visita, discutiremos mecanismos para incrementar a cooperação económica e, desta forma, podermos melhorar a nossa capacidade de assegurar o bem-estar dos nossos dois povos.

A nossa presença aqui sucede no ano em que celebramos o 40º aniversário da Independência de Moçambique, de que o povo tanzaniano foi também obreiro. Hoje, somos confrontados com novos desafios que, igualmente, exigem de nós a conjugação de esforços, tal como aconteceu no passado.

A economia de Moçambique está a crescer e as projecções para 2015 estão na ordem dos 7.5%. A descoberta de recursos naturais nas províncias de Cabo Delgado e Tete, nomeadamente, o gás e o carvão mineral serão um importante recurso para capitalizar o investimento estrangeiro.

O nosso programa permanece focado no combate à pobreza, como objectivo estratégico. Neste âmbito, desenhamos acções concretas em áreas chave como: agricultura, desenvolvimento rural, saúde, educação, infra-estrutura e boa governação.

Estamos cientes dos desafios e obstáculos que temos pela frente, mas estamos seguros que temos capacidade de vencer, com base na determinação dos moçambicanos em resgatar a sua auto-estima e confiança, e na sua capacidade de criar o bem-estar económico e social por si mesmos.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A prevalência de conflitos e insegurança no nosso continente requer uma resposta concertada. Necessitamos, uma vez mais, de procurar soluções de Paz, de juntar forças na prevenção, gestão e resolução pacífica de conflitos.

Os fenómenos como o terrorismo, extremismo e radicalismo constituem crime contra pessoas inocentes e contra a esperança de uma vida melhor. Forças radicais, sem nenhuma preocupação com o futuro das novas gerações, colocam em risco amplas regiões do nosso continente.

Conflitos prolongados e sem resolução à vista contrariam os esforços de construção positiva da grande maioria dos Estados e dos povos. Por conseguinte, deve ser total e vigorosa a nossa condenação ao extremismo violento e ao terrorismo.

Estamos preocupados com os conflitos prevaletentes no Sudão do Sul, República Centro Africana, Líbia, Somália e Nigéria, que continuam a causar vítimas humanas, danos materiais e a adiar o desenvolvimento destes países.

No Burundi, olhamos com muita atenção e preocupação os eventos que se estão a registar, mas estamos esperançosos que os actores envolvidos ultrapassem esse momento turbulento.

Apesar das ameaças de instabilidade, que são localizadas e pontuais, o nosso continente regista hoje altas taxas de crescimento económico. Precisamos de unir esforços para que esse crescimento seja sustentado num clima de Paz e estabilidade duradouras.

No caso concreto da nossa região, precisamos acelerar o crescimento económico e a industrialização, conforme o decidido conjuntamente na última Cimeira da SADC.

Preocupa-nos o fenómeno de xenofobia ocorrido na República da África do Sul, que contraria o espírito de solidariedade que sempre caracterizou os nossos povos.

As nossas nações e os nossos governos devem, com urgência, entender as raízes desta inaceitável violência e concertar esforços para que nunca mais um trabalhador africano tenha medo de viver, de forma legal e legítima, fora das suas fronteiras nacionais.

Moçambique continuará a contribuir para a paz e estabilidade de todo o continente, como membro da SADC e da União Africana, pois somente com paz, segurança e estabilidade os projectos do povo africano podem ser alcançados.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Distintos Convidados,

Gostaríamos de tomar esta oportunidade para expressar a nossa total disponibilidade e o nosso compromisso em contribuir para o reforço das relações de amizade e de cooperação entre os nossos povos e países.

Reiteramos os nossos agradecimentos pela oportunidade que nos foi dada de visitar este encantador país irmão, a Tanzânia, que está para sempre nos nossos corações.

A terminar, proponho um brinde:

À saúde e vida longa de Sua Excelência o Presidente Kikwete!

À amizade, solidariedade e cooperação entre a República de Moçambique e a República Unida da Tanzânia!

À paz e progresso de África e do Mundo!

À saúde de todos os presentes!



VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique
na Assembleia Nacional por
ocasião da Visita de Estado à
República Unida da Tanzânia,
de 17 a 19 de Maio de 2015

VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA

Sua Excelência Anne Semamba Makinda, Presidente da Assembleia Nacional da República Unida da Tanzânia;

Senhores Deputados da Assembleia Nacional da República Unida da Tanzânia;

Senhores Membros do Corpo Diplomático Acreditado na República Unida da Tanzânia;

Minhas Senhoras e Meus senhores;

É com muita honra que nos dirigimos à Vossas Excelências e, através de vós, ao Povo da República Unida da Tanzânia, a quem trazemos as mais cordiais saudações do vosso Povo irmão da República de Moçambique.

Permitam-nos, antes de mais, manifestar, em meu nome pessoal e em nome da delegação que me acompanha, a nossa profunda satisfação e gratidão pela calorosa hospitalidade e acolhimento que nos foram proporcionados pelo Povo e Governo da República Unida da Tanzânia, desde a nossa chegada à bela e histórica capital Dar-Es-Salaam e, agora, aqui em Dodoma, capital política deste país irmão.

Ao chegarmos a este país, na verdade, sentimo-nos em casa, pois, reencontramos a mesma Pátria, o mesmo Povo que, lado a lado, com o Povo moçambicano escreveu a história da nossa emancipação.

Esta é a nossa primeira visita de Estado depois da nossa tomada de posse como Presidente da República de Moçambique, a 15 de Janeiro de 2015, na sequência das eleições gerais, legislativas e das assembleias provinciais, realizadas a 15 de Outubro de 2014.

Escolhemos visitar a República Unida da Tanzânia em primeiro lugar, porque guardamos e preservamos, com muito carinho, os laços históricos de amizade, solidariedade e cooperação que sempre mantivemos com o Povo e Governo deste país, não só antes e durante a luta armada de libertação nacional, mas também em todos os momentos do processo da edificação e consolidação da independência de Moçambique.

Estamos aqui pois, para reafirmarmos a nossa inquebrantável vontade de continuar a consolidar, cada vez mais, os laços de amizade e irmandade, semeados por Mwalimo Julius Nyerere, Eduardo Mondlane e Samora Moisés Machel e prosseguidos pelos sucessivos Presidentes que tivemos, tanto na Tanzânia, como em Moçambique. Tudo isto, em prol do bem-estar e desenvolvimento sustentável dos nossos dois países e povos irmãos.

No nosso país, ainda são lembradas as palavras sábias e quase proféticas de Mwalimo Nyerere, no ano da nossa independência, quando nos visitou e disse que “ Moçambique está no mar alto”. Com essas palavras, Mwalimo quis nos advertir das dificuldades e escolhos que haveríamos de enfrentar para o alcance do desenvolvimento desejado pelos moçambicanos, sem qualquer tipo de distinção, depois de conquistada a Independência política.

Estas palavras saídas dum discurso do saudoso Mwalimo Nyerere, que logo a seguir foram estudadas em livros escolares do nosso país, continuam valorizadas pela nossa história e sempre vêm ao de cima, pois todos os dias nos recordamos dos conselhos que recebemos quando nem sequer tínhamos um ano de independência.

Vimos à terra de Mwalimo Nyerere dizer que o mar alto está a ser atravessado. Cada escolho ou empecilho que encontramos tem tido o tratamento adequado. Queremos dizer ainda que, neste novo ciclo de governação que lideramos, escolhemos que a travessia só pode ser possível, se todos estivermos no mesmo barco, em paz, harmonia e unidade nacional.

Estamos a fazer tudo para que nenhum moçambicano tente viajar num outro barco, porque as tormentas à nossa frente devem ser colectivamente encaradas e a contribuição de cada moçambicano é importante para que o efeito das mesmas não tenha o impacto que os inimigos do nosso povo desejariam.

O barco cujo leme está à nossa responsabilidade, aceita e deve transportar todos os moçambicanos, sem distinção da crença religiosa ou política, sexo, raça ou outro tipo de discriminação, abraçados, cantando a paz, acenando a unidade nacional e harmonia social, gozando colectivamente o fruto da liberdade. Essa é uma das lições que aprendemos desta escola, a Tanzânia, para onde sempre vamos para nos revigorarmos. Nós estamos dispostos a partilhar a nossa experiência que resulta da convivência do processo democrático em Moçambique.

Excelências,

Minhas Senhoras e

Meus Senhores,

A nossa visita a esta casa do Povo, a Assembleia Nacional da República Unida da Tanzânia representa um momento muito especial na consolidação das nossas relações bilaterais e, sobretudo, nos esforços, visando o incremento da nossa cooperação, troca de experiências e exercício do poder democrático.

Como nos referimos anteriormente, a República de Moçambique realizou a 15 de Outubro de 2014, pela quinta vez consecutiva, as suas Eleições Gerais e Legislativas e, pela segunda vez, as eleições para as Assembleias Provinciais que deram origem ao presente Governo e aos Senhores Deputados que nos acompanham nesta Delegação, em representação dos 250 membros que compõem a nossa Assembleia da República.

A Assembleia da República esta aqui representada porque queremos que esta ocasião sirva, também, para estimular a cooperação bilateral e a troca de experiências entre os dois órgãos legislativos e de fiscalização dos exercícios governamentais dos nossos dois países.

Temos acompanhado, com muito interesse, as actividades desta Assembleia Nacional e, particularmente, o espírito patriótico e de soberania com que tem debatido e construído consensos sobre diferentes matérias de interesse nacional. Queremos, pois, beneficiar dessa experiência, sobretudo nesta fase em que, Moçambique privilegia a consolidação da identidade nacional, bem como da governação democrática.

Tal como aqui, na República de Moçambique, a Assembleia da República desempenha um papel crucial na criação da legislação nacional e na fiscalização da actividade da governação. Mas é, principalmente, na encarnação legítima e na representação dos anseios do Povo que reside a maior responsabilidade, daí o nosso respeito e o nosso compromisso de trabalhar para o bem de todos.

Neste sentido, desde que iniciamos as nossas actividades de governação em Moçambique, temos trabalhado com o Parlamento no aprofundamento e consolidação da unidade nacional, Estado de Direito, cultura de prestação de contas, combate

à corrupção, fiscalização recíproca das actividades do dia-a-dia e, sobretudo, na aprovação do programa Quinquenal do Governo e do Orçamento do Estado, incluindo a respectiva implementação, tarefas que nos ajudam a atravessar o alto mar.

O desempenho da nossa Assembleia é positivo e encorajador. Mas queremos que este desempenho seja, cada vez mais, fortalecido pela interacção e intercâmbio com outras Assembleias Nacionais, tal como esta, pois, dessa interacção e conjugação de sinergias, resultarão respostas bilaterais e, mesmo regionais para os desafios que em comum enfrentámos, para o bem-estar e progresso dos nossos dois países e da região.

Julgamos que os Deputados dos nossos dois países têm a obrigação patriótica de promover e cimentar a coexistência histórica e amistosa que tem existido entre os nossos países, a livre circulação de pessoas, bens e serviços e, sobretudo, o enraizamento do desenvolvimento transfronteiriço como factor preponderante para a prevenção e eliminação de conflitos territoriais.

Nas nossas conversações oficiais com o Governo da República Unida da Tanzânia, apresentamos a nossa abertura para assinarmos acordos bilaterais que permitam a extensão do período de permanência dos nossos cidadãos em cada um dos países, como forma de cimentarmos as nossas relações e laços de amizade e contiguidade territoriais.

Trouxemos, connosco, a instituição que promove a economia em Moçambique para que, com os empresários tanzanianos, possam desenvolver e formar parcerias de negócios e, deste modo, os empresários dos dois países partilharem os benefícios resultantes da exploração das oportunidades, riquezas e das potencialidades económicas existentes nos dois países.

É chegado o momento em que a nossa irmandade histórica deve, não só traduzir-se nos nossos discursos políticos, mas também consubstanciar-se em actos que concorram para a forja da nossa relação histórica, através de actos concretos de solidariedade, partilha de valores histórico-sociais e económicos.

Estamos satisfeitos com os programas de intercâmbio que desenvolvemos com a Tanzânia na educação, turismo, formação superior, entre outros domínios, particularmente, no da governação local. São pois, estas formas de intercâmbio que

irão produzir e multiplicar as sementes da nossa amizade, solidariedade e convivência pacífica das gerações vindouras de ambos os países.

Contamos com a cooperação de cada um dos senhores deputados na promoção da convivência harmoniosa e pacífica entre os nossos povos e países.

Devemo-nos empenhar, conjuntamente, na procura de soluções sustentáveis para os problemas comuns, resultantes das migrações ilegais, tráfico transnacional e transfronteiriço, terrorismo internacional, pirataria marítima e outras formas do extremismo internacional. Estes e outros desafios só podem ser vencidos através da conjugação de esforços entre Governos e órgãos legislativos como as Assembleias Nacionais e outras forças vivas dos estados vizinhos e da região.

Excelências,

Caros Deputados,

Minhas Senhoras e

Meus Senhores,

Permitam-nos, uma vez mais, reiterar o nosso compromisso pessoal e do meu Governo na prossecução das nossas históricas relações de amizade, solidariedade e cooperação em benefício dos nossos dois países e povos.

Neste sentido, convidamos o povo tanzaniano, através de vós Senhores Deputados, a participar activamente na construção e consolidação da unidade e entendimento entre os nossos dois povos, bem como, lado a lado e em paz, a empenharmo-nos na exploração dos nossos recursos contíguos em benefício dos nossos dois povos e países.

Muito obrigado, pela vossa atenção.

Karibune Moçambique.



FEIRA DE AGRICULTURA DE HARARE

Discurso de Sua Excelência Filipe
Jacinto Nyusi, Presidente da
República de Moçambique, por
ocasião da abertura da Feira de
Agricultura de Harare
Harare, 28 de Agosto de 2015

FEIRA DE AGRICULTURA DE HARARE

Camarada Robert Gabriel Mugabe, Presidente da República do Zimbabwe;

Senhores Membros do Governo da República do Zimbabwe;

Digníssimos Membros do Corpo Diplomático Acreditados na República do Zimbabwe;

Excelentíssimo Senhor Presidente do Município de Harare;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Sociedade Zimbabweana de Agricultura;

Caros Expositores;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Permitam-nos, em primeiro lugar, agradecer, em nome do Povo e do Governo da República de Moçambique e em meu nome pessoal, ao Camarada Robert Mugabe, Presidente da República e ao Povo irmão do Zimbabwe pelo acolhimento que nos foi dado desde a nossa chegada e, particularmente, pelo convite que nos foi formulado para participar na cerimónia inaugural desta histórica Feira de Agricultura de Harare, que por, sinal, a nossa primeira deslocação de trabalho ao exterior.

Os nossos agradecimentos são extensivos à Sociedade Zimbabweana de Agricultura, promotora e organizadora deste evento económico de eleição, que constitui uma amostra viva do vigoroso pulsar da agricultura zimbabweana, uma agricultura pujante que nos tem inspirado e servido de referência na garantia da segurança alimentar, não só do Zimbabwe, mas de todos os países da região.

O convite que nos foi carinhosamente endereçado explica, mais uma vez, o bom momento das relações históricas e naturais que os nossos dois povos atravessam, alicerçadas nos laços tradicionais, culturais e linguísticas forjadas na nossa luta comum contra o colonialismo Português e o regime minoritário da então Rodésia do Sul.

Esta luta comum continuou durante a guerra de desestabilização movida externamente através de forças internas hostis à Liberdade do Povo Moçambicano.

Ao longo de mais de 35 anos da vigência das relações de cooperação e de amizade entre a República do Zimbabwe a República de Moçambique, muita coisa foi feita.

As áreas eleitas como prioritárias, designadamente, as da Política e Diplomacia, Defesa e Segurança, Energia, Recursos Minerais, Transportes e Comunicações, Indústria e Comércio, Turismo, Governos Locais, Educação e Cultura, Justiça, Migração e Autoridade Tributaria entre outras, tem estado a permitir dar corpo a concretização da vontade comum de ver os dois países a progredirem economicamente.

Senhor Presidente

Caro Camarada,

Durante a nossa primeira intervenção na Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, no passado dia 14 de Junho, em Johannesburgo, dissemos que o nosso Continente Africano era historicamente rico em recursos.

Afirmamos, naquele momento, que a África constituía a principal fonte global de importantes minérios, e outro tipo de matérias primas que sustentam a economia mundial.

Lamentamos ainda, naquele momento, que esta riqueza africana contrasta com o desempenho do nosso continente no comércio internacional que se situa entre 2% e 3% e com produção agrícola que contribui somente em 10% do volume mundial total.

O convite que o Camarada Presidente Mugabe formulou operacionaliza vivamente o discurso africano, segundo o qual, devemos encontrar "soluções africanas para problemas africanos".

Moçambique possui 36 milhões de terra arável, dos quais explora apenas 5.4 milhões (15 por cento).

Daí a grande importância de que se reveste este convite que nos permitirá a recolha de experiências, com vista a promovermos em Moçambique a atividade Agro – Pecuária de grande envergadura.

A nossa presença neste evento testemunha a vontade de ver as nossas relações de amizade e cooperação cada vez mais consolidadas e, mais do que nunca, expandidas para a esfera económica, indispensável para a criação de estabilidade sócio–económica nos nossos países.

Minhas senhoras,

Meus senhores,

Após a longa e frutuosa visita que realizámos aos pavilhões esta manhã, notámos, com muita satisfação, a riqueza e as potencialidades do país, exibidas pelos diferentes expositores e que representam uma demonstração inequívoca da diversidade de produtos agrícolas e animais que o país possui para a geração da riqueza e para a melhoria da qualidade de vida do povo Zimbabweano.

As potencialidades agro –pecuárias, o conhecimento e a experiência de gestão agrária que o Zimbabwe possui foram sempre para nós, uma referência, pois, são a prova de que, apostando na agricultura e na intervenção ao nível da cadeia de valor, os nossos países podem ultrapassar os problemas de segurança alimentar, criar mais empregos e ,através da Agricultura, produzir rendas para as nossas populações.

Queremos aqui, de viva voz, dar os parabéns ao Governo da República do Zimbabwe, aos incansáveis e laboriosos agricultores e expositores que aqui se esmeraram e pela oportunidade que nos proporcionaram de viver uma experiência singular dos feitos de uma agricultura que aspiramos para o nosso País e para o nosso Povo.

Notamos nesta feira um grande nível de organização e de participação do sector empresarial privado e público e sua estreita interacção com diferentes actores do Governo, das comunidades produtivas e da sociedade civil, o que demonstra como as diferentes sinergias podem e devem ser articuladas, para permitir sucessos no processo do desenvolvimento da agricultura.

Minhas senhoras;

Meus senhores;

É do nosso interesse partilhar estas experiências com o vosso país sobretudo nesta fase em que a criação de emprego, produtividade e competitividade constitui uma das principais prioridades definidas pelo nosso Governo para este Ciclo de Governação.

Como vós estais a fazer aqui no Zimbabwe, nos também temos nos desdobrado em ações de promoção de ligações de mercado, em que as feiras agro-pecuárias são um eixo de expressão dessa estratégia de desenvolvimento que o Governo implementa em parceria com os produtores agrários e outros intervenientes na cadeia agrária.

Essas medidas têm estado a surtir efeitos positivos em Moçambique, sobretudo através da maior inserção dos pequenos produtores nos mercados, a dinamização da agro-indústria, o incentivo ao movimento associativo e cooperativo agrário e rural e a identificação de novos mercados para produtos não tradicionais (como soja, gergelim, macadâmia, "baby corn", páprica e outros).

A terminar, queremos manifestar o nosso desejo de, ao abrigo da iniciativa "Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África" (CAADP) e, particularmente, através da nossa cooperação bilateral, aprofundar as relações de cooperação nas áreas de investigação, troca de experiências entre agricultores do Zimbabwe e de Moçambique, no domínio das "boas práticas" agrícolas e pecuárias, na promoção de mercados e feiras agrícolas e nos mecanismos de financiamento e seguro agrário.

Camarada Presidente Mugabe,

Caros Irmãos,

Permitam me tomar esta oportunidade para expressar a minha total disponibilidade e o meu cometimento em fazer tudo o que estiver ao meu alcance para o reforço das relações de irmandade e cooperação entre os nossos dois Povos e Países.

Reitero a aceitação do convite que me foi formulado pelo irmão querido do povo Moçambicano Camarada Robert Gabriel Mugabe para realizar uma visita de Estado numa data a acordar, igualmente, reitero os meus agradecimentos pela honra que nos foi dada para proceder com a inauguração desta promissora feira agrícola de Harare.

Muito Obrigado, pela Atenção Dispensada!

Harare, 28 de Agosto de 2015



MOÇAMBIQUE E ANGOLA DESCENTRALIZADAS E COM RESULTADOS ECONÓMICOS

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, nas Conversações Oficiais por ocasião da Visita de Estado à República de Angola de 8 a 12 de Novembro de 2015
Luanda, 9 de Novembro de 2015

MOÇAMBIQUE E ANGOLA DESCENTRALIZADAS E COM RESULTADOS ECONÓMICOS

Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola;

Senhores Membros do Governo da República de Angola e da República de Moçambique;

Minhas Senhoras e meus Senhores;

É para nós, uma grande honra, estarmos aqui nesta linda Cidade de Luanda a realizar a nossa primeira visita de Estado à República de Angola.

Queremos manifestar a nossa profunda gratidão pelo caloroso acolhimento, excelente hospitalidade e condições de trabalho criadas pelo Governo da República de Angola.

Temos plena convicção de que estamos diante de um ambiente propício para que a nossa visita, seja coroada de êxito e que as conversações, que agora têm lugar, resultem no aprofundamento das nossas relações históricas de amizade, solidariedade e cooperação.

Auguramos também, que este encontro produza entendimentos orientados para acções concretas que concorram para o incremento do intercâmbio empresarial público e privado.

Esperamos que os nossos Governos sejam verdadeiros facilitadores para a expansão de investimentos recíprocos e maior volume de trocas comerciais em benefício dos nossos dois Povos e Governos.

Caros Delegados,

A nossa visita a este país irmão ocorre num momento especial em que festejamos os 40 Anos da Independência Nacional, corolário da luta heróica do nosso Povo Irmão de Angola.

Para nós moçambicanos, esta celebração da vitória apresenta características especiais, porque recompensa o esforço e sacrifícios consentidos durante a luta sinuosa e partilhada contra o mesmo inimigo.

Volvidos 40 anos deste marco importante, juntos, orgulhosamente constatamos que o combate contra os desafios que se foram colocando à independência, soberania e integridade territorial dos nossos países não só foram vencidos, como também acalentamos o justificado alento de que o bem-estar que tanto almejamos está a concretizar-se a cada ano e a cada ciclo de governação.

Angola e Moçambique jamais serão os países cuja imagem se tinha há 40 anos.

Os nossos países estão em franco crescimento e caminham impetuosamente para o desenvolvimento sustentável das suas economias graças ao esforço abnegado dos seus povos.

A amostra de Luanda de hoje é o espelho do desenvolvimento nacional.

Queremos, pois, de viva voz e em presença, apresentar os nossos parabéns ao Povo e Governo da República de Angola pelos progressos alcançados ao longo destas quatro décadas da sua existência como estado soberano e independente.

Estamos certos que mais sucessos e progressos virão para esta bela Pátria do Doutor Agostinho Neto.

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

Os nossos dois países cooperam em 18 sectores e rubricaram 22 Acordos e ou Memorandos de Entendimento, o que mostra a enorme vontade que os nossos dois Governos têm de incrementar os seus intercâmbios.

Apesar desta vontade, constatamos, com preocupação que este número de instrumentos jurídicos de cooperação ainda não se traduz na mesma dimensão em termos de acções concretas de maior investimento e de trocas comerciais mais expressivas.

Para tal, é nosso entendimento que os nossos Governos devem continuar a atrair aqueles concidadãos que têm por vocação gerar a riqueza através de iniciativas empresariais.

Devemos nos concentrar na criação de um ambiente favorável de negócios e de facilitação aos empreendimentos dos nossos empresários públicos e privados.

Só descentralizando a execução de acções para o nosso empresariado, a quem devemos sempre encorajar e exigir maior agressividade, poderemos alterar o actual cenário, pouco animador, da nossa cooperação económica.

A nossa irmandade, as enormes oportunidades e potencialidades que se apresentam nos nossos países, constituem factores de negócio que devem ser explorados com intercâmbios económicos agressivos e mais robustos.

A história deve registar o nosso renascimento como dois irmãos gerados na luta comum pelo desenvolvimento económico, prosperidade e bem-estar dos nossos Povos.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os nossos dois países continuam a consolidar o estado de direito democrático, por isso queremos felicitar Vossa Excelência, seu Governo e todo o Povo Angolano pelos êxitos que têm alcançado na manutenção da paz e estabilidade. Neste e noutros domínios continuaremos a privilegiar a troca de experiências.

Os nossos países devem congratular-se pelo papel que têm desempenhado no âmbito dos PALOP, CPLP, SADC, União Africana e Nações Unidas. Continuaremos a privilegiar consultas e concertação constantes na nossa participação, interação e tomada de posições nestes organismos regionais, continentais e internacionais.

Contamos com o inestimado apoio de Angola na nossa presidência rotativa do Órgão da SADC para a Cooperação nas áreas de Política, Defesa e Segurança.

Na mesma senda, Angola pode contar com o nosso incondicional apoio e solidariedade na sua participação como membro, não permanente, do Conselho de Segurança das Nações Unidas e como Presidente da Conferência Internacional da Regional dos Grandes Lagos (CIRGL).

Caros presentes,

Temos em nossas mãos uma oportunidade ímpar para fazer a diferença nas nossas excelentes relações de amizade e cooperação.

Queremos liderar um ciclo governativo onde Angola se sinta mais próxima de Moçambique e que os nossos Povos encontrem nos nossos países uma alternativa segura para o seu sucesso.

Desafiamos aos nossos Ministros e seus colaboradores para que sejam mais arrojados na procura de soluções sustentáveis e boas práticas de cooperação que permitam maximizar os nossos recursos humanos e materiais para o alcance do bem comum.

Fazemos votos que o nosso diálogo produza os resultados desejados.

Muito obrigado, pela vossa atenção!



AMIZADE E SOLIDARIEDADE ENTRE POVOS DE MOÇAMBIQUE E ANGOLA

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
na Assembleia Nacional, por
ocasião da Visita de Estado a
República de Angola
Maputo, 9 de Novembro de 2015

AMIZADE E SOLIDARIEDADE ENTRE POVOS DE MOÇAMBIQUE E ANGOLA

Sua Excelência,

Senhor Presidente da Assembleia Nacional da República de Angola,

Suas Excelências Deputados da Assembleia Nacional,

Membros do Corpo Diplomático Acreditado na República de Angola,

Minhas Senhoras e Meus senhores,

Caros Irmãos,

É com muita honra que nos dirigimos à Vossas Excelências Senhores Deputados e, através de vós, ao Povo da República de Angola, de Cabinda ao Cunene e do Mar ao Leste, a quem trazemos as mais calorosas e fraternas saudações do vosso Povo irmão da República de Moçambique.

Permitam-nos, tomar esta oportunidade, para expressar a nossa profunda satisfação e gratidão pela calorosa hospitalidade e acolhimento que temos vindo a receber desde a nossa chegada a esta esplêndida Cidade de Luanda.

Estamos aqui em vésperas da celebração do quadragésimo aniversário da vossa independência, porque reconhecemos o mérito da trajectória da vossa luta pela liberdade, paz e estabilidade. Esta trajectória coincide com o nosso percurso histórico e político contemporâneo.

Estas celebrações estão a avivar as nossas memórias da longa trajectória comum da luta pela autodeterminação, evocando os mártires da Pátria e o sofrimento consentido por destacados filhos desta Terra. Este orgulho de Angolanos, também é nosso orgulho.

Senhores Deputados;

Caros Irmãos;

Quis a História que moçambicanos e angolanos tivessem o mesmo colonizador que, na tentativa de dividir para reinar, deportou moçambicanos para este país, cujo resultado se reflecte na nossa irmandade, solidariedade e cooperação que hoje celebramos.

As nossas relações de irmandade e solidariedade iniciaram durante a resistência secular contra a ocupação estrangeira e reforçaram-se na luta pela emancipação política. Elas consolidam-se no processo da edificação da Nação e do Estado dos nossos dois Países.

Foi com esse espírito de camaradagem que há 40 anos proclamamos as nossas independências e hoje, volvidos 40 anos, estamos a celebrar a nossa afirmação no concerto das Nações.

Senhores Deputados,

Caros Irmãos,

Esta é a nossa primeira Visita de Estado, a este país irmão, depois da tomada de posse como Presidente da República de Moçambique, a 15 de Janeiro de 2015.

Vimos reafirmar a nossa forte vontade política de continuar a estreitar os nossos laços de amizade e irmandade e cooperação. Estamos aqui, também para expressar o nosso fraterno reconhecimento pelo papel que este Órgão tem estado a desempenhar em prol do desenvolvimento de Angola e no reforço da nossa cooperação bilateral.

A democracia multipartidária, em Angola e Moçambique tem a mesma idade, nasceu e cresceu sob o mesmo substrato político pós-colonial cheio de desafios inerentes às transformações políticas, económicas e sociais que se impunham nos nossos dois Estados.

Fizemos juntos a trajectória da luta pela liberdade, paz e democracia e, lado a lado, enfrentamos os mesmos desafios pela unidade nacional, soberania e independência económica.

Estes factos históricos análogos ilustram que temos razões de sobra para incrementar os nossos índices de cooperação na busca de soluções comuns para os desafios comuns de desenvolvimento.

Devemos tomar a dianteira nesse sentido, porque o isolamento é contrário à ideia do progresso técnico, cultural e político, tal como defendeu o Presidente Agostinho Neto, na Universidade de Dar-Es-Salam, em 1974.

Excelência,

Caros Deputados,

Esta é a nossa primeira visita de Estado depois da nossa tomada de posse como Presidente da República de Moçambique, a 15 de Janeiro de 2015, na sequência das eleições gerais, legislativas e das assembleias provinciais, realizadas a 15 de Outubro de 2014.

Estamos aqui para reafirmar o nosso engajamento e a nossa inquebrantável vontade de continuar a consolidar, cada vez mais, os laços de amizade e irmandade semeados por Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Samora Moisés Machel e outros da minha geração.

O seu exemplo e as suas obras justificam a sua imortalização. Cabe a nós seguir o seu exemplo.

Caros Deputados,

Viajamos com alguns representantes do nosso Povo, os deputados, em representação dos 250 Deputados da Assembleia da República. Queremos que eles usem esta oportunidade para a troca de experiências a nível institucional com os seus colegas, sobre os mais diversos Assuntos de interesses comum.

Vimos, pois, colher essa experiência em alguns domínios de interesse mútuo, porque, como dissemos, os nossos processos políticos e democráticos apresentam muitas semelhanças.

O Parlamento Moçambicano encontra-se, neste momento, reunido na sua Segunda Sessão da Oitava Legislatura. Em cumprimento escrupuloso da Lei, o nosso Governo acaba de interagir com os representantes do Povo Moçambicano, o meu "único Patrão".

Como se pode depreender, trabalhamos com o Parlamento no aprofundamento da democracia com base nos princípios de separação de poderes e de interdependência.

Admira-nos a vossa coexistência política, que se resume no confronto de ideias e na competição durante os pleitos eleitorais.

Constatamos, com agrado, que vocês sabem acatar o silêncio das armas e respeitam a vida humana e os bens dos cidadãos. Este é apenas um exemplo que pela sua importância na promoção da paz e estabilidade deveríamos seguir nos nossos países.

Queremos beneficiar da vossa experiência em vários domínios, com destaque para a fórmula que encontraram para a coexistência pacífica entre várias formações políticas.

Gostaríamos de partilhar experiências sobre a fórmula usada para manter as formações políticas dos países que aqui, em Angola, não estão armados.

Senhor Presidente,

Ilustres Convidados

A livre circulação de pessoas, bens e serviços é um assunto global que preocupa os Governos, Parlamentos e os cidadãos que querem exercer os seus direitos. A livre circulação de pessoas e bens é um pressuposto básico no exercício dos direitos fundamentais do cidadão que nos elegeram e a quem juramos servir.

Quarenta anos depois, achamos que é chegado o momento de reverter a nossa irmandade histórica em acções concretas em benefício do cidadão.

Caros Deputados,

A nossa visita a esta casa do Povo enquadra-se no reforço das nossas relações bilaterais e, sobretudo, no incremento da nossa cooperação, troca de experiências entre os nossos dois Parlamentos que sintetizam as aspirações dos nossos Povos.

Como sabem, a situação política e social em Moçambique é estável. As instituições do Estado estão em pleno funcionamento. Todavia, temos ainda alguns desafios decorrentes do próprio processo de desenvolvimento.

Estes desafios obrigam-nos a redobrar esforços para garantir a unidade nacional e a paz, estabilidade e concórdia, condições imprescindíveis para o combate ao nosso inimigo comum que é a pobreza.

Excelência,

A terminar, queremos informar aos estimados deputados que continuaremos a preservar com muito carinho, os nossos laços históricos de amizade, solidariedade e cooperação.

No entanto, mais uma vez, achamos que é tempo de passarmos da retórica aos actos concretos que concorram para o bem-estar dos nossos dois Povos.

Muito obrigado, pela vossa atenção!



FORTALECER AS SINERGIAS ECONÓMICAS PARA CRIAR MAIS RIQUEZA EM MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no Fórum de Negócios por ocasião da Visita de Estado a República de Angola
Luanda, 9 de Novembro de 2015

FORTALECER AS SINERGIAS ECONÓMICAS PARA CRIAR MAIS RIQUEZA EM MOÇAMBIQUE

Senhora Ministra do Comércio e Indústria de Angola,

Senhor Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angola,

Senhor Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique;

Caros Homens de Negócios,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me que, em nome da delegação que me acompanha e em meu nome pessoal, saúde aos distintos homens de negócios presentes neste evento dedicado à partilha de informação sobre o clima de investimentos e oportunidades de negócios em Moçambique e Angola.

Endereçamos uma saudação especial aos organizadores, empresários e facilitadores deste seminário. Este espaço é uma excelente plataforma de interação sobre as potencialidades e janelas de negócios que os nossos dois países oferecem.

Caros convidados,

Minhas senhoras, meus senhores,

As relações entre Moçambique e Angola são históricas e seculares, que emergiram e consolidaram-se no decurso da nossa luta comum pela liberdade e independência nacional contra o inimigo comum, o colonialismo português.

A nossa primeira Visita de Estado à República de Angola visa fortalecer e consolidar os nossos laços de amizade e cooperação.

Estamos aqui para estruturar mais uma luta comum, desta vez, pelo desenvolvimento sócio-económico dos nossos dois países, onde o sector empresarial privado joga um papel importante.

É, para nós, um renovado privilégio dirigirmo-nos a esta importante plateia de homens e mulheres, verdadeiros produtores ou com vontade de produzir riqueza.

Reconhecemos o vosso papel porque o desenvolvimento da economia de qualquer país depende, em grande medida, da sua capacidade de promover uma classe empresarial forte, competitiva e empreendedora.

Uma classe empresarial capaz de transformar as potencialidades existentes em oportunidades concretas de negócio, para criar novos bens e serviços e gerar empregos.

Estamos a falar de empresários que promovem parcerias e produzem o valor acrescentado.

Do Empresário que emprega concidadãos e tira o máximo proveito dos mercados local, regional e internacional. De empresários que se agrupam em micro, pequenas e médias empresas.

Em Moçambique, temos cerca de 97% do tecido empresarial local constituído por micro, pequenas e médias empresas, às quais se reconhece um grande contributo na geração de renda para as famílias e postos de trabalho.

A economia de Moçambique depende, grandemente, do sector agrário, que contribui em cerca de 25% do Produto Interno Bruto, emprega mais de 72% da população activa e contribui com 16% das exportações nacionais.

Paralelamente, os grandes investimentos estão a ocorrer nas indústrias ligadas ao sector de hidrocarbonetos, recursos minerais, infra-estruturas, energia, turismo, transporte e comunicações, construção, entre outros.

Estes investimentos estão a permitir a diversificação económica e a sua gradual transformação estrutural, que continua a ser um dos desafios do nosso ciclo de governação de cinco anos, iniciado, a 15 de Janeiro do ano em curso.

Distintos convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A nossa posição geográfica e as infra-estruturas ferro-portuárias, aeroportuárias e rodoviárias abrem perspectivas promissoras para o mercado doméstico e regional de consumo de mais de 300 milhões de pessoas, para além do potencial mercado mundial.

Moçambique tem mais de 2.000 Km de linhas férreas e cerca de 3.000 Km de costa marítima, constituindo importantes galvanizadores de fluxos comerciais e de investimentos a explorar. O país é, sem sombra de dúvidas, uma plataforma logística que se completa por portos de águas profundas, existentes nos corredores de Maputo, Beira, Nacala, e outros por edificar.

O sector da energia apresenta vantagens comparativas devido à existência de recursos naturais propícios para a produção de energias hídricas e renováveis, bem como a energia produzida através de carvão ou de gás natural.

A gestão racional e rentável da água afigura-se como uma oportunidade económica cuja derivação para além do consumo, aportará benefícios para os sectores como agricultura, energia, pescas, turismo e indústria.

Actualmente, Moçambique promove, como resultado da grande demanda económica, sectores transversais como o dos transportes e infra-estruturas económicas e sociais, com destaque para estradas, pontes, hospitais, escolas, habitação, rede de energia e de telecomunicações, portos, aeroportos, entre outros.

Distintos Empresários,

Nos últimos 10 anos, foram aprovados em Moçambique projectos orçados em cerca de 25 biliões de dólares americanos e, como resultado, temos vindo a assistir a uma trajetória de crescimento económico rápido e consistente, de cerca de 7,5%.

Estamos perante uma taxa de crescimento mais acelerada entre os países não exportadores de petróleo, que deverá conhecer uma aceleração nos próximos anos.

As descobertas de recursos naturais tornam Moçambique numa das maiores reservas mundiais destes, especialmente do carvão mineral e gás natural.

A exploração efectiva desses recursos naturais, oferece uma oportunidade ímpar de desenvolver o capital humano nacional, implantar infra-estruturas, incrementar a agricultura, o desenvolvimento rural e as Pequenas e Médias Empresas.

A exploração sustentável e integrada dos recursos naturais é também um dos maiores desafios, dada a necessidade imperiosa da sua transformação e utilização local, de forma a acrescentar valor, gerar renda e postos de trabalho para os nossos concidadãos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O novo ciclo de governação que dirigimos, está a firmar bases seguras para um crescimento económico sustentável que garanta o surgimento de uma economia multi-sectorial.

Estamos a falar de uma economia que crie mais postos de trabalho, que promova mais produtividade e que seja mais competitiva, de modo a promover mais exportações.

A nossa aposta está na diversificação da nossa economia. Por essa razão, a nossa maior atenção está virada para a mobilização de mais investimentos para o sector da agricultura e do agro-negócio.

Elegemos estes sectores como a base do nosso desenvolvimento, por terem o condão de envolver mais de 80% da nossa população que vive nas zonas rurais e, por conseguinte, poder reduzir a pobreza e simultaneamente poder promover o crescimento inclusivo que definimos para a nossa governação.

O objectivo é produzir mais alimentos e gerar mais renda para as famílias moçambicanas.

Nesta prioridade, é nossa estratégia a exploração de cadeias de valores com ênfase para o agro-negócio.

Estimados Investidores,

Caros Convidados,

As estatísticas indicam que os projectos aprovados de 2010 ao presente momento, estão avaliados no valor total de cinco milhões e duzentos mil dólares americanos nos sectores de serviços, indústria e construção.

Encorajamos os empresários angolanos a realizar mais investimentos no nosso país nos sectores que acima mencionamos, incluindo a partilha de know-how e de experiências.

Estimulamos o estabelecimento de parcerias público-privadas no desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais nos nossos dois países.

O Governo de Moçambique garantirá a protecção dos vossos investimentos, assegurando a Paz e estabilidade, através do exercício efectivo da democracia e observando os nobres valores do Estado de Direito.

O Governo de Moçambique reconhece o sector privado e toma como seu parceiro estratégico na luta pelo desenvolvimento sócio-económico.

É por essa razão que continuaremos firmes na criação de um ambiente de negócios mais favorável e atractivo, para que mais angolanos e outros investidores invistam em Moçambique.

Queremos, neste contexto, encorajar os empresários aqui presentes a partilharem informação sobre as potencialidades e oportunidades de investimento concretas existentes nos nossos dois países irmãos.

Encorajamos a promoção de projectos que adicionem valor no desafio de transformação dos recursos naturais em riqueza.

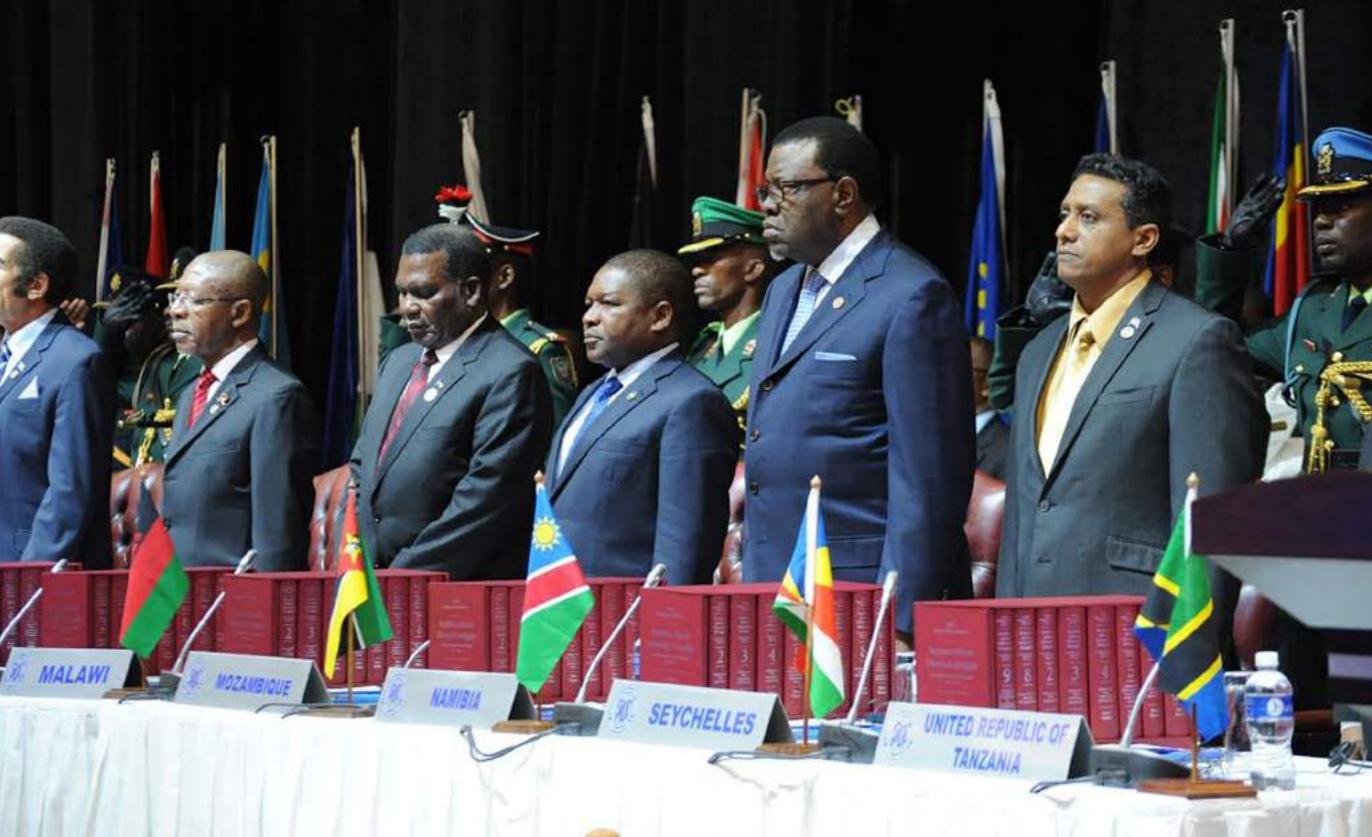
Estamos convictos de que deste Fórum de Negócios brotarão iniciativas concretas de investimento, quer na forma individual, quer em parcerias entre empresários dos nossos dois países.

Por último, quero assegurar-vos que Moçambique não é apenas um país de elevado potencial económico. É um país onde estão presentes iniciativas económicas concretas na agricultura e agro-indústria, turismo, pescas, energia, corredores logísticos, recursos minerais e hidrocarbonetos e um dinâmico comércio transfronteiriço.

Caros Empresários Angolanos,

Venham a Moçambique Hoje. Compatriotas moçambicanos não tenham receios de se internacionalizar empresarialmente, investindo e operando na terra do Doutor Agostinho Neto.

MUITO OBRIGADO, PELA ATENÇÃO DISPENSADA!



CIMEIRA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA SADC

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, durante o debate sobre a situação sócio-económica na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC
Gaberone, 17 de Agosto de 2015

CIMEIRA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA SADC

Sua Majestade Rei Mswati III, do Reino da Suazilândia;

Senhor Presidente em exercício da SADC;

Suas Excelências Chefes de Estado e de Governo aqui presentes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Permitam-me que comece por agradecer pela oportunidade de usar da palavra, nesta sessão à porta fechada, e felicitar ao Tenente-General Seretse Khama Ian Khama, Presidente da República do Botswana, pela eleição para Presidente da SADC.

Fazemos votos que a Vossa presidência seja coroada de êxitos e queremos lhe assegurar o apoio incondicional de Moçambique nesta nobre empreitada.

Quero, igualmente, manifestar o nosso profundo agradecimento a Sua Excelência Presidente Mugabe, Presidente Cessante da nossa Organização, pela dinâmica imprimida e pela clarividente liderança do processo de integração regional ao longo dos 12 meses do seu mandato.

Foi durante o Vosso mandato que a nossa região finalizou o processo de revisão intercalar do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) e aprovou a Estratégia e o Roteiro para a Industrialização e sua incorporação como pilar da nossa estratégia de integração e desenvolvimento.

Estes dois instrumentos, juntamente com o Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas, se forem bem implementados em cada um dos nossos países, poderão transformar, por completo, as economias da região da SADC,

com impacto directo no aumento da oferta de produtos, aproveitando os mercados regional, continental e internacional. Por outro lado, tal como o lema da presente Cimeira, este processo exigirá recursos humanos altamente qualificados.

Senhor Presidente,

Um dos aspectos que tem ocupado a agenda da nossa organização tem sido a questão da promoção da igualdade de género. É certo que para o alcance deste objectivo temos definido metas que preconizam uma paridade nos órgãos políticos e de tomada de decisões.

Esta abordagem tem o mérito de elevar a mulher para cargos que antes eram considerados como estando reservados aos homens. Todavia, entendemos que a emancipação da mulher, transcende a mera colocação de mulheres em órgãos políticos de tomada de decisão e apresentação de cifras por cada um dos nossos países.

Portanto, podemos ter estatísticas elevadas de mulheres a ocupar cargos políticos e de tomada de decisão, sem no entanto alterar as desigualdades económicas e sociais, se a mulher, de forma geral, não tiver acesso à educação, saúde e emprego.

Neste contexto, afigura-se importante que a nossa organização, em geral, e os países, em particular, continuem a privilegiar o empoderamento da mulher a todos os níveis, sobretudo apostando em:

- Educação e formação em aptidões técnico-profissionais da rapariga e da mulher para permitir que tenha acesso a emprego decente e bem remunerado, bem como a capacidade de criação de auto-emprego. Desta forma a mulher poderá sustentar a si e sua família, assim como replicar o seu conhecimento pela sociedade, em geral, como diz o ditado – “Educar

uma Mulher é Educar uma Sociedade ou uma Nação”;

- Promoção do acesso ao financiamento de projectos que a potenciem a ser mais produtiva, rentável, contribuindo para o seu bem-estar e o da sua família.

Excelências,

A energia eléctrica afigura-se como um impulsionador de qualquer processo de desenvolvimento, sobretudo a industrialização que tanto defendemos, sendo por isso necessária a sua disponibilização em quantidade e qualidade suficientes.

Estamos cientes da enorme procura por este recurso na nossa região que actualmente regista um défice que se situa em 8.247 Megawats. Nesta perspectiva, no âmbito do Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas, Moçambique tem vindo a trabalhar para materializar vários projectos de geração de energia eléctrica, com destaque para a Central Norte de Cahora Bassa, Mpanda Nkua, Lupata e Temane, que vão adicionar capacidade de geração de energia eléctrica limpa e amiga do ambiente, de fontes hídricas e a base do Gás Natural, para alimentar o desenvolvimento de Moçambique e da região.

A par destas acções, que poderão contar com parcerias regionais, priorizamos os projectos de interligação das redes de transmissão com vista a alargar o potencial de evacuação e fluxo de electricidade entre os países da região.

A migração digital é um outro tema que preocupa a nossa região, onde a maioria dos nossos países não alcançou a meta estipulada de Junho de 2015.

Moçambique, como um dos países que ainda não concluíram o processo de migração da radiodifusão analógica para a digital, no prazo previsto, está

empenhado em completar o processo dentro do novo prazo, proposto pelos Ministros competentes, que vai até 31 de Dezembro de 2016.

Não obstante o facto de Moçambique não ter cumprido o prazo de migração digital, tem beneficiado da colaboração de países vizinhos que já concluíram o mesmo.

É neste contexto que gostaríamos de saudar e agradecer a República do Malawi, a República da África do Sul e o Reino da Suazilândia por se terem dignado a celebrar acordos com o nosso país no sentido de evitar as interferências entre os emissores localizados nas zonas fronteiriças.

Caros Pares,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A região da SADC, mais uma vez, foi assolada por calamidades naturais em forma de cheias, depressões tropicais e secas. Estes fenómenos afectaram com maior destaque a Moçambique, Namíbia, Botswana, Angola, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Madagáscar.

No caso de Moçambique, as cheias que afectaram as zonas Centro e Norte resultaram em 163 óbitos, destruição de infra-estruturas sociais e económicas e destruição de milhares de hectares de culturas diversas, bem como mais de 400 mil pessoas afectadas, num prejuízo calculado em cerca de 400 milhões de dólares americanos.

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer aos países da SADC pelo apoio solidário prestado que complementou os esforços internos de mitigação destes fenómenos climáticos. Gostaria de destacar, de forma especial, a República da África do Sul, a República do Botswana e a República da Zâmbia pelo apoio material e humano.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Ao terminar a minha intervenção sobre aspectos inerentes à situação sócio-económica da região, quero reiterar a nossa gratidão pelo excelente acolhimento e condições de trabalho criadas para o sucesso das nossas deliberações. Faço votos que esta Cimeira alcance plenamente os seus objectivos e marque uma viragem no nosso processo de integração regional.

Muito obrigado, pela atenção prestada!



CIMEIRA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA SADC

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique, na
Cimeira dos Chefes de Estado e
de Governo da SADC
Gaborone, 17 de Agosto de 2015

CIMEIRA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA SADC

Sua Majestade Rei Mswati III, do Reino da Suazilândia;

Sua Excelência Robert Mugabe, Presidente em exercício da SADC;

Sua Excelência Tenente General Seretse Ian Khama, Presidente da República do Botswana e nosso Anfitrião;

Suas Excelências Chefes de Estado e de Governo aqui presentes;

Senhora Stergomena Lawrence Tax, Secretária Executiva da SADC;

Senhores Chefes de Missões Diplomáticas e Representantes de Organizações Regionais e Internacionais;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

É com elevada honra e privilégio que me dirijo a esta 35ª Cimeira Ordinária da SADC, em que participo, pela primeira vez, desde que assumi a liderança dos destinos de Moçambique, em Janeiro de 2015, na sequência do exercício democrático que culminou com a minha eleição.

Permitam que expresse, em nome da delegação que me acompanha e em meu próprio nome, a nossa gratidão através de si, Senhor Presidente Khama, ao Povo e Governo do Botswana, pela recepção calorosa e hospitalidade que temos vindo a desfrutar desde que chegamos a esta bela Cidade de Gaborone.

Quero, nesta ocasião ímpar, transmitir saudações de todo o povo moçambicano a todos os povos da região da África Austral, através dos briosos líderes aqui presentes.

A presente Cimeira que se realiza sob o lema “Acelerando a Industrialização das Economias da SADC Através da Transformação dos Recursos Naturais e Desenvolvimento do Capital Humano” ocorre numa altura em que a situação política, de segurança e económica internacional é caracterizada por focos de instabilidade e relativa desaceleração do crescimento económico.

Caros Colegas,

A região da SADC, continua, de um modo geral, a gozar de estabilidade política e a registar índices de crescimento socioeconómico promissores, como resultado da implementação de políticas macroeconómicas favoráveis em cada um dos nossos países. Estes indicadores têm vindo a contribuir para o alcance da almejada convergência macro-económica regional.

Ontem, iniciamos a luta e nos libertamos dos últimos focos do colonialismo e de regimes minoritários opressores dos nossos povos, num processo sob a égide da Linha da Frente. Depois, avançamos com a criação da SADCC, projecto claro de intervenção política e económica.

Hoje, a nossa actuação na SADC dá primazia ao aprofundamento da integração regional, tendo como alicerces a preservação da paz, segurança e estabilidade regional e o desenvolvimento sócio-económico.

O exercício da democracia, como um valor sublime que defendemos, confere prestígio à nossa organização no contexto da União Africana e no Mundo.

Neste contexto, o lema da nossa Cimeira é elucidativo no que tange aos desafios que a nossa região deve superar para o desenvolvimento harmonioso, sustentável e inclusivo.

Outrossim, o lema encontra enquadramento nas prioridades do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional Revisto para 2015–2020, que coloca a industrialização no centro das prioridades da nossa região, porquanto permite a transformação e acréscimo de valor aos abundantes recursos naturais existentes nos nossos países.

O lema reconhece, ainda, a centralidade do desenvolvimento do capital humano, como factor impulsionador da nossa estratégia de industrialização e a distribuição justa da riqueza.

Sua Majestade,

Senhor Presidente,

Caros Pares,

Durante a minha tomada de posse, afirmei que iria respeitar os acordos bilaterais e multilaterais e as convenções de que somos parte e reforçar a participação de Moçambique nos esforços de preservação da paz, da estabilidade e da promoção do desenvolvimento internacional.

Deste modo, quero tomar esta oportunidade para reafirmar o compromisso do Governo e do Povo Moçambicano com os ideais e aspirações da SADC, bem como manifestar a nossa inteira disponibilidade de aprender das ricas experiências de que Vossas Excelências e os países que representam são fiéis depositários.

Apraz-nos realçar que o lema da presente Cimeira vai de encontro ao Programa Quinquenal do nosso Governo 2015–2019 que prioriza a paz, o desenvolvimento humano, produtividade e competitividade, desenvolvimento de infra-estruturas e gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente.

É nesta senda que o nosso país se tem empenhado na consolidação do Estado de direito democrático, na boa governação e descentralização, valores pelos quais a nossa região da SADC é conhecida como grande defensora.

Excelências,

Minhas Senhoras e meu Senhores!

É nossa expectativa que desta Cimeira possamos definir linhas claras que viabilizem a implementação dos vários Planos, Políticas e Estratégias ora aprovadas pela nossa organização, principalmente, no que respeita ao seu financiamento através da aceleração do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC.

Ao terminar gostaria de dirigir uma palavra de apreço e de felicitações pela missão cumprida, ao Presidente Kikwete, por ter servido, não só o seu país com dedicação, como também a região da SADC.

Com o seu saber e experiência contribuiu para se escrever com letras douradas a história da nossa região, pelo que manifestamos os nossos votos de um futuro risonho nas próximas missões.

Queremos assegurar que em Moçambique há lugar para a sua reforma, podendo trabalhar para o Povo moçambicano, cuja Pátria, Nyerere ajudou a libertar.

Renovamos a nossa gratidão ao povo do Botswana pela calorosa hospitalidade e excelentes condições de trabalho proporcionadas à nossa delegação e que acredito ser sentimento comum dos outros participantes.

Louvor igual endereçamos ao Secretariado pelo apoio técnico e profissionalismo demonstrado, permitindo que esta Cimeira seja produtiva e bem sucedida.

A luta continua !

Muito Obrigado, pela Vossa atenção!



2015 ANO DE EMANCIPAÇÃO DA MULHER E DESENVOLVIMENTO RUMO À AGENDA 2063 DE ÁFRICA

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
na Sessão de Abertura da
Conferência dos Chefes de
Estado e de Governo da União
Africana
Johanesburgo, 14 de Junho
de 2015

2015 ANO DE EMANCIPAÇÃO DA MULHER E DESENVOLVIMENTO RUMO À AGENDA 2063 DE ÁFRICA

**Sua Excelência Robert Gabriel Mugabe, Presidente da República do Zimbabwe e
Presidente em exercício da União Africana;**

Suas Excelências Chefes de Estado e de Governo;

**Sua Excelência Dra. Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da União
Africana;**

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Gostaria de começar por manifestar, em nome dos membros da delegação que me acompanha e, em meu próprio nome, os nossos agradecimentos, através de Sua Excelência o Presidente Jacob Zuma, ao Povo e Governo da República da África do Sul pelo excelente acolhimento e hospitalidade que temos vindo a receber desde a nossa chegada a esta maravilhosa cidade de Joanesburgo.

É para mim um momento gratificante, dirigir-me, pela primeira vez, a esta Magna Assembleia, em representação de todo o povo moçambicano que em 15 de Janeiro passado, confiou-me a nobre Missão de dirigir os seus destinos nos próximos cinco anos, na sequência das eleições de 15 de Outubro de 2014.

Fomos eleitos no quadro da legislação interna que preconiza a realização de eleições em cada 5 anos, nos termos dos Princípios e Directrizes da SADC sobre Eleições Democráticas, bem como da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero partilhar convosco as linhas da minha governação, publicamente anunciadas no dia da minha investidura, neste novo ciclo.

Vou chefiar um governo assente numa óptica que coloca a vida e dignidade humanas acima do lucro.

Um programa que coloca a saúde e a educação de qualidade acima de um poder de consumo ilusório.

Um governo que privilegie e promova o diálogo acima das disputas domésticas pelo poder. Uma governação que pensa nas gerações futuras.

Queremos construir uma sociedade de inclusão e criar o bem estar para o Povo moçambicano, melhorando cada vez mais a qualidade da sua vida.

Excelências,

Distintos Convidados,

O nosso continente é historicamente rico em recursos. Os dados estatísticos disponíveis revelam que 15% da população mundial habita o nosso continente e 25% da qual é jovem, bem como 25% de terra arável do planeta está, em África.

África constitui a principal fonte global de importantes minérios e outro tipo de matérias primas que sustentam a economia mundial e a actual revolução tecnológica.

Esta riqueza contrasta com o desempenho do nosso continente no comércio internacional, que se situa entre 2% e 3% e com a produção agrícola que contribui somente em 10% do volume mundial total.

Assistimos, também, este contraste no nível de vida das populações, não obstante a riqueza a que acima aludimos.

Igualmente, registamos, com angústia, que o nosso continente continua a sofrer o drama de instabilidade.

A realidade demonstra que 60% da Agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas ocupa-se do debate de situações de conflitos no nosso continente.

Este quadro negro não nos dignifica como um continente vasto, rico e determinado.

Por isso, devemos agir com urgência e determinação para mudar este cenário negativo.

O extremismo violento, a migração ilegal e as mudanças inconstitucionais de Governo são alguns dos desafios que a nossa organização enfrenta.

Estes desafios não são exclusivos a cada um dos nossos países ou a qualquer uma das nossas 5 regiões.

A resolução destes problemas exige a nossa entrega e maior concertação dentro da região ou ao nível continental.

O discurso segundo o qual devemos encontrar “soluções africanas para problemas africanos” é uma manifestação clara sobre o que queremos e como desejamos conduzir o processo de integração e transformação económica do nosso continente.

Este é o espírito que manterá vivo o nosso engajamento ao pan-africanismo sem significar a nossa auto-exclusão.

Devemos também, em conjunto, continuar a dar passos decisivos para garantir que o continente olhe para o futuro com optimismo. Tal como referimos: uma África pacífica, integrada, unida e próspera.

Excelências Chefes de Estado e de Governo,

Saudamos o lema escolhido para esta vigésima quinta Cimeira – “2015 Ano de Empoderamento da Mulher e Desenvolvimento Rumo a Agenda 2063 de África”.

Este lema nos permite reflectir, com a maior profundidade, sobre o papel da mulher no aperfeiçoamento das nossas sociedades.

Para o nosso governo, a mulher é o centro da atenção, pois, estamos conscientes de que empoderar a mulher é um dever de desenvolvimento.

Queremos que em Moçambique a pobreza deixe de ter o rosto da mulher.

Para terminar a nossa intervenção, nesta primeira oportunidade que nos é concedida, reafirmamos o nosso compromisso em relação aos princípios e objectivos desta organização continental, a União Africana, bem como a implementação da Agenda 2063, que estabelece o roteiro de desenvolvimento económico e social de África.

No contexto da nossa evolução, iremos promover com destacada prioridade a diplomacia económica, criando um ambiente apropriado para as diferentes parcerias nesta área.

Caros colegas!

Moçambique está e continuará aberto para dar a sua contribuição para a total emancipação da nossa África.

Caros Colegas,

Estamos a andar com a Democracia.

Líderes saem, Líderes entram.

Bem haja, Continente africano!

Muito Obrigado, pela Atenção Dispensada!



AFCOCC
African Organisation of Supreme and Constitutional Courts



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DE MOÇAMBIQUE

50th Annual Meeting of the AFCOCC Governing Board

Maputo, 21st to 23rd September 2015



ABERTURA DO 50º COMITÉ DIRECTIVO DA ORGANIZAÇÃO AFRICANA DAS INSTITUIÇÕES SUPREMAS DE CONTROLE

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
por ocasião da Abertura do 50º
Comité Directivo da Organização
Africana das Instituições
Supremas de Controle
Maputo, 22 de Setembro de 2015

ABERTURA DO 50º COMITÉ DIRECTIVO DA ORGANIZAÇÃO AFRICANA DAS INSTITUIÇÕES SUPREMAS DE CONTROLE

**Venerando Presidente do Comité Directivo da Organização Africana das Instituições
Supremas de Controle,**

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo,

Venerando Presidente do Tribunal Supremo,

Venerando Presidente do Conselho Constitucional,

Digníssima Procuradora Geral da República,

Senhor Secretário Geral da AFROSAI,

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Senhora Governadora da Cidade de Maputo,

Senhor Presidente do Município de Maputo,

Senhores membros do Corpo Diplomático,

Caros delegados,

Minhas senhoras e meus senhores.

As nossas primeiras palavras são de saudação a todos os presentes neste evento, em especial aos nossos visitantes que aqui se encontram para a quinquagésima reunião do Comité Directivo da Organização Africana das Instituições Supremas de Controle.

Felicitemos por terem escolhido a nossa capital para acolher tão importante fórum e desejamos a todos votos de boa estadia.

Agradecemos o convite que nos foi dirigido para presidir este acto de abertura e decidimos honrá-lo com a nossa presença pela importância deste evento neste momento em que as questões de boa governação e transparência na gestão da coisa pública vem ganhando especial atenção.

Caros participantes,

Minhas senhoras e meus senhores,

Na minha primeira intervenção, durante a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada em Johannesburgo a 14 de Junho passado, dissemos que o nosso continente era historicamente rico em recursos, e lamentamos o facto desta riqueza contrastar com o nível de vida das populações, não obstante a riqueza a que acima aludimos.

Os nossos Estados têm como responsabilidade primária a satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos.

Estas necessidades são imensas e diversificadas, de tal sorte que os recursos de que os Estados dispõem, muitas vezes, não são suficientes para a sua satisfação.

Os desastres naturais, os conflitos armados, o extremismo violento, o aumento descontrolado da população, a migração ilegal e as mudanças inconstitucionais de governos democraticamente eleitos, criam uma pressão enorme sobre as capacidades dos Estados, num momento em que as vicissitudes da economia mundial se prestam a cenários pouco optimistas.

Não são poucas vezes, que os países africanos são associados a práticas de gestão menos correcta dos recursos e da coisa pública.

Essas percepções, acabam influenciando na eficácia e eficiência dos programas, nas políticas e nas instituições, afectando, de forma negativa, a credibilidade dos nossos Estados.

Mais grave ainda, é o facto de esta situação corroer a relação de confiança que deve existir entre os cidadãos e o Estado.

Infelizmente, temos que admitir que há ainda, por parte de alguns servidores públicos, comportamentos pouco abonatórios à dignidade da Administração Pública de cada um dos nossos Estados.

Nestes casos, temos que avançar com medidas justas e exemplares, que não só penalizem os prevaricadores, como criem as condições adequadas para prevenir a ocorrência desses comportamentos.

Em face desse cenário, impõe-se a necessidade de uma selecção cada vez mais criteriosa das prioridades e uma gestão rigorosa dos recursos existentes.

Temos que assegurar que as instituições estatais e públicas sejam o espelho da integridade e transparência na gestão da coisa pública, de modo a inspirar maior confiança no cidadão.

Qualquer destas soluções exige recursos humanos qualificados, instituições fortes e coesas e um compromisso com o bem público.

O objectivo principal da AFROSAI é promover e desenvolver a troca de ideias e experiências entre as instituições supremas de controlo dos países africanos, no

domínio da auditoria das finanças públicas, através de acções de implementação de estudos sobre o controlo das finanças públicas.

Nesta missão, a grande aposta deve ser acções programadas de desenvolvimento humano.

A AFROSAI deve contribuir para a melhoria dos mecanismos de controlo das contas públicas nos nossos países.

Estimados membros do Comité Directivo da AFROSAI,

Moçambique encara com seriedade a questão do controlo das contas públicas. O controlo das contas promove a transparência e permite uma distribuição da riqueza de forma racional.

No âmbito de um processo contínuo de aprimoramento das instituições e procedimentos, a nossa legislação atinente à Secção de Contas do Tribunal Administrativo conheceu algumas alterações nos últimos tempos, sendo a mais recente alteração do presente ano de 2015.

Durante a investidura do Governo que lideramos, assumimos, perante o Povo Moçambicano e perante o mundo, o compromisso de assegurar a integridade e transparência na gestão da coisa pública, bem como a responsabilização e prestação de contas pelos servidores públicos, em particular os dirigentes.

Saudamos a AFROSAI por ser esta instituição de referência e encorajamos todas as iniciativas que visem elevar o nível de desempenho das nossas instituições, particularmente, no que respeita à gestão da coisa pública.

Auguramos, pois, que os debates previstos no programa desta Reunião sejam abertos, sem tabus e que produzam ideias e propostas inovadoras de como melhor controlar as contas públicas nos nossos países. Maputo é fonte de inspiração.

A finalizar, desejamos que os trabalhos que ora iniciam, decorram da melhor forma possível e que os resultados transcendam as expectativas iniciais.

Com estas palavras, declaro aberta a Quinquagésima Reunião do Comité Directivo da AFROSAI.

Pela atenção dipensada, o meu obrigado!



**REFORÇO DE RELAÇÕES
DE AMIZADE E DE
SOLIDARIEDADE ENTRE
MOÇAMBIQUE
E ÁFRICA
DO SUL**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi,
Presidente da República de
Moçambique, por ocasião
da visita de Estado de Sua
Excelência Jacob Zuma,
Presidente da República da
África do Sul à República de
Moçambique, de 20 a 21 de
Maio de 2015
Maputo, 20 de Maio de 2015

REFORÇO DE RELAÇÕES DE AMIZADE E DE SOLIDARIEDADE ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL

Sua Excelência Jacob Zuma, Presidente da República da África do Sul e Esposa,

Sua Excelência Presidente da Assembleia da República,

Senhor Primeiro-Ministro,

Venerando Presidente do Tribunal Supremo,

Venerando Presidente do Conselho Constitucional,

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo,

Digníssima Procuradora Geral da República,

Digníssimo Provedor de Justiça,

Senhores membros da Delegação Presidencial Sul-Africana

Senhores membros do Conselho de Ministros,

Senhores Deputados da Assembleia da República,

Senhores Vice-Ministros,

Senhores membros do Corpo Diplomático acreditado na República de Moçambique,

Caros convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Convidamos, para esta noite, que vai ficar registada nas páginas deste novo ciclo de governação, o irmão Jacob Zuma, Presidente da República da África do Sul e sua Esposa.

Queremos expressar os nossos votos de boas-vindas a Vossa Excelência, Senhor Presidente e à sua delegação e fazemos votos que tenham uma estadia agradável nesta Cidade das Acácias, capital da nossa Pátria Amada.

A vossa visita é uma prova do carinho que Vossa Excelência nutre pelo nosso Povo e País num reconhecimento explícito da necessidade do reforço e consolidação das nossas relações.

É também uma oportunidade para aprofundarmos os nossos laços de amizade, solidariedade e cooperação bilateral, assim como para analisarmos a situação política, económica e social prevalente em cada um dos nossos países.

Assim, queremos, de forma especial, agradecer a si, Presidente Jacob Zuma, e a sua Esposa, Mama Sizakele Zuma, por terem acedido ao nosso convite para realizar a Visita de Estado ao nosso país, por sinal a primeira, após termos assumido a liderança dos destinos de Moçambique a 15 de Janeiro de 2015.

O nosso agradecimento é extensivo a todos os convidados que nos honraram com a sua presença neste evento, o que simboliza uma comunhão de propósitos na consolidação das nossas históricas relações.

Excelência,

Como é do vosso conhecimento, as relações entre os Povos de Moçambique e da África do Sul remontam aos tempos anteriores a colonização dos nossos dois Países.

A nossa forma de ser e estar foi sempre comum, em termos de hábitos culturais e da língua que usamos para nos comunicar e desenvolver os laços sociais.

Os nossos povos mantêm intercâmbios desde os tempos de M'fecane, do Rei Tshaka Zulu e Sochangane, também conhecido em Moçambique por Manicusse e dos demais obreiros da Grande Migração da África Austral.

As migrações e a luta comum contra os regimes, colonial português e do Apartheid, forjaram a identidade colectiva dos nossos Povos, alicerçada nos mesmos laços tradicionais, culturais e linguísticos.

Esta teia de relações transcende a dimensão geo-política de cada um dos nossos países, razão pela qual a sua consolidação permanente e continuidade é um dever de todos nós.

Estamos, por isso, unidos por um destino comum e impelidos a cooperar e a caminhar juntos na busca de soluções para os desafios comuns e na partilha de benefícios daí decorrentes, traduzidos no bem-estar dos nossos dois Povos.

Senhor Presidente,

Caros Convidados,

Como candidato do Partido FRELIMO às Eleições de 15 de Outubro do ano passado, tivemos o privilégio de visitar o vosso belo país e trocar impressões com Vossa Excelência e com diversos segmentos da sociedade sul-africana.

Nessa ocasião, partilhámos a nossa visão sobre as linhas principais do nosso programa de governação que incide sobre a preservação da paz, unidade nacional, desenvolvimento do capital humano, infra-estruturas e uma exploração sustentável e transparente dos recursos naturais e ambiente.

O nosso País está em Paz. A sua manutenção e reforço constituem prioridade e desafio de todos e de cada um dos moçambicanos.

Para a consolidação da Paz e aprofundamento da democracia, temos vindo a estabelecer diálogo, abrangente, de forma pública ou dirigida, com várias organizações da sociedade civil, representantes das confissões religiosas, partidos políticos, incluindo a RENAMO.

Reiteramos a nossa abertura e disponibilidade para continuarmos com o diálogo franco, sincero e responsável, em estreita obediência ao quadro jurídico do país, de forma a garantir a paz efectiva para os moçambicanos, condição indispensável para o nosso desenvolvimento.

Excelência,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As relações económicas entre Moçambique e África do Sul têm vindo a conhecer níveis cada vez mais crescentes. De entre os principais investidores em Moçambique, a República da África do Sul ocupa a terceira posição.

Apesar deste balanço positivo da nossa cooperação económica, devemos incrementar o volume do investimento e incentivar os empresários dos nossos países a tornarem-se mais criativos e inovadores, aproveitando as oportunidades de negócio existentes nos dois países.

Moçambique possui terra arável, recursos hídricos e energéticos em abundância. O potencial hidroeléctrico, carvão, gás natural e energias renováveis permite-nos garantir a segurança energética para os dois Países. Para o aproveitamento racional e integral destas oportunidades, os nossos países devem continuar a juntar esforços, promovendo uma cooperação pragmática e mutuamente vantajosa.

Excelência,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O espírito de solidariedade e de convivência pacífica dos povos africanos parece estar, hoje, a ser posto à prova por um fenómeno estranho ao nosso modo de ser e estar como Povos irmãos.

Muito recentemente, cidadãos moçambicanos, residentes em algumas cidades da República da África do Sul, viveram momentos dramáticos protagonizados por cidadãos deste país irmão.

O Povo Moçambicano e o meu Governo condena todos os actos que concorrem para tirar ou ameaçar a vida humana, incluindo a xenofobia, por constituir uma afronta à convivência pacífica e harmoniosa que sempre nos caracterizou.

Saudamos as medidas tomadas pelo vosso Governo, conforme informação apresentada por Vossa Excelência, na última Cimeira da SADC, realizada em Harare.

Encorajamos a prosseguir, com firmeza e determinação, para eliminar, de uma vez por todas, as causas deste fenómeno violento, responsabilizando criminalmente os envolvidos.

O Povo Moçambicano aguarda, com muito interesse, os resultados das investigações que as autoridades sul-africanas estão a realizar sobre esta matéria que afecta e preocupa a nós, moçambicanos e sul-africanos, e a todos Povos amantes da Paz e defensores dos direitos humanos.

Excelência,

Minhas senhoras, meus senhores,

Esta manhã avaliamos o actual estágio de cooperação entre os nossos dois países nos diversos domínios, com o objectivo de consolidar as relações políticas e sócio-económicas e empresariais.

Manifestamos a nossa satisfação pelo espírito de abertura e franqueza que caracterizaram os debates havidos entre as duas delegações.

Constatamos que prevalece a vontade política de ambas as partes para superar os desafios comuns e impulsionar a cooperação bilateral, explorando as potencialidades dos dois países.

Durante a nossa reunião, alcançamos vários entendimentos para impulsionar a nossa cooperação bilateral, com destaque para:

- Reactivação imediata de reuniões das Comissões Binacionais;
- Recuperação das reuniões da Comissão Conjunta Permanente de Defesa e Segurança e dos respectivos comités;
- Elaboração de programas e planos de acção para a abordagem da problemática de energia em benefício dos dois países;
- Potenciação da exploração das infra-estruturas de transportes e comunicações, tais como, o Aeroporto Internacional de Nacala e os Portos de Maputo, entre outras;
- Facilitação da circulação de cidadãos e homens de negócios;
- Promoção da industrialização com incentivos específicos.

Incentivamos aos nossos Ministros, das diferentes áreas de cooperação, a serem mais criativos e a desenvolver o espírito de imaginação.

Excelência,

Minhas senhoras, meus senhores,

Com estas palavras, gostaríamos de terminar, agradecendo a vossa amável atenção e, sobretudo, desejar-vos um bom apetite, saboreando o melhor da culinária moçambicana que vos é proposta hoje!

Convido a todos os presentes para que me acompanhem num brinde:

- À saúde de Sua Excelência a Presidente Jacob Zuma!
- Ao reforço das relações históricas de amizade, solidariedade e cooperação entre os Povos e Governos de Moçambique e da África do Sul! e
- À saúde de todos os presentes!

Muito Obrigado!



ALMOÇO OFERECIDO PELO GRUPO IMPRESA

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi,
Presidente da República de
Moçambique no Almoço
Oferecido pelo Grupo
Impresa
Lisboa, 17 de Julho de 2015

ALMOÇO OFERECIDO PELO GRUPO IMPRESA

Senhor Paulo Portas, Vice Primeiro-ministro da República Portuguesa,

Senhores Ministros,

Senhor Presidente do Grupo Impresa,

Caros Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Sou um homem feliz por ter esta nobre oportunidade de falar para um dos maiores e mais influente grupo de comunicação social em Portugal.

Como governante de um País em crescimento, espero que a minha breve intervenção aborde o papel da imprensa no processo de desenvolvimento da nação moçambicana.

A imprensa moçambicana tem estado a crescer significativamente não apenas pela multiplicação de órgãos de comunicação, mas, sobretudo, pela qualidade e pelo papel crítico que esta exerce, influenciando o crescimento da economia de Moçambique.

O alcance da informação veiculada no território nacional é sintomático do compromisso do nosso governo com a liberdade de imprensa e o direito à informação.

Por isso, em Moçambique, exige-se que a imprensa seja mais séria, profissional, imparcial e responsável.

A imprensa moçambicana tem estado a potenciar-se, vencendo, desse modo, as percepções que se tem duma jovem imprensa autónoma, assente no espírito de respeito e na deontologia profissional.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É papel da imprensa moçambicana, contribuir para o desenvolvimento equilibrado e transparente da sua sociedade.

Moçambique dispõe de recursos e potencialidades extraordinárias, quer em sectores estratégicos como agricultura, pesca, turismo, indústria, transporte e comunicações, energia entre outros, quer em termos de oportunidades de obtenção de ganhos para os investidores.

A experiência nos ensina que precisamos de caminhar sempre juntos. A imprensa em Moçambique, na diferença e no respeito pelas liberdades, tem estado a testemunhar e a colocar na montra dos investidores as potencialidades de Moçambique.

Temos o Centro de Promoção de Investimentos–CPI, um instrumento firme que juntamente com a imprensa moçambicana, nas suas páginas de economia, trabalham para o reforço e diversificação da informação económica.

Nos últimos dez anos, a taxa de crescimento tem estado entre 7 a 8% em média. Em 2014, a inflação situou-se em 2,6% o que fundamenta a estabilidade da nossa economia.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Temos estado, repetidas vezes, a afirmar que Moçambique não tem apenas uma diversidade humana.

Moçambique é a sua própria diversidade. Essa diversidade não é apenas da sua gente, é, sobretudo, das ideias e vontades, das crenças e das orientações políticas. A maior riqueza de Moçambique é a nossa diversidade.

Esperamos caros empresários e representantes da comunicação social portuguesa, que este encontro proporcione a informação necessária e debates orientados para descobrirem e difundirem as oportunidades de investimentos existentes em Moçambique.

O nosso grande desejo é que a imprensa contribua para a produção de renda para os que mais precisam.

Muito obrigado!



MOÇAMBIQUE–PORTUGAL CONSOLIDANDO PARCERIAS RUMO A UM FUTURO SUSTENTÁVEL NAS RELAÇÕES BILATERAIS

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi,
Presidente da República de
Moçambique, no Jantar de
retribuição a Sua Excelência
Cavaco Silva, Presidente
da República Portuguesa,
por ocasião da realização da
visita de Estado a Portugal
Lisboa, 17 de Julho de 2015

MOÇAMBIQUE–PORTUGAL CONSOLIDANDO PARCERIAS RUMO A UM FUTURO SUSTENTÁVEL NAS RELAÇÕES BILATERAIS

Sua Excelência Professor Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República Portuguesa,

Excelentíssima Dra. Maria Cavaco Silva,

Sua Excelência Maria de Assunção Esteves, Presidente da Assembleia da República Portuguesa,

Sua Excelência Pedro Passos Coelho, Primeiro-Ministro de Portugal,

Distintos convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Em nome do Governo e do Povo da República de Moçambique, mais uma vez, queremos agradecer a calorosa hospitalidade que temos estado a beneficiar.

Queremos, de forma especial, manifestar a nossa gratidão, pelo facto do Senhor Presidente e todos os convidados aqui presentes terem aceite o nosso convite a este jantar à moçambicana, que exprime a nossa vontade de estar sempre próximo do povo português nos momentos de inspiração com vista a criação do bem-estar para os nossos dois Povos.

Este é um sinal inequívoco da vitalidade dos profundos laços de amizade, solidariedade e cooperação entre Moçambique e Portugal.

Sem hesitação, afirmamos que estamos satisfeitos pelos resultados que alcançamos nos diversos encontros que realizámos com as mais diversas autoridades portuguesas, incluindo com as comunidades empresariais dos dois países.

Os encontros permitiram renovar e reafirmar nossos compromissos mútuos em manter o estágio excelente das nossas relações político – diplomáticas, assim como

consolidar as parcerias no domínio económico e perspectivar patamares mais altos do nosso relacionamento a todos níveis.

Assim, temos a firme convicção de que as bases que tivemos ocasião de relançar, continuarão a sustentar a longa e mutuamente vantajosa relação bilateral.

Queremos que estas relações não se circunscrevam apenas ao nível dos governos, devendo, sim, incluir também homens de negócios e organizações da sociedade civil dos nossos países.

Estamos certos de que todos saberemos aproveitar estas oportunidades criadas pela nossa reiterada vontade política em garantir um futuro sustentável da cooperação entre Moçambique e Portugal.

Estimado Presidente Cavaco Silva,

Senhora Presidente da Assembleia da República,

Senhor Primeiro Ministro,

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Queremos deixar bem vincada a mensagem autêntica do nosso País: a determinação do nosso Povo em continuar a viver Unido e em Paz, num País Uno e Indivisível.

Os portugueses conhecem, através da sua própria experiência, o valor da soberania nacional. Por isso, a nação portuguesa nunca hesitou em defender a sua soberania.

Sonhamos e hoje estamos ao leme de um barco onde todos navegamos, o barco da inclusão e da confiança mútua, no qual nada pode diferenciar os moçambicanos.

Sonhamos e estamos ao leme desse barco, onde as únicas cores dos passageiros são as da bandeira nacional.

A região de origem dos viajantes tem o nome de Moçambique do Rovuma ao Maputo.

A única tribo de quem aceita viajar é Moçambique, sendo a moçambicanidade o único tratamento de que devem gozar os seus ocupantes.

Estes são os esforços em curso no nosso País, para a preservação da Paz e a consolidação da democracia, que unanimemente elegemos como melhor forma de gestão política nacional.

Ao Povo português,

Reiteramos o nosso firme compromisso de garantir que as oportunidades existentes e ampliadas nesta visita sejam transformadas em parcerias concretas e viáveis.

Temos a convicção de que, com a Paz e estabilidade nos nossos países e o nosso relacionamento político-diplomático já consolidado, realizaremos as vontades dos nossos Povos.

Renovamos os nossos agradecimentos por nos terem proporcionado uma estadia agradável e memorável que nos permitiu desfrutar da diversidade gastronómica, da beleza arquitectónica, do ambiente fraternal e da simpatia do Povo português.

Termino, convidando o Senhor Presidente, a sua Esposa e todos os presentes a acompanharem-nos num brinde:

- À saúde e longa vida para si Senhor Presidente e sua estimada família!
- Ao reforço das nossas relações de amizade, solidariedade e cooperação! e
- À saúde de todos os presentes!

Muito Obrigado!



MOÇAMBIQUE-PORTUGAL JUNTOS PROMOVENDO A DIPLOMACIA ECONÓMICA PARA GANHOS MÚTUOS

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Banquete de Estado em sua homenagem, oferecido por Sua Excelência Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República Portuguesa Lisboa, Julho de 2015

MOÇAMBIQUE–PORTUGAL JUNTOS PROMOVENDO A DIPLOMACIA ECONÓMICA PARA GANHOS MÚTUOS

Sua Excelência Professor Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República Portuguesa,

Excelentíssima Dra. Maria Cavaco Silva,

Sua Excelência Maria de Assunção Esteves, Presidente da Assembleia da República Portuguesa,

Sua Excelência Pedro Passos Coelho, Primeiro–Ministro de Portugal,

Caros convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero, em meu nome e no de minha esposa, manifestar a nossa profunda gratidão pelo honroso convite que nos foi endereçado pelo Senhor Presidente Cavaco Silva, para realizarmos esta nossa primeira Visita de Estado à República Portuguesa.

Quero transmitir calorosas e fraternais saudações do Povo e Governo de Moçambique, para o Povo e Governo Português.

Permitam-me, igualmente, exprimir, em meu nome e da delegação que me acompanha, os nossos sinceros agradecimentos pela calorosa recepção e excelente hospitalidade que nos têm estado a proporcionar, desde que chegámos a esta bela terra da península Ibérica.

De facto, nós sentimo-nos em nossa própria casa. Não dizemos isto apenas por este promissor jantar que nos proporcionaram, mas sim, pelas amistosas palavras que foram proferidas acerca do nosso País e das nossas fortalecidas relações de cooperação e amizade.

Estamos aqui para reafirmar o nosso compromisso em continuar as obras iniciadas pelos nossos predecessores.

Queremos, com esta visita, impulsionar acções concretas para o benefício mútuo dos nossos Povos e Estados.

Senhor Presidente,

Caros Amigos Portugueses,

Estimados Compatriotas,

Não precisamos de elaborar muito para falar dos laços que unem os nossos dois Povos, com uma história comum, com evidentes cumplicidades culturais e, sobretudo, repleta de inegáveis relações seculares, hoje responsáveis por perenizar a ligação entre os dois países.

A geografia física arrepia a realidade ao teimar em nos colocar, de um lado o Índico e do outro o Atlântico, travessia de extensos mares e infindáveis ares que a nossa abóbada celeste conserva.

A parte mais apetitosa da nossa história comum, decorre da coincidência de celebração do 40º aniversário da nossa independência e da vitória da democracia em Portugal contra a ditadura então reinante, a Revolução dos Cravos.

Não nos parece que haja quem queira hoje, a não ser por capricho da própria história e da necessidade de perpetuá-la, lembrar-se do colonialismo e do fascismo.

Daí, a razão de não ter sido por acaso que, Portugal estabeleceu as relações diplomáticas com o nosso País, logo depois da proclamação da nossa independência nacional.

Não foi coincidência a participação de Sua Excelência o Senhor Professor Cavaco Silva, Presidente da República Portuguesa no acto da minha investidura como o quarto Presidente de Moçambique independente.

Nem é complementar a participação do Chefe da diplomacia portuguesa na maior festa dos moçambicanos no passado 25 de Junho, dia da independência de Moçambique.

Queremos com isso, registar com satisfação, o actual estágio de relacionamento, cujo corolário está confirmado com a realização desta visita de Estado à República portuguesa, a primeira que fazemos fora do nosso continente.

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Na minha tomada de posse como Presidente da República de Moçambique, dissemos ao Povo Moçambicano e ao mundo inteiro que representávamos uma nova geração, uma geração que recebia um legado repleto de enormes sucessos mas também de exaltantes desafios.

Dissemos que queríamos um Povo com mais educação e saúde, que participe activamente na tomada de decisões e na escolha de políticas públicas independentemente de pertencer ou não a um partido.

Dissemos que íamos liderar um governo que privilegie a Paz, num país onde se promove o diálogo acima de disputas domésticas pelo poder. Um governo que privilegie a solidariedade, acima da competição desleal, um governo que entenda a importância de agir ecologicamente na exploração dos recursos naturais.

É o que temos estado a colocar na mesa das nossas atenções, é a grande prioridade que temos estado a partilhar e a envolver com os nossos tradicionais parceiros: a promoção da Paz e concórdia.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

O saudoso Presidente Samora Moisés Machel, no seu estilo característico, chegou a brincar, dizendo que se alguma dívida haveria que cobrar a Portugal, era a língua portuguesa, que Moçambique impôs num espaço geográfico, antes completamente estranho.

Disse isto antes de alargarmos o nosso espaço de cooperação com outras latitudes.

Mas hoje, os chineses, russos, ingleses, tailandeses e indianos, os africanos anglófonos e francófonos e árabes falam na língua de Camões.

É nessa língua que podem penetrar nas áreas de conservação e nos parques, nas terras aráveis virgens, nas águas de camarão e de atum, nas montanhas e praias turísticas infinitas, nas florestas, na pesquisa do subsolo preservado sabiamente por várias gerações.

Portugal não precisa que se lhe indique onde está Moçambique, isso tinha pensado Vasco da Gama quando "descobriu" o que não conhecia.

Portugal precisa apenas de explorar as vantagens comparativas que lhe são favoráveis para objectivos de momento.

Precisa de se juntar, cada vez mais, aos seus parceiros moçambicanos e imprimir maior agressividade na diplomacia económica, com maior intervenção no sector empresarial privado.

Trouxemos para vos apresentar algumas empresas portuguesas, trouxemos por operarem com mais pujança em Moçambique.

Estas empresas consolidam continuamente a sua presença nos domínios da agricultura, turismo, energia, indústria transformadora, construção, sector financeiro e outros, contribuindo assim para o desenvolvimento dos nossos países.

Este desempenho é expresso pelo quarto lugar conforme se disse, que Portugal ocupa no volume de investimentos em Moçambique, com cerca de cem projectos, totalizando cerca de 372 milhões de dólares americanos em sectores estruturantes para a nossa economia.

O grande desafio actual é o incremento de parcerias com os moçambicanos para o seu fortalecimento, sobretudo, para tornar os investidores mais competitivos no mercado regional da SADC e no intercâmbio comercial com países da União Europeia, para além

de contribuir para o empoderamento dos moçambicanos e também para a transferência de tecnologias e de conhecimentos.

Neste novo ciclo de governação, privilegiamos as relações económicas bilaterais, daí que seguiremos o que diz ditado: "Se me oferecer peixe, consumirei imediatamente, mas se me oferecer anzol, pescarei e terei sempre peixe." Portanto, as nossas relações devem incluir a troca de saberes e oportunidades entre os dois povos..

Queremos, com estas palavras, sublinhar a nossa agenda de mais parcerias com os moçambicanos para as nossas economias.

Senhor Presidente,

Antes de terminar, gostaria de lançar aqui como um desafio, à nossa CPLP, a adopção de uma estratégia arrojada, isto é, deixar de acreditar que só a língua comum nos une, passando a realizar acções que nos conduzam a uma cooperação económica e empresarial mais activa.

Senhor Presidente,

Animados com a esperança de um futuro risonho nas nossas relações bilaterais, fundadas num legado histórico de amizade e numa cooperação comprovada em ganhos recíprocos, permita-nos, Senhor Presidente, sugerir um brinde:

- À amizade fraternal, solidariedade e cooperação entre Moçambique e Portugal!
- À saúde e longa vida para si, Senhor Presidente e sua estimada família!
- À Paz no mundo e prosperidade para toda a humanidade!

Muito obrigado!



RECEPÇÃO DA CHAVE DA CIDADE DE LISBOA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da visita à Câmara Municipal de Lisboa e recepção da Chave da Cidade, no âmbito da visita de Estado à Portugal Lisboa, 16 de Julho de 2015

RECEPÇÃO DA CHAVE DA CIDADE DE LISBOA

Excelentíssimo Senhor Fernando Medina, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhores Vereadores,

Digníssimas Autoridades,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Permita-nos, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, expressar a nossa sincera gratidão pelas amáveis e carinhosas palavras que acaba de nos dirigir e pela calorosa recepção que nos proporciona nesta ocasião, nesta bela cidade de Lisboa.

Iniciámos ontem a nossa primeira visita de Estado à Portugal e sentimos enorme conforto e afecto dos munícipes desta lendária "Cidade das Sete Colinas". Muito, muito obrigado pelo carinho e entusiasmo que nos tem oferecido.

Continuem a tratar bem a todos visitantes para que guardem e levem consigo boas recordações e saudades desta Cidade, estas que nós levaremos.

Igualmente, sentimo-nos honrados por ser acolhidos neste imponente edifício da Câmara de Lisboa e de termos merecido a recepção da chave desta bela cidade.

É nossa convicção que, com este gesto, Lisboa, como porta de entrada a Portugal, quis, antes de mais, honrar Moçambique e os moçambicanos.

Com esta chave estamos autorizados a falar alto em todos momentos, mas nós optaremos mais por defender a postura camarária de Lisboa.

Senhor Presidente,

Distintos convidados,

Por decisão soberana da Câmara Municipal desta urbe, foi-nos entregue a Chave da Cidade. Segundo a nossa tradição, não se entrega a chave da nossa casa à estranhos. Por outras palavras, só se entrega a chave da nossa casa a alguém por quem nutrimos simpatia e confiança. Dissemos isso também quando recebemos a chave da cidade de Maputo, a Cidade das Acácias.

Aceitamos a Chave da Cidade com satisfação e agradecemos a confiança que depositam em mim, como Presidente da República de Moçambique, e no povo moçambicano. Prometo tudo fazer para honrar essa confiança e não defraudar as expectativas dos munícipes de Lisboa e dos portugueses, no geral.

Senhor Presidente,

Distintos convidados,

Estamos em Portugal para celebrar e reforçar as nossas relações de amizade e solidariedade construídas ao longo do tempo. Celebramos o legado de afinidades históricas, culturais e políticas que nos unem e nutrem as nossas relações político-diplomáticas estabelecidas há 40 anos.

Queremos incrementar a nossa cooperação em áreas que produzam resultados concretos para os nossos dois Povos.

Agora, mais do que nunca, na nossa qualidade de detentor da chave da capital portuguesa, ajudaremos a promover de forma produtiva a nossa relação, explorando as enormes oportunidades que esta cidade e Portugal no geral nos reserva.

Senhor Presidente,

Distintos convidados,

Alegra-nos saber que Lisboa é um destino privilegiado de turistas, estudantes e pesquisadores, incluindo moçambicanos.

Verificamos que Lisboa consegue conciliar a preservação do seu impressionante património histórico e arquitectónico com as prementes exigências do mundo contemporâneo, expressos através de interesses dos cidadãos de hoje.

A terminar, queremos, mais uma vez, agradecer a hospitalidade que recebemos e desejar sucessos a si, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e ao seu elenco, assim como maiores felicidades aos Municipais desta magnífica cidade, que já me sinto parte dela.

Pela atenção que nos dispensaram, o nosso muito obrigado.



**PEQUENO ALMOÇO
DE TRABALHO COM MEDEF
(CONFEDERAÇÃO
DO EMPRESARIADO
E PATRONATO FRANCÊS)**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
no Pequeno Almoço de
Trabalho com MEDEF, por
ocasião da Visita Oficial à
República Francesa
Paris, 20 de Julho de 2015

PEQUENO ALMOÇO DE TRABALHO COM MEDEF (CONFEDERAÇÃO DO EMPRESARIADO E PATRONATO FRANCÊS)

Senhores Membros do Governo de Moçambique e da França,

Senhor Vice-Presidente da Confederação do Empresariado e Patronato Francês,

Senhor Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique,

Caros Empresários,

Distintos convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com muita honra e satisfação que nos dirigimos aos distintos representantes do sector empresarial franco-moçambicano, presentes neste evento, uns a operar já em Moçambique e outros por descobrir, embora ainda estejam a tempo de agir.

Gostaríamos, de saudar à Confederação das Associações Económicas de Moçambique e à todos os envolvidos na organização deste evento que promete produzir os resultados esperados.

Temos a certeza que este encontro servirá de plataforma para recolha de informações necessárias e úteis sobre Moçambique, suas potencialidades e oportunidades de negócios, como também para identificarmos o que pode ser aconselhável para, na base de benefícios mútuos, capitalizar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As relações entre Moçambique e França são excelentes, a todos os níveis, tanto do ponto de vista político-diplomático, quanto ao nível da cooperação para o desenvolvimento.

Estas relações foram construídas, ao longo dos anos, em que o nosso País tem-se beneficiado do apoio multiforme da França, totalizando mais de 100 milhões de Euros, nos últimos dez anos.

Estes montantes foram investidos nas áreas de saúde, água e saneamento e parte do qual através do apoio directo ao Orçamento do Estado, o que comprova a relação de confiança existente entre os dois Estados.

O nível das relações comerciais é encorajador e temos notado o crescimento dos fluxos comerciais de cerca de 22 milhões de dólares americanos de exportações de Moçambique para a França, em 2010 para cerca de 68 milhões de dólares americanos, em 2013.

Igualmente, de cerca de 23 milhões de dólares americanos de importações de Moçambique, em 2010, atingimos cerca de 80 milhões, em 2013, o que indica um acréscimo significativo.

Em relação ao investimento privado francês em Moçambique, notamos que cerca de 62 milhões de dólares americanos foram injectados em vários projectos de desenvolvimento, o que tem colocado a França na 10ª posição no ranking do investimento directo no nosso País.

Contudo, acreditamos que esta posição pode ser melhorada e equilibrada, tendo em conta as potencialidades existentes em Moçambique e a vontade do empresariado francês de investir.

Estimados empresários,

Permitam-nos, agora, fazer uma breve referência ao potencial existente em três áreas, que certamente, podem interessar o empresariado francês a promover parcerias com os moçambicanos, designadamente, desenvolvimento do capital humano, a agricultura, agro-indústria e infra-estrutura.

Estas são algumas das áreas prioritárias do nosso Programa de governação dos próximos cinco anos.

Na agricultura apostamos no incremento da produção e produtividade, de modo a criar maior competitividade e mais emprego.

Achamos que existem oportunidades a montante, em termos de equipamento, sementes melhoradas e fertilizantes.

Enquanto isso, a jusante, potencialidades em unidades de agro-processamento, armazenagem e transporte para os mercados nacionais e regionais, como para os da SADC, bem como os mercados preferenciais existentes na União Europeia e Estados Unidos da América.

Sabemos que a França é uma potência mundial no sector de agro-processamento, por isso, encorajamos aos empresários aqui presentes, para que tomem nota da necessidade de transferência de tecnologia para Moçambique, nesta área.

Moçambique possui terras aráveis e férteis que podem viabilizar os investimentos neste sector.

Em relação às infra-estruturas, o Governo prioriza a sua expansão sustentável e a melhoria da sua qualidade para a promoção da actividade produtiva do sector privado.

Neste contexto, vemos oportunidades de investimento contínuo, em sectores tais como o da água, regadios, energia, estradas, infra-estruturas ferro-portuárias, pesqueiras, telecomunicações e de logística.

Assim, convidamos o empresariado francês a aproveitar as enormes oportunidades de investimentos neste tipo de infra-estruturas existentes nos grandes Corredores de Maputo, Beira e de Nacala.

Reiteramos a grande prioridade e importância que atribuímos ao desenvolvimento do capital humano, em particular, a formação profissional e vocacional porque acreditamos que quadros formados nestas áreas podem contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento do país.

Apraz-nos notar que o Governo Francês está disponível a apoiar iniciativas nesse sentido, em particular, na área de formação em hotelaria e turismo.

Caros participantes,

Reconhecendo que possa haver, certamente, outras áreas de interesse dos presentes que não tenham sido mencionadas, como por exemplo, o turismo, a pesca, recursos minerais, serviços financeiros e outros, convidamos os empresários a manifestarem o seu interesse.

Declaro aberta a sessão de perguntas e respostas.

Muito obrigado, pela atenção!



VISITA DE ESTADO A REPÚBLICA DA ÍNDIA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Banquete de Estado em sua homenagem, oferecido por Sua Excelência Shri Pranab Mukherjee, Presidente da República da Índia Nova Deli, Agosto de 2015

VISITA DE ESTADO A REPÚBLICA DA ÍNDIA

Sua Excelência Shri Pranab Mukherjee, Presidente da República da Índia;

Sua Excelência Shri Narendra Modi, Primeiro-Ministro da República da Índia;

Senhores Ministros do Governo da República da Índia e da República de Moçambique;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores;

Permitam-me que, em meu nome e no da minha esposa, manifeste a nossa profunda gratidão pelo honroso convite que nos foi formulado pelo Senhor Presidente Shri Pranab Mukherjee para efectuarmos esta Visita de Estado a este belo país, pátria de Mahatma Gandhi, o inquestionável defensor da Não-violência, liberdade e tolerância.

Estimado irmão Kumar Mukherjee, connosco trazemos fraternais saudações dos mais de 25 milhões de moçambicanos para o povo irmão da Índia.

Sem hesitação, queremos agradecer pela calorosa recepção e hospitalidade que nos está a ser dispensada, desde a nossa chegada e pelas conversações profícuas que durante o dia mantivemos.

Os promissores acordos, cuja sua assinatura testemunhamos,, atestam as excelentes relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os nossos dois povos e países.

Esta nossa visita à Índia, a primeira ao continente asiático, desde a nossa investidura para o cargo de Presidente da República de Moçambique, realiza-se num momento histórico de significado singular, pois coincide com as celebrações do 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre Moçambique e a Índia.

Esta é uma ocasião impar de exaltação dos êxitos alcançados no nosso relacionamento e de reflexão sobre os desafios que temos pela frente.

Com esta visita realizada seis meses depois do início da nossa governação, queremos registar o mais alto nível do nosso relacionamento, e reafirmar o nosso compromisso em continuar o projecto iniciado pelos nossos predecessores.

Senhor Presidente da República;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Moçambique goza de uma boa reputação a nível internacional devido, por um lado, a forma como saiu de um conflito interno complexo e pela contínua estabilidade, por outro lado, devido ao desempenho económico positivo do País.

Este desempenho, é resultado da escolha de políticas macro-económicas acertadas.

Por isso a nossa grande prioridade reside na Paz e estabilidade e na promoção do desenvolvimento económico e social inclusivo.

Moçambique sofreu em finais do passado ano de 2014 e princípios de 2015, o impacto negativo das calamidades naturais que assolaram o nosso país, exacerbadas pela queda dos preços de matérias-primas no mercado internacional. O Governo tem conseguido superar os obstáculos, mantendo a perspectiva positiva do crescimento da economia nacional à médio e longo prazos.

É nesse quadro que prevemos que o crescimento económico se situe na ordem dos 6.8%, em 2015, com uma maior contribuição dos sectores da agricultura, agro-indústria e serviços, incluindo o turismo.

No domínio social, continuamos empenhados na criação de condições adequadas para promover a participação e inclusão de moçambicanos na produção e distribuição da riqueza, sobretudo, através de provisão de serviços de educação e saúde, água e energia, mas antes de tudo estamos empenhados em assegurar a segurança alimentar.

Senhor Presidente da República;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Moçambique e a Índia partilham uma relação histórica secular, cujas marcas profundas traduzem-se na comunhão de valores culturais, sociais e económicos na vida dos nossos Povos. Estamos perante um rico legado sócio-cultural bem enraizado na sociedade Moçambicana que temos a responsabilidade de manter, aprofundar e consolidar.

Estas marcas de comunhão das culturas dos dois povos podem ser lidas e encontradas, com profundidade, na região costeira do nosso país.

Constatamos, com muito agrado, que na última década, a Índia tornou-se num importante parceiro de desenvolvimento de Moçambique, em áreas estratégicas, tais como, a área de desenvolvimento de recursos humanos, electrificação e abastecimento de água às zonas rurais.

Registamos, também, a participação positiva da Índia na agricultura e segurança alimentar, na transferência de tecnologias, construção de infra-estruturas económicas e sociais e na segurança pública, contribuindo, deste modo, para a promoção do desenvolvimento económico e social do nosso país.

Esta visita constitui um voto de confiança e a convicção de que a nossa cooperação bilateral vai florescer para um patamar, cada vez mais crescente, onde os investimentos possam, efectivamente, contribuir para a criação de riqueza em benefício mútuo.

A nossa vinda é, também, uma demonstração clara da vontade política do nosso Governo, em usar as actuais excelentes relações político-diplomáticas para impulsionar mais investimentos públicos e privados indianos, em vários domínios, em Moçambique. Queremos maior agressividade nas trocas comerciais entre os dois países.

Estamos aqui para mostrar ao sector privado dos nossos dois países, que a vontade política acarinha o sector privado e quer facilitar o seu crescimento.

Estamos aqui para estimular as parcerias.

Estamos a dizer, sim, às relações de amizade e cooperação, mas estas se sustentarão com uma Diplomacia Económica sólida.

Não é por acaso, que nos acompanha uma delegação empresarial, representativa dos sectores da nossa economia. A classe empresarial moçambicana tem sido determinante na própria identificação de novas oportunidades de negócio com os seus parceiros e, neste caso, com empresários indianos.

Senhor Presidente da República;

Excelências;

Estamos certos que, desta forma, contribuímos para aproximar os fazedores do desenvolvimento económico dos nossos países que são os empresários ou homens de negócios.

Queremos vos garantir que cumprimos a nossa parte através da criação de um ambiente de negócios favorável para o investimento indiano público e privado.

Senhor Presidente da República;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Permita-me que elabore a nossa missão neste novo ciclo de governação relativamente à política externa.

Moçambique continuará a prestar uma especial atenção ao estreitamento das relações de cooperação com os países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Igualmente, acreditamos que a cooperação entre os países africanos, terá a sua maior expressão na União Africana.

Continuaremos a conferir um lugar de destaque para as nossas relações com as Nações Unidas. Neste fórum continuaremos, como sempre o foi, a concertar posições com o Governo da Índia, nas questões de interesse comum, incluindo nos espaços da Commonwealth e da Indian Ocean Rim (IORC).

Renovamos o nosso agradecimento por nos terem proporcionado uma boa e fraternal estadia.

Termino, convidando Sua Excelência Presidente Shri Pranab Mukherjee e sua Exma esposa e todos os presentes, que nos acompanhem num brinde:

- ❖ À saúde de Sua Excelência Shri Pranab Mukherjee, Presidente da República da Índia!
- ❖ Ao reforço das Relações de Amizade e Cooperação entre Moçambique e Índia!
- ❖ À paz no mundo e prosperidade para toda a humanidade! e
- ❖ À saúde de todos os presentes!

MUITO OBRIGADO



ENCONTRO DE TRABALHO COM EMPRESÁRIOS DE NOVA DELI

Discurso de Sua Excelência Filipe
Jacinto Nyusi, Presidente da
República de Moçambique, por
ocasião do almoço com homens de
negócio
Nova Deli, 5 de Agosto de 2015

ENCONTRO DE TRABALHO COM EMPRESÁRIOS DE NOVA DELI

Excelências Membros do Governo da Índia e de Moçambique,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Confederação das Indústrias Indianas e Federação da Câmara do Comércio e Indústria da Índia,

Excelentíssimo Senhor Rogério Manuel, Presidente da Confederação de Empresários de Moçambique (CTA),

Caros Empresários Indianos e Moçambicanos,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em primeiro lugar, gostaríamos de usar este privilégio que temos de nos dirigirmos aos investidores privados da Índia e de Moçambique para agradecermos a oportunidade que nos concedem para a promoção do desenvolvimento do nosso país.

Endereçamos as nossas saudações e agradecimentos aos organizadores desta importante jornada económica, que é uma autêntica plataforma para a promoção de parcerias e intercâmbio empresarial, para os que já operam em Moçambique e para os que ainda pretendem explorar as oportunidades que Moçambique oferece.

Caros Empresários,

Moçambique é uma nação nova que no passado dia 25 de Junho, completou 40 anos da sua existência.

As relações entre o povo Indiano e o povo Moçambicano são seculares e sempre caracterizadas por laços sociais e trocas comerciais, envolvendo diversas mercadorias. Portanto são relações naturais, que sempre exploraram o nosso vasto e comum Oceano Índico.

Em Moçambique é extraordinário o convívio com a comunidade indiana residente, porque os moçambicanos descendentes da Índia, resultantes de convívio secular estão em todas as províncias do País, dando a sua significativa contribuição para o desenvolvimento económico.

Moçambique é um país vasto com mais de 35 milhões de hectares de terra arável e um clima favorável à produção de diversas culturas alimentares e de rendimento, muitas das quais, se não quase todas, se produzem nas terras da Índia.

A nossa posição geográfica e as infraestruturas ferro-portuárias e rodoviárias, abrem caminhos para o mercado doméstico e regional de consumo de 350 milhões de pessoas para além do mercado mundial, actualmente, com maior procura.

Moçambique com mais de 2000 Km de linhas férreas é a potencial plataforma logística que se completa por portos de águas profundas, existentes e por edificar.

Caros Empresários!

O sector da indústria de energia em Moçambique é uma certeza que apresenta vantagens comparativas devido a existência de recursos naturais propícios para a produção de energias renováveis, hídricas, bem como térmicas produzidas através de carvão ou de gás natural.

Nos próximos 10 anos, Moçambique poderá colocar no mercado mais de 7.000 Mw de energia eléctrica, com destaque para a biomassa.

A exploração económica de água é para Moçambique uma grande aposta por considerarmos factor crítico que se não for acautelado, pode descontinuar a produção.

Oportunidades há em Moçambique para a construção de mais barragens, aquedutos e regadios para impulsionar o sector produtivo, incluindo a industrialização do país.

Estimados Empresários,

Com as nossas contra-partes poderão abordar sectores como por exemplo, o potencial turístico que o país possui, devido à conjugação da nossa biodiversidade que inclui praias paradisíacas a temperatura tropical, a nossa fauna, cultura e, sobretudo, a hospitalidade.

O novo Aeroporto Internacional de Nacala já certificado que se encontra no Norte de Moçambique está a 8 horas da Europa e apenas a 6 horas deste continente asiático.

Os empresários moçambicanos não deixarão de falar, orgulhosamente, do sector mineiro que coloca no seu mapa recursos como o carvão, gás natural, pedras preciosas, areias pesadas, grafite, mármore, metais ferrosos e outros.

Oportunidades para o desenvolvimento de pesca industrial, da pecuária intensiva, avicultura, são enormes ao longo de todo o país.

Actualmente, Moçambique promove como resultado de grande demanda económica, sectores transversais como o dos transportes, infraestruturas económicas e sociais, estradas, pontes, hospitais, escolas e habitação, entre outros.

Estimados Empresários,

Caros Presentes,

O novo ciclo de governação que represento, lançou as bases para um crescimento económico sustentável com o objectivo de garantir o surgimento de uma economia multi-sectorial que crie mais postos de emprego, promova mais produtividade e que seja mais competitiva, de modo a gerar mais exportações.

A nossa atenção neste novo ciclo de governação, centra-se na mobilização de mais investimentos para o sector de agricultura que elegemos como a base do nosso desenvolvimento. O objectivo é produzir mais alimentos, mais renda para as famílias e para o país.

Nesta prioridade, é nossa estratégia a exploração de cadeias de valores com ênfase para o agronegócio.

Com esta carta económica de oportunidades, queremos convidar o sector empresarial privado, a ganhar tempo para intervir nos investimentos em Moçambique.

Estimados Investidores,

As estatísticas indicam que, até ao momento, foram aprovados 65 projectos de investidores privados da Índia susceptíveis de criar cerca de 14.000 postos de trabalho, num valor total de mais de 312 milhões de dólares norte americanos, sendo 85 milhões de USD de investimento directo.

Com um montante aprovado de 31 milhões de dólares norte americanos, podemos considerar que a Índia figura na quarta posição dos dez maiores investidores em Moçambique.

Nós sabemos o que podemos fazer para o benefício mútuo.

Queremos da Índia importar conhecimentos tecnológicos, a diversificada experiência na agricultura e na agro-indústria, na exploração mineira, na indústria farmacéutica, na formação, na implantação da rede de saúde, isto é hospitais especializados e mais sectores conforme as oportunidade que enumeramos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Assim, queremos reiterar o nosso convite para investirem em Moçambique, preferencialmente através de parcerias moçambicanas que inevitavelmente poderão fortalecer os nossos empreendimentos.

Em Moçambique podem investir também em regime de parcerias público-privadas e podem ainda investir de forma individual.

Nós o Governo faremos a nossa parte.

Continuaremos a incentivar-vos para que aliem a vossa intervenção à transferência de tecnologia e à formação de recursos humanos por serem factores decisivos para esta batalha.

Incentivaremos, didacticamente, a redução de barreiras, promovendo o melhor ambiente de negócios.

Prosseguiremos com as reformas fiscais de modo a incrementar a economia produtiva, de forma sustentável, rentável e cada vez mais formal.

Em suma, continuaremos a privilegiar uma política governativa de consolidação económica que nos levou ao crescimento médio de 7% do PIB por ano e ao controlo da inflação e a gestão da dívida pública.

Nós, o Governo de Moçambique, faremos a nossa parte para garantir os vossos investimentos, assegurando a ESTABILIDADE, consolidando a PAZ, através do exercício efectivo da DEMOCRACIA, observando os nobres valores de reconciliação, diálogo, de tolerância e de respeito pela diferença.

Caros Empresários,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Está lançado o desafio.

Muito obrigado, pela atenção!



BANQUETE DE ESTADO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do Banquete de Estado em sua homenagem, oferecido por Sua Excelência Shri Pranab Mukherjee, Presidente da República da Índia
Nova Deli, 5 de Agosto de 2015

BANQUETE DE ESTADO

Sua Excelência Shri Pranab Mukherjee, Presidente da República da Índia;

Sua Excelência Shri Narendra Modi, Primeiro-Ministro da República da Índia;

Senhores Deputados da Assembleia da República de Moçambique aqui representados;

Senhores Ministros do Governo da República da Índia e da República de Moçambique;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores;

Permitam-me que, em meu nome e no da minha esposa, manifeste a nossa profunda gratidão pelo honroso convite que nos foi formulado pelo Senhor Presidente Shri Pranab Mukherjee para efectuarmos esta Visita de Estado a este belo país, pátria de Mahatma Ghandi, inquestionável defensor de Não-violência, liberdade e tolerância.

Estimado irmão Kumar Mukherjee, connosco trazemos fraternais saudações dos mais de 25 milhões de moçambicanos para o povo irmão da Índia.

Antes de mais, queremos agradecer a calorosa recepção e hospitalidade que nos está a ser dispensada desde a nossa chegada e felicitar pela forma como tem estado a dirigir as conversações profícuas que durante o dia mantivemos.

Os promissores acordos que testemunhamos a sua assinatura atestam as excelentes relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os nossos dois povos e países.

Esta nossa visita à Índia, a primeira ao continente asiático desde a nossa investidura para o cargo de Presidente da República de Moçambique, realiza-se num momento histórico de significado singular, pois coincide com as celebrações do 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre Moçambique e a Índia, que é a idade da República de Moçambique.

Esta é uma ocasião ímpar de exaltação dos êxitos alcançados no nosso relacionamento e de reflexão sobre os desafios que temos pela frente.

Com esta visita, realizada seis meses depois do início da nossa governação, queremos registar o mais alto nível do nosso relacionamento e reafirmar o nosso compromisso em continuar o projecto iniciado pelos nossos predecessores.

Senhor Presidente da República;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Moçambique, que saiu de um conflito armado complexo, de forma notável, continua a gozar de estabilidade e a observar um desempenho económico positivo.

Este desempenho, é resultado da escolha de políticas macro-económicas acertadas.

Por isso, a nossa grande prioridade continua a residir na Paz e estabilidade, bem como na promoção do desenvolvimento económico e social inclusivo.

Entretanto, Moçambique sofreu em finais de 2014 e princípios de 2015 o impacto negativo das calamidades naturais que assolaram o nosso país, cujo impacto negativo foi exacerbado pela queda dos preços de matérias-primas no mercado internacional.

O Governo tem estado a fazer tudo o que está ao seu alcance para superar os obstáculos, mantendo a perspectiva positiva do crescimento da economia nacional a médio e longo prazos.

Nesse quadro, prevemos que o crescimento económico se situe na ordem dos 6.8%, em 2015, com uma maior contribuição dos sectores da agricultura, agro-indústria e serviços, incluindo o turismo.

No domínio social, continuamos empenhados na criação de condições adequadas para promover a participação e inclusão de moçambicanos na produção e distribuição da riqueza, sobretudo, através de provisão de serviços de educação e saúde, água e energia, mas antes de tudo estamos empenhados no asseguramento da segurança alimentar.

Senhor Presidente da República;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Moçambique e Índia partilham uma relação histórica secular, cujas marcas profundas traduzem-se na comunhão de valores culturais, sociais e económicos na vida dos nossos Povos.

Estamos perante um rico legado sócio-cultural bem enraizado na sociedade Moçambicana que temos a responsabilidade de manter, aprofundar e consolidar.

Estas marcas podem ser lidas com profundidade na região costeira do nosso país.

Constatamos, com muito agrado, que na última década, a Índia tornou-se num importante parceiro de desenvolvimento de Moçambique, em áreas estratégicas, tais como, o de desenvolvimento de recursos humanos, electrificação e abastecimento de água às zonas rurais.

Registamos, também, a participação positiva da Índia na agricultura e segurança alimentar, na transferência de tecnologias, construção de infra-estruturas económicas e sociais e na segurança pública, contribuindo, deste modo, para a promoção do desenvolvimento económico e social no nosso país.

Esta visita constitui um voto de confiança e a convicção de que a nossa cooperação bilateral vai florescer para patamares cada vez mais crescentes, onde os investimentos possam, efectivamente, a contribuir para a criação de riqueza em benefício mútuo.

A nossa vinda é, também, uma demonstração clara da vontade política do nosso Governo em usar as actuais excelentes relações político-diplomáticas, para impulsionar mais investimentos públicos e privados indianos e ou moçambicanos em vários domínios, em Moçambique.

Queremos maior agressividade nas trocas comerciais entre os dois países.

Estamos a dizer sim às relações de amizade e cooperação, mas estamos cientes de

que estas se sustentarão na base de uma Diplomacia Económica sólida, a que estamos a promover.

Não é por acaso, que nos acompanha uma delegação empresarial representativa dos sectores da nossa economia.

A classe empresarial moçambicana tem sido determinante na identificação de oportunidades de negócio com os seus parceiros e, neste caso, com empresários indianos.

Senhor Presidente da República,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permita-me que elabore um pouco mais sobre a nossa missão neste Novo Ciclo de Governação relativamente à política externa.

Moçambique continuará a prestar uma especial atenção ao estreitamento das relações de cooperação com os países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Igualmente, a cooperação entre os países africanos, terá a sua maior expressão na União Africana.

Continuaremos a conferir um lugar de destaque para as nossas relações com as Nações Unidas.

Neste fórum continuaremos, como sempre o foi, a concertar posições com o Governo da Índia, nas questões de interesse comum, incluindo nos espaços da Commonwealth e da Indian Ocean Rim (IORC).

Renovamos o nosso agradecimento por nos terem proporcionado uma memorável e fraternal estadia.

Termino, convidando Sua Excelência Presidente Shri Pranab Mukherjee e sua Exma esposa e todos os presentes, que nos acompanhem num brinde:

- ❖ À saúde de Sua Excelência Shri Pranab Mukherjee, Presidente da República da Índia!
- ❖ Ao reforço das Relações de Amizade e Cooperação entre Moçambique e Índia!
- ❖ À paz no mundo e prosperidade para toda a humanidade! e
- ❖ À saúde de todos os presentes!

MUITO OBRIGADO



AS NAÇÕES UNIDAS AOS 70 UM COMPROMISSO PARA ACÇÃO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, na 70ª Sessão do Debate Geral das Nações Unidas
Nova Iorque, 28 de Setembro de 2015

AS NAÇÕES UNIDAS AOS 70 UM COMPROMISSO PARA ACÇÃO

Senhor Presidente;

Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas;

Excelências Chefes de Estado e de Governo;

Minhas senhoras e meus senhores;

É com muita honra, que mais uma vez, me dirijo, em meu nome e do povo moçambicano, a esta septuagésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Ao festejarmos os 70 anos da nossa Organização temos a consciência de que não estamos aqui a comemorar uma simples efeméride.

Estamos sim a celebrar a concretização do desejo de criar uma Organização Universal, globalizadora nas actividades, com uma amplitude estrutural e institucional, bem como uma capacidade de evolução e adaptação.

Celebramos uma das mais sábias decisões da humanidade que é o estabelecimento de um organismo internacional que zele pela Paz, Segurança e Desenvolvimento dos Países membros.

Uma organização que impede que a humanidade de volte a viver sob o espectro de uma guerra mundial ou situações de conflito violento à escala mundial.

Celebramos o compromisso mútuo de reforçar o direito internacional como instrumento regulador e padronizador do relacionamento entre Estados.

Um relacionamento baseado nos princípios de igualdade soberana entre os Estados, resolução pacífica de diferendos e não ingerência nos assuntos internos.

Este quadro positivo e inspirador contrasta, contudo, com a prevalência de situações de conflito e instabilidade que ainda afectam a humanidade.

Não estaremos a ser justos connosco, com os nossos povos e com as gerações vindouras, se ignorarmos os fracassos e os desafios que ficaram por cumprir.

As Nações Unidas não conseguiram, de forma plena, garantir a paz e segurança internacional. Velhos e novos desafios emergem, conflitos inter e intra-estatais proliferam, sobretudo em África e no Médio Oriente.

O fenómeno do terrorismo vai se afirmando como uma das mais graves ameaças da actualidade.

A descolonização ainda não está completa e o subdesenvolvimento está longe de passar para a história, agravado pela problemática dos refugiados e migração ilegal. Contudo, fracassos não podem ser vistos como um fatalismo. Devem sim ser assumidos como desafios que exigem, mais do que meras palavras, acções concertadas da comunidade internacional.

Sem as Nações Unidas, o contexto político, económico e social em que vivemos seria certamente bem pior.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A celebração do septuagésimo aniversário das Nações Unidas sob o lema “Um Compromisso para a acção”, representa a reafirmação do nosso compromisso de manter vivo o desiderato de proteger as gerações vindouras da violência da guerra e de assegurar o desenvolvimento socio-económico inclusivo em plena liberdade.

Contra esses fenómenos e tendências só existe uma resposta: a tradução do lema “Um compromisso para acção”. em acções concretas, tangíveis e estruturantes.

Para Moçambique, no domínio da paz e segurança internacional, o compromisso para acção inclui, entre outros, a adopção e implementação de estruturas efectivas de prevenção e gestão de conflitos, assim como a necessidade de se concluir uma Convenção contra o terrorismo.

O acento tónico deve estar na diplomacia preventiva.

O compromisso para acção que aqui celebramos deve estabelecer as plataformas para o diálogo entre as culturas e civilizações como uma ferramenta essencial para a promoção da tolerância, da cultura de paz e de um mundo digno e pacífico.

No domínio do desenvolvimento, sentimo-nos regozijados pela adopção, da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, o novo quadro de desenvolvimento global que nos vai orientar nos próximos 15 anos.

Trata-se de uma agenda que sucede e capitaliza os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que foram o nosso guia nos últimos 15 anos.

Pelo que qualquer acção que empreendermos no futuro, não pode ignorar os sucessos alcançados e as lições apreendidas.

os sucessos alcançados e as lições apreendidas.

No âmbito da implementação dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, acredito que, à semelhança de vários outros países, Moçambique registou progressos assinaláveis.

Queremos destacar a expansão do acesso à educação, o equilíbrio de género no acesso ao ensino primário e o cumprimento da meta sobre a redução da mortalidade infantil.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 aglutina a nossa ambição colectiva de transformarmos o mundo até 2030. Ela devolve a dignidade humana, através do combate à pobreza, protecção das pessoas e do planeta. Representa, em particular, o culminar de inúmeros processos negociais a nível global, sobre as mudanças climáticas pela sua centralidade.

A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, alinha-se perfeitamente com o nosso Programa Quinquenal do Governo. Ela não é um fim em si, mas tem a mais-valia de estar centrada no homem.

Está alicerçada nos chamados pilares de desenvolvimento sustentável, designadamente, económico, social e ambiental.

É nosso desejo que em 2030 possamos estar reunidos, num evento histórico como este, para celebrar a materialização dos objectivos e visão comum reflectidos no documento, passo a citar "Transformando o nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

Para que tal seja possível, Moçambique defende que, o compromisso para acção, reflecta:

- A necessidade de mobilização atempada dos recursos necessários para a sua implementação;
- A contínua relevância e observância do princípio de responsabilidade comum, mas diferenciada;
- A importância dos parceiros respeitarem os compromissos assumidos no quadro dos objectivos de desenvolvimento internacional acordados;
- A transferência de tecnologia apropriada para os países em desenvolvimento;
- Ajuda sem condicionalismos meramente políticos e reforço dos mecanismos de cooperação norte-sul, sul-sul, bilateral e multilateral, à luz dos princípios internacionalmente acordados;
- Respeito pela realidade nacional e inclusão do conteúdo local.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como devem saber, Moçambique foi um dos 50 países seleccionados pelas Nações Unidas para acolher as consultas nacionais.

Esta amostra contribuiu para a definição deste novo instrumento orientador da agenda de desenvolvimento global.

Tratou-se de um processo alargado aos mais diversos segmentos sócio-profissionais, cujos resultados, para a nossa satisfação, foram tomados em consideração no Relatório do Secretário-Geral.

Para que a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 seja verdadeiramente transformativa e bem-sucedida, é imperioso que a mesma seja incorporada e absorvida pelos instrumentos nacionais de governação.

Devem ser definidos, de forma clara, os indicadores e as metas de modo a facilitar o processo de monitoria e avaliação dos progressos.

Moçambique já logrou dar este importante passo com a inclusão da abordagem das três dimensões de Agenda Pós-2015 no seu Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, que define cinco prioridades, nomeadamente:

- Consolidar a unidade nacional, a paz e a soberania;
- Desenvolver o capital humano e social;
- Promover o emprego, a produtividade e a competitividade;
- Desenvolver infra-estruturas económicas e sociais; e
- Assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente.

Reiteramos aqui o nosso compromisso de continuar a reforçar a capacidade de mobilização de recursos para o alcance de mais sucessos, assim como permitiram ascender de 13% do PIB, em 2006, para 25%, em 2014.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A falta de eficácia das Nações Unidas no cumprimento pleno dos seus próprios propósitos, constitui um dos aspectos que nos deve preocupar. Não é compreensível que as Nações Unidas sejam um obstáculo à materialização do seu próprio mandato.

Deveríamos estar aqui hoje, a celebrar, igualmente, a conclusão da reforma do Conselho de Segurança, abrindo assim uma nova janela de oportunidades para a promoção de um mundo em que as pessoas desfrutem dos mais elementares direitos, incluindo a paz e o desenvolvimento.

A reforma do Conselho de Segurança é um dos pilares ocultos para o sucesso da implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 que não pode ser menosprezado.

Devemos, por isso, traduzir a nossa reiterada e consensual vontade de reformar o Conselho de Segurança em resultados palpáveis.

Devemos ainda aproveitar o ambiente criado para esta sessão, para dinamizarmos a reforma.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A celebração dos 70 anos das Nações Unidas e a adoção da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 estão a ser ofuscadas por uma crise, sem precedentes, a nível internacional. Refiro-me à crise humanitária decorrente de fluxos de refugiados e de migrantes, sem paralelo, na história recente da humanidade.

Esta situação chocante, representa a manifestação de uma sucessão de crises não resolvidas, ou mal resolvidas em relação às quais a comunidade internacional já vaticinava.

Hoje, estamos empenhados na adopção de medidas para minorar o sofrimento destas pessoas. No entanto, pouco vai adiantar se apenas continuarmos a privilegiar medidas paliativas, de curto prazo e que respondam à manifestação do problema, como a necessidade de conter o fluxo de refugiados e imigrantes na fonte.

Precisamos, sim, de enfrentar e resolver os problemas subjacentes a este fenómeno de proporções humanas dramáticas.

Não saberemos identificar acções efectivas que combatam causas profundas e estruturais se não reconhecermos que fracassamos como comunidade internacional.

Falamos da proliferação de conflitos, da exclusão política, social e económica. Falamos da pobreza, da injustiça e da fome.

Falamos do modo como o diálogo é substituído pela ameaça e pela agressão. Falámos, enfim, de como o Medo se instalou no lugar da vontade de nos conhecermos mutuamente.

Algumas das medidas, para a correcção da situação, há muito que são conhecidas.

Neste sentido, apelamos a todos os líderes a redobrem os esforços na procura de soluções sustentáveis para este flagelo humanitário.

Senhor Presidente!

Senhores Chefes de Estados e dos Governos!

Acompanhamos com satisfação os últimos desenvolvimentos positivos tendentes à normalização das relações bilaterais entre os EUA e Cuba. Continuamos a encorajar acções para pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro contra este país sem prejuízo dos interesses legítimos de qualquer que seja.

Enquanto não usarmos a nossa inteligência e concluirmos estes processos políticos, mesmo que cumpramos com todas as metas da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, a nossa missão enquanto comunidade, nunca estará completa.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como é do vosso conhecimento, Moçambique era um dos países mais minados do mundo.

Reconhecendo a importância da desminagem para a promoção de um clima de paz, segurança e desenvolvimento, Moçambique tornou-se parte da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição, conhecida por Convenção de Ottawa.

Desde o primeiro momento, desenvolvemos todos os esforços para cumprir as obrigações decorrentes desta Convenção.

Neste contexto, tenho o prazer de anunciar que Moçambique concluiu, com êxito, o Programa de Desminagem. Libertamos as áreas de risco conhecidas, que totalizam 500 milhões de metros quadrados de terras.

De pouco valia termos libertado a nossa pátria, se os nossos pés estavam interditos de nela viajar em toda a sua extensão ou mesmo de praticar a agricultura, a pecuária, o turismo ou mesmo extrair o nosso carvão ou grafite.

Esta é uma vitória que celebramos com intensa emoção.

Manifestamos a nossa profunda gratidão aos nossos parceiros de cooperação, organizações humanitárias de desminagem, agências das Nações Unidas e a sociedade civil, pelo inestimável apoio.

2015 é também um ano especial para Moçambique. Neste ano a 25 de Junho, celebramos 40 anos de independência. Somos um Estado já não adolescente.

A 16 de Setembro corrente, celebramos 40 anos de cooperação com as Nações Unidas, portanto com esta casa. Estamos em festa e as Nações Unidas devem se orgulhar pela estabilidade e crescimento de Moçambique. Temos uma responsabilidade acrescida de manter este crescimento.

Por isso, gostaria de terminar a minha intervenção, renovando o desejo de continuar a procura de soluções sustentáveis para os problemas globais, lado a lado com as Nações Unidas e respectivos Estados Membro, continuara a ser o compromisso incondicional do meu Governo.

Bem haja o Desenvolvimento Sustentável da Humanidade!

Obrigado



SESSÃO PLENÁRIA ADOÇÃO DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique na
70ª Assembleia Geral das Nações
Unidas
Nova York, 26 de Setembro de 2015

SESSÃO PLENÁRIA ADOÇÃO DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

Senhor Presidente;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Gostaria de saudar, em primeiro lugar, todos os participantes desta reunião da Assembleia Geral e agradecer ao Secretariado das Nações Unidas pelas excelentes condições de trabalho colocadas ao nosso dispor, que certamente contribuirão para o êxito da nossa reunião.

É com elevada honra e distinto privilégio que, pela primeira vez, desde a minha eleição para a condução dos destinos de Moçambique, participo, em nome do Governo e do Povo Moçambicano nos trabalhos desta Sessão que se debruça em torno da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Na verdade, esta Assembleia Geral, assinala os 70 anos da existência das Nações Unidas e tem a particularidade de marcar o fim da era dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e inaugurar uma nova página, no seu compromisso global de servir a humanidade.

Quero, nesta ocasião, saudar e felicitar a todos que permitiram a produção do projecto de Documento Final, intitulado: "Transformando o nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

Regozijo-me com este processo, porque Moçambique foi um dos 50 Países seleccionados e teve a oportunidade de apresentar os seus pontos de vista, que foram valorizados na elaboração do Relatório final do Secretário Geral das Nações Unidas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Reconhecemos que os países não alcançaram todas as metas definidas para 2015, no entanto louvamos o esforço empreendido de trazer para a Agenda, os 17 Objectivos e aquelas metas que ficaram aquém das expectativas.

Nos 15 anos de implementação da Declaração do Milénio, aprendemos que só é possível alcançar os resultados almejados se fizermos das metas globais a nossa Agenda de Governação Nacional.

Aprendemos que é possível se, através da nossa iniciativa, pudermos mobilizar e envolver todos os actores para uma acção colectiva.

Aprendemos que há necessidade de reforçarmos a nossa coordenação para que o centro da nossa acção incida no Homem, pois, o homem é o capital mais importante de que os nossos países dispõem.

Aprendemos ainda que há necessidade de aumentarmos a nossa capacidade de fazer a monitoria e a avaliação dos progressos em cada fase de implementação.

Neste contexto, permitam-me, de seguida, destacar os ganhos que Moçambique conquistou no âmbito da implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Expandimos o acesso á educação que nos permitiu colocar 80% das crianças em idade escolar a frequentarem o ensino primário.

A nossa acção governativa, incidiu na sensibilização das comunidades, principalmente nas zonas rurais.

Desencorajamos a desistência da rapariga no ensino, possibilitando o alcance do equilíbrio de género no acesso ao ensino primário.

Desde 2000, ano da adopção da Declaração do Milénio, reduzimos a mortalidade infantil.

De uma média de 100 reduzimos para 64 mortes de crianças, antes de completar um ano de vida, por cada 1000 nascimentos vivos.

Quanto à mortalidade infanto-juvenil, o número de crianças que perde a vida antes de completar 5 anos, baixou de cerca de 150 para uma média de 97, em cada 1000 nascimentos vivos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Aquando da minha tomada de posse em Janeiro passado, afirmei que estaremos em frente duma Governação que pensa nas gerações futuras.

Os progressos registados nos indicadores que acabei de mencionar, estão associados aos diversos programas do desenvolvimento humano e social que o Governo tem vindo a implementar.

É em cumprimento desta Agenda, que continuamos a incidir a nossa acção na promoção da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos sexuais dos adolescentes e jovens, resultando no aumento da esperança de vida.

Temos, também, realizado intervenções para a melhoria do acesso aos serviços de educação, saúde, e outros direitos humanos assegurados pelo Estado.

Achamos que o reforço deste tipo de sinergias, será vital para a implementação bem sucedida da nossa nova agenda de desenvolvimento sustentável.

Caros Convidados,

Para terminar a nossa intervenção nesta primeira oportunidade que nos foi concedida, afirmamos que assumimos com afinco, o momento para institucionalizar o nosso compromisso em colocar a população como um elemento chave para o desenvolvimento.

Reafirmamos, igualmente, o compromisso do nosso Governo em relação aos princípios desta Organização internacional.

Muito obrigado, pela atenção dispensada!



**SESSÃO PLENÁRIA SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
PROTEGENDO O MEIO
AMBIENTE E COMBATENDO
AS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique
na 70a Sessão Geral das
Nações Unidas
Nova York, 26 de Setembro de
2015

SESSÃO PLENÁRIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS PROTEGENDO O MEIO AMBIENTE E COMBATENDO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

SUA EXCELÊNCIA BANKI MOON, SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS,

**SUA EXCELÊNCIA MOGENS LYKKETOFT, PRESIDENTE DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS,**

SUAS EXCELÊNCIAS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNOS,

ILUSTRES DELEGADOS,

MINHAS SENHORAS, MEUS SENHORES

Gostaria, em primeiro lugar, de saudar os presentes e felicitar Sua Excelência Mogens Lykketoft, pela sua eleição para presidir esta sessão da Assembleia-Geral.

Senhor Presidente, pode contar com o meu apoio e o da minha delegação no exercício da Vossa nobre missão de liderar a presente Sessão.

Do mesmo modo, gostaria de exprimir o nosso apreço a Sua Excelência Embaixador Sam Kutesa, pela forma pragmática como presidiu a 69ª Sessão deste Órgão.

Senhor Presidente,

Sobre o tema em apreço: PROTEGENDO O NOSSO PLANETA E COMBATENDO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, permita-me sublinhar que o aquecimento global representa na actualidade, uma das maiores ameaças à humanidade e ao desenvolvimento do nosso planeta.

Caso não sejam tomadas medidas urgentes, acertadas e concertadas, poderemos comprometer a nossa própria existência, como espécie humana.

As mudanças climáticas, já deixaram de ser ficção científica. Com efeito, testemunhamos com frequência a ocorrência de fenómenos climáticos extremos, tais como cheias, secas e ciclones que comprometem a produção agrícola, com graves implicações na segurança alimentar das nossas populações.

O nosso País, devido a factores geográficos, limitada capacidade de reposta, agravada pelo deficiente acesso à tecnologias apropriadas, é extremamente vulnerável a estes fenómenos.

Por isso, Moçambique tem sofrido ciclicamente, os efeitos nefastos destes eventos. A título ilustrativo, no presente ano, as zonas centro e norte do País foram assoladas por chuvas intensas que resultaram na perda de vidas humanas, destruição de infra-estruturas económicas e sociais, bem como de vastas áreas de culturas diversas e na degradação do meio ambiente.

A África é um dos continentes que pouco contribui para a aceleração do problema das mudanças climáticas, mas é o continente mais vulnerável aos impactos das mudanças climáticas, afectando, particularmente, o sector de segurança alimentar e infraestruturas.

Senhor Presidente,

O ano de 2015 assume-se como especial e de oportunidades, porque, com a realização da Vigésima Primeira Conferências das Partes, em Paris, e adopção do Futuro Regime Climático, julgamos que estarão criadas as condições para alcançarmos o almejado objectivo global de manter o aumento da temperatura abaixo de 2° Celsius.

Para o período pós-2020, dada a sensibilidade que todos os Estados atribuem ao problema, estamos esperançados que o Futuro Regime Climático vai ser adoptado na Conferência de Paris sobre Mudanças Climáticas (COP 21). Esperamos que o mesmo seja vinculativo à todas as Partes e tome, de forma equilibrada, as medidas de adaptação e de mitigação, incluindo os meios de implementação, privilegiando a transparência nas acções e no apoio para concretizar os compromissos assumidos.

Estamos conscientes da nossa responsabilidade de contribuirmos para o sucesso da COP21. Moçambique está a preparar propostas para o Futuro Regime Climático, cujas medidas incidem, fundamentalmente, na adaptação e aproveitamento das oportunidades de mitigação que contribuam para a redução da pobreza e promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Como forma de responder adequadamente aos efeitos das mudanças climáticas, iniciamos a elaboração do Programa de Acção Nacional de Adaptação e a Estratégia Nacional para Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas.

A implementação destes instrumentos irá, em grande medida, contribuir para o aumento da resiliência, incluindo a redução do risco climático nas comunidades e na economia nacional, promovendo o desenvolvimento limpo, com baixa emissão de carbono, concorrendo para a chamada economia verde.

De forma progressiva, estamos a integrar a resiliência climática nos instrumentos de planificação e de desenvolvimento, abrangendo distritos através de Planos Locais de Adaptação, ordenamento territorial para a redução do risco climático, produção agrária e pesqueira.

Estamos, ainda, a reforçar o sistema nacional de observação hidrometeorológica, produção de conhecimento, sensibilização das comunidades e outros actores.

Temos, igualmente, vindo a introduzir reformas institucionais e de políticas nos sectores de infra-estruturas de transporte, Saúde, Educação, Agricultura, Obras Públicas e Pescas.

Senhor Presidente,

Julgamos que estamos num momento histórico peculiar, é chegada a altura de reflectirmos com responsabilidade sobre a direcção que vamos tomar, tendo em atenção o cumprimento de compromissos assumidos de forma a travar a degradação do nosso planeta.

Por isso, gostaríamos de reiterar que Moçambique continua empenhado nos esforços internacionais para minimizar os efeitos das mudanças climáticas que desgraçam a vida e as economias de todos nós.

A nossa expectativa é que na COP21, onde será adoptado um protocolo que sirva os interesses globais e nacionais de modo a que a tendência crescente das emissões de gases com efeito de estufa seja revertida.

Esperamos que os países desenvolvidos cumpram os compromissos assumidos, particularmente, em relação ao financiamento climático, transferência de tecnologias e do know how.

Somos por um ambiente saudável para uma vida saudável!

Obrigado, pela atenção dispensada!



EMPONDERANDO A MULHER ATRAVÉS DO ACESSO À EDUCAÇÃO, RECURSOS E OPORTUNIDADES

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da reunião dos Líderes Mundiais sobre a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher

Nova York, 27 de Setembro de 2015

EMPONDERANDO A MULHER ATRAVÉS DO ACESSO À EDUCAÇÃO, RECURSOS E OPORTUNIDADES

SENHOR PRESIDENTE;

EXCELÊNCIAS;

DISTINTOS DELEGADOS;

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES;

Primeiro, queremos agradecer ao Governo da República Popular da China e a ONU-Mulheres pelo convite endereçado a Moçambique para participar nesta importante Reunião dos Líderes Mundiais sobre a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher.

Gostaríamos, igualmente, de saudar os moderadores desta Sessão, pela forma diligente como têm conduzido esta interessante conversa.

Queremos usar desta ocasião para partilhar algumas ideias que têm sido a base para a nossa actuação no âmbito de género.

Excelências,

Registamos com muita satisfação os esforços que têm sido empreendidos para corrigir e reverter a discriminação e as desigualdades no tratamento da mulher, bem como na observância efectiva dos seus direitos fundamentais e garantias.

Temos notado, com agrado, em todas as esferas, a eliminação dos principais obstáculos entre o homem e a mulher resultantes de séculos de práticas sociais injustas, discriminatórias, que criam barreiras artificiais e impedem a participação efectiva da mulher na vida política pública, bem como edificação do progresso e bem-estar nos nossos países.

Sentimos que as Nações Unidas têm a questão da promoção da igualdade de género como um dos aspectos que estão no topo da sua agenda.

É certo que para o alcance deste objectivo de igualdade de género, os organismos internacionais e regionais, assim como os próprios países têm definido algumas metas, entre as quais se preconiza que haja uma paridade nos órgãos políticos e de tomada de decisão.

Esta abordagem tem o mérito de elevar a mulher para cargos que antes eram considerados como estando reservados aos homens.

Todavia, entendemos que a emancipação da mulher deve transcender a mera colocação de mulheres em órgãos políticos de tomada de decisão e apresentação de cifras por cada um dos nossos países.

Achamos que não basta termos um número elevado de mulheres a ocupar cargos políticos e de tomada de decisão sem, no entanto, alterar a essência das desigualdades económicas e sociais. São cifras que não terão o significado que queremos, se a mulher, de forma geral, não tiver acesso à educação, saúde e emprego.

Neste contexto, importa referir que as Nações Unidas, em geral, e os nossos países, em particular, continuam a privilegiar o empoderamento da mulher a todos os níveis, sobretudo, apostando :

- Na Educação e formação em aptidões técnico-profissionais para permitir o acesso a emprego decente e bem remunerado, bem como o auto-emprego para o sustento da mulher e sua família.
- No apoio à réplica do conhecimento adquirido pela sociedade, fazendo jus ao ditado – “Educar uma Mulher é Educar uma Sociedade ou uma Nação”.
- No acesso ao financiamento de projectos mais produtivos e rentáveis para o bem-estar da mulher e da sua família.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O nosso Governo, tem se empenhado em conceber instrumentos orientadores da planificação nacional com uma forte dimensão de género. Igualmente, o Governo tem prestado apoio técnico e realizado acções de capacitação às instituições públicas, com vista à concretização deste objectivo.

Estamos firmes no combate às práticas sociais nocivas que violam os direitos humanos, tais como os casamentos prematuros, abuso sexual e tráfico de menores.

Neste sentido, está em curso, em Moçambique, a elaboração de uma estratégia nacional, bem como decorre a revisão da actual Política de Género e Estratégias de sua Implementação para eliminar práticas discriminatórias.

Prosseguiremos com o empoderamento da mulher, a expansão da protecção social e do acesso aos recursos produtivos, assim como aos mecanismos de financiamento para o desenvolvimento de actividades de geração de renda e auto-sustento das suas famílias.

Moçambique apoia os princípios da União Africana e das Nações Unidas no concernente à igualdade de género e aos direitos da mulher no contexto das prioridades, inseridas no pacote proposto dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) e da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Nós somos pela existência de um quadro de desenvolvimento global que responda aos desafios emergentes e que esteja centrado na igualdade de género e empoderamento da mulher, eliminação da violência contra a mulher, maiores oportunidades e acesso à educação, cuidados de saúde, bem com a par da crescente participação nos órgão de tomada de decisão.

Pela Atenção Dispensada, Muito Obrigado!



**“BID
UMA APOSTA
DE INVESTIR NO
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
DOS POVOS”**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
por ocasião da abertura da
40ª Sessão do Conselho de
Governadores do Banco Islâmico
de Desenvolvimento
Maputo, 10 de Junho de 2015

“BID UMA APOSTA DE INVESTIR NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS”

Senhor Presidente do Banco Islâmico de Desenvolvimento,

Senhor Presidente do Conselho de Governadores do Banco Islâmico de Desenvolvimento,

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Senhores Governadores e Vice-Governadores do Banco Islâmico de Desenvolvimento,

Senhora Governadora da Cidade de Maputo,

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo,

Ilustres Participantes e Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Apraz-me desejar boas vindas à Maputo, capital de Moçambique aos distintos participantes e convidados a esta quadragésima sessão do Conselho de Governadores do Banco Islâmico de Desenvolvimento, em especial aos ilustres visitantes.

Tenho a consciência de que esta reunião anual do Banco Islâmico de Desenvolvimento se realiza pela primeira vez na nossa região austral com objectivo de ir ao encontro dos imperativos e desafios desta região, daí a razão da priorização e a minha presença neste acto.

Os nossos agradecimentos por terem aprovado Moçambique como País hospedeiro desta Assembleia de uma prestigiada instituição financeira, que acontece coincidentemente no ano em celebramos o quadragésimo aniversário da nossa independência.

África tem estado, nos últimos anos, a superar o ponto crítico da sua agenda de desenvolvimento económico e da gradual integração.

Por isso, quero, perante todos os participantes, saudar o empenho pessoal do Doutor Ahmad Mohamad Ali, Presidente do Grupo Banco Islâmico de Desenvolvimento que ao longo dos últimos anos tem vindo a conduzir e solidificar a instituição, tornando-a, cada vez mais, relevante na cooperação sul-sul.

Em nome do Povo e do Governo da República de Moçambique, apresento o nosso sincero reconhecimento e agradecimento pelo envolvimento do Banco Islâmico de Desenvolvimento em projectos de desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais no nosso País.

É esperança e expectativa dos moçambicanos, que nos próximos tempos a acção do Banco Islâmico de Desenvolvimento se intensifique e se diversifique, cada vez mais, no processo de criação do seu bem-estar, completando os esforços do Governo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Moçambique é um dos países que tem crescido a um ritmo acima da média da África Sub-Sahariana, com taxa média de 7% versus 5%, reflexo dos fundamentos da economia e gestão macro-económica prudente, com níveis de inflação abaixo de 5%, políticas monetárias e fiscais sustentáveis, factores que alimentam a confiança de investidores, quer nacionais, quer estrangeiros.

Estima-se que só em 2014, o volume de Investimento Directo Estrangeiro aprovado seja de 8.9 mil milhões de dólares americanos.

Neste quadro, sobressalta a expectativa de investimentos no sector energético e infra-estruturas com efeitos estruturantes, face ao potencial de exploração do sector de hidrocarbonetos e outros recursos minerais, cuja magnitude envolve a mobilização de fundos fora do nosso sistema financeiro, e principalmente, porque a sua concretização, implica níveis elevados de crescimento financeira em empresas criadas como veículos especiais.

O crescimento económico a que nos referimos, remete-nos para acções de governação pragmáticas, em que colocamos os moçambicanos na mira do nosso trajecto.

Neste contexto salientamos:

- i. A mitigação do risco de exposição à volatilidade de preços de bens energéticos, através da diversificação da base económica, impulsionando a produção e a comercialização agrícola, através do reforço de investimentos em infra-estruturas de irrigação, armazenamento e conservação.

Este sector é até esta parte, o que dá mais emprego, associado ao agroprocessamento e o que tem maior peso no PIB. Garante, outrossim, a alimentação de todos nós. A aquacultura e o turismo complementam a base de diversificação.

- ii. A adição de valor aos nossos produtos primários, como extensão da cadeia dos recursos explorados, implantando unidades industriais que criem mais emprego, substituem importações e apropriam-se do conhecimento, num programa mais extenso com a academia e numa perspectiva de afirmar vantagens competitivas pela tecnologia, marcando uma transição para uma economia baseada na inovação e conhecimento. O factor humano: a educação e saúde serão o pilar desta transição.
- iii. O contínuo desenvolvimento do nosso empresariado, primeiro, pela consolidação dos fundamentos de prosperidade do sector privado, na contínua busca de um ambiente de negócios, com menos formalidades administrativas e segundo, na promoção do conteúdo local pelo fornecimento de bens e serviços aos megaprojectos, garantindo mais empregos e apropriação do valor criado, tendo em consideração apoios específicos que concorram para o seu crescimento.
- iv. Reforço da nossa integração na economia do continente, em especial, na SADC.
- v. A contínua expansão de projectos em áreas prioritárias, como as de construção de escolas secundárias e de centros de saúde, a electrificação rural e reabilitação de estradas e pontes.

Senhor Presidente do Conselho de Governadores do Banco Islâmico de Desenvolvimento,
Senhores Governadores e Vice - Governadores do Banco Islâmico de Desenvolvimento,

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Para a materialização dos nossos objectivos estratégicos de aumento de emprego, da produtividade e da competitividade, gerando riqueza e desenvolvimento inclusivo, o aprofundamento da cooperação do nosso governo com o grupo Banco Islâmico de Desenvolvimento é fundamental.

Como se pode depreender do que acabamos de afirmar, para a materialização e a subsequente implementação adequada das prioridades estratégicas enunciadas no nosso Programa Quinquenal do Governo vai exigir um volume de investimento cada vez mais elevado, sendo fundamental, a par do uso de recursos internos, a contribuição dos parceiros de cooperação, na prossecução do nosso desiderato de transformação estrutural da nossa economia e aposta firme na industrialização, em alinhamento com as estratégias da SADC e da União Africana.

Com efeito, o Banco Islâmico de Desenvolvimento, com activos de cerca de 778 mil milhões de dólares em 2014, já influenciou diversos países em África a utilizarem produtos específicos, incluindo janelas de finanças islâmicas nos bancos que operam em diversos países.

A oportunidade para Moçambique reside na parceria do BID com os bancos locais, conhecedores do país e com rede de retalho bastante extensa, desde que as experiências, na óptica de regulamentação para estar em conformidade com o SHARIA, sejam observadas e os serviços devidamente divulgados.

O facto do Banco Islâmico de Desenvolvimento através do seu braço privado financiar operações com base em activos reais afigura-se apropriado para a solução da falta de colaterais das nossas Pequenas e Médias Empresas. Constitui, a nosso ver, um instrumento para os grandes projectos e as nossas Pequenas e Médias Empresas, sendo catalisador no processo de desenvolvimento inclusivo.

Estimados Participantes,

É nosso desejo que, a médio prazo, a presença do Banco Islâmico de Desenvolvimento também se sinta ao nível do nosso sistema financeiro, de forma a contribuir para a

manutenção da estabilidade do sector financeiro, aumentar o acesso aos serviços e produtos financeiros e constituir alternativa para a oferta de capital para apoiar o desenvolvimento do nosso sector privado.

Neste contexto, a instalação de uma representação do Banco Islâmico de Desenvolvimento e a implantação das suas Finanças no nosso País serão de capital importância para a materialização de parte desses objectivos.

Por isso, estamos confiantes que hoje, tal como no passado, o contributo dos nossos parceiros de cooperação, muitos deles aqui presentes, continuará a jogar um papel importante na execução dos projectos de investimento previstos no nosso Programa de Governança.

As experiências resultantes dos seminários iniciados no Domingo e as deliberações dos Órgãos do Banco, no âmbito da presente Assembleia Anual, enchem-nos de esperança, porquanto as matérias e fóruns organizados reflectem as prioridades recentes e actuais para os Países Membros e para o Continente Africano, em particular.

Reconhecemos, com bastante agrado, a atenção dedicada à discussão de matérias relacionadas com a Juventude.

Saudamos, de forma particular, a participação activa dos jovens provenientes de várias partes do mundo na busca de soluções para os problemas fundamentais que afectam esta faixa etária, que constitui segmento maioritário das nossas populações e a garantia do futuro das nossas Nações.

Saudamos, igualmente, o interesse de todos os intervenientes, no Fórum do Sector Privado, um momento ímpar que não só permitiu a interacção e busca de oportunidades entre participantes de diversos quadrantes do globo, como ofereceu-nos uma oportunidade única de expor as nossas potencialidades e oportunidades.

Distintos Participantes e Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No meu discurso número um, no dia da minha investidura, afirmei que Moçambique é um país abençoado em recursos naturais, em especial terras aráveis, florestas, recursos minerais e marinhos.

Sendo Moçambique um país aberto a negócios, com uma legislação atractiva e uma população empreendedora, convidamos o sector privado a continuar a aprofundar as oportunidades de investimento neste nosso País de múltiplas valências nas diversas áreas económicas, parte delas ainda por explorar.

Aproveito este momento ímpar para, em nome do Povo e do Governo da República de Moçambique e em meu nome pessoal, desejar à toda comunidade islâmica um feliz mês de Ramadan, que inicia a escassos dias, e que a ocasião seja dedicada à reflexão sobre como continuar a melhor servir os nossos povos num ambiente de Paz e de harmonia.

Assim, tenho a honra de declarar formalmente aberta a Quadragésima Sessão do Conselho de Governadores do Grupo Banco Islâmico de Desenvolvimento.

Muito obrigado!

CAPÍTULO II

TOMADA DE POSSE





QUADROS MOÇAMBICANOS AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DA PÁTRIA AMADA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique., na cerimónia de tomada de posse de Conselheiros do Presidente da República e do Reitor da ACIPOL Maputo, 2 de Fevereiro de 2015

QUADROS MOÇAMBICANOS AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DA PÁTRIA AMADA

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Senhor Chefe da Casa Militar,

Caros Quadros da Presidência da República,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Queremos antes de tudo, saudar a todos os presentes neste acto de tomada de posse do Doutor. José de Jesus Mateus Pedro Mandra ao Cargo de Reitor da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), bem como dos Doutores António da Costa Gaspar, Salimo Valá e Catarina Dimande para os Cargos de Conselheiros do Presidente da República para as áreas de Política e Comunicação Social, Economia e Desenvolvimento e Assuntos Institucionais respectivamente.

É nossa intenção, criar maior dinamismo no funcionamento da ACIPOL e da Presidência da República de modo a responder com eficácia os propósitos a que nos prometemos cumprir perante o nosso Povo.

Temos a consciência de que são conhecedores das áreas a que vos convidamos, contudo queremos apelar maior empenho e flexibilidade porque a nossa agenda tem urgência para resolver o grande problema do Povo moçambicano que é a pobreza .

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Aos compatriotas que assumem hoje novas funções, fazemos votos de muitos sucessos e que sejam capazes de superar as vossas marcas para atingirem melhores níveis de desempenho.

Escolhemos-vos porque acreditamos nas vossas capacidades para imprimirem a dinâmica que queremos ver na estrutura, no funcionamento e nos níveis de desempenho da Presidência da República, instituição que atingiu, nos últimos anos, elevados níveis de prestação.

Mas mais do que produzir resultados, queremos que valorizem mais ainda os recursos humanos de que dispomos, inculcando-lhes os valores do profissionalismo, do humanismo, da tolerância e do espírito de equipe. Mantenham-nos sempre motivados e empenhados para se superarem nos desafios que as suas tarefas lhes colocam.

O novo Reitor da ACIPOL que acabamos de empossar, é conhecedor da natureza e dos desafios da ACIPOL, pelo que depositamos nele a nossa máxima confiança.

Ao Saudarmos o trabalho feito pelo Doutor José Nhantave à frente da ACIPOL, reiteramos que a ACIPOL continue a crescer e a firmar-se como instituição de formação de quadros de qualidade, vocacionados à garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas.

Aos meus Conselheiros, os Doutores António Gaspar, Salimo Valá e Catarina Dimande vão igualmente votos de sucessos, porque vos esperam dias de muito trabalho de modo a assegurarmos a qualidade de governação e fazer da Presidência da República uma referência para outros sectores.

Queremos usar este pódio para agradecer as experiências que herdamos dos vossos antecessores, refiro-me aos Conselheiros Renato Matusse, Carlos Pessane e Carlos Simango. E garantir que a obra que ergueram e permitiram a boa governação no mandato anterior serão valorizados .

Aos Cônjuges que garantem a estabilidade social dos empossados, pedimos para que continuem a dar o mesmo carinho para que logremos mais vitórias.

A terminar, proponho um brinde:

- À saúde dos empossados!
- Ao sucesso nas suas novas funções! e
- Por um Moçambique de Paz, maior inclusão e unidade!

Muito obrigado!



**CONSOLIDANDO
AS ESTRUTURAS
DE GOVERNAÇÃO
PARA GARANTIR A
MATERIALIZAÇÃO DOS
COMPROMISSOS QUE
ASSUMIMOS PERANTE O
POVO MOÇAMBICANO**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na cerimónia de tomada de posse da Vice-Ministra da Agricultura e Segurança Alimentar, do Adido de Imprensa do Presidente da República e da Curadora do Museu da Presidência da República Maputo, 12 de Fevereiro de 2015

CONSOLIDANDO AS ESTRUTURAS DE GOVERNAÇÃO PARA GARANTIR A MATERIALIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS QUE ASSUMIMOS PERANTE O POVO MOÇAMBICANO

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Conselheiros;

Senhor Adido de Imprensa do Presidente da República;

Senhora Curadora do Museu da Presidência da República;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Desejamos boas vindas a todos os presentes nesta cerimónia de tomada de posse de quadros que vão reforçar o Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar e os sectores da Comunicação Social e do Museu da Presidência da República. Esta cerimónia enquadra-se no contexto da consolidação das estruturas de Governação que vão garantir a materialização dos compromissos que assumimos perante o Povo Moçambicano.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nomeámos-vos, pelo vosso dinamismo, profissionalismo e entrega demonstrados e o patriotismo que transparece nas vossas acções, qualidades que nos convenceram a apostar em vocês. Os desafios que temos pela frente implicam a tomada de novas atitudes, colectivas e individuais. A coragem para operar mudanças com impacto imediato na vida das populações é fundamental.

Esperamos de vós uma atitude prática e pragmática para a resolução de problemas concretos do dia-a-dia do cidadão. Exigimos proactividade no cumprimento das vossas obrigações e a responsabilização dos vossos colaboradores directos, bem como a promoção do espírito de equipa.

O trabalho em equipe deve ser a nossa prioridade, promovendo uma coordenação e cooperação harmoniosa para criar a confiança necessária para a melhor prestação dos vossos sectores.

Senhora Vice-Ministra!

À Senhora Luísa Celma Caetano Meque, Vice-Ministra da Agricultura e Segurança Alimentar recomendamos que continue o trabalho do seu antecessor, o Doutor António Limbau, a quem saudamos pelo bom trabalho que desempenhou.

Dissemos no discurso de tomada de posse que a nossa governação prestará atenção privilegiada ao sector, promovendo o aumento de investimentos públicos e privados à agricultura e pecuária, com enfoque especial para o sector familiar, que sustenta a maioria da população moçambicana.

Queremos que priorize a promoção de políticas de incentivos aos camponeses e ao sector familiar para elevar a produção e a produtividade agrárias. A produção e o acesso aos alimentos, pelo cidadão, deve ser uma actividade prioritária para garantir a segurança alimentar e nutricional, um direito humano básico de todos nós.

Não podemos permitir, como já disse, que a desnutrição crónica prevaleça e coabite, lado-a-lado, com abundância e, nalguns casos, verdadeira opulência alimentar, como infelizmente ocorre em algumas regiões do nosso belo Moçambique.

Dissemos também que apostaremos na mecanização e industrialização da nossa agricultura, se é verdade que o nosso país tem todas as condições para ser uma potência agrícola na região.

O nosso país, potencialmente agrícola, razão do ditame constitucional de que a agricultura é a nossa base do desenvolvimento económico, precisa de dar mais passos com vista a dar razão a este postulado. O desafio é a materialização desse nosso anseio, intensificando a produção de alimentos e o seu acesso pelo cidadão, de modo a garantir a segurança alimentar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Presidência da República deve ser a instituição mais democrática possível, o espelho do exercício pleno das liberdades fundamentais do nosso povo (que é o nosso patrão). A nossa sociedade tem que se rever na Presidência da República, pelo exemplo que dá e pelo que faz em todo o momento.

Para a operacionalização desse desiderato precisamos da fluência permanente de informações úteis à sociedade, para que a imagem da Presidência chegue ao nosso povo de forma real, verídica e abrangente, como mais uma forma de prestação de contas ao nosso povo. Nessa senda, precisamos de uma transparência e profissionalismo como forma de assegurar a legalidade e garantia da respeitabilidade dos diferentes órgãos de informação.

A liberdade de expressão e de imprensa é das maiores conquistas que o nosso Estado democrático conseguiu e dos mais nobres valores a defender na nossa sociedade. Trata-se de valores e conquistas a serem cada vez mais enraizados e o seu usufruto exige muita responsabilidade.

Ao Senhor Arsénio Henriques,

Adido de Imprensa da Presidência da República, recordamos que o sector da Comunicação Social deve garantir a interacção contínua entre o Presidente da República e sociedade. Esperamos que use a sua experiência e o seu profissionalismo para divulgar, não só as nossas actividades, como também os valores da paz, da democracia, da tolerância e da solidariedade entre moçambicanos.

O povo, o meu "patrão", deve conhecer os avanços e os desafios da nossa governação. O povo deve ser informado sobre os esforços do Governo e da sociedade para salvar as vidas das populações afectadas pelas cheias e sobre a reposição de infra-estruturas económicas e sociais danificadas.

Esperamos ainda que facilite essa ligação estratégica entre a Presidência da República e o nosso povo, através da comunicação social. Não esperamos mais uma barreira, mas sim, uma gestão responsável e profissional da relação que pretendemos ter com a imprensa, sem distinção de qualquer espécie.

À Senhora Marlene Magaia, que passa agora a desempenhar as funções de Curadora do Museu da Presidência da República, desejamos muitos sucessos na nova missão.

Este Museu, como repositório do Património material e imaterial da Presidência da República, deverá ser um local de estudo, exposição e divulgação do legado dos Antigos Chefes de Estado moçambicanos e da sociedade.

A Presidência da República, como instituição, precisa duma memória com a responsabilidade de immortalizar a sua própria história. Neste novo ciclo de governação, vamos tornar visível esse pensamento, criando um museu da presidência da República, para que as gerações vindouras e o próprio futuro não se riam de nós.

O Museu da Presidência da República deve juntar toda a informação relevante, respeitante aos principais momentos históricos, desde a independência nacional. Deve organizar o que de mais significativo e emblemático ficou registado.

Sendo uma instituição nova, exige-se da Curadora do Museu, muita criatividade e uma incessante pesquisa, quiçá, recorrendo a outras instituições do Estado ou outros Museus. Coube a esses nossos grandes líderes, a missão de erguer os alicerces que permitiram a edificação do Estado Moçambicano até à forma como o vemos hoje.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Esta tomada de posse decorre numa altura em que estamos a dedicar prioridade e esforços adicionais para garantir a paz e estabilidade no nosso País. Por isso, a nossa total abertura ao diálogo é total e sem pré-condições.

O nosso compromisso com a paz e a democracia é irreversível. Por isso também nos desdobramos com o fim de dialogar e de consultar as diversas sensibilidades políticas nacionais e as organizações da sociedade civil.

Defendemos o primado da lei e a cultura do diálogo para a resolução das nossas diferenças e construção de consensos.

Reiteramos, por isso, que qualquer alteração à ordem constitucional deve ocorrer ao abrigo da Lei e dentro das instituições democráticas que representam as aspirações do nosso Povo, sem pré-condições.

Caros Empossados,

Temos boas referências das vossas capacidades e do vosso alto sentido de Estado e consciência patriótica, por isso, entreguem-se ao trabalho e liderem as vossas equipas de modo a superarem-se na transformação dos desafios em oportunidades.

Lembrem-se que o vosso sucesso não depende apenas das vossas qualidades profissionais. Ele depende, também, da forma como estabelecem o equilíbrio entre a vossa vida profissional e o meio social que vos circunda.

Queremos que sejam o espelho da integridade e da transparência juntos dos vossos colegas e exigiremos de vós um trabalho orientado para resultados.

Neste contexto, saudamos os vossos familiares, amigos e, sobretudo, os vossos cônjuges que vos ajudam a estabelecer este equilíbrio, prestando todo o apoio necessário para o vosso sucesso.

A terminar, convido todos os presentes para um brinde:

- à saúde dos empossados!
- Ao sucesso nas vossas novas funções! e
- Por um Moçambique Unido, em Paz e próspero!

Muito obrigado!



**INCLUSÃO
TEMOS O DEVER
DE PRESTAR CONTAS
SOBRE AS NOSSAS
ACTIVIDADES AO POVO
QUE SERVIMOS**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
na cerimónia de tomada de
posse do Vice-Ministro do Mar,
Águas Interiores e Pescas e do
Presidente do Conselho Superior
da Comunicação Social
Maputo, 2 de Março de 2015

INCLUSÃO

TEMOS O DEVER DE PRESTAR CONTAS SOBRE AS NOSSAS ACTIVIDADES AO POVO QUE SERVIMOS

Senhor Primeiro-Ministro,

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República,

Senhores Membros do Conselho Superior da Comunicação Social,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Mais dois quadros moçambicanos passam, a partir de hoje, a assumir altas funções num processo de governação e desenvolvimento que queremos cada vez mais dinâmico.

Cada novo quadro que escolhemos representa uma nova aposta na construção de uma sociedade moderna, alicerçada nos princípios de Estado de Direito Democrático e de justiça social.

Referimo-nos, hoje, aos Senhores Henriques Bongece e Tomás Vieira Mário que acabam de ser empossados como Vice-Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas e Presidente do Conselho Superior da Comunicação Social, respetivamente.

A vossa escolha enquadra-se no princípio de colocação de pessoas certas, nos lugares e momento certos.

E as pessoas certas são aquelas que, com ética e dinamismo, defendem o desenvolvimento, o progresso e a unidade do país e o bem comum de todos os moçambicanos.

Estes são os ideais que nos conduzem nas nossas escolhas.

Estamos certos de que, com quadros desta qualidade humana e profissional, nos colocamos à altura dos desafios do momento.

Senhor Vice Ministro,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Tiveram a oportunidade de conhecer as linhas mestras que orientaram a composição do meu Governo, através do meu discurso inaugural e de outras intervenções que proferi na tomada de posse dos Ministros e Vice-Ministros, bem como dos Governadores Provinciais.

Cada um dos sectores do nosso Governo tem um papel estratégico a desempenhar para o crescimento e desenvolvimento do nosso país.

O Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, integra, numa relação simbiótica, áreas de intervenção que são cruciais para o desenvolvimento da economia e para toda a nossa vida coletiva.

O mar que banha a nossa costa, as águas interiores que recortam o nosso mapa, atravessando o nosso país de lés a lés, não são apenas componentes geográficos.

Não são apenas parte do nosso património natural. São, sim, recursos que definem o modo de vida e as actividades económicas e sociais da população.

O mar e as águas interiores proporcionam alimentos e são uma fonte de renda.

Disponibilizam-nos água para consumo e para actividades de desenvolvimento.

O mar e as águas interiores promovem também o turismo e actividades desportivas e recreativas, para além de tudo o mais, constituem uma "estrada" natural, através da qual estabelecemos a ligação entre os diferentes pontos do nosso país.

A nossa visão estratégica reside na forma como desejamos potenciar e explorar todo este manancial de recursos em prol do desenvolvimento das nossas comunidades.

É este o desafio que temos vindo a colocar a esta instituição que se reforça com a indicação do seu Vice-Ministro.

Senhor Tomás Viera Mário, Jurista, patriota e conceituado jornalista moçambicano!

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O sector da comunicação social tem vindo a conhecer um crescimento exponencial. Esse crescimento traduz-se no aumento do número de órgãos de informação, melhoria da sua qualidade, diversidade e alcance de informação veiculada.

Este crescimento traduz também o compromisso do Estado Moçambicano com a liberdade de expressão e o direito à informação.

Esta dinâmica constitui uma prova inequívoca do nosso crescimento e da nossa abertura à modernidade.

As sociedades modernas são iminentemente sociedades de informação.

O número e a esfera de acção deste vasto leque de órgãos de informação coloca desafios acrescidos ao Conselho Superior da Comunicação Social.

Este órgão opera como mecanismo regulador e de consulta, no exercício dos direitos à informação e à liberdade de imprensa pelo cidadão.

Como é sabido, não existe informação sem educação.

A comunicação social não só transmite conteúdos como educa os receptores desses conteúdos. Aqui reside a real importância e grandeza da comunicação social para o desenvolvimento. Ela pode ser uma plataforma de disseminação de conhecimentos e práticas de mudança positiva. Mas pode também ter efeitos contrários à criação de um ambiente de democracia e de liberdade colectiva.

Tudo depende do modo como a comunicação é gerida. É esta gestão responsável que queremos desafiar a que levem por diante. O nosso Governo defende uma comunicação social séria e profissional, imparcial e responsável.

Defendemos ainda uma comunicação social fundada no espírito de respeito, tolerância e de cultura do diálogo, condimentos essenciais da construção da unidade nacional, harmonia social e paz.

Entendemos que comunicar é estar aberto aos outros, promovendo a diferença e a troca de opinião.

A nossa comunicação social deve criar e consolidar essa cultura de respeito pela diversidade de pensamento. Queremos uma cultura em que pensar diferente e transmitir essa diferença de pensamento seja um direito que assiste a cada moçambicano.

Em nome desse direito, porém, não se pode fomentar um clima de tensão social e de violência.

Como já tornamos claro, defendemos que qualquer alteração à ordem constitucional deve necessariamente ocorrer ao abrigo da Lei e dentro das instituições democráticas que representam as aspirações da maioria do nosso Povo moçambicano.

O jornalista que escolhemos para dirigir o Conselho Superior da Comunicação Social deu provas, mais do que firmadas, de como um espírito livre e crítico pode coexistir com os valores do patriotismo e da defesa dos interesses nacionais.

Estamos certos de que o jornalista Tomás Vieira Mário é a pessoa certa para fazer com que a instituição que vai dirigir, cumpra e faça cumprir as regras éticas e deontológicas da comunicação social.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nós, como Governo, somos parte dos vários actores e vozes que perfazem o Estado Moçambicano.

Na nossa acção governativa, temos o dever de informar e prestar contas sobre as nossas actividades ao Povo a quem servimos. Por isso, tudo faremos para facilitar o vosso trabalho, porque dele resultará a qualidade da nossa governação.

Desencadear mudanças implica investir tempo, criatividade e inteligência para produzir novas e mais dinâmicas atitudes individuais e colectivas. Este desafio exige paciência e coragem.

Mudar práticas e hábitos de pessoas é mudar aquilo que as define. E isto só é possível se as pessoas compreenderem e assumirem as mudanças como necessárias. Esta mudança implica que essas pessoas se assumam a si mesmas como actores e agentes da mudança.

Caros empossados!

Temos a consciência de que são grandes as expectativas geradas pelo nosso projecto de governação. São grandes também a confiança e a esperança que o povo Moçambicano deposita em nós.

Tudo isso nos encoraja a seguirmos em frente, com determinação e agora, também com a vossa participação e apoio.

Dentre muitas qualidades de que são detentores, ficaram evidentes as vossas qualidades de liderança e a vontade de servir o Povo Moçambicano.

Queremos valorizar e encorajar o vosso profissionalismo, o dinamismo, a capacidade e a coragem de operar mudanças nos sectores onde deram a vossa contribuição.

Como patriotas que são, esperamos que interpretem e implementem a mensagem que endereçamos ao povo moçambicano, ao referirmos de que ele é o nosso único e exclusivo patrão.

Queremos felicitar os vossos cônjuges e as vossas famílias e amigos que acreditamos terem influenciado o vosso sucesso profissional. Temos consciência do apoio que vos concederam para superarem o desafio de conciliar a vida social com as adversidades e intensidade da vida profissional. A eles pedimos para que continuem a dedicar-vos todo o apoio de que tanto irão precisar para cumprirem com êxito as funções que acabam de assumir.

Ao Professor Dr. Armindo Ngunga, Presidente cessante do Conselho Superior da Comunicação Social, queremos endereçar os nossos sinceros agradecimentos por ter dado o seu melhor e conferido a este órgão a visibilidade e a dignidade que bem precisava aos olhos do nosso País.

Para terminar, proponho um brinde:

- À saúde dos empossados!
- Ao sucesso nas funções para que acabam de ser empossados! e
- À Paz em Moçambique!

Muito obrigado!



CONSELHO SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ÓRGÃO DE DISCIPLINA E DE CONSULTA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na cerimónia de tomada de posse dos membros do Conselho Superior da Comunicação Social
Maputo, 13 de Agosto de 2015

CONSELHO SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ÓRGÃO DE DISCIPLINA E DE CONSULTA

Senhor Primeiro Ministro,

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Presidente do Conselho Superior da Comunicação Social;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

As nossas primeiras palavras são de saudação a todos os presentes nesta cerimónia de tomada de posse dos novos Membros do Conselho Superior da Comunicação Social.

Trata-se de personalidades conhecidas por todos nós e que se destacaram no exercício das suas actividades, conquistando a nossa admiração e confiança.

Estamos a falar dos Membros Paulina Chiziane, José Alfredo Macaringue, Pedro Nacuo, Suzana Espada e Sacur Latibo a quem formulamos, antecipadamente, votos de muitos sucessos na missão que acabam de assumir.

Foram seleccionados porque moçambicanos, representados em diferentes órgãos competentes para eleger, acreditam que são capazes, podem e vão contribuir para sustentar a dinâmica que pretendemos no Conselho Superior da Comunicação Social, face à conjuntura em que nos encontramos inseridos, neste novo ciclo de Governação.

Cada um de vós traz consigo uma visão, leituras, experiências de vida e profissionais, que esperamos ver brevemente incutidas na actuação do Conselho Superior da Comunicação Social.

Com este acto, o Conselho Superior da Comunicação Social está em condições de realizar o seu trabalho, cumprindo e fazendo cumprir as normas que regem a comunicação social, em Moçambique, como factor importante de progresso, coesão e harmonia social.

O Povo moçambicano deve sentir que tem um instrumento capaz de o assessorar neste complexo e sempre crescente campo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O crescimento exponencial da plataforma de comunicação social e a legislação a ela correspondente são a prova inequívoca da visão e do compromisso do nosso Governo com as liberdades de expressão e acesso à informação para o desenvolvimento.

No discurso proferido aquando da cerimónia de tomada de posse do vosso Presidente, Dr Tomaz Vieira Mário, lançamos vários desafios perante a complexidade e a velocidade com que os fenómenos e acontecimentos são reportados. Aconselhamo-vos a revisitar.

Queremos que assumam que o sucesso do vosso trabalho reside na comunicação, assente no espírito de respeito, tolerância, abertura e cultura de diálogo.

Com este espírito construímos os consensos necessários para conciliar interesses e pontos de vista em prol de maior harmonia social, unidade e paz.

É através da comunicação, igualmente, assente no princípio da abertura e disponibilidade que lograremos aproximar-nos uns dos outros, auscultar e explorar outras formas de ver, ser e estar na sociedade.

Acreditamos que a vossa equipe saberá usar essas qualidades que vão reforçar o espírito de grupo e inclusão, assente na ponderação, profissionalismo, transparência e integridade no tratamento de matérias jornalísticas.

Caros empossados,

Os moçambicanos almejam uma comunicação social iminentemente voltada à formação do cidadão para os desafios do país, com maior enfoque para a realização da nossa agenda comum de paz, progresso e bem-estar.

Como conhecedores do sector, queremos vos desafiar a empreenderem acções enérgicas, atempadas e sustentáveis que devolvam à comunicação social o papel digno que lhe cabe como informadora e educadora da sociedade, em harmonia com as práticas e os valores morais, éticos e legais que nos dignifiquem.

Devem continuar a garantir que chegue ao Povo moçambicano a informação sobre o desempenho e as realizações do seu Governo ao mesmo tempo que chega a nós a sua sensibilidade sobre o pulsar de Moçambique: seus anseios, preocupações, desafios e realizações.

Por tudo isto, cabe a vocês, Senhores membros do Conselho Superior da Comunicação Social cumprir e fazer cumprir as regras de convivência entre as diversas formas de produção e disseminação da comunicação social. A liberdade que exigimos e prometemos, inicia com o nosso exemplo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nós, como Governo, fazemos parte dos muitos actores e vozes que perfazem o Estado Moçambicano. Na nossa acção governativa, temos o dever de informar e prestar contas sobre as nossas actividades ao Povo a quem servimos.

Devemos, igualmente, assegurar que todos os canais e mecanismos de comunicação com o povo e com os demais actores sejam plenamente explorados por forma a que consigamos conciliar e integrar as sensibilidades de todos os Moçambicanos na nossa agenda comum, mas não faremos o trabalho da Imprensa que é de recolha e avaliação profissional.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A comunicação social é parceira estratégica do Governo no exercício das suas actividades. Por isso, cabe-nos assegurar que todos os mecanismos e instrumentos de comunicação com e para o povo sejam plenos, racionais e sustentavelmente explorados, para que logremos auscultar outras visões e sensibilidades e integrá-las na nossa agenda comum.

Há Estados que falham porque a sua Comunicação Social mais desinforma do que informa, negando oportunidade para conhecer suas falhas e consolidar suas conquistas ou mesmo de explorar potencialidades internas e externas.

Na nossa governação, assumimos a comunicação como prioritária, porque acreditamos que a comunicação, assente no respeito, na tolerância, na abertura e na cultura do diálogo é e será sempre a chave para a construção de consensos em prol da paz, da estabilidade e do progresso e bem-estar dos moçambicanos.

Caros Membros do Conselho Superior da Comunicação Social,

Ao aceitarem o desafio que vos foi colocado, aceitaram também os valores e princípios que estruturam a nossa sociedade. Por isso, sem delongas, apelamos para que se entreguem ao trabalho e tragam soluções que o nosso povo, o vosso povo aguarda impacientemente!

Recomendamos pragmatismo na resolução de problemas concretos. Queremos que nos ajudem a obter respostas céleres, justas e proporcionais aos atropelos às normas de funcionamento dos órgãos de informação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Queremos felicitar os vossos cônjuges e os demais familiares e amigos pelo sucesso profissional que vos trouxe a este colégio. Temos consciência do apoio que vos concederam para superarem o desafio de conciliar a vida social com as adversidades e intensidade da vida profissional. Apelamos para que continuem

a conceder-vos todo o apoio de que precisam para cumprirem com êxito as funções que acabam de assumir.

Para terminar, gostaria de propor um brinde:

- À saúde dos empossados!
- Ao sucesso do Conselho Superior da Comunicação Social! e
- À paz, ao progresso e bem-estar dos moçambicanos!

Muito obrigado!



**POR UMA BOA
GOVERNAÇÃO,
UMA BOA
ESTATÍSTICA**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
relativo a tomada de posse da
Presidente do Instituto Nacional
de Estatística
Maputo, 21 de Setembro de 2015

POR UMA BOA GOVERNAÇÃO, UMA BOA ESTATÍSTICA

Senhor Primeiro Ministro,

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Caros Membros do Conselho Conselho Consultivo da Presidência da República,

Senhor Presidente cessante do INE,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Quero começar por saudar e felicitar a Senhora Dra Maria Isaltina Lucas de Sales por ter aceite este desafio nobre de direcção de uma das áreas fulcrais da nossa administração pública, o Instituto Nacional de Estatística.

Igualmente, reconhecer e felicitar ao Presidente cessante do INE, Senhor Dr. João Loureiro, pela dedicação e trabalho árduo durante os mais de 18 anos que dirigiu o pelouro.

Caros convidados,

O nosso Sistema Estatístico Nacional, criado à luz da Lei 7/96 de 24 de Julho, estabelece como objectivos garantir a existência, em tempo oportuno e com regularidade, de dados estatísticos fiáveis que permitam a definição de políticas, programas e estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a tomada de decisões a vários níveis.

O sistema estatístico é o principal vector do processo de planificação e monitoria de políticas de acção do Governo, por fornecer informação sobre o desempenho da economia com recurso à indicadores de conjuntura e estrutura nacionais baseados em métodos e técnicas, internacionalmente, aceites.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

O desafio da estatística está centrado nos princípios, definidos nos termos da lei de bases, ao estabelecer que a validade da informação estatística é determinada pela tempestividade e oportunidade.

A estatística deve reportar o comportamento de fenómenos económicos, sociais e demográficos com a finalidade única de servir os usuários, provendo-os de dados produzidos, tendo sempre presente as exigências da procura.

O conceito de servir exprime, intrinsecamente, a imperatividade de que a informação produzida vá de encontro às necessidades de informação dos seus utilizadores. Por outro lado, que seja presente a esses utilizadores em tempo útil, o que significa que, sendo a estatística um elemento fundamental para o processo de tomada de decisões, ela deve ser presente quando requerida para o efeito.

Ainda prevalece a título de exemplo, um desfasamento temporal entre as necessidades de informação para avaliação da implementação de políticas públicas nacionais e a disponibilidade de informação estatística para o efeito, em tempo útil.

Esta prática constrange o Governo na avaliação do impacto da sua actuação com vista a aplicação de medidas correctivas e de ajustamento estrutural ou conjuntural de políticas sempre que se revelar necessário.

O princípio orientador do Sistema Estatístico Nacional apresenta um modelo de organização de pendor, tendencialmente, centralizador, concentrando as competências de exercício da actividade de produção de estatísticas oficiais, exclusivamente, no Instituto Nacional de Estatística.

Sendo Órgão Reitor do Sistema Estatístico Nacional tem uma responsabilidade acrescida na dinamização e coordenação da recolha, tratamento, difusão e disseminação de informação estatística oficial nacional, fiável e oportuna para que sirva de referência na expressão numérica do desempenho da economia nacional.

Caros Presentes,

A monitoria das políticas do Governo e a avaliação do impacto da implementação da agenda de desenvolvimento exigem do INE maior atenção na disponibilização de análises de conjuntura e estrutura económica.

A referida análise inclui a avaliação das dinâmicas demográficas e sociais, que são indispensáveis à projecção de políticas sociais e populacionais garantam um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e o alcance do bem-estar dos moçambicanos.

Das acções ora em curso no Instituto Nacional de Estatística importa destacar a relevância, pertinência e urgência da aceleração do processo de conclusão da sistematização dos dados decorrentes do Inquérito aos Orçamentos Familiares realizado no período 2014–2015.

Os resultados deste inquérito irão indicar as tendências da evolução dos indicadores nacionais e do impacto das políticas do Governo no combate à pobreza.

A preparação, execução e disseminação dos resultados do Recenseamento Geral da População a realizar-se em 2017, vão exigir da empossada uma atenção especial, sobretudo, porque os resultados do último censo populacional, realizado em 2007 são desafiantes ao apresentarem uma taxa de omissão de 2%, que levou Moçambique a classificação de “muito bom” nos parâmetros internacionais de avaliação.

Nestes termos, desafiamos a empossada a concentrar-se na dinamização e coordenação da actividade estatística, na melhoria de métodos, técnicas e procedimentos de produção de dados resultantes da leitura de fenómenos, incluindo a harmonização do calendário estatístico às necessidades de informação do Governo e de outros utilizadores.

À empossada desejamos saúde e sucessos na função que acaba de assumir. Especial reconhecimento vai para o seu cônjuge e familiares que souberam acarinhá-la, em todos os momentos da sua vida profissional.

Termino, convidando a todos que nos acompanhem num brinde:

- ☐ À saúde da empossada!
- ☐ Ao crescimento do INE! e
- ☐ À saúde de todo o povo moçambicano!

Muito Obrigado, pela Vossa atenção!

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO





A LUTA PELA PAZ, TRABALHO DIGNO E BEM REMUNERADO

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
por ocasião da celebração do
1o de Maio, Dia Internacional do
Trabalhador
Maputo, 4 de Maio de 2015

A LUTA PELA PAZ, TRABALHO DIGNO E BEM REMUNERADO

Senhora Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social,

Senhora Ministra na Presidência para Assuntos da Casa Civil,

Senhor Vice-Ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social;

Estimados Líderes do Movimento Sindical,

Caros Trabalhadores,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Por ocasião, do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, endereço calorosas saudações à todos os trabalhadores moçambicanos no país e na diáspora. Felicitó também a Comissão Consultiva do Trabalho, que integra o nosso Governo, os Empregadores e representantes dos trabalhadores.

O seu desempenho reflecte-se no actual ambiente de trabalho no diálogo social tripartido que é encorajador por isso deve prevalecer em benefício do trabalhador.

Ilustres líderes Sindicais,

Acompanhei, com muita atenção, as mensagens apresentadas no desfile dos trabalhadores sob o lema "Sindicatos pela Consolidação da Paz e Promoção do Emprego Digno". É um lema actual e com uma mensagem de profundo sentimento patriótico e de comprometimento da massa laboral na preservação e consolidação da Paz.

O lema, também sintetiza os contornos da luta dos trabalhadores pela melhoria das suas condições de trabalho e salariais.

A promoção do trabalho digno e justamente remunerado é um desafio permanente para todos nós. Isto significa lutar para que a equidade e igualdade de género, assim como o respeito pela dignidade humana enquadrem-se na luta pela segurança social.

Caros trabalhadores,

A luta pelo emprego digno significa garantir uma aposentação digna, uma segurança social livre de ameaças, em que o aposentado recebe a sua pensão a tempo e horas.

A luta pela segurança social significa, na essência, que as empresas devem canalizar o fundo de segurança social dos trabalhadores ao Instituto de Segurança Social para não colocar em risco a vida do reformado e seus dependentes.

Desenhámos o Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019 que destaca prioridades como o desenvolvimento do Capital Humano e Social e a promoção de emprego, da produtividade e competitividade. O trabalhador moçambicano joga um papel crucial no incremento do desenvolvimento económico inclusivo e a estabilidade social.

Compatriotas,

As celebrações do 1º de Maio deste ano têm lugar numa atmosfera de dor e consternação devido às adversidades naturais e sociais que abalaram a nossa jovem Nação durante os primeiros meses deste ano.

Primeiro, foi a tragédia de Chitima, em Tete. Depois, vieram as cheias que assolaram algumas províncias do Centro e Norte do país, que causaram enorme sofrimento humano.

Vimos a perda de preciosas vidas humanas e devastação de infra-estruturas económicas e sociais e intervimos em momento oportuno para reduzir o sofrimento dos afectados.

Muito recentemente assistimos os tristes episódios de falta de respeito pela vida humana, através da violência xenófoba protagonizada por nossos irmãos sul-africanos. Nós condenamos veementemente estes actos e fizemos chegar o nosso sentimento de repúdio às autoridades sul-africanas ao mais alto nível.

Reitero o compromisso e a solidariedade do Governo à todos que directa ou indirectamente foram afectados.

Estes fenómenos sociais aumentaram as responsabilidades do nosso Governo perante os desafios que temos pela frente, em que o trabalhador moçambicano figura na linha da frente.

Caros trabalhadores,

Por outro lado, temos que entender estas adversidades naturais e sociais, isoladas ou cumulativamente, como janelas de oportunidade para tirarmos as devidas e necessárias lições.

Temos que empreender esforços adicionais com vista ao reforço do sentimento da unidade nacional e de amor à Pátria.

A paz e a unidade nacional constituem uma preocupação central e permanente de todos.

Quero, mais uma vez, reiterar que tudo farei para a sua preservação.

O 1º. de Maio deste ano coincide com a celebração dos 40 anos da Independência Nacional.

O movimento da Chama da Unidade Nacional lançada a 7 de Abril, em Namatil, Cabo Delgado, está a percorrer o país e deve continuar a servir de fonte de inspiração para os presentes aqui e para o trabalhador moçambicano, em geral.

Exortamos, assim, a todos moçambicanos, em especial os trabalhadores a participar massiva e activamente neste movimento de alegria e orgulho pela exaltação da nossa moçambicanidade.

A terminar, dirijo aos presentes e, através de vós, à todos os trabalhadores, uma mensagem de esperança por dias melhores.

Usem o momento para o exame profundo de consciência sobre a trajectória do movimento sindical e as conquistas do trabalhador para assegurar maior vitalidade no actual contexto económico e social.

Bem-haja Trabalhadores Moçambicanos!

Muito obrigado, pela atenção dispensada!



**CAPITAL HUMANO
E SOCIAL FACTOR
ESSENCIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DE
MOÇAMBIQUE**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
por ocasião da realização
da 2ª Conferência Nórdico-
Moçambicana sobre crescimento
inclusivo em Moçambique
Maputo, 14 de Outubro de 2015

CAPITAL HUMANO E SOCIAL FACTOR ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MOÇAMBIQUE

Senhores Membros do Governo da República de Moçambique;

Senhores Vice-Ministros;

Senhores Governadores Províncias;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhores Embaixadores dos Países Nórdicos e dos demais Países aqui Representados;

Senhores Membros do Corpo Diplomático;

Senhores Representantes das Instituições Públicas e Privadas;

Caros Representantes da Sociedade Civil, da Academia e dos Media;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com grande honra e satisfação que saúdo, em primeiro lugar, todos presentes nesta "2ª Conferência Nórdico – Moçambicana sobre Crescimento Inclusivo em Moçambique".

Uma saudação especial vai para os representantes dos Países Nórdicos, por, mais uma vez, se juntarem aos nossos esforços, visando contribuir para induzir um crescimento económico, cada vez mais, inclusivo em Moçambique.

Como podemos constatar pela relevância dos assuntos a abordar e pelo número e diversidade dos participantes desta Conferência, ela desperta grande interesse, uma vez que o seu tema central coincide com o escopo da nossa coluna vertebral da nossa agenda de desenvolvimento nacional.

A prestação de serviços sociais básicos de qualidade e acesso equitativo à educação, cuidados de saúde, água e saneamento e habitação concorrem para a criação de capacidades fundamentais e para a melhoria do bem-estar da população.

No acto da minha investidura, comprometi-me a edificar um País que aposta na formação e desenvolvimento do capital humano, o principal activo nacional.

Neste contexto, a nossa presença neste evento é um sinal inequívoco do nosso compromisso, como Governo, de tudo fazer para garantir que o nosso crescimento e desenvolvimento seja o mais inclusivo possível, beneficiando todo o Povo Moçambicano.

Caros Participantes,

Caros Conferencistas,

Segundo o Banco Mundial (2014), no seu estudo “Análise da Despesa Pública de Moçambique”, o País tem desfrutado de um forte e sustentado crescimento económico desde 1992.

A economia cresceu a uma taxa média de 7,4% nas últimas duas décadas, impulsionada por uma gestão macroeconómica sólida e consistente, aposta no capital humano, investimento estrangeiro de grande escala e apoio contínuo dos doadores.

Apesar do crescimento económico robusto, os níveis de pobreza (54,7%) e desnutrição crónica (43%) continuam inaceitavelmente elevados e o índice de desenvolvimento humano é ainda razão para preocupação.

O Programa Quinquenal do Governo para 2015–2019 procura colocar Moçambique na trajectória do crescimento e desenvolvimento inclusivo, apostando numa abordagem multissetorial e consubstanciado no princípio de que as pessoas e famílias devem contribuir para o crescimento e beneficiar do crescimento económico.

Distintos Participantes,

Gostaríamos de iniciar a abordagem sobre a nossa visão, reflectindo os aspectos inerentes à promoção do crescimento da economia Moçambicana.

A nossa visão centra-se na inclusão, um conceito que engloba a equidade, a igualdade de oportunidades e a protecção nas transacções de mercado e emprego.

As políticas de promoção da inclusão procuram reduzir as abismais desigualdades de distribuição da renda, promovendo a equidade na forma como são distribuídos os rendimentos e os benefícios do crescimento.

O crescimento económico acelerado é necessário para a redução da pobreza, mas para garantir a sua sustentabilidade ele deve ter uma base ampla, abranger todos os sectores e incluir grande parte da força de trabalho do país.

Aprendemos, com a nossa própria realidade que, enquanto a renda “per capita” cresce, a qualidade de vida melhora, ainda que não seja em todos os aspectos, nem na mesma proporção.

O crescimento inclusivo em Moçambique assenta numa base económica e social virada para a criação e acumulação de riqueza, partilhando os seus benefícios, com vista à redução da pobreza e desigualdades sociais, através do aumento da produtividade e da competitividade, o que, conseqüentemente, vai permitir a criação de emprego digno.

O crescimento inclusivo, preconiza ainda oportunidades iguais de acesso ao ensino básico e profissional, saúde, justiça, financiamento, ao ambiente de negócios atractivo, fortalecimento da coesão social e territorial, democracia e defesa dos direitos humanos.

Isto significa ampliar e diversificar a economia e obter ganhos na agricultura, no turismo, na pesca, na exploração mineira e noutros sectores tradicionais, em particular, os de mão-de-obra intensiva.

A promoção das Pequenas e Médias Empresas (PME's) destaca-se como um vector central da nossa estratégia, visando estimular a empregabilidade dos moçambicanos, dando, atenção especial, ao tipo de competências susceptíveis de serem procuradas pelo sector produtivo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Na nossa perspectiva de crescimento inclusivo, temos em mente a população moçambicana que apresenta ainda uma estrutura jovem, o que constitui uma janela importante para aproveitar o dividendo demográfico.

Temos, por outro lado, a mulher que deve ser encarada como a fonte dinamizadora da produção, sobretudo, no sector agrícola, que emprega 80% da nossa população, colocando-se, por isso, como fiel agente de promoção do crescimento.

Outros factores que concorrem para o aumento de indicadores de crescimento são a inovação tecnológica e a industrialização.

Por outro lado, temos a convicção de que o crescimento e o desenvolvimento inclusivo, a democracia participativa e a promoção da paz e estabilidade são processos interdependentes e, por isso, devem continuar a caminhar juntos em Moçambique.

Ao falarmos de crescimento inclusivo, de uma forma concreta, gostaríamos de concentrar a nossa atenção ao que é primário: O Desenvolvimento Sustentável, como o nosso tema central.

O crescimento inclusivo só pode ser consequência de um desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades do presente, sem comprometer a esperança e a satisfação das gerações vindouras.

Com a nossa agenda de Governança, baseada no desenvolvimento sustentável que visa o crescimento inclusivo em Moçambique, pretendemos trabalhar para alcançar as metas que concorrem para o desenvolvimento económico, inclusão social e a gestão ambiental sustentável.

Estes objectivos, que se atingem com o desenvolvimento sustentável, estão todos contemplados no Programa Quinquenal do nosso Governo. Assim, pelo grande peso que têm no processo do crescimento inclusivo que pretendemos imprimir em Moçambique, na nossa reflexão queremos nos concentrar na inclusão social.

Para uma efectiva inclusão social na nossa Governança, não permitiremos que no país haja uma discriminação programada ou consequente, baseada em etnias, religiões,

raça, região, género ou outro tipo de discriminação. No processo de desenvolvimento e crescimento económico, a discriminação constitui uma grande barreira.

Para as famílias sem renda ou as com menos renda, que constituem a maioria, devemos assegurar que tenham direito à educação, saúde, ou seja, direito de toda uma rede de vida social.

O aumento de taxas nos variados sectores produz rendas que devem prover serviços sociais para os mais vulneráveis.

Um outro aspecto que devemos evitar que aconteça, é uma discriminação económica baseada nos princípios legais ou culturais.

As leis na República de Moçambique não permitem que haja discriminação de grupos sociais: mulheres, religião, grupos étnicos, organizações políticas ou a discriminação etária .

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nenhum país controla a sua economia se não consegue mobilizar poupanças e transformá-las em investimento produtivo.

Se não desenvolvermos infra-estruturas económicas e públicas, se não expandirmos a rede de Energia, se não providenciarmos a água potável e se não tivermos vias de comunicação de qualidade, não poderemos nunca falar de um futuro melhor.

Não poderemos, portanto falar de crescimento inclusivo em Moçambique, pois, não haverá nada para partilharmos ou distribuir equitativamente.

Uma forma que encontramos para assegurar o crescimento inclusivo em Moçambique é fazer com que este crescimento permita que a renda pública se traduza no melhoramento de qualidade de vida das populações e, gradualmente, reduza as desigualdades sociais.

Ilustres Convidados,

Nestes dois dias de trabalho, creio que vamos procurar, conjuntamente, aprofundar a discussão tornando-a frutuosa, com o envolvimento de diversas sensibilidades, e identificar caminhos alternativos promissores a trilhar no futuro.

Gostaria de instar a todos os presentes a fazer desta conferência uma oportunidade para trazer formas inovadoras de abordar o crescimento inclusivo em Moçambique, colocando questões como:

- Quais são as abordagens mais eficazes para promover o crescimento inclusivo em Moçambique e como monitorá-lo;
- Que estratégias a adoptar para gerar mais empregos nas áreas rurais, periurbanas e urbanas;
- Como assegurar uma maior interligação entre os grandes empreendimentos e as Pequenas e Médias Empresas, maximizando a cadeia de valor e a integração do conteúdo local;
- Que medidas a tomar para potenciar a transformação dos pequenos agricultores de subsistência em produtores agrários crescentemente orientados para o mercado;
- Quais são os mecanismos adequados que garantam o envolvimento de mais jovens e mulheres no sector produtivo;
- Como assegurar que a exploração dos recursos naturais no País se torne uma bênção e não uma maldição;
- Que acções a levar a cabo para acelerar o processo de formalização do sector informal.

Resolvendo a equação com estas variáveis todas, estaremos suficientemente a altura de assegurar um crescimento inclusivo em Moçambique.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Aguardamos com muito interesse os resultados que sairão desta importante conferência, pois acreditamos que vão fornecer suportes valiosos para iluminar a acção de desenvolvimento em curso e perspectivar o futuro.

Dito isto, e a pensar na criação de mais empregos e no aumento da produtividade global da economia, dois eixos relacionados umbilicalmente com o crescimento inclusivo, declaro formalmente aberta a 2ª Conferência Nórdico - Moçambicana sobre Crescimento Inclusivo em Moçambique.

Muito Obrigado pela Atenção!



CAPITAL HUMANO O PRINCIPAL ACTIVO NACIONAL

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na cerimónia de tomada de posse do Reitor e Vice-Reitores da Unilúrio Maputo, 23 de Março de 2015

CAPITAL HUMANO O PRINCIPAL ACTIVO NACIONAL

Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional;

Senhor Ministro da Educação;

Senhora Ministra na Presidência para os Assuntos da casa Civil;

Magníficos Reitores;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com elevada honra e satisfação que confiro posse ao novo Reitor e Vice-Reitores da Universidade Lúrio, os Professores Doutores Francisco Noa, Emília Noormahomed e Abdul Carimo Ismael, respectivamente, a quem endereço calorosas felicitações.

Igualmente, através de vós, endereço as minhas calorosas saudações aos docentes, pesquisadores, estudantes e corpo técnico administrativo das instituições do subsistema de ensino superior pelo seu papel na formação do Capital Humano e Social e pela abertura do ano lectivo de 2015.

Tomam posse numa altura em que estamos a celebrar as festividades do 40º Aniversário da nossa independência duramente conquistada.

O facto de assumirem a liderança da Universidade Lúrio que, coincidentemente, está implantada nas três províncias assoladas

pelas calamidades naturais: Cabo delgado, Nampula e Niassa, eleva as vossas responsabilidades na busca de soluções duradoiras perante os desafios da população afectada e remete-vos a fazer um estudo sobre como Moçambique deve gerir desastres naturais em todos os tempos.

Assim, deposito confiança nas vossas competências e capacidades, pois, estou convicto de que podem contribuir para superar os actuais desafios perante as adversidades das calamidades naturais.

Senhor Reitor,

Senhores Vice-reitores,

A vossa escolha resulta do conhecimento que tenho das vossas capacidades de liderança forjada e acumulada ao longo dos anos ao serviço do Estado Moçambicano.

Acredito que vão contribuir, decisivamente, para a implementação com sucesso de uma das Prioridades deste ciclo de governação: O Desenvolvimento do Capital Humano e Social.

A importância do capital humano e social reside no facto de ser o principal activo nacional e uma das peças-chave para a transformação que queremos fazer nas zonas rurais, rumo ao desenvolvimento integrado.

Senhor Reitor e Vice-reitores,

Escolhemo-vos, sabendo que vocês são conhecedores dos desafios do Ensino Superior no nosso país. Vocês são, também, conhecedores da realidade das províncias onde a Universidade Lúrio está implantada.

A Missão da vossa instituição reflecte e identifica-se com as preocupações e necessidades da sociedade que clama por uma educação e formação de qualidade.

Continuem a implementar a vossa Missão que visa educar e formar uma nova geração de profissionais competentes, comprometidos com a ciência, o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades.

Apreciamos o vosso enfoque nas actividades agrárias, nos cuidados de saúde e na melhoria da dieta alimentar e nutricional da população residente nas áreas de abrangência desta Universidade.

Apreciamos ainda o Programa “Um aluno, uma família”, porque promove a ligação entre os estudantes e as comunidades.

Com este programa e outros, a Universidade Lúrio deu um passo em frente em direcção à transformação do campo, oferecendo serviços que existem nas zonas urbanas.

Esta abordagem valoriza os saberes das comunidades e impulsiona o espírito de pesquisa dos estudantes.

Saúdo esta combinação do conhecimento convencional com os saberes e práticas sociais incrustados nas nossas tradições culturais.

Encorajo a continuidade desta abordagem que coloca as comunidades como principais agentes do seu próprio desenvolvimento.

A UNILÚRIO deve prosseguir com a formação da juventude, munindo-a de valores de humildade, do patriotismo e do profissionalismo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Caro Reitor e Vice-Reitores,

A interacção directa e permanente com os membros das comunidades e busca de soluções nas comunidades, sintetiza o segredo do sucesso alcançado.

No âmbito desta visão, desafio-vos a lutar por um ensino superior de excelência, qualidade, competitividade e reconhecimento internacional.

Queremos recursos humanos competentes e de qualidade reconhecida, para garantir o desenvolvimento integrado nos distritos, postos administrativos e localidades.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Antes de concluir, gostaria de endereçar uma palavra de apreço ao Professor Doutor Jorge Ferrão, antigo Reitor da UNILÚRIO.

Felicito-lhe pela obra que construiu com sabedoria e esforço abnegado. Muito Obrigado Professor Ferrão!

Saúdo os cônjuges dos empossados pelo apoio incondicional que lhes prestaram no exercício das suas funções.

Apelo-vos para que continuem a ser a principal fonte de inspiração, apoiando-lhes e, sobretudo, a compreender que os desafios das novas funções vão exigir deles cada vez menos presença no ambiente familiar.

A terminar, convido os presentes para que me acompanhem num brinde:

- À saúde e sucesso dos empossados!
- Ao rápido desenvolvimento do capital humano e social!
- À paz, unidade e progresso!

Muito Obrigado!



PAPEL DAS UNIVERSIDADES NA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique, na
cerimónia de tomada de posse dos
Vice-Reitores da Universidade
Pedagógica (UP) e Universidade
Zambeze (UniZambeze)
Maputo, 20 de Abril de 2015

PAPEL DAS UNIVERSIDADES NA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL

Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Magníficos Reitores;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com elevada honra e satisfação que saúdo todos os presentes neste acto solene de tomada de posse dos Vice-Reitores da Universidade Zambeze (UniZambeze) e Universidade Pedagógica (UP), os Professores Doutores Boaventura José Aleixo e Adelino Zacarias Ivala, respectivamente, a quem endereço calorosas felicitações.

Endereço igualmente as minhas calorosas saudações, através de vós, a todos os quadros da nossa academia pelo seu papel firme na formação do Capital Humano e Social.

Minhas senhoras e meus senhores

Permitam-me que, mais uma vez, manifeste publicamente o nosso repúdio aos actos de xenofobia protagonizados pelos irmãos Sul Africanos.

Estes actos tristes e horríveis chocam a nossa consciência colectiva como nação e mostram o total desrespeito pelo valor da vida humana.

O Governo moçambicano está no terreno para acompanhar e prestar todo o apoio necessário aos nossos concidadãos, com a convicção de que tanto como no passado saberemos superar esta adversidade.

Enquanto apelamos ao Governo sul africano para uma intervenção presencial e imediata, nós reafirmamos a nossa determinação em continuar a acarinhar as vítimas e a trabalhar para mitigar o sofrimento dos nossos irmãos.

Renovamos a nossa solidariedade para com as famílias, ao mesmo tempo que apelamos a não retaliação, uma nobre característica dos moçambicanos.

Minhas senhora e meus senhores,

Caros Vice- Reitores,

A nomeação dos magníficos Vice-Reitores resulta do reconhecimento das suas qualidades profissionais e empenho abnegado no desenvolvimento do ensino superior em Moçambique.

Como resultado das vossas competências, o Professor Doutor Boaventura José Aleixo, que ajudou a desenvolver a Universidade Pedagógica levou a sua experiência para Universidade Zambeze, onde desempenhou o cargo de Vice-Reitor e agora volta à Universidade Pedagógica para a mesma função.

O Professor Dr. Adelino Zacarias Ivala, fundador e antigo Director da UP, Delegação de Nampula, tem agora a nobre missão de contribuir para o crescimento cada vez maior da UNIZAMBEZE.

O futuro de Moçambique depende do conhecimento profundo que tem o seu eco na pesquisa e investigação e na colocação da ciência ao serviço da sociedade.

Às nossas Universidades Públicas, queremos apelar que tomem como prioridade a melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem, tendo sempre em vista a solução dos grandes problemas e preocupações dos moçambicanos.

Estes desideratos só se efectivarão se tomarem como bandeira a formação de técnicos que saibam fazer e não simples diplomados.

Recomendamos ainda que as Universidades Pedagógica e Zambeze se orientem pelos programas concretos que constituem a missão das suas instituições, de modo a evitar a dispersão de vocações.

Cada Universidade deve construir e afirmar a sua própria marca. Por essa razão, cada uma das vossas universidades tem um papel estratégico específico a desempenhar para a melhoria da qualidade de ensino.

Caros Reitores,

Ao aceitarem o desafio que vos colocámos, significa que reconhecem também os valores e princípios que estruturam a nossa filosofia de governação.

São eles: as qualidades de liderança, a vontade de servir o Povo Moçambicano, o profissionalismo, o espírito de equipe e o dinamismo.

Na UP, como instituição vocacionada para formação de professores, queremos que usem todas as qualidades e ferramentas que induzam à melhoria da qualidade de ensino, sobretudo, começando pela qualidade de professores e quadros da educação.

Encorajamos a UniZambeze a prosseguir com a sua Missão orientada para o desenvolvimento sustentado ajustado às necessidades e programas do país.

Como patriotas que são, esperamos que disseminem ,a partir da sala de aula, a mensagem sobre o nosso compromisso com consolidação da unidade nacional, preservação da Paz, rumo ao progresso científico e consequentemente ao bem estar do Povo.

Queremos que sejam o espelho da integridade e da transparência na gestão da coisa pública, junto dos vossos colaboradores e aos olhos da sociedade. O Povo exigirá de vós um trabalho orientado para resultados.

Saibam, com humildade, ouvir e aprender dos colegas e colaboradores no exercício da função para a qual foram nomeados.

Minhas senhoras e meus senhores,

Apraz-me felicitar aos empossados e suas famílias pelas novas tarefas que acabam de assumir. Os desafios que têm pela frente vão, certamente, exigir o apoio da família. Assim, apelamos a toda comunidade académica e, em particular, as direcções das respectivas Universidades para prestarem um maior apoio e colaboração.

A terminar, convido os presentes para que nos acompanhem num brinde:

- À saúde e sucesso dos empossados!
- À qualidade, competência e profissionalismo no ensino superior em Moçambique!
- À paz, unidade e progresso!

Muito Obrigado!



30 ANOS DA UNIVERSIDADE SIGNO DE CRESCIMENTO E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi,
Presidente da República de
Moçambique, por ocasião
dos 30 anos da Universidade
Pedagógica
Maputo, 8 de Dezembro
de 2015

30 ANOS DA UNIVERSIDADE

SIGNO DE CRESCIMENTO E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional;

Magnífico Reitor da Universidade Pedagógica;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal de Maputo;

Senhores Representantes do Corpo Diplomático;

Distintos Membros do Corpo Directivo da Universidade Pedagógica;

Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

É com muita honra e alegria que participamos nesta gala comemorativa dos 30 anos da Universidade Pedagógica, carinhosamente tratada por UP.

As nossas primeiras palavras são de saudação e felicitação à direcção da UP, ao corpo docente, discente e técnico administrativo que com o seu trabalho árduo e abnegado acreditaram e asseguraram o crescimento da UP.

Este marco valoriza as nossas conquistas no sector da educação, alcançadas nos últimos 40 anos da nossa independência.

Manifestamos o nosso reconhecimento especial à UP, por ter conseguido, com sucesso, estar presente em locais recônditos do nosso vasto território nacional, em apenas três décadas de existência.

Hoje falamos, com orgulho justificável, num crescimento e na implantação em todas as províncias do nosso país, através das suas 10 delegações, onde formou mais de 40 mil quadros superiores que trabalham para o progresso da nossa pátria amada.

A verdade é que o crer e o querer foram deveras determinantes, tornando possível recuperar os primeiros 10 anos de Independência, durante os quais foram criadas as bases materiais, humanas e físicas para a implantação da actual Universidade Pedagógica.

A UP tem estado a formar, prioritariamente, professores e técnicos para o sistema nacional de educação para os diferentes níveis e a contribuir para a disponibilização de quadros de nível superior para os outros sectores de actividade.

Sabemos que neste processo a UP enfrentou, com coragem e determinação, os desafios que foram surgindo ao longo da sua existência.

Mas o seu nascimento não devia ser adiado perante a necessidade que o país tinha, de formar os seus quadros para atender ao sector até hoje insubstituível, para a formação do homem.

A UP tinha que corresponder aos esforços que logo a seguir à independência foram empreendidos, desde a capacitação de professores em cursos de curta duração, em centros de treinamento espalhados pelas províncias, os actuais Institutos de Formação de Professores.

Paralelamente, estava a crescer o movimento de formação de professores para o ensino secundário, a partir das então Escolas de Formação de Professores e, mais tarde, dos Institutos Médios Pedagógicos.

As primeiras delegações da Universidade Pedagógica, surgiram a partir do então Instituto Superior Pedagógico.

A UP é, por assim dizer, a resposta mais eficaz que apareceu como ponto de convergência das diferentes acções de formação de professores que o país foi experimentando ao longo dos tempos.

Hoje cresceu e marcou com tinta indelével o seu lugar e papel como instituição de ensino superior vocacionada para formação de professores e quadros da educação.

Hoje a UP, pelas suas características actuais, tem sido objecto de menção nos domínios da academia e da sociedade, em geral.

A UP soube ser a síntese, em ponto maior, de todos os esforços que o Governo e a sociedade moçambicana em geral fizeram e continuam a fazer, visando a educação do nosso Povo.

A nossa Universidade está a formar o Homem capaz de corresponder aos nossos propósitos de desenvolvimento.

Compatriotas,

Registamos, com agrado, a evolução e crescimento da Universidade Pedagógica, no tempo e espaço, no contexto geral do subsistema de ensino superior no nosso país.

Todavia, constatamos que ainda persistem inúmeros desafios que devemos superar para que o ensino superior cumpra, efectivamente, o seu papel de força motriz do desenvolvimento rumo à sociedade de conhecimento em Moçambique.

Independentemente da missão, objecto e papel de cada instituição de ensino superior, público ou privado, esperamos deste estabelecimento de ensino superior, o total engajamento na produção e disseminação do conhecimento, através da formação, investigação e extensão.

A forma como cada sociedade projecta as suas instituições de ensino é resultado da sua própria visão.

É reflexo desta constatação, a liberdade de criação e difusão do conhecimento, a autonomia de reflexão crítica e de pensamento, a médio e longo prazo.

Em Moçambique, as nossas concepções do ensino superior são, em grande medida, resultado da nossa visão integrada de desenvolvimento, baseada na génese e evolução do nosso Estado.

Devemos, por esta ocasião, reconhecer que a dado momento, a UP passou a deter-se na formação de todos que a demandaram.

A vocação de formar professores, educadores e outros quadros da educação, à guisa de condições que permitem o encontro da qualidade sempre desejada, ficou a ser em paralelo à outras áreas.

Foi nessa altura que a UP chegou a formar muitos quadros para diferentes sectores, não unicamente da Educação, contribuindo assim para a capacitação dos mesmos em recursos humanos qualificados.

Entretanto, aparentemente o dilema de professores formados se manteve.

Os actuais esforços do Ministério de tutela, visam, por outro lado, a correcção dessa tendência.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, deve definir a vocação das diferentes instituições de ensino superior com destaque para as públicas.

Cada Universidade ou Instituição de Ensino Superior deve criar a sua própria marca. Não dizemos um único curso ou uma única orientação, estamos a falar da necessidade de especialização.

Há que crescer com a UP que já é grande. Há que pensar em racionalidade e redimensionamento da UP, de modo a não se tornar um gigante difícil de gerir.

Caros convidados;

Quando nos tornamos independentes, a Educação ficou no centro das atenções do Governo. Queríamos eliminar o analfabetismo, introduzindo a escolarização universal e obrigatória e a formação técnico-científica de quadros para responder a demanda no Aparelho do Estado, nas fábricas e nos grandes projectos económicos.

O acesso das massas à educação era a meta, mas, simultaneamente, havia necessidade de se promover a cidadania e o desenvolvimento, para romper com o modelo colonial de ensino.

Na actualidade, as prioridades centram-se no desenvolvimento humano e na formação do capital humano nacional.

Para o efeito, é crucial o papel da Universidade, como centro de produção de conhecimento e de inovação tecnológica, assim, urge repensar a educação, em Moçambique, a partir dos desafios do presente e do futuro.

Os desafios da educação reflectem-se de forma recíproca e integrada nos seus diversos subsistemas de ensino primário, secundário e ensino superior.

No actual mundo globalizado, exige-se do estudante uma visão cosmopolita, tendo em conta o nível de interdependência que existe entre pessoas, instituições, organizações e Estados.

Por isso, não basta ter uma educação, é preciso que ela seja de qualidade e que transforme o indivíduo em cidadão competente e apto para contribuir para a produção de renda para si e para a sociedade.

Falar de qualidade de educação é o mesmo que exigir um conjunto de respostas que o graduado adquire durante a formação para fazer face aos desafios da sociedade Moçambicana.

A qualidade é um desafio permanente e, por sua vez, a melhoria da qualidade do nosso ensino é uma das prioridades da nossa governação.

Neste prisma, o nível de conhecimento adquirido no acto educativo deve ter em conta as necessidades específicas da nossa sociedade que se define pelo mosaico cultural.

Reconhecemos que a qualidade de educação implica uma gestão institucional eficiente e eficaz.

Implica ainda a existência de infra-estruturas adequadas e a correcta gestão dos Recursos Humanos, portanto ela não pode ser vista de uma forma linear em todos os contextos, espaços e tempos.

Minhas senhoras e meus senhores,

Conscientes de que o Homem é a razão da nossa governação, reafirmamos a visão do nosso Governo em colocar o Desenvolvimento do Capital Humano e Social como a segunda prioridade do seu Programa Quinquenal.

Esta é a nossa forte indicação de que este é o principal activo nacional e, por isso, uma das peças-chave para o desenvolvimento.

Surgem daqui dois desafios fundamentais que gostaríamos de levar à reflexão de todos os presentes.

O primeiro desafio é a necessidade de conquista de maior liberdade académica.

A própria instituição de ensino superior deve ser capaz de tomar decisões sobre a sua orientação e funcionamento dentro da sua visão, missão e valores fundamentais.

Deve igualmente, superar o argumento da exiguidade de recursos para a pesquisa, dado que ela, por si só, é fundamental para o cumprimento da missão primordial do ensino superior. Só assim teremos a qualidade que pretendemos no sistema e nos quadros que formamos para servirem o país nas várias frentes.

Queremos que a pesquisa seja o modo de ser e de estar da UP e das demais instituições de ensino superior, públicas ou privadas.

O segundo desafio relaciona-se com a liberdade que deve caracterizar as instituições de ensino superior no nosso país – a liberdade de produção e criação do conhecimento.

Queremos que a pesquisa não seja feita apenas como requisito para a obtenção de graus académicos, pois, a pesquisa deve reflectir uma busca infindável e a produção de conhecimento útil para transformar a sociedade e despoletar o crescimento.

Queremos que ajudem a quebrar tabus e dogmas, induzindo a uma mudança de atitude colectiva que nos leve, efectivamente, ao crescimento, em todos os domínios da nossa sociedade.

A UP deve formar professores e outros intervenientes na educação de qualidade requerida no contexto da sua missão fundamental.

Assim, encorajamos a UP a não prescindir da luta pela conquista do estatuto de uma instituição de ensino superior de referência e credível, formando compatriotas competentes e difusores de valores patrióticos.

Compatriotas!

O desafio especial que lançamos a todo nosso sistema de ensino superior é o de com a nossa investigação vencermos a natureza!

É inadmissível que continuemos a desviar as nossas atenções para responder às adversidades impostas pela natureza através das cheias, secas, ciclones, estiagem e outras vicissitudes evitáveis.

A terminar, reiterámos os nossos votos de muitos sucessos à Universidade Pedagógica.

Continuem a formar professores com qualidade e em número suficiente para responder à demanda nacional.

Trabalhem para que essa massificação do ensino superior não signifique a queda da qualidade dos nossos graduados.

Interajam mais com universidades congéneres nacionais e estrangeiras e cruzem as vossas experiências em prol de boas práticas.

É esta ligação à sociedade que estimula o desenvolvimento humano e social que acreditamos estar ao nosso alcance.

Parabéns Universidade Pedagógica!

Muito obrigado, pela vossa atenção!



UNIZAMBEZE CONTRIBUINDO NA FORMAÇÃO DO HUMANO E SOCIAL

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
por ocasião da 2ª cerimónia de
graduação da UniZambeze
Maputo, 29 de Agosto de 2015

UNIZAMBEZE CONTRIBUINDO NA FORMAÇÃO DO HUMANO E SOCIAL

Senhora Governadora da Província de Sofala

Magnífico Reitor da Unizambeze

Senhores Vice-reitores da Unizambeze,

Senhor Presidente da Assembleia Provincial de Sofala,

Senhor Administrador do Distrito da Beira,

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Beira,

Digníssima Procuradora Provincial–chefe de Sofala

Magníficos Reitores;

Distintos convidados;

Minhas senhoras e meus senhores.

É com elevada honra e satisfação que saudamos efusivamente a todos os presentes nesta 2ª. Cerimónia de Graduação de estudantes da UniZambeze.

Saudamos e agradecemos à Direcção da UniZambeze pelo convite que nos endereçou para dirigir esta cerimónia solene que, na qualidade de Presidente da República, inaugura a nossa participação em programas desta natureza.

A nossa saudação estende-se aos pais e encarregados de educação e amigos dos graduados pelo seu papel no apoio e acompanhamento que culminam com êxito os estudos.

As nossas calorosas saudações vão para todos os quadros da nossa academia, instalada e a funcionar em todo território nacional, pela sua contribuição na formação do Capital Humano e Social, que é a 2ª. prioridade da nossa governação.

Uma palavrinha vai, também, para a população da Beira e para a Direcção máxima da Província de Sofala pela excelente e carinhosa recepção e hospitalidade que nos proporcionaram, desde que chegamos a esta bela cidade.

Caros graduados,

Estamos cientes que percorreram caminhos sinuosos no processo de ensino – aprendizagem que hoje culmina com a vossa graduação. É indisfarçável a vossa satisfação e sentimento de mais uma “missão cumprida” com a necessária sabedoria, zelo e dedicação.

A vossa graduação significa que estamos a dar um passo em frente e na direcção certa da materialização da nossa segunda prioridade de governação que preconiza o desenvolvimento do Capital Humano e Social.

O capital humano é o principal activo nacional e, por isso, uma das peças-chave e determinante para a transformação das zonas rurais rumo ao desenvolvimento integrado.

Apelamos para que saibam combinar, criativamente, o quadro teórico e científico que aqui construíram com os conhecimentos empíricos que vão encontrar nos vossos futuros postos de trabalho.

A humildade, disciplina e sentido patriótico deverão ser os vossos principais barómetros para medir a vossa evolução e para garantir o vosso sucesso profissional e social. Em última análise, contribuir para o desenvolvimento do país.

No mercado de trabalho saibam, com humildade, ouvir e aprender dos colegas experientes que constituem a “verdadeira universidade da vida” e transmitam os conhecimentos científicos que adquiriram ao longo da vossa formação nesta universidade.

Encorajamos aos graduados a usarem, o máximo possível, as suas capacidades e conhecimentos de forma integrada, a participarem activamente no processo de produção e distribuição da riqueza nacional nos diferentes campos do saber, em que forem integrados.

Caros graduados,

Recordamos que o Povo exigirá de vós um trabalho orientado para resultados que é, também, a nossa filosofia de governação. Para não frustrar as expectativas do nosso Povo, esperamos de vós total entrega e disponibilidade nas vossas áreas do saber, para autovalorização dos esforços que foram empenhados para a realização deste sonho académico.

Por essa razão, desafiamos aos graduados de todas as instituições do subsistema de ensino superior do nossos país, a dedicarem todo o seu talento e saber ao desenvolvimento sócio-económico da província, da região e do país em geral.

Criem oportunidades de emprego para vós próprios e para outros concidadãos, particularmente, para os nossos jovens.

Sejam os verdadeiros promotores de valores da moçambicanidade, da paz e da estabilidade. Queremos que lutem por ser o espelho da integridade e da transparência no exercício das vossas funções.

Caros convidados,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Ao mercado de trabalho e a sociedade, em geral, queremos apelar para que prestem a devida e necessária assistência aos nossos graduados para a sua integração profissional e social.

Temos a certeza de que confiam no produto que a comunidade académica anualmente nos entrega.

Sabemos, também, que aguardam pelas suas contribuições valiosas e oportunas para enfrentar, com firmeza e sucesso, os contínuos desafios de hoje e de amanhã.

Esperamos por uma verdadeira e perfeita combinação frutífera de conhecimentos científicos que os graduados trazem e as experiências práticas e saberes que vão encontrar no mercado de trabalho e na vida social.

Caros membros da direcção da Unizambeze,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

A UniZambeze é a primeira instituição pública de ensino superior com sede na cidade da Beira e fruto dos 40 anos de liberdade que o nosso Povo, efusivamente, comemorou, a 25 de Junho do ano em curso.

Esta universidade foi constituída no âmbito do programa do Governo de expansão do ensino superior e formação de cidadãos com este nível de subsistema de ensino.

A sua implantação nesta região do país concorre, decisivamente, para corrigir os seculares de desequilíbrios regionais e materializar a nossa política de inclusão e de igualdade de oportunidades.

A cerimónia, que temos o prazer de dirigir, é de grande simbolismo porque sintetiza os nossos esforços de colocar a ciência e o saber na rota do desenvolvimento sócio-económico nacional.

Registamos, com agrado, a informação sobre os processos de formação de jovens de ambos os sexos que por aqui passam e saem com competências necessárias para contribuir no desenvolvimento do país.

Neste contexto, encorajamos a UniZambeze a prosseguir com a sua Missão orientada para o desenvolvimento sustentado ajustado às necessidades e programas do país, sobretudo, nas áreas de ciências exatas onde o país regista o maior défice.

Não queremos que a natureza continue a ditar as nossas prioridades, através de calamidades naturais.

A academia, através de formação de quadros qualificados, tem a obrigação de contribuir para inverter este cenário que anualmente continuamos a enfrentar.

Caros membros da Direcção da Unizambeze,

A UniZambeze é chamada a dar a sua contribuição neste desafio. Por isso, ao apostarmos na formação do capital humano e social moçambicano, estamos cientes de que estão abertas as oportunidades para os jovens de todas as províncias do país, frequentarem o curso do seu gosto na UniZambeze.

Esta é uma das manifestações da governação inclusiva que contribui, sobremaneira, para a consolidação da nossa unidade nacional e manutenção da paz e estabilidade.

À UniZambeze lançamos o desafio para que continue a chamar a si mesma, a responsabilidade de formar cidadãos capazes de participar, de forma sábia e comprometida, nos programas de desenvolvimento do país.

A Missão da vossa instituição deve reflectir e identificar-se com as preocupações e necessidades da sociedade que clama por uma educação e formação de qualidade dos cidadãos.

Queremos recursos humanos competentes e de qualidade reconhecida nacional e internacionalmente, para garantir o desenvolvimento integrado do nosso país.

Desafiamos a UNIZAMBEZE a produzir quadros munidos de valores de humildade, de patriotismo e de profissionalismo.

A este desafio, associa-se a necessidade de busca permanente de qualidade da oferta formativa, quer através da consolidação dos programas de formação aqui ministrados, como pela introdução de cursos orientados para as demandas locais e nacionais da dinâmica do crescimento sócio-económico nas suas mais variadas vertentes.

O compromisso com a qualidade e pertinência dos programas de formação passa necessariamente pela criação de sinergias através de estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais para a prossecução dessa missão.

Desafiamos, também, a UniZambeze a manter as suas relações com os diferentes actores sócio-económicos, bem como com a comunidade, em geral.

Encorajamos este tipo de interacção, porque, por um lado, acreditamos que a actividade de extensão produz vantagens mútuas para a UniZambeze e a comunidade, por outro lado, permite a transferência de conhecimento às comunidades, o que faz com que a academia tenha oportunidades de recolher as ricas experiências e saberes locais.

Caros convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Queremos dirigir uma palavra de apreço à comunidade académica do nosso país, que cresceu exponencialmente, nos últimos 40 anos de independência nacional. Passamos de uma universidade, em 1975, para 40 instituições de ensino superior, hoje.

Este crescimento reforça a nossa visão de que o futuro de Moçambique depende do conhecimento profundo da nossa realidade empírica que tem como base a actividade de pesquisa e de investigação, tendo em conta os desafios impostos pela globalização.

Com a pesquisa e investigação tomaremos decisões informadas e ponderadas sobre as políticas públicas e na busca de soluções adequadas das preocupações do nosso povo que se resumem na exiguidade da rede escolar e de saúde, na falta de energia, água potável e vias de acesso.

Reiteramos o nosso apelo às nossas instituições de ensino superior, públicas e privadas, para que tomem como prioridade das prioridades a melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem, que constituem parte de preocupações gerais e recorrentes dos moçambicanos.

Estes desideratos só se efectivarão se a comunidade académica tomar como actividade principal a formação de técnicos que saibam fazer e não simples portadores de diplomas académicos. Exigimos dos graduados a visão e criatividade na busca de soluções de problemas do nosso Povo.

Desafiamos ainda as instituições de ensino superior para que se orientem e maximizem os seus respectivos programas que definem a missão de cada Instituição, de modo a evitar a dispersão de vocações.

Queremos que haja complementaridade de acções e sinergias no campo formativo.

Nesta óptica, cada Universidade deve procurar construir e afirmar o seu próprio distintivo, definindo o seu papel estratégico e específico a desempenhar nos esforços para a melhoria da qualidade de ensino no país.

Minhas se nhoras, meus senhores,

A terminar, endereçamos as nossas felicitações à Direcção da Unizambeze e aos graduados, a quem desejamos sucessos e prosperidade nas suas vidas profissionais e sociais.

Muito Obrigado, pela Atenção Dispensada!



**PELA PRODUTIVIDADE
AGRÁRIA, SEGURANÇA
ALIMENTAR,
NUTRICIONAL E
PRODUÇÃO DE RIQUEZA**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
por ocasião do Lançamento
da Campanha Agrária 2015/16
Localidade de Bandeze, 30 de
Outubro de 2015

PELA PRODUTIVIDADE AGRÁRIA, SEGURANÇA ALIMENTAR, NUTRICIONAL E PRODUÇÃO DE RIQUEZA

Senhor Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar;

Senhor Governador da Província de Niassa;

Senhor Representante da FAO em Moçambique;

Distintos Membros do Corpo Diplomático aqui presentes;

Senhores Membros do Governo da Província de Niassa;

Senhor Administrador do Distrito de Lago;

Senhor Chefe do Posto Administrativo de Maniamba;

Prezados Agentes Económicos Envolvidos na Cadeia Agrária;

Digníssimos Representantes de ONG's e da Sociedade civil;

Estimados Camponeses, Agricultores e Criadores de gado da Localidade de Bandeze;

Caros Compatriotas!

Estamos aqui na Localidade de Bandeze, no Posto Administrativo de Maniamba, Distrito do Lago, para afirmarmos a determinação do Governo para com o sector da Agricultura.

É nossa vontade que o lançamento da campanha, que hoje testemunhamos e que acontece em todo Território Nacional, se traduza na decisão de todos os moçambicanos se engajarem, sem tréguas, na batalha contra a fome.

O lançamento significa a consciência Nacional para a garantia de segurança alimentar e nutricional.

Agradecemos a população de Bandeze, hoje capital de Agricultura, e a população da Província de Niassa pela calorosa recepção.

Saudamos o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e o Governo da Província de Niassa pela Excelente organização deste evento.

Saudamos, igualmente, a todos camponeses, expositores, agentes económicos que não pouparam esforços para garantir que a partir de Bandeze possamos emitir a mensagem de apelo e encorajamento para todos os moçambicanos.

Compatriotas!

O nosso País está dotado de excelentes condições agro-ecológicas para a prática de agricultura. Possui mais de 35 milhões de hectares de terra arável, dos quais somente 15% estão em uso.

Possuímos ainda cerca de 3,3 milhões de hectares de terra com potencial para irrigação.

Contudo, a nossa agricultura continua a ser predominantemente de subsistência. Ela apresenta ainda baixos níveis de produtividade devido ao limitado acesso aos serviços de assistência técnica e aos créditos e mercados.

São ainda poucos produtores moçambicanos que usam sementes melhoradas, pesticidas, fertilizantes ou os que têm acesso aos serviços de extensão.

Moçambique sofre, ciclicamente, os efeitos negativos das calamidades naturais, que geram vulnerabilidade e ameaças e prejudicam a produção agrícola.

Caros Compatriotas!

Apesar deste quadro, a agricultura tem estado no centro do nosso crescimento médio de mais de 7% ao longo de mais de duas décadas.

Recentemente, a FAO e o PMA destiguiram Moçambique por ter reduzido para abaixo de metade a proporção de pessoas que passam fome.

A Agricultura é, e continuará a ser a actividade económica que a mais moçambicanos toca directamente, provendo mecanismos de sustento para a maioria do nosso Povo.

Ela emprega cerca de 80% da força de trabalho e contribui com 25% para o Produto Interno Bruto e com 16% para as exportações nacionais.

Os produtos agrários são a mais importante fonte de matéria-prima para a indústria em progressão e a transformação estrutural da economia moçambicana.

A actividade agrícola tem estado a ser executada em zonas de elevado potencial agro-ecológico e económico.

Destacam-se os Corredores Agrários de Pemba-Lichinga, Nacala, Vale do Zambeze, Beira, Limpopo e Maputo.

O Governo definiu como produtos estratégicos a concentrar maior atenção, o milho, arroz, feijões, mandioca, batata reno, avicultura, carne bovina, legumes, banana, açúcar, trigo, gergelim, soja, castanha e algodão.

Espera-se que a produção de cereais alcance as 2,9 milhões de toneladas, correspondentes a um crescimento de 13,3%.

A produção de arroz, deverá crescer de 357 mil toneladas para 450 mil toneladas, o que sobremaneira irá contribuir para a redução das exportações.

A produção de milho, por sua vez, deverá passar de 1,8 milhões de toneladas para 2,1 milhões.

Um crescimento é também esperado, na produção de feijões, amendoim, de raízes e tubérculos e na produção mandioca.

Estimados Produtores Agrários!

A cerimónia de lançamento oficial da campanha agrária 2015–2016, que tem como lema “Pela Produtividade Agrária, Segurança Alimentar, Nutricional e Geração de Riqueza”, é um marco de referência para assinalar a importância e o nosso compromisso com a agricultura.

É momento em que todos devemos estar claros sobre o que vamos produzir, como iremos produzir, quando produzir, que quantidades produzir, para quê produzir. Um momento para prever a época.

Todos devemos, com antecedência, saber onde iremos comercializar, que insumos estão disponíveis, quanto iremos ganhar com a produção.

Distintos Agricultores Moçambicanos!

Queremos que a agricultura, deixe de significar uma actividade de elevado risco. A agricultura deve ser parte importante da solução para o fortalecimento da nossa economia.

Temos que assegurar comida para todos. Temos que produzir renda para as famílias, temos que garantir matérias primas para a indústria nacional, temos que aumentar exportações.

Queremos que mais jovens e mulheres participem na agricultura e no agro-negócio, elevando a produtividade e que possam explorar, no máximo, a cadeia de valor no sector da agricultura.

Diversos produtos, que observamos durante a visita à feira agro-pecuária, a demonstração de inseminação de bovinos, a exposição fotográfica e as exposições do uso de novas técnicas de produção, são elementos que nos devem encorajar para acreditar que a Campanha 2015/2016 será melhor que as anteriores.

Caros Compatriotas!

Queremos felicitar a todos os premiados, entre eles os melhores produtores nacionais, melhor jovem produtor, melhor mulher produtora, aos melhores produtores de caju, algodão e de avicultura, aos melhores extensionistas, ao melhor investigador e aos melhores jornalistas (nas categorias de televisão, rádio e imprensa escrita).

Que continuem a servir de referência para outros actores pela dedicação, excelência no desempenho e entrega a causa do combate à fome e a pobreza em Moçambique.

Antes de terminar a nossa mensagem de apelo para uma época agrícola mais intensa e de muito empenho, somos todos chamados a envidar esforços convista a:

- (i) Garantir a auto-suficiência alimentar;
- (ii) Promover a modernização de pequenos agricultores, o aumento das suas áreas de cultivo, aumento da produção e da produtividade e assegurar a comercialização dos seus produtos;
- (iii) Motivar, encorajar e empoderar os agricultores nacionais para média e grande escala, incluindo os recém graduados das nossas escolas básicas agrárias e de institutos;
- (iv) Incentivar os investimentos nacionais e estrangeiros directos para o sector agrícola e do agro-processamento, de modo a aumentar o volume das exportações;
- (v) Construir a confiança e atrair bancos e outras instituições financeiras para apoiar iniciativas no sector de agricultura.

Encorajamos o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar nos esforços que desenvolve na criação de capacidades através de investigação, na expansão da agricultura por irrigação, o uso de extensionistas na promoção da agricultura mecanizada e na diversificação de culturas.

O Governo continuará a desenvolver as infraestruturas de suporte como é o caso de estradas, pontes, energia, silos, ferrovias de modo a sustentar a actividade agrícola.

Assim, conforme o slogan do logo tipo que diz: Moçambique criando riqueza e a pensar num Moçambique livre da fome e da desnutrição. DECLARO LANÇADA A CAMPANHA AGRÁRIA 2015/16 EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

Muito Obrigado, pela Atenção que me foi Dispensada!

Bandeze, 30 de Outubro de 2015



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E
RELIGIOSOS

IIIª CONFERÊNCIA NACIONAL RELIGIOSA "Contribuição das Confissões Religiosas na Manutenção da Paz em Moçambique"

Quelimane, 08 de Setembro de 2015

III CONFERÊNCIA NACIONAL RELIGIOSA

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
por ocasião da abertura da III
Conferência Nacional Religiosa
Quelimane, 8 de Setembro de 2015

III CONFERÊNCIA NACIONAL RELIGIOSA

Senhor Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos,

Senhor Governador da Província da Zambézia,

Senhor Presidente do Município da Cidade de Quelimane,

Reverendíssimos Líderes Religiosos,

Caros convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Permitam-me que, em nome do Governo da República de Moçambique e em meu nome pessoal, agradeça o convite que nos foi formulado e enderece as mais calorosas saudações a todos os presentes nesta III Conferência Nacional Religiosa.

Saudamos, em particular, os líderes religiosos que vieram de todas as províncias para participar neste evento que se reúne sob o lema: "Contribuição das Confissões Religiosas na Manutenção da Paz em Moçambique", reforçando a nossa parceria enquanto actores da construção da moçambicanidade.

Não poderia deixar de saudar e agradecer o Governo da Zambézia, o Município de Quelimane e a população desta urbe que nos acolheu, de forma calorosa e fraterna. Sentimo-nos em casa!.

Minhas senhoras e meus senhores,

Caros líderes religiosos,

Com a III Conferência Nacional Religiosa, que hoje tem lugar, consolidamos uma marcha iniciada em 2013. As Conferências Nacionais Religiosas têm vindo

a assumir-se como um dos mecanismos de materialização do desiderato constitucional que postula a necessidade de uma articulação permanente entre o Estado, as confissões religiosas e demais forças vivas da sociedade na construção de uma Nação forte, coesa e solidária.

É através de espaços como este, que os vários actores sociais, nas suas especificidades, debatem e refletem sobre assuntos de reconhecida importância para o desenvolvimento nacional. Esta é uma das formas concretas para a implementação do modelo de governação inclusiva e participativa, que definimos.

Reverendíssimos líderes religiosos,

Minhas senhoras e meus senhores,

A nossa Constituição da República consagra a laicidade do Estado, o que determina uma separação entre o Estado e as confissões religiosas. São estes os pressupostos que informam o bom relacionamento entre o nosso Estado e as confissões religiosas.

Moçambique conta com um número significativo de confissões religiosas que, isolada ou conjuntamente, desenvolvem acções que contribuem para a melhoria do bem-estar moral e material dos moçambicanos.

Aproveito este momento para enaltecer o papel central que as confissões religiosas desempenham na vida dos indivíduos e da comunidade e na construção de uma sociedade edificada sobre sólidas bases morais.

Caros convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

O nosso Governo tem constatado, com muita satisfação, a convivência pacífica e harmoniosa no seio e entre as confissões religiosas. Estes exemplos de respeito, concórdia e tolerância devem inspirar as famílias, as comunidades e toda Nação Moçambicana.

O trabalho das confissões religiosas é fundamental para a harmonia social e constitui um complemento às acções do Estado, pois a definição dos destinos da Nação não está apenas reservada ao Executivo. Todas as forças vivas da sociedade são parceiras do Governo na implementação do projecto de construção da Nação. Nesta parceria, as confissões religiosas destacam-se pela sua vocação moral.

Apesar de a nossa Nação ter já quarenta anos, inúmeros são ainda os desafios que temos de enfrentar.

Caros participantes,

Minhas senhoras e meus senhores,

Dentro do espírito de colaboração que deve nortear as nossas relações, é nossa expectativa que as confissões religiosas continuem a assumir as suas responsabilidades no processo de desenvolvimento do nosso país.

Um dos principais desafios da nossa governação é a educação e a formação técnico profissional.

Preocupa-nos saber que ainda há crianças no nosso país que não têm acesso à educação; inquieta-nos a constatação de que muitos dos estudantes que terminam o ensino secundário, embora tenham conhecimentos científicos adequados ao nível alcançado, não estão capacitados para o saber fazer; angustia-nos reconhecer que ainda são poucos os jovens preparados para o auto-emprego. Estes exemplos ilustram alguns dos desafios que o país enfrenta e que podemos superar conjuntamente.

Outra preocupação premente tem a ver com a nossa saúde pessoal e colectiva. Continuamos a despende enormes esforços na medicina curativa, ao invés de investirmos na prevenção de doenças. Várias das doenças comuns, como a malária, a cólera, as diarreias, o HIV-SIDA, entre outras, são possíveis de evitar. Basta que todos nós, de forma consciente, adoptemos simples medidas comportamentais e de higiene pessoal e colectiva.

Queremos encorajar as confissões religiosas a manter as suas tradições seculares de veículos de transmissão de conhecimentos, para educar e capacitar as nossas populações na medicina preventiva, poupando assim valiosas vidas humanas.

Estamos certos de que, com o vosso envolvimento, o Governo responderá, com sucesso, aos desafios que lhe são impostos.

Reverendíssimos líderes religiosos,

Estimados participantes,

No acto da minha tomada de posse, afirmei que tudo faria para que a Paz reinasse em Moçambique. Foi uma promessa pública que tenho feito por materializar.

Fizemos esta promessa, porque estamos cientes e conscientes de que estes são os valores mais nobres da nossa Nação, sem os quais, Moçambique deixa de existir, tal como hoje o conhecemos.

Tenho dito e reiterado, que a Paz é muito mais do que a ausência de guerra. A Paz significa, também, viver em harmonia, respeitando o próximo na sua individualidade, ainda que não partilhemos das suas opiniões.

A Paz pressupõe uma conciliação de ideias e não necessariamente a aceitação pura e incondicional de uma ideia. A Paz requer paciência, tolerância e generosidade. Só é possível alcançarmos e mantermos a Paz, se houver da parte de todos nós uma verdadeira nobreza de espírito e de carácter. A Paz só se alcança se formos capaz de ouvir o outro sem pré condições, o que nos faz afirmar, com certeza, de que a Paz está ao nosso alcance.

Nos últimos dias, desdobramo-nos em contactos para viabilizar mais um encontro com a liderança da Renamo. Embora o encontro ainda não tenha ocorrido, por razões que são do conhecimento público, reiteramos a nossa disponibilidade para o mesmo.

O nosso compromisso com a Paz, a nossa fé e a nossa paciência recomendam-nos que aguardemos como fizemos em ocasiões anteriores. Temos certeza que o nosso irmão também almeja a Paz, o que nos dá a esperança de que ele também, tudo fará para que os moçambicanos possam beneficiar deste dom precioso.

Não há razão para derrarmos mais sangue dos moçambicanos. Conhecemos essa experiência e sabemos o quanto é cara. Por isso, ontem afirmamos que ninguém dentre os moçambicanos, incluindo o Presidente da República, terá razão enquanto o país não viver a Paz efectiva.

Caros participantes,

Minhas senhoras e meus senhores,

Ao escolherem como lema desta III Conferência, "Contribuição das Confissões Religiosas na Manutenção da Paz em Moçambique ", as confissões religiosas não só se juntam aos vários esforços em prol da Paz, como cristalizam o compromisso que sempre manifestaram em prol desse valor supremo.

Este lema vai de encontro à preocupação que todos nós, cidadãos moçambicanos e do mundo, temos na manutenção da paz.

A Paz é o que as religiões do nosso país nos ensinam. São diferentes mas não conflituam.

Estamos certos de que aproveitarão esta ocasião para discutir que contributo adicional cada uma das confissões religiosas e seus crentes, pode dar pela Paz e pela Unidade Nacional.

A manutenção e consolidação da Paz não são responsabilidades exclusivas do Estado e do Governo. Cada cidadão, no seu dia-a-dia, pode e deve dar o seu contributo para que todos possamos usufruir da Paz.

Nestemomento, em que todas as nossas atenções estão viradas para o resgatar da nossa Paz, Moçambique precisa da entrega e determinação de todos os seus filhos, para juntos continuarmos a construir esta Pátria que a todos pertence.

As nossas diferenças políticas, raciais, linguísticas, religiosas ou étnicas são e devem continuar a ser, um elemento aglutinador e enriquecedor da nossa moçambicanidade. É como irmãos que devemos abordar cada uma das nossas diferenças e encontrar as soluções que beneficiam Moçambique e os moçambicanos.

Reverendíssimos Líderes Religiosos

Minhas Senhoras e meus Senhores

Os temas escolhidos para este evento corporizam aquela que é a agenda e preocupação de todos os moçambicanos. Felicito-vos, pois, pela pertinência dos temas escolhidos e reitero o nosso reconhecimento por este empenho genuíno.

É nossa expectativa que esta conferência, tal como as anteriores, traga contribuições valiosas para a manutenção e consolidação da paz em Moçambique. Esperamos que identifiquem os desafios que o processo transporta, bem como as oportunidades que ainda podem ser exploradas de modo a que, jamais, irmãos voltem a derramar o seu precioso sangue no nosso solo pátrio.

Como Governo, estamos cientes dos desafios que as confissões religiosas enfrentam e tudo faremos para facilitar o seu trabalho. Continuaremos a solidificar a plataforma de diálogo permanente e regular com as religiões.

Vamos juntos identificar os obstáculos que emperram o percurso das actividades de cada uma das partes. Continuaremos a criar as condições necessárias para que as confissões religiosas continuem a dar a sua contribuição no apoio à cada vez mais famílias e comunidades, em particular às mais vulneráveis.

Na certeza de que os debates serão produtivos e que este evento nos traga subsídios valiosos para o processo de paz, endereço votos de muito bom trabalho a todos os participantes.

Com estas palavras, declaro aberta a III Conferência Nacional Religiosa.

Muito Obrigado!



A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA PATRIÓTICA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do culto de Acção de Graças na Igreja Presbiteriana de Moçambique, Paróquia de Khovo Maputo, 13 de Setembro de 2015

A CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA PATRIÓTICA

Senhor Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo,

Reverendo Marcos Macamo, Secretário Geral do Conselho Cristão de Moçambique

Reverendo Obede Baloi, Presidente do Conselho Sinodal da Igreja Presbiteriana,

Digníssimos Pastores,

Caros convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Para começar, ndzikombela a 182 ka tinsimu ta vakriste, verso 6...

“ Ndri djula ku fanana na Yesu, Mbilwini yanga, mbilwini yanga; Ndri djula ku fanana na Yesu, mbilwini yanga”

Khanimambo!

Quero expressar a minha grande satisfação pela oportunidade que me é concedida de juntar-me, mais uma vez, aos crentes da Igreja Presbiteriana de Moçambique, neste momento de Acção de Graças, uma das principais celebrações litúrgicas.

Quero, através deste pódio, saudar o Povo moçambicano ao longo de todo território nacional.

Saúdo aos que crêem em Deus e com a vossa permissão dirijo uma saudação especial aos irmãos da Arquidiocese de Maputo que celebra este ano o seu Jubileu – 75 anos de existência.

Caríssimos irmãos!

A 13 de Julho de 2014, durante o sínodo pastoral em Chicumbane, na Província de Gaza, recebemos a bênção desta Comunidade Presbiteriana.

Naquela celebração de Chicumbane eu, candidato na altura, dirigi a mensagem de Paz aos moçambicanos.

Escolhi para iluminar o nosso caminho o livro de Salmos, capítulo 34, versículo 14, que profere “ Aparta-te do mal e pratica o que é bom, procura a paz e empenha-te por alcançá-la.”

Reverendíssimos Pastores,

Caros Irmãos,

Aceitamos participar nesta missa de Acção de Graças, porque reconhecemos e continuaremos a enaltecer um dos valores mais nobres que o ser humano é chamado a cultivar: a gratidão.

A gratidão permite-nos reconhecer os benefícios que nos foram concedidos; permite-nos, igualmente, agradecer os esforços que alguém fez por nós, às vezes, com muito sacrifício. Esse reconhecimento chama-nos, igualmente, a dar sempre o melhor de nós, sem esperar algo em troca.

Por isso, queremos saudar o tema escolhido para esta celebração, que tem como base o Salmo 116:12 e questiona “O que darei ao senhor por todos os benefícios que me tem feito?”

Este Salmo resume a pergunta que todos nós, cidadãos desta Pátria, somos chamados a responder todos os dias, ou seja, qual é a contribuição que cada cidadão moçambicano pode dar para melhorar a sua vida pessoal e familiar e, assim, contribuir para o bem estar de todos os moçambicanos e de Moçambique?!

O que cada um de nós pode dar para que haja tranquilidade efectiva em Moçambique?!

Quando a Igreja Presbiteriana de Moçambique foi fundada em 1887, por filhos da nossa terra, então emigrantes na região do Transval, o que se pretendia não era apenas evangelizar. Era sim, através da evangelização, inculcar nos crentes o amor a si mesmos, ao próximo e à Deus e através deste processo criar oportunidades para que os moçambicanos que não falavam a língua portuguesa tivessem acesso à educação formal que lhes era negada pelas autoridades coloniais.

Para responder a esse desiderato, a Igreja Presbiteriana organizou-se, com ajuda de missionários suíços, daí a designação de Missão Suíça pela qual é conhecida. Assim, criou programas educacionais na língua tsonga, que contribuíram para suprir as imensas necessidades educacionais dos cidadãos moçambicanos.

Ao proceder desta forma, a Igreja respondeu aos desafios que a sociedade enfrentava naquela época.

Com esta contribuição, que parecia singela, a Igreja desenvolveu nos seus crentes o sentido crítico, permitindo que analisassem o mundo à sua volta, com particular destaque ao que acontecia no nosso solo pátrio, então sob o jugo colonial.

Foi no contexto do processo de evangelização associado à educação, que o sentimento nacionalista, já existente, desabrochou por completo, conduzindo os moçambicanos, alguns dos quais são filhos desta Igreja, a enfrentarem o sistema colonial.

Eduardo Mondlane, arquitecto da nação moçambicana e outros patriotas, como o pastor Zedequias Manganhela, primeiro Presidente do Conselho Sinodal, o ancião José Sidumo e tantos outros anónimos, sofreram nas mãos do regime colonial e pagaram com a própria vida a defesa dos ideais de construção da Nação Moçambicana.

Caríssimos irmãos,

Minhas senhoras e meus senhores,

Este é o momento, no nosso País, em que a fé colectiva deve vencer o mal e transformar o ódio e a desconfiança em carinho e confiança mútua.

O nosso país tem várias potencialidades, a mais rica das quais é o seu Povo, na sua diversidade.

A luta por uma identidade, que foi o mote das batalhas travadas contra o colonialismo, deve continuar a inspirar-nos enquanto Nação.

Os moçambicanos devem orgulhar-se da sua identidade e tudo fazer para a preservar, conscientes de que as nossas diferenças nos tornam mais ricos e consolidam a nossa moçambicanidade. Como moçambicanos devemos privilegiar todas as acções que visem cimentar os laços que nos unem como Povo e como Nação.

É cimentando a nossa identidade que nos tornaremos sujeitos e não objectos da História. A construção da nossa identidade envolve pequenos grandes gestos, que reforçam a convicção de que o nosso futuro depende de nós.

O momento em que vos falo é particularmente feliz, pois realizámos, há poucos dias, a III Conferência Nacional Religiosa, em que se debateu o Papel das Confissões Religiosas na Manutenção da Paz.

As contribuições apresentadas pelas confissões religiosas são válidas e serão objecto da nossa atenção.

Agradecemos pelo vosso empenho e contamos com os vossos conselhos e a vossa colaboração, bem como de todas as forças vivas da sociedade, para juntos continuarmos a trilhar os caminhos que nos levam à uma verdadeira harmonia social.

Fazemos votos para que os valores que inspiram e inspiraram esta Igreja, pelos quais muitos se sacrificaram, prevaleçam e sirvam de farol, para que todos nós e as gerações vindouras, nunca nos desviemos do caminho traçado, rumo à uma sociedade mais justa, mais harmoniosa e mais próspera, onde cada moçambicano se sinta parte da Nação Moçambicana e por ela esteja disposto aos maiores sacrifícios.

Caros irmãos,

Permitam-me que termine a minha intervenção como o fiz em Chicumbane, citando o livro de Isaías, capítulo 40, versículo 31: “ Os que esperam no Senhor renovarão as suas forças, subirão com asas como águias. Correrão e não se cansarão. Caminharão e não se fatigarão...” Fim de citação.

Muito obrigado, pela atenção que me dispensaram!



**PAZE
DESENVOLVIMENTO
CONTRIBUIÇÃO
DA IGREJA PARA O
DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
por ocasião do culto religioso no
Cenáculo Maior da Igreja Universal
do Reino de Deus
Maputo, 23 de Agosto de 2015

PAZ E DESENVOLVIMENTO CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Reverendo Bispo João Leite, Líder Espiritual em África para os Países de Expressão Portuguesa,

Senhor Presidente da Igreja Universal do Reino de Deus,

Senhor Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos,

Senhora Governadora da Cidade de Maputo,

Senhor Presidente do Município de Maputo,

Reverendíssimos Prelados,

Caros Pastores e obreiros da Igreja Universal do Reino de Deus,

Minhas senhoras e meus senhores.

Permitam-me iniciar, citando o Salmo 122-1 "Alegrei-me quando me disseram: Vamos à casa do Senhor". Fim de citação

Foi com muita satisfação que recebemos o convite que nos foi endereçado para participar neste culto dominical.

É uma grande honra e bênção estar neste Cenáculo Maior com os crentes desta comunidade religiosa para, com milhares de cidadãos, reflectirmos e celebrarmos a Paz, um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento almejado por todos os moçambicanos.

Caros Irmãos,

Quero, antes de tudo, agradecer do fundo do meu coração o apoio e encorajamento recebido pela Igreja Universal do Reino de Deus, que culminou com a nossa eleição, que hoje nos permite, juntamente convosco, dar a nossa humilde contribuição na governação do nosso País.

Depois da visita guiada ao edifício que alberga a sede da Igreja, ficamos agradavelmente impressionados com o investimento que a Igreja está a realizar no capital humano, através do Centro de Formação Profissional, permitindo que vários cidadãos recebam formação profissional específica, a título gratuito.

Com a formação aqui obtida, estes cidadãos poderão competir no mercado de emprego, ou até auto-empregar-se.

Este é um exemplo concreto que deve ser replicado em todos os sectores da nossa sociedade. É também com pequenas e grandes contribuições como esta que, "pedra a pedra", construímos o nosso Moçambique.

Só com uma visão clara, muito labor e tenacidade é possível construir uma história de sucesso. A vossa obra resulta desses predicados que devem servir de inspiração à vida de cada um de nós.

Caros irmãos,

O nosso país é um Estado laico, cuja filosofia assenta na separação entre o Estado e as confissões religiosas. Apesar dessa laicidade, existe um relacionamento são e frutuoso entre o Estado e as confissões religiosas, que têm sido reconhecidas como parceiros privilegiados na implementação das políticas públicas, particularmente, na área social.

Cientes do papel que estas têm desempenhado para a promoção de um clima de paz, bem-estar espiritual e material dos cidadãos e desenvolvimento económico e social do país, criamos o Minitério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, para dedicar-se, de forma expressa, também às confissões religiosas, tendo presente a separação entre o Estado e as confissões religiosas.

A liberdade religiosa pressupõe o respeito pelo direito que cada cidadão tem de professar, ou não, uma religião.

A convivência entre religiões é um valor que os moçambicanos tem sabido elevar bem alto com particular destaque para a experiência que os líderes religiosos moçambicanos têm emprestado aos processos de pacificação do país, com resultados bastante positivos.

Não poderíamos desperdiçar esta oportunidade sem endereçar uma palavra de saudação e reconhecimento ao empenho das lideranças religiosas na busca incansável da Paz.

Minhas senhoras e meus senhores,

A nossa governação incide sobre cinco prioridades consolidadas por três pilares de suporte. Gostaríamos de atrair a vossa atenção para as duas primeiras prioridades, particularmente, no que se refere à consolidação da Unidade Nacional, Paz e Soberania e o Desenvolvimento do Capital Humano e Social.

A Paz é uma condição e um meio para a garantia da estabilidade política, social e económica. Com a Paz e em Paz, as nossas energias são encaminhadas para a promoção do desenvolvimento que nos conduzirá ao bem-estar espiritual e material.

Com a Paz, cada um dos cidadãos moçambicanos concentrar-se-á na satisfação das suas necessidades individuais e colectivas, sem receios de qualquer ordem.

Em Paz, todos estaremos preocupados em fazer mais e melhor para o nosso País e para o nosso Povo.

O desempenho socio-económico de qualquer nação, depende da qualidade dos seus quadros. Essa qualidade é construída e alicerçada em diferentes factores com destaque para a educação, saúde, provisão de serviços básicos, equidade de género e a protecção dos grupos sociais mais vulneráveis.

Ao definirmos como segunda prioridade da nossa governação o desenvolvimento do capital humano, pretendemos que todos os sectores da sociedade moçambicana invistam naquele que é o seu principal activo: o Homem.

Esse investimento deve conduzir-nos a melhorar o acesso à educação, aos cuidados de saúde, abastecimento de água, saneamento, habitação, segurança alimentar e nutricional, ao conhecimento e aos recursos naturais.

Ao apostarmos na provisão destes serviços básicos, estaremos a criar as condições para que os moçambicanos adquiram às necessárias competências para serem verdadeiros responsáveis pela mudança das suas condições de vida e produtores de riqueza para si, a família, a comunidade e para o país em geral.

O bem-estar espiritual deve ser complementado pelo bem-estar material e, este último, só se alcança com trabalho e dedicação.

Caros irmãos,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Moçambique orgulha-se de ser uma Nação com uma enorme diversidade cultural, linguística, étnica e religiosa, entre outras. As diferenças existentes no nosso País, são um elemento enriquecedor da nossa cidadania.

Convivendo com as diferenças, aprendemos a respeitar e a valorizar o outro, enriquecemos a nossa maneira de ser e de estar, sabendo que as diferenças complementam o nosso tecido social, tornando-o mais colorido.

As diferenças, quaisquer que sejam, devem ser vistas como um factor de inclusão e não de exclusão. Neste sentido, e tal como o fizemos em ocasiões anteriores, reiteramos o nosso compromisso de continuar a trabalhar com todas as forças vivas da sociedade moçambicana por forma a consolidar a Unidade Nacional, que só faz sentido se as nossas acções forem inclusivas, abrangendo todos os segmentos da sociedade, tal como a nossa bandeira multicolor que a todos identifica e orgulha.

Reverendíssimos prelados,

Caros participantes a esta celebração,

Hoje vivemos um momento ímpar, que nos deu inspiração e a força necessária para enfrentar os desafios que se aproximam. Como crente que também sou, fui alimentado pela Palavra do Senhor e sinto-me revigorado.

Não posso, por isso, sair deste Cenáculo sem deixar registada a imensa emoção que me envolveu ao ouvir os cânticos entoados pelas belas vozes do Coral da Universal e a oração proferida pelo Bispo João Leite.

A todos vós e ao Pastor José Guerra, Presidente da Igreja Universal do Reino de Deus, vão as minhas palavras de apreço e de encorajamento.

Permitam-me que, a partir deste nobre pódio, dirija a mensagem de Paz aos moçambicanos.

Uma mensagem que parte deste espaço santificado, onde a Paz se torna a base da congregação. Deste pódio estamos em contacto com a verdadeira lição de amor e reconciliação.

Este é o momento em que, no nosso País, a fé colectiva deve vencer o mal e transformar o ódio e a desconfiança em carinho e confiança mútua.

É esta mesma fé que deve continuamente manter-nos unidos como esta igreja coesa, solidária e unida.

Mais uma vez, muito obrigado pelo convite. Prossigam com o excelente trabalho que vêm realizando e que tem iluminado várias vidas.

Continuem a contribuir para a consolidação da Paz em Moçambique e em todo mundo.

A terminar, desejo a todos os crentes e demais convidados, boa saúde e que a Paz prevaleça em cada um de nós e no nosso país.

Pela atenção dispensada, o meu MUITO OBRIGADO!



FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE UM INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi,
Presidente da República de
Moçambique, por ocasião
do lançamento da Fundação
para a Conservação da
Biodiversidade (BIOFUND)
Maputo, 10 de Junho de 2015

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE UM INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM MOÇAMBIQUE

Senhor Ministro da Terra , Ambiente e Desenvolvimento Rural,

**Senhor Presidente da Assembleia Geral do Fundo para Conservação da Biodiversidade–
BIOFUND,**

**Senhor Presidente do Conselho Fiscal do Fundo para Conservação da Biodiversidade–
BIOFUND,**

Senhor Director Executivo do Fundo para Conservação da Biodiversidade–BIOFUND,

Magnífico Reitor da UEM,

Senhores Membros do Corpo Diplomático,

Senhor Representante do Banco Mundial,

**Senhores representantes de organizações Nacionais e Internacionais de Conservação
da Natureza,**

Senhores representantes das organizações da sociedade civil,

Minhas Senhoras e meus senhores,

É com elevada honra e satisfação que recebi e aceitei o convite para dirigir o acto de lançamento do Fundo para a Conservação da Biodiversidade–BIOFUND, que é efectivamente um dos instrumentos financeiros para a viabilização da nossa política de conservação.

É entidade de direito privado, cujo objectivo e acções devem ser exclusivamente de interesse público.

A BIOFUND que constitui parceria com a ANAC, Administração Nacional das Áreas de Conservação, se torna uma entidade de consenso, por ser resultado do esforço conjugado da sociedade civil, do Governo e de um grupo de parceiros internacionais no domínio da Conservação.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Persiste entre nós uma visão equívoca que antagoniza os assuntos da Natureza e os assuntos do Homem e do bem-estar social. Essa divisão resulta de um mal entendido: na verdade, não pode haver bem-estar social, se não existir um património Natural bem gerido e bem cuidado.

Desde o primeiro dia da nossa actividade activa, dissemos que a política do nosso governo estaria sempre centrada no Homem. Como também, claramente, projectamos no nosso Programa Quinquenal do Governo 2015- 2019, a quinta prioridade, cuja posição de contagem não deve ser entendida como amenos importante, que preconiza a necessidade duma gestão sustentável e transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente.

Quando proclamamos esse princípio estávamos convictos de que apenas uma visão abrangente e integrada pode conseguir equilíbrios entre o progresso económico e a preservação da nossa Fauna e da nossa Flora.

Sabíamos, desde o início, que não há contradição entre tratar de pessoas, cuidar dos animais bravios e da vegetação natural. Uma boa governação trata, em simultâneo, das pessoas e da Natureza.

Em nome dessa falsa contradição, o nosso património natural tem sido objecto de agressões e maus tratos. Temos que corrigir esta situação. Se o mau uso da nossa fauna e da nossa floresta persistirem, corremos o risco de comprometer o nosso futuro.

O abate indiscriminado das nossas árvores e as actuais tendências de caça furtiva são crimes contra os quais devemos actuar com toda a energia. Essa luta deve trazer resultados urgentes e visíveis. Mas não se trata apenas de agir do ponto de vista do controle e da fiscalização.

É preciso ter estratégias de gestão e uma visão clara para aplicação dessas estratégias.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

No Programa Quinquenal do nosso Governo, como anteriormente o dissemos, foi atribuída importância central à conservação da Natureza. A palavra “conservação” pode sugerir uma ideia limitada de protecção.

Na verdade não basta proteger. O melhor meio de conservar ou de proteger é usar correctamente esses recursos, sem causar danos aos sistemas naturais que suportam a nossa vida quotidiana. É preciso conservar, gerindo bem. Não há, pois, conflito entre economia e conservação ambiental.

Cabe-nos apenas gerir bem um património que é mãe de todas as nossas riquezas. Um património que é a garantia de um futuro sustentável para as novas gerações.

O nosso país pode-se orgulhar de possuir uma extensa área dedicada à conservação e ocupada por parques e reservas naturais.

Estas áreas não são apenas destinadas à conservação de espécies e de ecossistemas. Elas são parte da nossa integridade como nação que cresce de forma equilibrada. Por isso, as áreas de conservação também devem ser geridas como um potencial económico. Devem ser capazes de gerar receitas para as comunidades locais e para a economia nacional.

Para o nosso governo, promover a conservação e criar bons mecanismos de gestão dos recursos naturais constitui uma prioridade. Essa luta é uma causa nacional.

Foi assim que, no quadro do recém-criado Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, criamos a Agência Nacional de Áreas de conservação (ANAC). É imperioso que esse organismo seja dotado de recursos necessários para realizar a sua missão.

É exactamente por isso que nos encontramos aqui, hoje. Para juntos celebrarmos o lançamento de um instrumento importante na realização da nossa política de conservação, a BIOFUND.

Caros convidados,

A BIOFUND tem por objectivo principal a criação de condições de sustentabilidade para a gestão do nosso sistema de áreas de conservação.

Este Fundo implementará, em Moçambique, as boas práticas e as experiências de sucesso que foram acontecendo em vários países do mundo.

A BIOFUND actuará, certamente, de acordo com a atitude que tanto encorajamos e que consiste em escutar todas as partes envolvidas e definir, de forma harmonizada e consensual, as suas linhas de intervenção.

Só assim, esta nova instituição poderá ter o prestígio e a credibilidade que lhe permitirão angariar e gerir fundos de apoio às acções destinadas à conservação da Terra e dos seus recursos naturais.

Já dissemos que não existe conflito entre conservação natural e desenvolvimento humano. Mas essa harmonia de intenções obriga a que os nossos parques e as nossas reservas naturais cumpram a missão de servir a sua própria sustentabilidade e a sustentabilidade da nossa nação em crescimento.

Por todas estas razões, saudamos esta iniciativa e reafirmamos o nosso empenho em fornecer todo o apoio e estímulo para que a BIOFUND cresça e se consolide.

Registamos e agradecemos o apoio firme dos nossos parceiros na área da conservação, que acompanharam e acarinharam a criação deste Fundo.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Constater, com satisfação, que o programa do lançamento da BIOFUND inclui um simpósio em que o tema geral é a conservação como pilar do desenvolvimento. Esse tema corresponde à visão inclusiva e abrangente que aqui já fizemos referência.

Gostaríamos de recomendar aos organizadores deste simpósio que as reflexões e deliberações tenham a mais ampla divulgação na nossa sociedade.

Queremos, igualmente, saudar a escolha da nossa maior universidade pública como palco deste debate. Essa escolha poderá, certamente, ajudar a integrar este tema no processo formativo dos nossos futuros quadros.

O êxito de uma política nacional de conservação depende sobretudo de uma mudança de atitude e de mentalidade. Felizmente, temos hoje experiências concretas que demonstram que não há contradição entre desenvolvimento e conservação.

Esse é, por exemplo, o caso do Parque da Gorongosa que constitui hoje o segundo maior empregador da Província de Sofala.

Temos ainda o caso da Reserva de Marromeu onde a actividade turística está a inverter a tendência de caça furtiva e teremos mais casos de sucesso.

Todas as nossas áreas de conservação devem ser casos de sucesso e que sirvam de prova prática de que conservar a Natureza e promover Desenvolvimento são uma única coisa e é sobretudo a nível da base, nas comunidades locais, que é importante tornar claro que o homem está sempre no centro das nossas preocupações.

Saúdo o esforço feito pelos quadros deste sector que, em condições difíceis, souberam cuidar do património das nossas áreas de conservação.

Quero enaltecer o quanto já foi feito para integrar nesta batalha as comunidades que vivem dentro ou na vizinhança das áreas de conservação.

Temos que ter presente que foram aquelas populações, talvez as mais pobres do país, quem, durante séculos, souberam cuidar desse património de que hoje tanto nos orgulhamos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Compete-nos estar atentos e contra a visão de desenvolvimento que apenas busca lucros e vantagens imediatas.

Compete-nos ainda resistir ao discurso de quem considera que a Natureza se deve subjugar cegamente às necessidades do progresso económico. Moçambique não será Moçambique se perder o seu património natural.

Moçambique será menos Moçambique se olharmos passivamente para o abate ilegal de floresta e fauna e seremos menos Moçambique se não formos capazes de combater as queimadas descontroladas.

Devemos promover acções efectivas de repressão contra estes crimes. Devemos priorizar o combate à caça furtiva e às redes de tráfico de marfim, pontas de rinoceronte ou madeiras ilegais.

Estamos a coordenar acções com os países vizinhos e com as organizações internacionais nossas parceiras para combater estas práticas criminosas.

Devemos entender que este crime não é apenas contra a nossa fauna e a nossa flora. É um crime contra a nossa economia. É um crime contra a riqueza que pertence a todos nós.

A batalha será dura, mas temos boas perspectivas, dado o envolvimento da comunidade internacional, incluindo as autoridades dos países destinatários deste tráfico ilegal. Todavia, estamos cientes de que o êxito de todo este esforço não depende apenas de uma abordagem policial.

O envolvimento da população e a procura de meios alternativos de sobrevivência são duas condições vitais para vencermos esta batalha.

Não existe uma boa política de conservação que não comece na prioridade a dar ao desenvolvimento humano das populações das áreas protegidas. Essas populações, motivadas e mobilizadas, serão os melhores fiscais e defensores da nossa biodiversidade.

Caros Convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Ao lançarmos o novo ciclo de governação, estimulamos a criação de parcerias entre o governo, organizações privadas e organizações da sociedade civil. Dissemos que essas parcerias deveriam fazer surgir formas criativas e inovadoras para superarmos os nossos desafios.

A parceria entre o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e as organizações de conservação nacionais e internacionais responde a este nosso apelo. Mais um compromisso, um desejo realizado.

Com o lançamento da BIOFUND damos mais um passo decisivo na promoção de um desenvolvimento sustentável.

Quero terminar, redobrando o compromisso do meu governo de tudo fazer para uma gestão eficiente e transparente dos resultados das aplicações financeiras que o Fundo for capaz de angariar e de gerar.

Fazemos votos para que sejam alcançados os objectivos e as metas aqui apresentados de dotação de cem milhões de dólares para os próximos anos.

Acreditamos que, só juntos, poderemos alcançar o nossos objectivos colectivos de construir uma Nação em Paz, desenvolvimento e progresso.

O meu muito Obrigado, pela atenção dispensada!



CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da cerimónia de inauguração do Museu dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique Maputo, 11 de Junho de 2015

CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Senhor Presidente do Conselho de Administração dos CFM,

Senhores Membros do Corpo Diplomático,

Caros Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

É com imensa emoção e satisfação que me associo à inauguração do Museu dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, local que sintetiza a história dos ferro-portuários moçambicanos e não só.

Enquanto fazíamos a visita guiada, fui conversando e revendo rostos de amigos e companheiros afectos a esta casa, hoje renovada para assinalar este momento culminante de um projecto de recuperação, preservação e gestão do vastíssimo património histórico que, como podemos ver, constitui colecções de importância nacional.

Neste lugar, hoje Museológico, narra-se o dia-a-dia dos maquinistas, fogueiros, condutores, factores, capatazes, assentadores de via, revisores, mecânicos, serralheiros, conferentes de carga, cobradores, operadores de máquinas, enfim de todos aqueles que tornaram possível a existência e sobrevivência desta centenária empresa moçambicana – os Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique.

Minhas Senhoras, Meus Senhores;

A história dos CFM é a história de heroicidade dos trabalhadores moçambicanos, daqueles que faziam comboios, enfrentando a morte, dos muitos maquinistas

que saíram para trabalhar e não mais voltaram à casa, de outros tantos que foram feridos, mas o seu sentido de patriotismo não permitiu que a empresa parasse.

São muitos os ferroviários que deram a sua vida e a sua saúde, para que esta empresa não morresse. Hoje nos lembramos da admirável nobreza destes Homens e os homenageamos, com a vénia devida.

Os CFM não são apenas uma base logística para o escoamento de carga, para o trânsito e a mobilidade de pessoas e bens. Constituem um património de valores no contexto da história dos moçambicanos.

Os Caminhos-de-Ferro são uma verdadeira escola de cidadania e de patriotismo. A dimensão social desta empresa é extraordinária. A sua influência é imensa e ultrapassa as suas linhas e os seus portos.

Ela é um repositório de diversas profissões e por ela transitaram grandes profissionais: nas Oficinas Gerais, na Tração, nas Manobras, na Via, no Movimento, nas Estações, nos Terminais Portuários, nos Armazéns e mais.

Os Caminhos-de-Ferro de Moçambique sempre foram, são e serão uma escola de operários de grande valia, mas também de engenheiros: uma escola onde sempre se cultivaram os nobres valores das profissões, do saber fazer, uma escola de trabalho colectivo.

Muitos dos seus profissionais são detentores de um conhecimento empírico único. Nos caminhos-de-ferro e nos portos ninguém faz nada sozinho. Aqui consolida-se o sentido de conjunto.

Do Maquinista ao Factor, do Operário de manobras ao Capataz de Via, do Taxador Comercial ao Conferente de Carga, do Revisor de Material ao Mecânico, ao Electricista, do Assentador de Via ao Serralheiro, há um vasto campo de

saberes que não se podem perder e que, pela experiência e sabedoria que encerram, devem constituir uma escola para o futuro.

Minhas Senhoras, Meus Senhores

A história dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique confunde-se com a nossa história como Povo e como Nação.

A primeira ligação ferroviária, entre a cidade de Lourenço Marques, hoje Maputo, e o Transvaal, na África do Sul, que remonta ao ano de 1895, deu corpo à vocação geo-estratégica de Moçambique, tornando-o num país provedor de serviços.

Este facto decorre da sua extraordinária vantagem comparativa e competitiva, na relação e na ligação dos países do interland ao mar.

São os portos e as linhas férreas moçambicanas que permitem que estes países tenham acesso ao trânsito de mercadorias, tanto de exportação como de importação, dinamizando, por conseguinte, as suas economias e os seus processos sociais.

Foi através dos Caminhos-de-Ferro que, em 1930, surgiu a Camionagem Automóvel, entidade que desempenhou um papel decisivo na penetração ao interior, ligação rodoviária e no provimento dos transportes em Moçambique.

Os Caminhos-de-Ferro estão, ainda, ligados à origem da indústria da aviação civil, através da criação, em meados da década de 30, do século passado, da DETA, a Divisão de Exploração dos Transportes Aéreos, de que as Linhas Aéreas de Moçambique são hoje um digno sucessor.

Minhas senhoras, Meus senhores

Com o advento da nossa Independência Nacional, novos desafios se impuseram. O novo País, que emergiu da saga libertadora do seu Povo, teve que enfrentar os resquícios do colonialismo e do Apartheid.

Cientes da importância geo-política e geo-estratégica do nosso País e do sistema ferro-portuário, em particular, as acções de desestabilização protagonizadas pelo regime rodesiano e pelo Apartheid tiveram consequências directas e imediatas no nosso sistema ferro-portuário.

Destruir os Caminhos-de-Ferro significava partir a espinha dorsal do desenvolvimento de Moçambique e o elemento-chave da nossa afirmação económica e política, social e cultural como País e como Nação.

Para atingir tal objectivo, várias foram as tácticas usadas, desde a sabotagem sistemática das linhas férreas, o boicote às nossas ferrovias, a política de dumping, entre outras. Porém, a tenacidade dos ferroviários que se juntou ao seu Povo, não permitiu que tais objectivos fossem alcançados.

Muito antes do fim da guerra, os Caminhos-de-Ferro de Moçambique, iniciaram a reabilitação de vias destruídas e a transformação e modernização dos seus portos. Neste contexto, foi reabilitada a Linha do Norte, ainda na década 80 e o Porto da Beira e na Linha do Limpopo, nos anos 90.

Hoje vivemos um novo contexto. A empresa e o sector empreenderam uma transformação estrutural, onde operadores privados, nacionais e estrangeiros, dão a sua participação ao sistema.

Existe uma nova dinâmica, impulsionada pelo contexto de um país que cresce em termos económicos e que se agiganta perante os desafios do futuro. Existe uma extraordinária história que tem que ser contada e retratada. Um passado que nos honra e enobrece.

Esse é um capital simbólico que é preciso manter sempre vivo. Temos que projectar o manancial de conhecimento e sabedoria que esta empresa tem e representa para o futuro.

Minhas senhoras, Meus senhores,

O Museu dos Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique, que hoje inauguramos, como um dos dispositivos da inclusão social e de cidadania, simboliza um marco que se distingue na história, pelo facto desta empresa ser pioneira na criação de um museu para retratar e conservar a história dos Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique, sector vital para a economia nacional.

É um testemunho de apreço e dedicação de todos aqueles que ao longo do tempo criaram e desenvolveram esta instituição, que é hoje uma marca, de dimensão internacional.

Este Museu é o depositário de uma das mais nobres histórias do nosso País.

A sua inauguração em pleno mês das comemorações do quadragésimo aniversário da nossa independência orgulha-nos, motiva-nos e reforça o nosso sentimento de amor à Pátria, cimentando os valores da "Unidade Nacional, Paz e Progresso", que constituem o lema desta comemoração.

Em 40 anos de Independência Nacional, fomos construindo a Nação através das ferrovias que nos ligam de lés a lés. Referimo-nos às linhas de Ressano, Limpopo, Goba, os ramais da Machava e Salamanga; as linhas de Xinavane e Marracuene; as antigas linhas de Xai-Xai e de Inhambane; as linhas de Machipanda ou de Sena, a linha de Quelimane - Mocuba ou as Linhas do Norte, do antigo ramal do Lumbo, a linha de Nacala a Lichinga. O ramal de entre Lagos, mas também os estratégicos portos de Nacala, Beira e Maputo, os portos de Mocimboa da Praia, Pemba, Quelimane, Angoche, Inhambane, entre outros.

Minhas Senhoras, Meus Senhores;

Como podemos testemunhar, neste Museu não está apenas depositado o espólio material dos CFM, mas também mora a sua história humana.

Os valores da convivência pacífica e harmoniosa e da solidariedade social mostram-se vividos como uma cultura colectiva, a cultura de todos os moçambicanos.

Os CFM tem um legado importante. Este Museu deve preservá-lo e enriquecê-lo para o futuro. Deve fazê-lo através do seu vasto espólio, da sua história viva, narrada pelos seus trabalhadores, do estudo contínuo e metódico e através das publicações que elevam o seu nome e dignificam esta trajectória exemplar.

Aqui conserva-se o testemunho material e imaterial da vida da empresa e do percurso desta, ao longo de 120 anos.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Como é do conhecimento de todos ou quase todos os presentes nesta cerimónia, foi nos Caminhos-de-Ferro de Moçambique onde iniciei a minha trajectória profissional e me forjei como profissional atento e sempre disponível ao trabalho com dedicação.

Não posso, por isso, deixar de recordar com verdadeira saudade e emoção, as imagens, as conversas, os sonhos e, também, os desencantos com todos aqueles com quem aqui convivi, aos quais muito devo na construção do Homem que hoje sou. Confesso, tenho saudades dos bons momentos na linha ou no porto.

Felicito a todos os que tornaram possível esta obra, pois, ela reúne condições para se tornar num verdadeiro centro de difusão e de conhecimento de uma arte que deverá continuar a desenvolver-se e a contribuir para a educação patriótica dos cidadãos.

Que a história continue a acontecer nos Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique e seja sempre preservada e que sirva de referência.

Para terminar, agradecemos a honra que nos concederam de voltar à nossa casa e à presença de todos, na esperança de que façam deste Museu um instrumento de preservação da nossa História.

Com estas palavras, tenho a honra de declarar oficialmente inaugurado o Museu dos Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique.

Pela atenção dispensada, MUITO OBRIGADO!



**10 ANOS
DO JORNAL “O PAÍS”
SINAL DE MATURIDADE:**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na cerimónia do 10o aniversário do Jornal “O País” do Grupo SOICO
Maputo, 1 de Junho de 2015

10 ANOS DO JORNAL “O PAÍS” SINAL DE MATURIDADE:

Senhor Presidente do Conselho de Administração do Grupo SOICO;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhores Membros do Corpo Diplomático e representantes de Organizações Internacionais;

Senhores Membros do Conselho Superior da Comunicação Social;

Senhores Membros do Conselho de Administração do Grupo Soico;

Senhores representantes dos Órgãos de Comunicação Social;

Senhores Funcionários e Colaboradores do Jornal o País;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

No dia 15 de Janeiro passado, comprometemo-nos a trabalhar com afinco e determinação para o bem-estar dos moçambicanos e promover a melhoria da qualidade das suas vidas, criando mais oportunidades e investindo no capital humano.

Honra-nos esta ocasião, que assinala os 10 anos do jornal o PAÍS, por estarmos a celebrar a liberdade de imprensa, de expressão e do jornalista, que desempenha uma actividade incotornável para a concretização do nosso sonho, do nosso compromisso.

Honra-nos ainda, pelo facto de estarmos a celebrar a liberdade de pensamento, o pluralismo de ideias e o respeito pela diferença na diversidade que os moçambicanos conquistaram, em primeiro lugar, com a Independência Nacional, que dentro de alguns dias vai completar o seu quadragésimo aniversário. O Jornal o País é fruto da independência nacional.

Em segundo lugar, estamos a celebrar a abertura que a Constituição da República de 1990 nos trouxe, uma conquista do nosso povo, com a participação de realce, senão mesmo determinante, dos jornalistas, sendo que alguns dos quais estão aqui presentes.

Todos nós ganhamos com esse pluralismo de ideias, que sustenta a nossa democracia multipartidária. Ganhou o Povo moçambicano!

Ao lado das primeiras iniciativas de jornalismo, feito através de meios e órgãos de comunicação não unicamente do Estado, designadas assim por mim, porque não gosto de dizer Independentes, porque nenhum órgão deve ser profissionalmente dependente, isto pode-se notar a partirda experiência ousada e pioneira da própria mediacoop, que hoje creceu e estamos a falar do Grupo Soico.

Um Grupo que nasceu num País independente e soberano e está a crescer a olhos vistos, num país democrático e em paz, com uma pujança e robustez respeitáveis, pintando ainda mais lindamente, de cores mais diversificadas, a nossa forma de estar na comunicação social.

Incetivamos e acarinhamos iniciativas como esta, porque, como dissemos, alargam, ainda mais, o espectro da abordagem do nosso dia-a-dia, enquanto seres sociais com pensamentos, não necessariamente coincidentes, porque não somos monolíticos.

Os acontecimentos, que corporizam o nosso quotidiano, são díspares e representam, em si, a alavanca para um olhar crítico da nossa própria existência como País, o nome que ostenta o nosso aniversariante que hoje celebra o seu décimo ano de existência.

Estimados funcionários e colaboradores do Jornal o País,**Minhas senhoras e meus senhores,**

Nos últimos dias, temos assistido com justificada satisfação a outras iniciativas de intervenção ainda mais ousadas, como os debates organizados à volta de temas da actualidade.

Aos membros do meu governo, no acto da sua tomada de posse, orientamo-los para encerrar o acesso à informação como um direito de cidadania, consagrado na Constituição da República e na Lei.

Para nós, os diferentes debates constituem uma fase qualitativamente superior do crescimento da comunicação social no nosso país, chamando à si, outras responsabilidades que se enquadram no esforço colectivo de tornar ainda mais transparente, produtiva e competitiva a nossa sociedade.

O Governo acredita que o objectivo dos debates públicos não vai para além do esforço que todos devemos fazer para que a nossa sociedade não se enclausure na ideia errada de que todos pensamos da mesma maneira.

Não devemos ter medo de ideias contrárias, porque elas não são sinónimo de mentiras ou de especulações.

Não devemos pensar numa sociedade artificial em que todos pensam da mesma forma, porque a Natureza não é assim. Pelo contrário, o pensamento diferente é o estrume que alimenta as nossas mentes para que se abram com facilidade para enfrentarmos a realidade objectiva, que nos mostra que não somos proibidos de pensar de forma diferente.

A concórdia, resultante de ideias e pensamentos diferentes, forja o patriotismo, o orgulho de quem aceita ser moçambicano. A concórdia abre o vasto campo para o exercício democrático.

Os dados ao nosso dispor, que não interessa aqui esmiuçar, dizem que em termos de quantidade de órgãos de comunicação social, como país, não somos nem tão pouco pobres.

Foi um passo decisivo dado pelos nossos jornalistas e toda a sociedade que incentivou a criação de mais órgãos de comunicação social, mesmo vivendo dificuldades para a sua sustentabilidade, algumas evitáveis.

Resta-nos vencer a fase seguinte, a da melhoria da sua qualidade.

Devemos procurar a qualidade e a abrangência em relação à nossa extensão territorial, para não correremos o risco de pensar que estamos a representar uma boa franja populacional, apenas pelo número de vezes que a nossa opinião é acolhida em meios urbanos e/ou apenas na capital do nosso país.

Resta-nos a qualidade que reside claramente na diferença.

E o que é diferença na comunicação social?

Ao contrário do que muitos podem estar a pensar, em nossa opinião, a diferença reside no profissionalismo dos seus fazedores. Quer dizer, a diferença está na própria definição da comunicação social: Isenção, factualidade, responsabilidade, transparência, equilíbrio no tratamento dos assuntos noticiosos, entre outros valores que a própria profissão de jornalista obriga.

Na verdade, a diferença reside no informar com responsabilidade, defendendo os valores nobres que os moçambicanos já definiram: a unidade nacional, a paz e reconciliação, a harmonia social, o desenvolvimento, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida.

Caros presentes,

Minhas Senhoras e meu Senhores,

Em alusão ao 10º aniversário do Jornal o País, o grupo SOICO nos concede uma oportunidade nobre para reflectirmos sobre o conceito de informar com responsabilidade.

A luta cerrada e titânica, contra a corrupção, a exclusão, sobretudo, a de índole socioeconómica tem uma base legal, mas contamos com a comunicação social para investigar esses casos e informar com responsabilidade, pois, aqui reside a diferença entre os bons e os maus órgãos de Comunicação Social.

É essa diferença que ajuda a nossa sociedade pensante a identificar os bons dos maus órgãos de informação; os bons dos maus jornalistas; os bons dos maus comentaristas ou o produto final: os bons dos maus actos da sociedade, incluindo os da governação.

Assim, essa diferença, vai excluindo da Sociedade, com naturalidade e sem violência, alguns órgãos de comunicação social, do leque do seu menú diário, à procura de uma alimentação, em termos informativos, equilibrada, factual e mais condicente com aquilo que os moçambicanos escolheram como seus valores: Humanismo, Humildade, Honestidade, Integridade, Transparência e Tolerância.

A sociedade não é, nem de longe, nem de perto, inocente.

Temos que ter a humildade de nos espelharmos na sociedade para nos auto-avaliarmos, quando pretendemos servir a mesma sociedade.

A sociedade sabe onde encontrar o profissionalismo e onde, igualmente, encontrar os melhores espaços noticiosos.

Esta sociedade é cada vez mais crítica e exige qualidade em tudo.

Exige a qualidade da educação, dos serviços de saúde, bancários, de atendimento público nas instituições. Esta sociedade exige qualidade da governação e de tudo, incluindo da informação que recebe todos os dias.

Não permitamos que as organizações à favor do consumidor, surpreendam a nossa comunicação social devido à má qualidade do que é colocado no mercado da informação, para o consumo dos moçambicanos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Governo reconhece e encoraja os esforços que o grupo SOICO desenvolve com profissionalismo, criatividade e de forma sustentável, imbuído de patriotismo em primeiro plano.

O grupo Soico tem sabido colocar ao dispor dos moçambicanos uma alternativa de serviços de informação com qualidade.

Encorajamos o Jornal o PAÍS, a ser cada vez mais jornal e a não ser cópia de nada mais, para que assim seja distinto, pois, é aí que reside o vosso valor, a vossa diferença.

O Jornal o País tem a sua própria marca e deve capitalizar.

O mais difícil já foi conseguido e arrancado à custa do trabalho. Depois, vem o que não é fácil fazer, nomeadamente, a manutenção do que foi conseguido, incluindo as próprias emoções e como sempre, também não é fácil fazer a gestão das expectativas.

A terminar, saúdo e felicito a todos os profissionais da comunicação social, em especial, aos do grupo SOICO e suas respectivas famílias.

De vós esperamos o reforço da capacidade de circulação de ideias e de percepções entre moçambicanos em todo território nacional, preservando

a paz, a reconciliação e o aprofundamento da democracia, promovendo o desenvolvimento inclusivo e sustentável no nosso País.

Bem haja jornal o País e que contribua, cada vez mais, para a estabilização do nosso País.

Muito Obrigado, pela atenção!



CTA

**CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
ECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE**

**A AGRICULTURA COMO
PILAR DA ACÇÃO
GOVERNATIVA EM
MOÇAMBIQUE
VISÃO ESTRATÉGICA,
PRIORIDADES E
DESAFIOS**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
no jantar com a Confederação
das Associações Económicas de
Moçambique (CTA)
Maputo, 27 de Agosto de 2015

A AGRICULTURA COMO PILAR DA ACÇÃO GOVERNATIVA EM MOÇAMBIQUE VISÃO ESTRATÉGICA, PRIORIDADES E DESAFIOS

Senhor Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique;

Distintos Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Dirigentes e Membros dos Pelouros do CTA;

Ilustres Empresários;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Quando fomos convidados a participar neste jantar da CTA, acedemos com satisfação e carinho, pois reconhecemos o papel e o contributo desta organização na promoção da economia de Moçambique.

Na verdade, temos o prazer de nos associarmos a este jantar organizado pela CTA, uma instituição cuja missão é contribuir para o desenvolvimento económico de Moçambique e dos moçambicanos, baseado no crescimento e empoderamento do Sector Privado.

A grande isca usada para a sessão de pesca que a CTA hoje pretende desenvolver foi o facto de sabiamente ter escolhido o tema: "Agricultura como pilar da acção governativa em Moçambique – visão estratégica, prioridades e desafios". A grande paixão do meu Governo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Revisitando o estado do sector da agricultura em Moçambique que inclui a pecuária, as florestas e o sector pesqueiro, temos que aceitar que muito foi feito, volvidos quarenta anos de independência.

As instituições académicas também deram o seu contributo bastante na formação de quadros da agricultura e nos processos de investigação, juntamente com as outras instituições que se dedicam em exclusivo à investigação.

O sector agrário familiar, as associações e os agricultores de grande escala, expandiram as suas actividades. No entanto, o nível de produção e de produtividade do sector continuam aquém da satisfação das necessidades do País e ainda contribui, de forma tímida, para a economia nacional. Continuamos com os problemas de vulnerabilidade na segurança alimentar.

A produção rural não apresenta o crescimento desejado e os níveis de crescimento da agricultura são, em geral, bastante lentos.

De acordo com o Banco Mundial, em 2006, a agricultura moçambicana teve uma das mais elevadas taxas de crescimento na região. Foi o sector que mais contribuiu para a formação do PIB em Moçambique na última década, com um crescimento em média de cerca de 23% ao ano.

É pretensão do governo que em 2017 o PIB do sector agrário atinja os 27,1% contra os 24,7% de 2014.

Moçambique possui um vasto potencial agrário, que nos remete a um compromisso com a agricultura bastante ambicioso, como se pode concluir dos dados que a seguir apresentamos:

- i) Temos 36 milhões de hectares de terra arável, dos quais 15% estão em uso, 85% dos quais pelo sector familiar;
- ii) cerca de 3,3 milhões de hectares de terra com potencial para irrigação, embora, apenas 148 mil hectares estão infra-estruturados;
- iii) um clima tropical e subtropical com solos férteis e precipitação abundante; e
- iv) mais de 50% do território nacional é coberto por florestas, dos quais 13 milhões de hectares para conservação.

Numa só frase podemos dizer que: “ Moçambique é um país dotado de excelentes condições agro-ecológicas para o desenvolvimento da agricultura sustentável”.

Todavia, parte desse imenso potencial agro-económico encontra-se dormente, porque alguns dos detentores de títulos do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra não estão a usá-la produtivamente. Esta é uma matéria que está a merecer uma avaliação do Governo.

Distintos Empresários,

Aquando da nossa investidura como Chefe do Estado Moçambicano, a 15 de Janeiro, referimos que o Governo irá assumir-se como parceiro estratégico na afirmação de uma classe empresarial moçambicana mais ampla e robusta, assegurando que o nosso Estado e os moçambicanos em geral, sejam os verdadeiros donos das riquezas e potencialidades da nossa Pátria.

De igual modo, assumimos ainda que continuaremos a apostar nos sectores tradicionais como a agricultura, pesca, agro-indústria, transporte, serviços e turismo que dispõem de um grande potencial para a geração de emprego.

Porque a agricultura é a base do desenvolvimento nacional, conforme definido na Constituição da República, ela será alvo da nossa especial atenção.

Por isso, o meu Governo compromete-se a dar um novo ímpeto à agricultura e ao agro-indústria, como motores do desenvolvimento rural.

Logo no início do ciclo governativo, criamos o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, não como um mero exercício semântico.

Quisemos transmitir, com precisão, a mensagem de que o combate à fome e à subnutrição crónica estão na centralidade da nossa acção governativa, para além da agricultura servir de grande fonte de geração de riqueza para as famílias moçambicanas.

A importância que atribuímos à agricultura, nestes cinco anos da nossa governação, visa operacionalizar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2011–2020) e o Programa Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA 2013–2017).

Estes dois instrumentos se propõem resolver o problema da baixa produtividade agrária e pesqueira, o limitado acesso ao mercado, a deficiente gestão de recursos naturais e o complexo ambiente de coordenação institucional.

O Programa Quinquenal do Governo 2015–2019 dá destaque particular à produção agrícola. Para a concretização desse postulado, o nosso Programa explora, de forma integrada, os efeitos da paz, coloca no centro o capital humano, elege a promoção do emprego, produtividade e competitividade.

Posiciona as infraestruturas como condição fundamental para o desenvolvimento e classifica a gestão dos recursos naturais como factor fundamental que contribui para tornar sustentável o processo produtivo em Moçambique.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Este é o momento certo para a nossa acção colectiva na frente da agricultura. Os Programas, Planos e Estratégias só terão sentido se contribuírem para o rápido crescimento deste importante sector.

Caros Empresários,

É vital o contributo do sector privado e dos vários pelouros da CTA, da sociedade civil, das instituições de formação e investigação, dos órgãos de comunicação social e dos parceiros de cooperação, para o sucesso do agro- negócio em Moçambique.

A agricultura é um imperativo nacional, assim instamos a todos – em particular o Sector Privado – para se juntarem ao Governo nos seus esforços de fazer de

Moçambique um País que não faça parte do “Mapa da Fome”.

Vamos enumerar, a seguir, algumas prioridades que concorrem para o alcance da dimensão da agricultura que projectamos.

Para um crescimento rápido e consolidado do sector agrário é urgente, em primeiro lugar, a criação de capacidades, conforme nos referimos ao colocar o Homem como elemento central da nossa governação.

Temos que rentabilizar e reformar o nosso ensino superior especializado, orientando-o para o sector produtivo e desenvolver os centros de excelência científicos e tecnológicos como suporte fundamental para a criação de capacidades.

Precisamos de criar um intercâmbio operacional entre académicos e instituições de investigação, por um lado, e o Governo e os produtores, por outro lado.

Contudo, temos a consciência de que esta acção requer grandes financiamentos e esforços combinados, junto da comunidade internacional e do sector privado, para angariar recursos para esta fase importante que não pode ser secundarizada, pois pretendemos aliviar os apoios cíclicos que, de forma indeterminada, têm estado a ser colocados à nossa disposição para minimizar a crise alimentar.

Em segundo lugar, é nossa visão também durante este ciclo, trabalhar sistematicamente para a modernização da agricultura. A agricultura deve deixar de ser actividade só de gente que não têm uma formação académica ou que só tem uma formação básica.

A forma actual como se pratica a agricultura não se mostra atractiva para os jovens e mesmo para os que possuem uma formação específica.

Mais de 80% dos camponeses ainda usa enxada de cabo curto e muito poucos usam tractores ou empregam animais.

Temos que justificar o século em que vivemos, investindo e praticando uma agricultura mecanizada e modernizada.

Como prioridade, temos ainda a irrigação. A irrigação é outra batalha na nossa visão sobre a agricultura. Os corredores de desenvolvimento agrário que definimos: Pemba-Lichinga, Nacala, Vale do Zambeze, Beira, Limpopo e Maputo devem ser acompanhados de infraestruturas de irrigação.

Estatísticas indicam que na África Subsaariana só 4% da terra arável é irrigada, contrariamente à Ásia do sul que explora mais de 40%.

Para promover a agricultura em Moçambique é fundamental que façamos grandes investimentos em infraestruturas de irrigação, porque estas infraestruturas promovem o desenvolvimento rural rápido.

A transformação de extensionistas em agricultores-pilotos poderá ser uma das estratégias para disseminar as técnicas e criar bases de demonstração das vantagens aos agricultores rurais.

Está prática, para além de incentivar e promover jovens agricultores, permite a convivência do trabalho diário entre produtores e facilita o apoio que o Estado pode dar.

Este processo poderá também contribuir para a formação de núcleos de farmeiros moçambicanos modernos. Temos que sair da agricultura que só depende da chuva.

Tomando o financiamento da agricultura indispensável para suportar projectos a que temos estado a referir, o Estado deverá estimular processos de facilitação de financiamentos para a agricultura.

Temos que procurar canais sustentáveis de financiamento para agricultores, podendo equacionar a possibilidade do valor da terra para o sustento da própria agricultura, sem isso significar tirar a terra ao Estado.

O grande desafio é como encontrar ou criar instituições de microfinanças ou cooperativas de crédito, com inovações bastantes capazes de suportar os investimentos no sector da agricultura.

Há que colocar hipóteses de como reduzir as várias taxas para a actividade agrícola e, continuamente, estudar possíveis momentos para o estabelecimento de sobretaxas para a protecção dos produtores nacionais, obedecendo as regras da ética do mercado comum.

A outra prioridade é o estabelecimento de infraestruturas rurais e regionais, particularmente, de transporte para o escoamento de produtos e assegurar a abordagem de cadeia de valor.

Temos, por exemplo, como casos concretos, a construção de barragens de múltiplo propósito, infraestruturas de energia, vias de acesso, portos e ferrovias, entre outros.

Na nossa reflexão sobre agricultura, temos que ter em conta a influência do ambiente externo, portanto factores exógenos. As forças da globalização por vezes influenciam o valor do produto nacional, podendo desencorajar a agricultura.

A nossa capacidade de competir no mercado internacional é por vezes limitada. Temos o exemplo do algodão, da castanha, do tabaco, do açúcar, entre outros.

No entanto, como Governo temos que ter a capacidade de influenciar os mercados internacionais para que reduzam os incentivos que dão aos seus produtos de modo a minimizar o nível de concorrência que por vezes é desleal.

Para tal, temos que garantir a quantidade e a qualidade de produtos a que nos comprometemos colocar no mercado.

Caros agentes da economia nacional,

Como podem observar, o problema da agricultura é bastante complexo, exige recursos e investimentos de grande vulto, mas não impossíveis.

Por isso, a nossa apresentação é simples provocação, as soluções podem ser encontradas no seio do sector privado, nosso parceiro para o desenvolvimento de Moçambique.

Moçambique deve e pode, rapidamente sair da agricultura de subsistência para a agricultura industrial, a agricultura pode gerar emprego e produzir riqueza, para os moçambicanos.

A agricultura não é só actividade dos que não encontram outro tipo de actividade económica que lhes possa trazer rendas. A agricultura é uma actividade altamente científica, nobre, segura e permanentemente sustentável.

Temos todos que mobilizar recursos, promover parcerias público-privada e com as comunidades, por forma a não pensarmos que esta parceria pode, sempre, desembocar em conflitos de interesse.

Antes de terminar, queremos deixar algumas questões para reflexão no tempo do vosso café deste memorável jantar:

- i. Como o sector privado pode participar na agricultura e no agro-processamento?
- ii. Como podem fazer parte da solução na promoção da pequena e média agricultura?
- iii. Como os investidores privados, incluindo os do sector financeiro, podem participar no processo de mecanização, na edificação de infraestruturas agrárias, na investigação e na criação de capacidades humanas?
- iv. Como tornar a agricultura um negócio principal e viável e não simplesmente como alternativo?
- v. Qual deve ser o papel da CTA na promoção da agricultura e na agro-indústria?

Caros Empresários,

Eu e o meu Governo, acreditamos e confiamos no empresariado nacional, por isso queremos andar de mãos dadas, queremos convosco fazer a diferença para Moçambique.

Queremos que os empresários moçambicanos e o sector privado que opera em Moçambique, se tornem campeões do desenvolvimento económico e protagonistas principais na criação de Emprego e de Riqueza.

Muito obrigado, pela atenção!



ALMOÇO DOS 20 ANOS DA CERVEJAS DE MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do almoço dos 20 anos da Cervejas de Moçambique
Maputo, 18 de Setembro de 2015

ALMOÇO DOS 20 ANOS DA CERVEJAS DE MOÇAMBIQUE

Senhor Ministro da Indústria e Comércio;

Senhor Presidente do Conselho de Administração da CDM;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Agradecemos à empresa Cervejas de Moçambique por nos ter convidado a participar neste evento de confraternização que assinala a passagem dos 20 anos da sua existência. Este gesto renova o nosso prazer de sempre nos encontrar com a classe técnico-empresarial, para ao vivo vivermos a realidade deste importante sector produtivo.

Saudamos, por isso, a todos os presentes nesta cerimónia e, particularmente, aos trabalhadores que tudo têm feito para assegurar que esta empresa continue sendo um dos símbolos do mosaico industrial do nosso país.

Prezados Convidados,

Este ano celebramos os 40 anos da nossa independência nacional, metade dos quais representam a idade desta empresa. Foram quarenta anos marcados pela consolidação da auto-determinação de um povo, de muitas lutas e muitas vitórias.

Esta é uma das formas de construção de um sector industrial capaz de retirar-nos da dependência de importações para a obtenção de vários bens de consumo.

Um dos exemplos mais visíveis é a indústria, incluindo a de bebidas, cada vez mais pujante e decididamente abraçando a robustez, o que nos tem dado alegrias.

A história das nossas conquistas foi determinada pela entrega e abnegação de muitos compatriotas nossos, que souberam sonhar e agir, num contexto em que as dificuldades nos eram características, devido à conjuntura económica e política internacional.

São nossas conquistas, o alargamento da rede de negócios e afirmação do mercado nacional, a produção em escala e com qualidade, o que também nos torna, cada vez mais, competitivos, entre outros factores impulsionadores de negócio.

E como sabemos, a indústria assume um papel vital para a modernização da nossa economia, aumento da produção, da produtividade, do emprego, promoção da cadeia de valor, do conteúdo local e substituição de importações.

Por isso, neste ciclo de governação, a indústria é uma das prioridades, pois permite a transformação estrutural da economia, para a elevação da competitividade e a sua devida inserção no mercado mundial.

Por outras palavras, estamos a dizer que o nosso Governo assume a industrialização como um factor determinante e impulsionador do desenvolvimento económico.

Caros funcionários da CDM;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

A experiência inovadora de produção da cerveja, com base na mandioca, que iniciou no distrito de Ribáue na Província de Nampula e expandiu-se, hoje, para Inharrime na

Província de Inhambane, com o envolvimento de cerca de 6.000 produtores, permitindo que este produto agrícola nacional pudesse ter um mercado assegurado.

É facto que a produção de cerveja está a gerar mais empreendedores e a contribuir para a substituição gradual de matérias-primas importadas. Essa é uma contribuição inequívoca para o desenvolvimento nacional.

O uso de alguns fornecedores locais na aquisição das matérias-primas, com destaque para o açúcar e grades, é também um incentivo e demonstração clara de que outros materiais que ainda são importados para o processo de produção da cerveja podem ser adquiridos localmente. Este é, igualmente, um verdadeiro contributo para o desenvolvimento nacional.

Louvamos o facto de a CDM ser um dos principais contribuintes em matérias de receitas fiscais para Orçamento do Estado, recursos que depois vão contribuir para ampliar os serviços de educação, saúde, abastecimento de água, bem como a construção de estradas e a expansão da electrificação rural.

É bom recordar, igualmente, que a indústria de bebidas na qual a CDM é parte integrante, é a segunda maior, com a excepção da Mozal, das nacionais, que contribuiu na produção industrial, sendo ultrapassada apenas pela indústria alimentar. Por isso, não deve haver qualquer dúvida sobre o vosso contributo para o crescimento e desenvolvimento do nosso país.

Não pode haver, igualmente, dúvidas sobre o valor que representam a nível da importância social que vos assiste na nossa sociedade.

A premiação da "nossa" cerveja, a 2M, como a melhor cerveja de África orgulha-nos

bastante e é uma demonstração clara da qualidade dos produtos Made in Mozambique e deve servir de inspiração para todos os outros produtores nacionais para que se afirmem no mercado regional, continental e global.

Minhas Senhoras e meus senhores;

Os 20 anos da CDM revelam que a empresa já é adulta e esse estágio de maturidade só foi alcançado em virtude da paz e estabilidade prevaletentes e um ambiente de negócios favorável no país, bem como a existência de relações sãs entre a Empresa e as várias entidades do Governo.

Por isso, este deve ser, para todos nós, um momento de festa e de muita reflexão sobre as nossas conquistas como um Estado, no geral, e como uma empresa, em particular.

Devemos reflectir, igualmente, sobre os desafios que ainda nos esperam pela frente num cenário de um mercado, cada vez mais, competitivo e exigente.

Encorajamos, por isso, a CDM a alargar a base de fornecedores locais como forma de valorizar, fazer crescer e ajudar a elevar a qualidade dos seus produtos.

Quero reiterar o total apoio do Governo às iniciativas de desenvolvimento industrial, em particular, estimulando o incremento de investimentos que possam posicionar Moçambique num lugar de destaque no mapa industrial internacional.

Esperamos que continuem a cumprir o vosso dever de transmissão de informação, publicitação e divulgação de mensagens e intervenções de carácter educativo e/ou social para o consumo responsável do álcool, onde este sirva para nos aproximar em ambientes iminentemente sociais e não para a destruição do tecido familiar e social.

Gostaria de desafiar a Cervejas de Moçambique para que nas comemorações dos 30 anos possa ter maior parte dos factores de produção nacionais e incentivar a produção de outras bebidas com base em frutos nacionais.

Muito obrigado, pela atenção dispensada.



FACIM

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da 51ª edição da Feira Internacional do Maputo (FACIM) 2015 e do Dia do Exportador Marracuene, 31 de Agosto de 2015

FACIM

Senhor Ministro da Indústria e Comércio;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Vice-Ministros;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhora Administradora do Distrito de Marracuene;

Senhor Presidente do Conselho de Administração do IPEX;

Senhor Presidente da CTA;

Estimados Empresários;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Ao iniciar esta nossa intervenção gostaríamos de saudar a todos os presentes nesta cerimónia de inauguração da Quinquagésima – Primeira Edição da Feira Internacional de Maputo, a nossa FACIM, que este ano tem como foco a “Promoção do Potencial Económico de Moçambique Independente”.

Queremos endereçar votos de boa estadia entre nós aos ilustres expositores que se deslocaram dos mais distintos quadrantes de Moçambique e do mundo, para neste local convergirem, com o propósito de buscar novas oportunidades de negócio ou ampliar as já existentes.

A presença de representantes de entidades dos mais diversos sectores de actividade do país, neste espaço, sublinha a importância estratégica que atribuem a nossa feira internacional, uma verdadeira montra do que Moçambique produz, consome e exporta.

A FACIM, mais do que uma mera exposição, é o termómetro que marca o pulsar da nossa economia, reflectindo, a escala nacional, o esforço abnegado dos moçambicanos rumo à conquista da sua independência económica.

Queremos assim encorajar todas as iniciativas da Direcção da FACIM, visando elevar a nossa "Feira-mãe" para patamares de excelência no concerto das feiras da região e do mundo.

Sabemos que por detrás dos bens e produtos expostos, estão muitos sonhos, experiências, criatividade, persistência e luta.

Distintos participantes,

Acabamos de visitar a Feira, interagimos com os expositores e pudemos ler no semblante destes, o regozijo de cá estar e a satisfação por colocar na vitrina o resultado da combinação virtuosa dos factores produtivos.

Através dos produtos expostos, testemunhamos o empreendedorismo em movimento na produção agrícola, pecuária, florestas, pesca, comércio, indústria, turismo, exploração mineral, construção, energia, transportes e comunicações, finanças e serviços diversos, que demonstram que a economia moçambicana está a tornar-se mais robusta e diversificada.

O crescimento que a feira regista, tanto em termos de países, como em expositores nacionais e internacionais, para além de visitantes, motiva-nos a empreender e inovar, cada vez mais, como forma de corresponder a esse entusiasmo de mostrar e vender o que de melhor o país produz.

Ilustres Agentes Económicos,

O Governo continua apostado na melhoria do ambiente de negócios, para alargar as facilidades e incentivos de forma que possam empreender, inovar e materializar as vossas ideias de realização de negócios sem procedimentos dispendiosos e morosos.

Recentemente, introduzimos melhorias no diálogo entre o Governo e o Sector Privado, que acreditamos que vai trazer novo fôlego à parceria existente, galvanizar o papel do sector privado como o digno campeão do desenvolvimento económico e agente criador de empregos.

Queremos, mais uma vez, tomar esta ocasião para recomendar o sector privado, para que:

- Aposte, ainda mais, nas actividades económicas tradicionais, como a agricultura, agro-indústria, pecuária, pescas, , com vista a promover as áreas rurais;
- Agregue valor às matérias-primas produzidas no País, intervindo ao nível da sua cadeia, criando novos empregos;
- Incentive o movimento cooperativo e associativo de base económica, ganhando massa crítica, estimulando economias de escala e solucionando problemas que se mostrem difíceis de resolver isoladamente;
- Identifique mecanismos financeiros apropriados para a promoção da agricultura e pescas, o financiamento de jovens e mulheres empreendedores e o apoio multiforme às Pequenas e Médias Empresas;
- Priorize a promoção das exportações para permitir que tirem vantagens das oportunidades de mercados criados pelo sistema comercial multilateral;
- Diversifique a base e o destino das exportações, identificando novos e melhores mercados;
- Colabore no esforço de formalização do sector informal.

O Governo continuará empenhado na busca de uma visão e abordagens criativas para tornar os recursos naturais a força motriz da transformação económica e social sustentável e promoção da industrialização em Moçambique.

Esse roteiro que escolhemos, vai ajudar-nos a alcançar a meta estratégica a que nos propusemos, que é assegurar que o crescimento económico crie melhorias visíveis no bem-estar da população e que propicie o desenvolvimento económico inclusivo e a redução das desigualdades sociais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Acabamos de premiar, em jeito de reconhecimento, os esforços desenvolvidos pelos agentes económicos ao longo do ano de 2014, na colocação do nosso país além-fronteiras, no domínio das exportações.

Agraciamos, igualmente, estudantes secundários que através da redacção, revelaram o elevado nível de domínio sobre o comércio externo em geral e exportação, em particular.

Queremos reafirmar, aqui e agora, que temos em comum a inabalável vontade de cultivar um futuro económico risonho para os nossos filhos e netos, um futuro de desenvolvimento económico que garanta a nossa soberania plena e que distribua equitativamente a riqueza gerada em nosso solo, possibilitando a conquista de um espaço, cada vez mais, destacado no cenário económico mundial.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Termino, fazendo votos de que a presente edição da FACIM seja memorável em todos os domínios e que registe o maior número de acordos empresariais.

Auguramos que esta edição, mais do que intenções, produza resultados concretos que sirvam de alavanca económica das empresas, dos empresários e de Moçambique.

Chegados a este momento, tenho a honra de Declarar Formalmente Aberta a Quinquagésima - Primeira Edição da Feira Internacional de Maputo.

Muito obrigado, pela atenção!



O METICAL E OS DESAFIOS DO FUTURO

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião do 20o aniversário do Millenium BIM
Maputo, 20 de Outubro de 2015

O METICAL E OS DESAFIOS DO FUTURO

Senhor Engenheiro Rui Fonseca, Presidente do Conselho de Administração do Millenium BIM;

Senhor António Monteiro, Presidente do Conselho de Administração do Millennium BCP;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhor Joaquim Chissano, Antigo Presidente da República de Moçambique;

Senhores Representantes dos Accionistas do Millenium BIM;

Senhores Administradores e Directores do Conselho de Administração do Millenium Bim;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhores Membros do Corpo Diplomático;

Estimados funcionários do Millenium Bim;

Caros clientes do Millennium Bim;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Honra-nos presenciar este evento inserido nas celebrações do vigésimo aniversário da presença do Millennium BIM no mercado moçambicano.

Por outras palavras quero dizer que é um período que corresponde à metade da idade da Nação Moçambicana o Millenium Bim foi o parceiro real do desenvolvimento de Moçambique.

Por esta ocasião, apresentamos as nossas felicitações aos Membros do Conselho de Administração, os Directores e aos cerca de 2,500 colaboradores que esta instituição possui em todo território nacional.

Saudamos, igualmente, os representantes de todas as instituições aqui presentes, em especial as que integram o sistema bancário moçambicano.

Pelos 20 anos do Millennium Bim, saudamos também o nosso Banco Central, pelo seu papel na implementação da estratégia nacional de desenvolvimento do sector financeiro.

Mesmo perante inúmeras adversidades, que a conjuntura nacional e internacional apresenta, apraz-nos constatar que o sistema financeiro moçambicano mantém-se sólido.

Um sistema financeiro que continua a atrair capitais nacionais e de diferentes partes do mundo. Um sistema financeiro que continua a prometer.

Quando reunimos com os representantes dos professores, dissemos que iríamos encorajar uma reflexão conjunta sobre a situação económica do país e actos de transparência na distribuição de rendas.

Caros Convidados;

Minhas senhoras e meus senhores!

Permitam-nos que usemos este espaço para iniciarmos com este processo, partindo duma avaliação do nosso sistema financeiro.

Nos últimos dez anos, testemunhamos o aumento e diversificação de instituições financeiras que operam no mercado moçambicano.

O número de bancos passou de 12 para 18.

Realçamos a sua implantação física através de 633 balcões em 70 distritos do País.

Neste crescimento, o adolescente banco que hoje celebramos as suas duas décadas foi determinante.

É o banco pioneiro que acreditou na economia Moçambicana e teve coragem para desafiar o sector público que nunca tinha sido desafiado por serviços bancários privados.

Da banca privada esperamos sempre mais e melhor oferta de serviços e produtos. Esperamos, a custos competitivos, nas diversas parcerias que este sector promove com o sector privado, com o sector familiar e com a administração pública.

Os riscos presentes na conjuntura económica e financeira internacional tornam aliciantes os desafios que temos pela frente.

Só juntos e concertados, instituições do Governo, instituições financeiras, sector privado e a sociedade em geral, podem buscar soluções e políticas públicas mais ajustadas à presente fase do nosso desenvolvimento económico e social.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O sistema financeiro é vital para qualquer economia. É um factor propulsor para o investimento e desenvolvimento. Moçambique não é, portanto, excepção.

Na verdade, é no sistema financeiro que os Moçambicanos depositam grande parte das suas poupanças.

É onde as empresas vão buscar o capital circulante de que necessitam para manter os níveis de produção.

É onde financiam a expansão dos negócios através de novos investimentos.

Uma economia sem um sistema financeiro inclusivo e abrangente fica sem oxigénio. Perde assim a sua vigorosidade e capacidade transformativa.

Para o governo é prioridade, a promoção de um sistema financeiro capitalizado e robusto com capacidade de acompanhar as necessidades crescentes da nossa economia, em particular, no meio rural.

Só com a expansão e modernização da rede bancária poderemos conferir uma plataforma de serviços e transações comerciais para revolução económica que pretendemos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Apraz-nos reconhecer que o Millennium BIM tem respondido positivamente aos apelos lançados pelo Governo. O Millennium Bim mantém hoje uma presença em todas as capitais provinciais e em 57 Distritos do País.

O Millennium Bim está a dar uma contribuição significativa para a inclusão financeira, cuja taxa actual é de 14,2% e para a elevação da taxa de bancarização, a rondar os 27%.

A aposta numa abordagem de permanente inovação, modernização e expansão, fez com que o Millennium BIM figurasse na lista dos 100 maiores bancos de África, facto que muito nos orgulha e engrandece.

Entre os registos positivos do crescimento do sector financeiro, perfilam-se os desafios do presente e do futuro. Nesses desafios contamos, igualmente, com o sempre exemplar desempenho do Millennium BIM .

Queremos convidar a este corajoso banco o Millennium Bim, na companhia de outros que dia- a- dia dão a sua contribuição para o crescimento económico de Moçambique, a reflectir sobre as seguintes questões:

- (i) Que soluções inovativas adoptar de modo que os bancos possam financiar mais as actividades como a agricultura, pescas, agro-indústria, mineração e turismo de baixa e média renda?
- (ii) Como é que as instituições financeiras podem contribuir, ainda mais, para acelerar o processo de formalização da economia?
- (iii) Que acções estratégicas devem ser adoptadas para o apoio as Pequenas e Médias Empresas?

- (iv) Qual é o contributo que os bancos podem dar na educação financeira e para a promoção de hábitos permanentes de poupança e o seu investimento produtivo?
- (v) De que forma os bancos podem intervir não apenas na expansão da oferta de serviços financeiros, mas também na melhoria da qualidade da procura dos serviços financeiros?
- (vi) Como ter produtos financeiros que permitam financiar, a custos comportáveis, a habitação para os clientes de média renda?

Caros Convidados!

O nosso sistema financeiro, tem desafios económicos e sociais.

No lançamento do novo ciclo de governação, desafiamo-nos a encorajar o sector financeiro a expandir os seus serviços para que todos distritos tivessem banco. Reafirmo este nosso desafio da aceleração da bancarização rural de Moçambique a todos bancos do sistema financeiro.

A construção de um país próspero não se compadece com a permanência de muitos casos como o do professor, o enfermeiro ou qualquer outro cidadão que ainda viaja duzentos quilómetros para ter acesso à sua renumeração, o seu salário, ou recolher a sua ainda magra pensão.

Este acto é uma das formas de exclusão.

A exclusão aos serviços financeiros da mulher e o jovem, que hoje representam mais de cinquenta por cento da população Moçambicana, não só constitui uma violação dos direitos humanos, como também limita o nosso potencial de crescimento económico do País.

Sobre o lema UM DISTRITO UM BANCO deixo o repto ao Millenium e a todo sistema financeiro da Bancarização de Moçambique.

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Permitam-me que igualmente use esta ocasião proporcionada pelo Millennium Bim para uma reflexão sobre um tema da actualidade "O Metical e os Desafios do Futuro".

Portanto, como vêem, não vamos fazer o habitual discurso dum abordagem geral, preferimos partilhar a nossa visão ponderada sobre a nossa moeda, o metical, que este ano completou 35 anos.

Uma reflexão que acreditamos que será desenvolvida e enriquecida pela análise crítica da sociedade.

O Metical é símbolo da nossa soberania e da nossa independência.

Daí que a sua preservação tem em vista assegurar que ela cumpra todas as funções que lhe estão reservadas: unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor.

Ao longo da nossa história o Metical tem registado períodos de robustez e de turbulência. Estes fenómenos estão associados às condições específicas da conjuntura doméstica e internacional.

Por exemplo, no presente ano, o Metical acumula uma flutuação acentuada, de aproximadamente 27,5% entre Dezembro de 2014 e a primeira quinzena de Outubro de 2015.

O Dólar atingiu a fasquia de 45,0 Meticais, segundo estatísticas das transações efectuadas pelos bancos comerciais com a sua clientela.

O Metical não é caso único, embora a sua trajectória ao longo dos anos nos orgulhe.

Só para citar alguns exemplos, o Euro perdeu 12% do seu valor até Setembro de 2015, face ao Dólar americano.

O Yen Japonês perdeu 10% do seu valor, o Rublo da Rússia perdeu 52% do seu valor, o Real do Brasil 54%.

Ao nível das economias da região da SADC, o Kwacha Zambiano perdeu 86,5% do seu valor, o Kwacha Malawiano 20,6%, o Kwanza Angolano 36,8%, o Shilling Tanzaniano 28,3% e o Rand Sul-Africano 19,1%.

E nós, em Moçambique, o metical perdeu 33,9% do seu valor. Portanto, a baixo do que perdeu a moeda da Rússia, do Brasil de Zâmbia, de Angola e outras, embora não seja motivo de pouca preocupação.

Nesta correlação de forças, o fortalecimento do dólar reflecte o desempenho e a recuperação da economia dos Estados Unidos da América, dos efeitos da crise financeira económica internacional de 2008.

Ainda que o fortalecimento do Dólar americano seja um factor a tomar em conta, a volatilidade que afecta o Metical tem outras causas.

Não podemos responsabilizar o dólar porque este, está a visualizar o respectivo produto do seu país. É a obrigação da sua economia, devemo-nos preocupar, sim, com a nossa.

No mercado internacional, o fortalecimento do Dólar tem sido acompanhado pela queda dos preços das matérias primas.

Moçambique exporta basicamente energia, gás e matérias primas como alumínio, algodão e açúcar.

Numa conjuntura adversa à queda dos preços internacionais, as receitas das exportações moçambicanas são penalizadas.

Ademais, é preciso ter presente que, nos últimos anos, o nosso País tem sido afectado no início de cada ano por cheias que destroem culturas alimentares, infraestruturas sociais e económicas.

Esta situação agrava o cenário estrutural de baixa produção e produtividade agrícola e pressiona as importações de bens de consumo e de capital.

É um problema que nos remete ao esforço para a gestão da natureza que em 40 anos ainda não fizemos muito.

Por exemplo, no primeiro semestre do presente ano, as importações tradicionais subiram cerca de 17%, contra um aumento de apenas 0,5% nas exportações tradicionais.

O efeito combinado destes dois factores, agravou o défice da nossa balança de transações correntes, que já era estruturalmente deficitária.

Em cada ano, o nosso País regista maior saída de divisas do que de entradas, acto que tem sido superado com recurso à ajuda externa.

Significa que estamos a consumir mais do que produzimos.

Observamos assim uma menor disponibilidade de divisas no mercado cambial, contribuindo, deste modo, para uma maior volatilidade da taxa de câmbio do Metical.

Esta situação tem sido, igualmente, agravada pelo encarecimento desonesto de alguns operadores financeiros no que refere ao mercado cambial.

Em 2014, portanto, no ano passado, o país recebeu 314 milhões de Dólares, para além de ter adicionado receitas de mais-valias recebidas em divisas, contra 205 milhões nos primeiros nove meses deste ano de 2015 sem mais-valias.

Este ano verifica-se que à fraca capacidade financeira foi associada à queda do Investimento Directo Estrangeiro. Esta é uma realidade que temos vindo a partilhar com frontalidade.

Neste contexto, os bancos comerciais acabam competindo pelos exíguos recursos do Estado. Num contexto em que as responsabilidades para com a dívida externa aumentaram em 2015, quando comparado com 2014.

A dívida é de 251 milhões de Dólares nos primeiros nove meses deste ano, contra 135 milhões, em igual período de 2014.

Fica claro que houve uma maior exposição do Metical às intempéries de uma conjuntura adversa.

Este gráfico que agora vivemos não foi influenciado por uma jornada de trabalho. Ela resulta duma realidade cumulativa que nos remete à necessidade de termos mais concentração ao programa de produção intensiva.

Igualmente não temos receio de dizer que estamos a principiar um novo ciclo de governação com menor disponibilidade de divisas, que decorre também da redução dos níveis de ajuda externa ao nosso País.

Esta realidade não deve nos colocar na situação de desespero.

Esta situação deve, sim, nos desafiar como dirigentes, como país, como sistema financeiro dum país independente, para elevar os indicadores para um desenvolvimento económico sustentável.

Não obstante o elevado nível de enfraquecimento do metical em relação ao Dólar, o desempenho da economia nacional, avaliado pela evolução recente dos principais indicadores macroeconómicos, continua satisfatório.

Assim, a inflação continua baixa e controlada (em Setembro a inflação anual foi de 2,7%, contra o objectivo do ano de 5.5%, e a média foi de 0,8%, contra a meta de 4%); o Produto Interno Bruto do I semestre foi de 6,3%, embora abaixo dos níveis de 2014, mas dentro da trajectória consistente com o objectivo traçado para todo o ano de 2015 de 7,5%.

Caros Convidados!

Temos como Governo, como um país a obrigação de encontrar soluções.

Temos a obrigação de transformar esta situação conjuntural em grande oportunidade.

De resistir a medidas paliativas e implementar reformas estruturais no nosso tecido produtivo.

É hora de acordar do sonho infinito, de simples vontades e começar a produzir de forma competitiva e multisectorial.

Este é o caminho que escolhemos para nossa economia, um caminho que exige coragem rumo à sustentabilidade.

Um caminho que impõe uma nova forma de atuação do estado, do sector privado, do sector financeiro e da sociedade em geral .

O ano de 2015 ficará marcado pelo exercício interno necessário para a consolidação das contas públicas.

Permite-nos projectar maior rigor de investimento publico e uma inversão na política de subsídios de importação para subsídios a produção.

A base sólida de contas públicas que estamos a construir representa um pilar para reformas estruturantes que pretendemos desenvolver ao longo dos próximos anos.

Pretendemos estimular a economia produtiva, através de reformas e estímulos nos sectores onde Moçambique é naturalmente competitivo.

Encorajamos critérios de empregabilidade, intensificaremos os nossos esforços nos sectores da agricultura, energia e turismo, sem deixar de estimular outros sectores igualmente competitivos.

O ano de 2015 fica igualmente marcado pela resiliência demonstrada pelo nosso sector privado, os fazedores da economia.

Um sector privado, que também é povo, que aproveitamos para estender os nossos respeitosos cumprimentos.

Continuaremos a caminhar juntos para capitalização, incentivando o investimento estrangeiro sem dependências e sem adiar o sonho colectivo de um povo.

A estabilidade da moeda exige o aumento, sempre crescente, da produção e produtividade, assim como o esforço de vigilância contra todos os actos e tentativas de utilizar indevidamente a nossa moeda."

Com coragem, concertação e sabedoria, juntos faremos o que tem que ser feito.

Aos Gestores e funcionários do Millennium Bim;

Ao Sector Financeiro;

A todo o povo Moçambicano;

Importa referir que escolhemos este momento em que reflectimos sobre a firmeza dum Banco Nacional, para traduzir a consciência que temos sobre o que fazemos, e deixar claro a responsabilidade que o país, no seu todo, tem quando apelamos, cada vez mais, à necessidade de estabilidade para trabalharmos, para produzirmos.

É com confiança e distante do centro especulativo que projetamos uma economia de oportunidades e a crescer para os próximos anos.

Quero assegurar que o meu Governo vai fazer a sua parte, com realce para o aprimoramento do quadro legal e normativo e assegurar a sua efectiva implementação.

Referimo-nos à implantação de infra-estruturas essenciais para a instalação de serviços financeiros, com destaque para energia, telecomunicações e estradas.

Referimo-nos ao fortalecimento do capital humano e à expansão da descentralização financeira para o nível local.

A terminar, auguramos que na Gala dos 30 anos, repito dos 30 anos, o Millennium Bim já esteja presente em todos os Distritos do País e tenha jogado um papel de destaque na elevação significativa das taxas de bancarização e de inclusão financeira em Moçambique.

Bem haja o Millennium BIM e a sua acção de prover serviços financeiros aos empreendedores que acreditam que investir em Moçambique é seguro e rentável!

Parabéns Millennium Bim!

Obrigado pela atenção!



**GALA
DOS 25 ANOS
DA KPMG**

Discurso de Sua Excelência Filipe
Jacinto Nyusi, Presidente da República
de Moçambique, por ocasião da Gala
dos 25 anos da KPMG
Maputo, 13 de Agosto de 2015

GALA DOS 25 ANOS DA KPMG

Excelentíssimo Senhor Director-Geral da KPMG,

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Senhores Membros do Corpo Diplomático,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Antes de mais, gostaria de expressar a minha gratidão e satisfação pelo convite que nos foi endereçado para participar neste grande evento de celebração do 25º aniversário da primeira empresa de auditoria e consultoria, no nosso país – a KPMG.

Saudamos a direcção e a todos os trabalhadores da KPMG, assim como os seus clientes pela celebração desta efeméride que sintetiza 25 anos de trabalho árduo, abnegado e criativo dos seus trabalhadores.

Queremos, através dos vós, felicitar a toda classe empresarial do nosso país pelo seu compromisso com a causa de desenvolvimento nacional, especialmente, porque ainda estamos a celebrar o quadragésimo aniversário da nossa independência.

Distintos Convidados,

Foram 25 anos de realizações e desafios que contribuíram para a inserção e consolidação da marca KPMG no universo económico e empresarial de Moçambique. Ao longo dos 25 anos, a KPMG criou e cristalizou a sua própria marca, o seu próprio espaço peculiar e de referência no País.

A clareza de visão, o alto nível de exigência e o investimento no Homem, com vista a alcançar elevados padrões de qualidade, são os grandes pressupostos que têm estado na base do sucesso da KPMG.

Distintos participantes,

A KPMG como empresa de prestação de serviços nas áreas de auditoria, consultoria e impostos, tem estado a assessorar os negócios das empresas locais no sentido de incrementar a sua produtividade e competitividade.

Assim, mais uma vez, queremos felicitar a KPMG por jogar um papel complementar à acção do Governo no que tange ao fortalecimento dos mercados e a identificação de novas oportunidades de negócios.

Esta instituição, ao longo dos 25 anos, foi capaz de realizar serviços de reconhecido mérito para os seus clientes e produziu serviços de elevada qualidade e relevância para a nossa economia.

O trabalho da KPMG tem estado a contribuir para reforçar o ambiente favorável de negócios com mais transparência, integridade e inclusão. São exemplos, os trabalhos de pesquisas sobre As Cem Maiores Empresas de Moçambique, O Sector Bancário e Índice de Ambiente de Negócios, entre outros.

Estes e mais trabalhos têm vindo a ser fontes de consulta obrigatória, em Moçambique, porque ilustram as tendências, os desafios e apresentam as perspectivas do estado da economia moçambicana.

O nosso programa governativo dita, de forma vincada, que o Homem constitui o capital mais importante na nossa governação. Dissemos isso por acreditar que o investimento sobre o Homem é crucial para o desenvolvimento e sucesso de qualquer empresa, instituição e Nação.

É nessa esteira que encorajamos a KPMG e a toda comunidade empresarial para continuar a investir no desenvolvimento do capital humano e social, com vista à criação de mais habilidades e capacidades e incremento da produtividade e da competitividade da nossa economia, abrindo mais oportunidades para a empregabilidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Com objectivo de apresentar o nosso programa de governação e colher mais sensibilidades sobre as prioridades do Povo, dono do poder, percorremos o País, numa empreitada que nos levou a todas as províncias onde constatamos, com satisfação, que há fortes sinais de mudanças para o melhor, envolvendo a população e o sector empresarial, mas sobretudo vivermos a expectativa e a esperança da redução do tempo de espera para o alcance do seu bem-estar.

Todavia, temos consciência das barreiras que ainda perturbam o ambiente de negócios, mas acreditamos que se tomarmos medidas conjuntas e ousadas, dentro do espírito patriótico e de pertença à mesma nação, poderemos melhorar a qualidade do diálogo público-privado e garantir a estabilidade e assegurar as contrapartidas do sector privado.

A nossa aposta está, igualmente, na gestão transparente e sustentável dos recursos naturais e do ambiente. Sabemos que a KPMG pode, pela sua vasta experiência, desempenhar um papel importante nesta área, de modo que a nossa riqueza seja explorada racionalmente e beneficie ao Povo.

Igualmente queremos que a KPMG dê a sua contribuição para que as medidas de descentralização e desconcentração contribuam para aproximar as instituições do Estado ao cidadão, através da prestação de serviços com a máxima transparência.

Almejamos, ainda, que cada moçambicano esteja munido do espírito de poupança e, por conseguinte, faça investimentos produtivos para gerar um círculo virtuoso de desenvolvimento.

Estimados Presentes,

Caros Gestores da KPMG!

Antes de terminar, gostaríamos de desafiar a KPMG e o sector privado em geral, para uma reflexão sobre:

- as medidas mais apropriadas para incrementar a produtividade e a competitividade da nossa economia;
- as melhores formas para capacitar as Pequenas e Médias Empresas (PME's), de modo a aproveitarem as oportunidades de negócios existentes actualmente;
- acções a empreender para que os agentes económicos nacionais e estrangeiros, sintam atracção em investir na agricultura, agro-processamento, pecuária e pescas;
- estímulos a oferecer aos empreendimentos assentes em mão-de-obra intensiva com vista a gerar mais empregos para compatriotas;
- a identificação das abordagens adequadas para o crescimento e formalização do sector informal; e
- formas para acelerar a bancarização da economia e a extensão dos serviços financeiros para as zonas rurais.

É com estas palavras que nos juntamos a KPMG na sua festa pela passagem dos seus 25 anos. Que continuem na vanguarda do processo de construção de uma economia mais robusta e inclusiva.

Muito obrigado, pela atenção que me dispensaram!



OS DESAFIOS DO ENGENHEIRO EM MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no jantar de gala alusivo ao Dia Nacional do Engenheiro Maputo, aos 7 de Maio de 2015

OS DESAFIOS DO ENGENHEIRO EM MOÇAMBIQUE

Senhor Bastonário da Ordem dos Engenheiros de Moçambique;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Vice-Ministros;

Senhor Presidente do Município de Maputo;

Ilustres Membros da Ordem Nacional dos Engenheiros;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Estimados Colegas.

Sinto-me honrando e privilegiado por estar nesta gala, na sequência do convite formulado pela Ordem dos Engenheiros de Moçambique.

Antes de mais, gostaria de agradecer o convite e felicitar a Direcção da Ordem e todos os engenheiros moçambicanos residentes no país e na diáspora, por esta Data que se celebra sob o lema "Por uma Ordem comprometida com o desenvolvimento de Moçambique".

Este lema demonstra o nível de compromisso dos engenheiros moçambicanos face aos, cada vez crescentes, desafios de desenvolvimento do nosso país.

Apraz-me partilhar convosco a minha satisfação em relação ao lema deste ano que se enquadra nas prioridades da minha governação, plasmadas no Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019.

Apostamos no desenvolvimento do capital humano e social, com o intuito de assegurar o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais, para satisfazer as necessidades básicas do Povo.

Esta nobre missão, claramente visualizada no projecto de governação, só é possível com o envolvimento activo do engenheiro moçambicano, na linha da frente do desenvolvimento social e económico, tendo como princípio orientador o saber-estar e o saber-fazer.

Caros Colegas,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É um privilégio enorme estar junto de todos vós, numa altura em que o país celebra 40 anos de independência, galvanizada pelo contagiante movimento da Chama da Unidade que hoje circula, em festa, na Província da Zambézia, depois de ter estado sucessivamente em Cabo Delgado, Niassa e Nampula.

Em homenagem aos 40 anos da nossa independência, os engenheiros, como cidadãos desta nação e promotores do desenvolvimento, devem exaltar o valor da Paz e da Unidade Nacional, factores decisivos para a implementação plena do vosso lema: "Por uma Ordem comprometida com o desenvolvimento de Moçambique".

Ilustres Colegas,

Moçambique está entre os países da região e do mundo que dispõe de grandes jazigos de recursos naturais, cuja prospecção e exploração exige mão-de-obra qualificada e especializada, segundo padrões internacionais e, sobretudo, com o envolvimento directo dos nossos engenheiros, em todas as fases.

Estes processos desafiam-nos a reflectir profundamente sobre as formas de superação da escassez de capital humano neste campo, a partir da formação técnico-científica.

Impelem-nos, igualmente, a repensarmos as nossas políticas de gestão do capital humano.

Que não haja um engenheiro desempregado ou empregue em áreas onde não exerça a sua profissão, enquanto precisarmos de mais engenheiros. (Ex. PR)

A gestão eficaz do nosso capital humano deve encorajar-nos a persistir e a servir de estandarte do que fomos construindo ao longo destes 40 anos de independência.

As infra-estruturas económicas e sociais modernas, que estamos a erguer em toda a extensão territorial nacional, ilustram, sem dúvida, a aplicação dos conhecimentos científicos e a criatividade dos nossos profissionais. (Mas ainda é pouco)

Com efeito, registo com agrado o envolvimento dos nossos engenheiros em muitas frentes do desenvolvimento económico e social, com impacto positivo e directo no nível e na qualidade das condições de vida das famílias moçambicanas, particularmente, das camadas mais pobres.

Os engenheiros estão a dar a sua contribuição nos projectos de abastecimento de água e de saneamento, tanto nos centros urbanos como nas áreas rurais.

Encontram-se, também na electrificação rural, impulsionando o desenvolvimento do campo e a produção alimentar.

Igualmente, a conservação e transformação industrial dos produtos agrícolas, uma das minhas grandes apostas, acontecem com a participação dos nossos engenheiros.

Assim, a Ordem dos Engenheiros deve colocar-se na dianteira dos processos de desenvolvimento de Moçambique, influenciando na colocação do engenheiro no lugar certo e em tempo oportuno.

Reitero a disponibilidade do Governo em continuar a privilegiar a sua interacção com a Ordem, esta plataforma de coordenação de acções para desenvolvermos uma parceria mutuamente vantajosa.

Queremos ver incrementada e consolidada a parceria técnica e científica entre a Ordem e as diversas entidades públicas e privadas que lidam com o desenvolvimento de

projectos de infra-estruturas, bem como com todas as outras áreas de engenharia, para além daquelas com a face mais visível.

A nossa ordem não deve ter medo de promover e/ou trabalhar no sector privado onde colocará à prova o seu conhecimento e determinação.

Esta parceria deve garantir que os nossos distritos encontrem e beneficiem de soluções de engenharia para agregar valor ao conhecimento tradicional de modo a incrementar a produção e produtividade.

Caros Colegas,

Moçambique tem sido assolado ciclicamente por cheias e secas, desafiando a nossa inteligência e capacidade de controlo da natureza e, de forma particular, a gestão de recursos hídricos.

Com efeito, este ano, mais uma vez, o país foi devastado por cheias e inundações, cujos efeitos nefastos recaem sobre a população e devastam a economia.

Quero desafiar os meus colegas engenheiros a colocarem o problema da gestão da água no topo das vossas prioridades.

Para inverter este cenário dramático, devemos agir com a nossa criatividade e sabedoria para poupar vidas e sofrimento humano nas zonas propensas à secas e cheias.

Temos que quebrar este ciclo vicioso de cheias e secas, maximizando o aproveitamento racional e integral dos recursos hídricos nacionais, em prol do nosso desenvolvimento.

As cheias e secas não podem continuar a humilhar e a colocar em causa a capacidade do engenheiro moçambicano.

Devemos juntar sinergias por forma a melhorar a gestão dos cursos de água do nosso país para, entre outras aplicações, gerar a energia por que o nosso povo clama; usar a

água para a irrigação dos campos agrícolas, usar a água para o consumo e, porque não, também para a criação de peixe.

Como Governo, temos a obrigação de liderar o processo. A sociedade e os engenheiros, em particular, devem executar os interesses dos moçambicanos nesta frente.

Caros Colegas Engenheiros,

A qualidade das empreitadas tem sido um dos grandes desafios e a cara mais visível da nossa intervenção.

A sociedade está agastada com a atitude dos profissionais que não honram os seus compromissos, sobretudo, através da prática de abandono de obras públicas.

O engenheiro não é necessariamente o dono da empresa, mas tem responsabilidade técnico-profissional na execução.

As práticas de incumprimento e baixa qualidade estão a denegrir o bom nome e a imagem da nossa classe.

Estas práticas fazem questionar os nossos conhecimentos.

A eliminação deste embaraço passa por melhorar os processos de fiscalização das empreitadas, responsabilizando os seus autores.

É preciso promover a consciência colectiva dos engenheiros sobre os danos materiais e morais que causamos aos legítimos donos das obras, sobretudo os beneficiários, o povo, meu patrão.

Não podemos continuar a assistir as nossas crianças a estudar ao relento, somente, porque a obra não foi terminada ou, no pior dos cenários, porque o empreiteiro abandonou a obra. Ou mesmo porque a sala ou o centro de saúde desabou na primeira chuva ou tempestade.

Ilustres Colegas, Membros da Ordem Nacional dos Engenheiros,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O Governo espera da Ordem um papel cada vez mais interventivo na busca de soluções técnicas e pragmáticas para os problemas da sociedade.

Devemos usar a nossa capacidade de inovação, colocando a engenharia ao serviço do Povo, moçambicanizando as soluções de engenharia.

Isto é, adequando a engenharia à realidade do país.

Caros Colegas,

Apostei em colocar, no meu Governo, um número considerável de engenheiros com vasta e reconhecida experiência.

Este constitui um compromisso para todos os engenheiros moçambicanos.

A ordem está representada numa amostra significativa no nosso Governo. (Apresentá-los)

A inclusão a que me referi no meu discurso de investidura e que se considera ter despertado grandes "expectativas" significa que todos os engenheiros, em diferentes sectores e níveis, em todo o País devem participar nesta governação, trazendo soluções práticas, independentemente das suas cores partidárias ou outro tipo de diferença legal.

Para nós, o discurso de tomada de posse é característica típica dum engenheiro:

montar, instalar ou construir com base num projecto elaborado, com base num plano de aplicação de recursos concretos. É o que fizemos.

Queremos convidar a todos os engenheiros e a sociedade em geral para se apropriarem e empenharem no cumprimento deste projecto de esperança e não fiquemos simplesmente à espera para avaliar o seu sucesso ou insucesso.

A terminar, uma vez mais, quero reiterar o meu profundo agradecimento a todos engenheiros, pelo convívio que me proporcionaram nesta cerimónia e pela vossa contribuição e entrega no desenvolvimento do país.

Bem haja engenheiro moçambicano!

Muito Obrigado!



**25° ANIVERSÁRIO
DA GAPI – SI O PAPEL
DAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS NO
DESENVOLVIMENTO
INCLUSIVO
E SUSTENTÁVEL
DE MOÇAMBIQUE**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na Gala de Celebração dos 25 Anos da GAPI- Sociedade de Investimentos
Maputo, 22 de Junho de 2015

25º ANIVERSÁRIO DA GAPI – SI O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL DE MOÇAMBIQUE

Senhor Ministro da Economia e Finanças;

Senhor Governador do Banco de Moçambique;

Senhor Presidente do Conselho da Administração da GAPI, Sociedade de Investimentos;

Distintos Membros do Conselho de Ministros;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal de Maputo;

Senhores Membros dos Órgãos Sociais da GAPI;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Quando fomos convidados a participar na Gala da Celebração do 25º Aniversário da GAPI – Sociedade de Investimentos, acedemos por reconhecer o contributo importante das instituições privadas como esta, no reforço do sistema económico e financeiro em Moçambique.

Na verdade, temos o prazer de nos associarmos a esta efeméride, que marca a maturidade de uma instituição na promoção de uma classe de empreendedores, impregnada de valores de compromisso para com o progresso do País.

É responsabilidade da GAPI, tal como outras instituições afins, a apropriação dos destinos do nosso próprio desenvolvimento, por isso espera-se delas o papel de inserção do nome de Moçambique em vários foros internacionais das Finanças para o Desenvolvimento.

Regozijamo-nos por nos apercebermos que desta experiência, se pode concluir que os moçambicanos são responsáveis pelo seu futuro e capazes de mobilizar recursos para o desenvolvimento do empresariado nacional.

Regozijamo-nos ainda por entender que tal desenvolvimento, não coloca pressões adicionais ao Orçamento do Estado e não afecta a solidez e a estabilidade do sistema financeiro, pois não depende essencialmente de depósitos do público.

Somente um País detentor de uma perspectiva concebida e dirigida localmente pode almejar alcançar patamares de excelência no seu desenvolvimento e assegurar a sustentabilidade a longo prazo.

Temos conhecimento de que a preocupação por um desenvolvimento inclusivo do País, foi a motivação que fez nascer a GAPI, como instituição financeira de desenvolvimento, suportada por uma combinação de interesses públicos e privados.

Passados 25 anos, em nossa opinião, é altura de irmos ao terreno e lá aquilatarmos esses pressupostos com a realidade objectiva reinante.

Precisamos de sentir a GAPI, não só pelas suas instalações e seus representantes, mas pela diferença que na verdade oferece.

Gostaríamos de nos alegrar, por saber que as suas representações, em Cuamba, Xai-xai, Inhambane, Pemba, Nampula, Chimoio, Quelimane e Morrumbala, e outras regiões do nosso país, se reflectem na melhoria das condições da população.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No percurso desta instituição, acompanhámos, com apreço, a organização de parcerias entre vários organismos do Governo e a GAPI, que se acredita que tenham contribuído para o lançamento de algumas sementes inovadoras e, de certo modo, arrojadas. Assim, surgiram e desenvolveram-se as micro, pequenas e médias empresas de matriz inteiramente nacional.

Lembramos que, como resultado dessas iniciativas, foi possível mobilizar e aplicar recursos com vista a realização de objectivos estratégicos de desenvolvimento nacional,

com particular ênfase no potenciamento de milhares de produtores de pequena escala que receberam assistência técnica.

Foi assim que se organizaram em cooperativas e passaram a beneficiar de tecnologia e financiamento, que lhes permitiu melhorar as suas vidas, libertando-se das grilhetas da pobreza.

Realizaram outras iniciativas que atenuaram os custos sociais do ajustamento estrutural, como foi o caso do financiamento das pequenas empresas afectadas pelas cheias do ano 2000/2001.

O vosso papel foi de realce também no programa de reinserção sócio-económica dos trabalhadores dos CFM, do relançamento da indústria de cajú em Nampula, entre outras intervenções mensuráveis.

Encorajamo-vos, como Instituição Financeira de Desenvolvimento, a continuarem a fornecer serviços de natureza financeira que promovem a iniciativa empresarial privada.

Que realizem investimentos que estimulam o desenvolvimento em áreas e sectores que não podem ser servidos através de instrumentos normais de mercado. Assim, a GAPI deve estar preparada para assumir certos riscos que os bancos comerciais não assumem.

Gostaríamos de reafirmar, aqui e agora, que o Estado, através dos seus instrumentos de política económica e financeira, com os olhos postos preferencialmente no sector privado, continuará a dar a sua contribuição estratégica na edificação de um sistema financeiro inclusivo e de proximidade.

No nosso entender, isso estimula a procura, melhora o ambiente de negócios e a capacidade dos operadores da economia real, com vista a promover mais oportunidades de negócios.

Encorajamos os mais diversos actores nos sectores público e privado a acreditarem que, através da promoção do talento nacional, da criação de sinergias e da capitalização dos recursos locais, é possível conduzir o País à um ciclo virtuoso de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Minhas Senhoras e Meus senhores,

Advogamos, no nosso Programa de Governação para o presente Quinquénio (2015-19), a simplificação de procedimentos e melhoria da competitividade, para tornar o ambiente de negócios mais atractivo para os investimentos que permitem que Moçambique assumira uma posição de referência no ranking regional e mundial.

O Governo continuará a assegurar a estabilidade macroeconómica através da gestão prudente das finanças públicas, política monetária e cambial, implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento integradas.

Gostariamos de ver consolidado o sistema financeiro, do mercado de seguros e contínua melhoria do mercado bolsista que contribuem para a criação de um ambiente de negócios favorável ao investimento e a prosperidade das empresas moçambicanas, em particular as Pequena e Médias.

No nosso Plano Económico e Social para 2015, está patente a acção do Governo orientada para a geração de riqueza, através da focalização da acção governativa para o aumento da produção, produtividade e competitividade em todos os sectores, com ênfase para a agricultura.

Fizemos constar que auguramos a revitalização e dinamização da indústria transformadora, a par do investimento em áreas económicas e sociais que possam expandir o acesso aos serviços básicos de saúde, educação, água e saneamento, energia, transportes e comunicações, melhoria do funcionamento da administração pública e do sistema da justiça.

Distintos Participantes,

Apraz-nos testemunhar o facto de a GAPI associar esta efeméride ao lançamento do programa "Agro-Jovem", uma iniciativa inovadora e promissora para a promoção de empreendedorismo no seio da nossa juventude.

Acreditamos que tal iniciativa poderá alavancar o talento e a ambição dos nossos jovens de serem reconhecidos pelo contributo que dão às suas famílias, às suas comunidades e ao País em geral.

A iniciativa irá, certamente, despertar nos jovens recém formados e nos que já estão no terreno, a vontade de ocupar um espaço de reconhecimento pela sua contribuição na produção de comida, criação de riqueza e geração de postos de trabalho e de renda.

O nosso Governo está empenhado na implementação de políticas de criação de condições para que a economia de Moçambique possa gerar mais postos de trabalho dignos para as novas gerações ansiosas de melhores condições de vida e bem-estar.

O nosso Governo acarinha o fomento de uma classe média empreendedora na medida em que as diversas oportunidades que se nos apresentam para o uso e transformação dos nossos recursos naturais devem ser localmente apropriadas e, em primeiro lugar, beneficiarem aos moçambicanos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A celebração dos 25 anos da GAPI neste ano, coincide com a celebração no próximo dia 25 de Junho, portanto, com os 40 ANOS DA NOSSA INDEPENDÊNCIA NACIONAL.

A 07 de Abril, lançamos em Namatil (Cabo Delgado), o início das comemorações DESSA GRANDE FESTA e hoje a “Chama da Unidade” está tão próxima deste lugar, que nos aquece a todos, depois de percorrer o país inteiro, onde foi espalhando a sua mensagem de Unidade, Paz e progresso.

A Chama da Unidade, por todos os cantos deste país, deixou um sentimento de pertença a uma Nação que nos legou uma bandeira que nos cobre a todos e nos aglutina indivisivelmente num Moçambique, que os nossos heróis sonharam, de amor e de solidariedade, em que todos se sintam parte desta grandiosa pátria.

Parabéns a GAPI, por este percurso repleto de realizações e que continue a trabalhar.

Que não espere por mais 25 anos para a realização plena dos objectivos que norTEAM a instituição, ajudando no fortalecimento de um sistema financeiro inclusivo – sob ponto de vista social, sectorial, geográfico e de género.

Muito Obrigado, pela atenção que me dispensaram!



**PROMOVER
A INDUSTRIALIZAÇÃO
PARA AUMENTAR
A PRODUTIVIDADE
E CRIAR MAIS
EMPREGOS EM
MOÇAMBIQUE**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da inauguração da Fábrica de produção de cabos eléctricos Midal Cables International, Lda
Beluluane, 03 de Junho de 2015

PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E CRIAR MAIS EMPREGOS EM MOÇAMBIQUE

SENHOR MINISTRO DA ECONOMIA E FINANÇAS,

SENHOR MINISTRO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO,

SENHOR GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DE MAPUTO,

SENHOR ADMINISTRADOR DO DISTRITO DE BOANE,

SENHORES ADMINISTRADORES DA EMPRESA MIDAL CABLES

INTERNATIONAL, LDA,

ILUSTRES LIDERES COMUNITÁRIOS,

CAROS TRABALHADORES,

DISTINTOS CONVIDADOS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES!

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a todos os presentes nesta cerimónia de inauguração da fábrica de produção de varões de alumínio, fios, cabos eléctricos e seus derivados, da empresa "Midal Cables International, Lda", sob o Lema "Promover a Industrialização para Aumentar a Produtividade e Criar mais Empregos em Moçambique". Portanto, é um lema que responde a uma das cinco prioridades do Governo: Emprego, Produtividade e Competitividade.

Saudação especial endereço aos accionistas desta empresa, pela visão estratégica e determinação que tiveram ao conceber e implementar este projecto que estamos convictos de que contribuirá para acelerar o crescimento económico de Moçambique e do Distrito de Boane, em particular.

Certamente que este empreendimento colocará Moçambique no mapa do mercado mundial do sector.

Esta saudação se estende, igualmente, ao Governo da Província de Maputo, que soube acolher e acarinhar esta iniciativa de investimento que contribuirá, certamente, para o fortalecimento do parque industrial desta Província.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Política e Estratégia Industrial em Moçambique têm como visão potenciar a indústria, para que seja altamente competitiva no contexto regional e internacional e que concorra para a geração de capacidades humanas, institucionais e tecnológicas, incluindo a satisfação da demanda interna e externa, através da criação da cadeia de valor do produto nacional e maior integração regional.

Esta Política e Estratégia Industrial consagram e reconhecem, igualmente, o papel das instituições privadas, vocacionadas à promoção e atracção de investimentos, bem como a participação do sector privado na expansão e melhoria da capacidade produtiva nacional ou de prestação de serviços de apoio a actividade produtiva.

Esta visão deve ser assumida por todos que querem e podem investir em Moçambique. Por outro lado, reserva ao Estado um conjunto de atribuições, com

Destaque para, entre outras,:

a) A promoção do desenvolvimento industrial, através da formulação de estratégias sectoriais, regulamentação da actividade industrial, criação de um quadro institucional adequado e outras acções que contribuam para o crescimento e a transformação qualitativa da economia;

b) O incentivo à transformação interna da matéria-prima para acrescer valor a exportação, bem como satisfazer a demanda interna, ao mesmo tempo que serve de exemplo para mais iniciativas do género; e

c) A promoção do estabelecimento de parques e zonas industriais, o melhoramento de infra-estruturas para a redução dos custos de transacção e a implementação de acções com vista à melhoria do ambiente de negócios.

No âmbito da implementação do Programa Quinquenal (2015–2019) recentemente aprovado, o Governo reconhece que “a indústria é um factor determinante para a transformação estrutural e aumento da competitividade da economia nacional, bem como a sua inserção no mercado mundial”, em alinhamento com Estratégia de Industrialização da SADC e o Seu Roteiro, aprovada na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada no dia 29 de Abril, em Harare, Zimbabwe.

Assim sendo, o nosso Governo continuará a concentrar esforços na atracção e facilitação de novos investimentos estruturantes similares ao do empreendimento que hoje testemunhamos a inauguração, com potencial para induzir o crescimento e desenvolvimento económico do País, sendo que cabe às Zonas Económicas Especiais já criadas e em funcionamento jogar um papel crucial no alcance efectivo desse desiderato.

Distintos Participantes,

Foi olhando para o enorme potencial existente em Beluluane, Distrito de Boane, bem como as suas inúmeras e diversificadas oportunidades de investimento, que o Governo de Moçambique aprovou a criação do Parque Industrial de Beluluane- Zona Franca, em Outubro de 1999.

A Política do Governo com a criação destas zonas tinha como objectivo o desenvolvimento e operação de um parque industrial para o funcionamento de uma Zona Franca Industrial e a instalação de outros projectos de investimento em regime normal.

Hoje, testemunhamos, com enorme satisfação, a entrada em funcionamento da primeira unidade fabril de grande impacto, que fará o processamento, no país, do alumínio produzido pela MOZAL, tendo em vista a produção e posterior exportação de diversos produtos derivados do alumínio, contribuindo para a colocação do nome de Moçambique no mapa industrial além fronteiras.

Esta empresa, tem o privilégio de ser pioneira no exercício da actividade de produção de varões de alumínio, fios, cabos eléctricos e seus derivados, o que irá contribuir sobremaneira para a redução de importações para os consumidores nacionais, por um lado, e por outro, proporcionará um leque diversificado de produtos usados na indústria nacional do sector de metalomecânica, construção civil, entre outros.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Apraz-nos ainda realçar o grande contributo que esta unidade fabril trás para a cadeia de valor do alumínio, a jusante, abrindo ela própria a possibilidade de instalação neste mesmo espaço de outras indústrias complementares a sua.

O processo, em curso, de integração regional na SADC tem colocado ao País enormes desafios na criação de um sector industrial inovador, dinâmico e competitivo; por conseguinte, o Governo continuará estimulando a realização de iniciativas de investimento privado como esta, cujo empreendimento hoje inauguramos, contribuindo na afirmação de Moçambique no contexto da actual integração económica regional.

Este é um exemplo de que o cartaz industrial de Moçambique deve começar a fixar na vitrina da SADC.

Com a entrada em funcionamento desta unidade fabril, testemunhamos a criação de novos postos de emprego para jovens moçambicanos. Jovens que para além de orgulho que temos por fazerem parte dos quadros técnico-directivo da empresa, orgulhamo-nos também por terem sido formados nas nossas universidades, juntamente com jovens de outros níveis do nosso ensino técnico-profissional, que também estão a ser formados.

Moçambique ganha hoje uma oficina prática, um espaço privilegiado para a realização de estágios e aplicação dos conhecimentos técnico-científicos adquiridos pelos jovens durante a sua formação.

Por outro lado, os nossos inovadores terão espaço fértil para investigarem e desenvolverem processos tecnológicos para a evolução do sector metalúrgico e de fabrico de equipamentos eléctricos, permitindo a ampla utilização de tecnologias modernas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Na verdade, é de destacar o incremento do actual fluxo de investimentos privados, a geração de novos postos de emprego para nacionais, a elevação da sua qualificação profissional, o incremento e a diversificação de exportações, bem como a contribuição directa e indirecta para a melhoria da balança de pagamentos e para as receitas públicas, entre outros.

O projecto que hoje temos o privilégio de inaugurar, é mais uma prova inequívoca dos benefícios que o Governo tem vindo a colher com a implementação efectiva do modelo de Parques Industriais e Zonas Francas.

Trata-se de um modelo que, gradualmente, vem sendo replicado noutras regiões do país, através da forte aposta no estabelecimento de uma base logística com infra-

estruturas básicas, designadamente, redes de distribuição de água, energia, estradas, telecomunicações, incluindo infra-estruturas ferroportuárias, de modo que os investidores tenham condições para o fácil estabelecimento dos seus empreendimentos nos diversos sectores de actividade económica.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O contributo que o projecto "Midal Cable International" proporcionará à economia nacional, em particular à Província de Maputo, não se resume apenas na geração de cerca de 150 novos postos de trabalho para cidadãos nacionais, nesta fase inicial de implantação do projecto, sendo igualmente relevante o seu impacto, a médio e longo prazos, na colocação no Mercado Internacional de mais um produto "Made in Mozambique".

Paralelamente, irá proporcionar a criação de novas oportunidades de investimentos para cidadãos nacionais e geração de oportunidades de negócios para as Pequenas e Médias Empresas Nacionais, através do fornecimento de diversos bens e serviços demandados por esta unidade industrial no seu funcionamento, de ora em diante.

Como dissemos, face às suas características de multisetorialidade e de natureza pluri-tecnológica, esta indústria induz efeitos multiplicadores na globalidade do tecido empresarial nacional e, simultaneamente, contribui para estimular e promover a adição de valor a matéria-prima nacional.

Termino a minha intervenção, desejando sucessos aos accionistas, bem como aos trabalhadores da Empresa Midal Cables International, Lda, nesta nobre missão de, através do vosso contributo, promover a revitalização e crescimento do sector industrial, factor determinante de desenvolvimento da economia nacional.

Quero, aqui e agora, reafirmar o meu posicionamento e do meu Governo, de "assumir-se como parceiro estratégico na afirmação de uma classe empresarial moçambicana mais ampla e robusta", "assegurando uma crescente integração do conteúdo local e a participação efectiva dos moçambicanos nos projectos de investimento".

Com estas palavras e com o foco centrado na promoção do emprego e melhoria da produtividade e competitividade da economia moçambicana, declaro formalmente inaugurada a Fábrica de Produção de Cabos Eléctricos Midal Cables International, Lda.

Muito Obrigado, pela Atenção Dispensada!



FÓRUM MUNDIAL SOBRE POLÍTICAS DE INCLUSÃO FINANCEIRA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da abertura do Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira Maputo, 3 de Setembro de 2015

FÓRUM MUNDIAL SOBRE POLÍTICAS DE INCLUSÃO FINANCEIRA

1. Saúdo e endereço boas vindas a todas as delegações e convidados ao 7º Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira, que decorre sob o lema “Promovendo a Inclusão Financeira Inspirada na Inovação”.
2. Endereço uma saudação especial à Direcção Executiva e à Presidência da Aliança para a Inclusão Financeira pela escolha sábia do lema do presente Fórum que constitui um dos grandes desafios da actualidade na gestão e desenvolvimento das nações a nível global.
3. Este lema cuidadosamente escolhido, remete-nos à reflexão sobre como fazer da inovação um instrumento de transformação na definição de políticas que visem estimular a oferta de serviços financeiros eficientes e eficazes aos diversos segmentos do mercado, nos nossos Países.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

4. Em Abril de 2014, foi aprovada a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro (2013–2022), com o objectivo de orientar a implementação de reformas profundas, visando o aumento da inclusão financeira no País e a expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais.
5. Para o alcance deste objectivo, definimos como prioridade, à luz das políticas macro-económicas, o imperativo de tornar física e economicamente acessíveis os serviços financeiros para a população moçambicana necessitada e em toda a extensão do nosso território, com particular ênfase para os produtores nas zonas rurais.
6. É neste contexto que o nosso Governo tem vindo a trabalhar para garantir que o nosso País tenha um sistema financeiro robusto, inclusivo e funcional, que seja resiliente aos riscos provenientes de choques internos e externos.

7. Igualmente, comprometemo-nos a manter e reforçar as medidas de política, visando dinamizar a bancarização e a expansão do acesso aos serviços financeiros às zonas rurais, a aumentar e massificar o uso de meios alternativos de pagamento e a promover maior abrangência, diversificação e competitividade dos serviços financeiros.
8. Ao dar ênfase à expansão e ao acesso aos serviços financeiros, a nossa maior preocupação não está apenas na forma como devemos oferecer estes serviços, mas sobretudo em como fazê-los chegar a todo o País, para que sirvam de agente transformador e indutor da actividade produtiva nos diversos sectores.
9. Por isso, é nos colocado o desafio de identificarmos soluções concretas, práticas e objectivas sobre como conceber e fazer chegar os produtos e serviços financeiros mais adequados às actividades económicas essenciais dos nossos países e, particularmente, às actividades típicas da economia rural, como a agricultura familiar, pesca artesanal, pequeno comércio e mineração artesanal.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

10. Este evento realiza-se num ano especial para o nosso País, um ano em que comemoramos 40 anos da nossa Independência e iniciamos um novo ciclo de governação, centrado no desenvolvimento do capital humano e na promoção do sector empresarial Moçambicano, com ênfase nas Pequenas e Médias empresas.
11. Acreditamos que os resultados dos debates que vão resultar da Declaração de Maputo, servirão de fonte de inspiração para a busca de respostas e novos caminhos que devemos trilhar nos próximos anos, para que através da inovação, consigamos fazer chegar com celeridade, confiança, comodidade e menor custo, os serviços financeiros às nossas populações.
12. Assim, reitero dois compromissos do meu Governo, visando a expansão e fortalecimento dos serviços financeiros inclusivos:

- Primeiro: acelerar a expansão do acesso à energia eléctrica e aos serviços de telecomunicações, sem os quais é impossível expandir e prover os serviços financeiros; e,

Segundo: aprimorar e garantir a implementação efectiva do quadro legal e regulamentar, robusto e sustentável que incentive o pleno funcionamento e dinamização dos mercados e serviços financeiros.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

13. Para terminar, expressamos o nosso compromisso em continuar a contribuir para o fortalecimento da Aliança para a Inclusão Financeira.
14. Com estas palavras, Declaro Formalmente Aberto o 7º Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira.

Muito obrigado, pela Atenção Dispensada!

CAPÍTULO IV

DEFESA E SEGURANÇA





TOMADA DE POSSE DO VICE COMANDANTE GERAL DA PRM E DO CHEFE DO ESTADO MAIOR DA CASA MILITAR

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na cerimónia de tomada de posse do Vice Comandante Geral da PRM e do Chefe do Estado Maior da Casa Militar
Maputo, 20 de Agosto de 2015

TOMADA DE POSSE DO VICE-COMANDANTE GERAL DA PRM E DO CHEFE DO ESTADO MAIOR DA CASA MILITAR

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Chefe da Casa Militar;

Senhores Vice Ministros;

Senhor Chefe do Estado Maior General;

Senhor Comandante Geral da Policia;

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Esta cerimónia de tomada de posse do Vice-Comandante Geral da PRM, o Primeiro Adjunto de Comissário da Polícia, José Weng San e do Chefe do Estado Maior da Casa Militar, o Coronel Eugénio Augusto Roque, inicia uma etapa que reforça a esperança do nosso Povo para com a Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas do nosso País.

O juramento que acabam de prestar, significa igualmente a motivação dos profissionais das Forças de Defesa e Segurança que a partir de hoje passam, de forma acrescida, a depositar as suas expectativas profissionais e da vida, no modelo de comando que deverão imprimir.

Vão dirigir homens com perspectivas da sua progressão e das suas famílias, homens que devem encontrar em vós o conforto para defender a Pátria, o conforto para o aumento da qualidade das suas vidas.

Nomeamos-vos por confiar em vós, por conhecer as vossas capacidades e habilidades policiais e militares. Nomeamos-vos por acreditar no vosso mais alto sentido de responsabilidade, de obediência, de disciplina e do alto valor patriótico de moçambicanidade.

Caros Presentes,

Compatriotas,

Numa das ocasiões, vincamos a mensagem da determinação do nosso Povo em continuar a viver Unido e em Paz, num País Uno e Indivisível. Dissemos isso confiantes na capacidade das Forças de Defesa e Segurança de garantir esta grande conquista dos moçambicanos.

Vocês, passam hoje para a classe do Comando Superior mais responsabilizado, porque irão directamente assessorar, apoiar e intervir, dando apoio directo aos Comandantes hierarquicamente superiores dos vossos órgãos. Refiro-me ao Inspector Geral da Polícia, Jorge Henrique da Costa Khalau e o Comodoro Joaquim Rivas Mangrassa, respectivamente.

Queremos recordar as palavras que dirigimos na ocasião acima referenciada e apelar a vós que fazeis parte da tripulação duma embarcação na qual as únicas cores dos passageiros são as da bandeira nacional, viajam na embarcação os moçambicanos do Rovuma ao Maputo e ostentam uma única tribo que se chama Moçambique e que congrega diferenças. Vocês servirão a esta raça Moçambique cuja religião é unicamente a moçambicanidade.

O vosso partido político tem como membros os mais de 24 milhões de moçambicanos e é o maior partido dos moçambicanos. É a estes que devem proteger e defender.

Estimados Empossados,

O preenchimento da estrutura orgânica da PRM e da Casa Militar, confere maior responsabilidade ao Comando, à direcção, à organização, ao funcionamento e à disciplina das Forças de Defesa e Segurança. Este preenchimento deve traduzir-se no reforço da nossa capacidade de resposta, o que remete-nos a maior concentração na agenda nacional.

Queremos com isso chamar a consciência de que a agenda central é a criação do bem-estar para os moçambicanos sem qualquer discriminação.

A vossa missão é evitar o crime, a morte por assassinato ou outra forma, evitar os raptos os sequestros, os acidentes e defender o cidadão vulnerável.

Mais do que nunca, a vossa missão é proteger e acarinhar o cidadão com problemas de pigmentação, cujo crime de forma macabra, começa a ganhar expressão no nosso País e garantir a Paz, e estabilidade nacional, conforme o plasmado na Constituição da República de Moçambique.

Queremos deixar o nosso conselho sobre o que representa o desejo do Povo moçambicano: O melhor comandante, é aquele que evita tomar decisões emocionais, decisões que podem ocasionar danos e prejuízos e conseqüentemente acarretar custos.

As Forças de Defesa e Segurança não se compadecem com improvisações, por isso preparem cuidadosamente as decisões, preparem criteriosamente as missões e vençam as etapas para justificarem a vossa competência profissional e as qualidades que ditaram a vossa indicação para esta nomeação.

Quero vos convidar a revisitar o compromisso prestado aos moçambicanos no dia 15 de Janeiro, que passo a citar "Não aceitaremos a violação do contrato social firmado com o nosso Povo: Ninguém está acima da Lei e todos são iguais perante ela.

O combate à criminalidade, em particular o crime organizado, será implacável de modo que todo e qualquer cidadão moçambicano ou estrangeiro se sinta tranquilo e protegido" Fim de citação. Caros Oficiais Gerais, esta é a missão.

Caros Presentes,

Apraz-me endereçar uma saudação especial aos oficiais, vossos predecessores, que com zelo e sentido de missão cumprida exerceram as funções que hoje vocês herdaram.

Aos recém-empossados desejo saúde e sucessos. Endereço um especial reconhecimento aos vossos cônjuges e familiares que em todos os momentos estiveram ao vosso lado, permitindo o vosso crescimento.

Termino, convidando a todos que nos acompanhem num brinde:

- À saúde dos empossados e suas famílias!
- Ao crescimento das Forças de Defesa e Segurança!
- À saúde de todo Povo moçambicano!

Obrigado pela atenção!



**FADM
PRIORIZANDO
A FORMAÇÃO,
CONSOLIDANDO
A UNIDADE
NACIONAL, PAZ E
DESENVOLVIMENTO
SÓCIO-ECONÓMICO**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança por ocasião do patenteamento de Oficiais Generais e da saudação às Forças Armadas de Defesa de Moçambique
Maputo, 23 de Setembro de 2015

FADM

PRIORIZANDO A FORMAÇÃO, CONSOLIDANDO A UNIDADE NACIONAL, PAZ E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

Senhor Ministro da Defesa Nacional;

Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Caros Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República;

Caros Oficiais Gerais, Superiores e Subalternos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Antes de mais, permitam-me felicitar aos Oficiais Gerais que acabamos de patentear como imperativo do preenchimento da Orgânica das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

A dinâmica nos aconselha a adequar o capital humano, o grande recurso com que as FADM contam, aos novos desafios.

Ao Contra Almirante Joaquim Rivas Mangrassé, aos Brigadeiros Elias Marceta Dhlakama, Cândido José Tirano, António Augusto Maurice e Eugénio Augusto Roque e ao Comodoro Eugénio Dias Muatuca, a partir de hoje recai sobre vós uma responsabilidade acrescida.

Passam a pertencer à classe de oficialato mais decisiva das FADM, são a cara visível dos que devem garantir a Paz e a estabilidade dos milhões de moçambicanos.

Recomendamos que integrem e/ou dirijam equipas coesas, onde a disciplina, a tolerância, a lealdade e os valores de reconciliação já conquistados sejam cada vez mais consolidados.

O Governo tem a obrigação de criar as condições objectivas para que a vossa missão seja coroada de êxitos.

Caros Oficiais Gerais, Superiores e Subalternos,

O Nosso país comemora no dia 25 de Setembro de 2015, o quinquagésimo primeiro Aniversário das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, uma data que simboliza o sacrifício e o heroísmo do nosso Povo, reflectido na Geração do 25 de Setembro, fonte incontornável e incontestável da nossa inspiração na construção do futuro risonho que almejamos para todos os moçambicanos.

Quero, através de vós, prestar uma singela homenagem a todos os que protagonizaram estes actos heróicos, aceitando sacrificar as suas próprias vidas para que todos nós, hoje, pudéssemos desfrutar da Paz, Liberdade e do Progresso, como uma Nação livre e independente.

Com elevada honra e emoção, por vosso intermédio, saúdo vivamente a todo o povo Moçambicano e ,de forma muito especial, a todos os Oficiais Gerais, Superiores, Subalternos, Sargentos e Praças das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, em geral e a todos os trabalhadores civis do sector da defesa que com sacrifício e abnegação têm sabido ser depositários do legado heróico dos Jovens de 25 de Setembro.

Estendo a minha saudação a todas Forças de Defesa e Segurança no geral e,em particular as FADM quem estado a dar um bom exemplo de coordenação, inspirando maior confiança ao Povo moçambicano.

Quero tomar esta ocasião para agradecer a mensagem de carinho e de fidelidade à Constituição da República e à nossa direcção, na qualidade de Comandante–Chefe das Forças de Defesa e Segurança.

Caros Oficiais Gerais, Superiores e Subalternos;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Este acto transmite a disponibilidade e prontidão das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, em particular, e das Forças de Defesa e Segurança, em geral, de defender, sem tréguas, com orgulho e profissionalismo a soberania e integridade territorial e ao povo Moçambicano.

Como disse, em várias ocasiões, perante vós membros da direcção das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, reitero que o meu compromisso é de servir o povo moçambicano, como o meu único e exclusivo patrão.

O meu compromisso é o de respeitar e fazer respeitar a Constituição da República e as demais Leis Moçambicanas. Assim, reitero a minha prontidão para defender o Povo Moçambicano e a Unidade Nacional.

As Forças Armadas de Defesa de Moçambique por tradição e de acordo com o quadro legal de que se regem, servem única e exclusivamente ao Povo Moçambicano, o qual ciclicamente cede parte de seus filhos à esta instituição. Por isso, a Palavra de Ordem é: Lealdade e sempre Lealdade.

Este desiderato só pode ser alcançado se as nossas Forças Armadas continuarem a pautar pela disciplina e pelo alto sentido de profissionalismo e inovação para que, com os recursos de que dispõem, continuem a cumprir com rigor e eficácia as suas missões.

Neste contexto, a educação, formação e instrução constantes devem continuar a ser norma nas nossas unidades e sub-unidades, para que em quaisquer circunstâncias possam estar aptas para salvaguardar a maior conquista do nosso povo, a unidade nacional, paz e o direito ao desenvolvimento sócio-económico para o bem estar de todos.

Reconhecemos os esforços que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique estão a empreender para garantir o funcionamento normal das instituições e que o país continue a sua marcha pelo desenvolvimento económico.

As nossas Forças Armadas devem continuar a ser o símbolo de coesão nacional e patriotismo por aglutinarem no seu seio moçambicanos na sua plena diversidade.

Devem ser, igualmente, um factor dissuasor contra quaisquer iniciativas obscuras de indivíduos ou grupos, que procuram criar pânico e medo no seio das populações através de ameaças de guerra.

Estas ameaças visam pôr em causa a estabilidade socioeconómica e a unidade nacional dos moçambicanos, desviando-nos da luta contra o nosso principal inimigo, a pobreza.

Por isso, ao festejarmos esta data, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique devem ter sempre presente a sua responsabilidade de garantir que os moçambicanos vivam em paz, não sejam intimidados, que durmam e acordem com sonhos de um futuro promissor.

O Governo continuará empenhado na busca da Paz efectiva, privilegiando sempre o diálogo no âmbito das instituições democráticas de que o país dispõe e de outros espaços disponíveis.

Estimados Oficiais,

Caros Sargentos e Praças,

Exorto-vos a prosseguirem, na mesma senda de profunda dedicação à nossa pátria, rigor absoluto e persistência no cumprimento dos vossos deveres, sempre na estrita observância dos mais altos valores da ética e da moral militar, incrementando a Educação Cívico-Patriótica a todos os níveis e em todos escalões de Comando e Direcção das tropas.

Aos desafios inerentes à sua condição militar, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique devem agregar a sua participação no processo de produção de alimentos, na construção de infra-estruturas, formação, promoção da saúde e bem-estar do militar e, por esta via, galvanizarem o processo de luta pelo bem-estar e construção de um Moçambique, cada vez melhor, para todos.

Queremos que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique continuem a ser a "Escola de Cidadania" de excelência, onde os valores mais nobres da Nação Moçambicana,

nomeadamente: Indivisibilidade do Povo Moçambicano, a Independência, a Soberania e o Patriotismo são incutidos com zelo, dedicação, disciplina e obediência.

Caros Oficiais Generais;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Apreciamos o exemplo de reconciliação que oferecem ao Povo Moçambicano, os Oficiais Generais e Superiores que ontem se confrontaram uns contra os outros e hoje juntos perfilam em saudação à um único Comandante–Chefe, e renovam o juramento de lealdade e de respeito à Constituição da República.

Queremos saudar e enaltecer esta grande demonstração de reconciliação entre os moçambicanos. Esta é uma grande lição de coesão e unidade nacional, é uma lição de profissionalismo.

Reitero o meu carinho, construído no meu passado recente, no Ministério da Defesa Nacional, e desejo a todos vós, membros das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, em particular, e às Forças de Defesa e Segurança, em geral, votos de muita saúde, prosperidade, bom trabalho e Festas Felizes.

Termino, convidando a todos que me acompanhem num brinde:

- Ao crescimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique!
- Às comemorações do 25 de Setembro!
- À saúde dos patenteados!

Muito obrigado, pela atenção!



ENCERRAMENTO DOS CURSOS DE ALTOS COMANDOS, DE ESTADO- MAIOR CONJUNTO, DE PROMOÇÃO À OFICIAL SUPERIOR E DE ADEQUAÇÃO DE QUADROS

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, por ocasião da Cerimónia de Encerramento dos Cursos de Altos Comandos, de Estado-Maior Conjunto, de Promoção à Oficial Superior e de Adequação de Quadros
Machava, 18 de Novembro de 2015

ENCERRAMENTO DOS CURSOS DE ALTOS COMANDOS, DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO, DE PROMOÇÃO À OFICIAL SUPERIOR E DE ADEQUAÇÃO DE QUADROS

Sua Excelência Armando Emilio Guebuza, Antigo Presidente da República e Patrono do ISEDEF;

Senhor Ministro da Defesa Nacional;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Director Geral do SISE;

Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Senhor Comandante Geral da PRM;

Senhor Comandante do ISEDEF;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Matola;

Senhores antigos dirigentes do Ministério da Defesa Nacional e do Estado Maior General;

Caros Oficiais Gerais, Superiores e Subalternos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Senhores Adidos Militares acreditados na República de Moçambique;

Minhas senhoras e meus senhores.

O Instituto Superior de Estudos de Defesa " Tenente-general Armando Emilio Guebuza" oferece-nos hoje uma ocasião singular para reflectirmos à volta do contributo que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique devem dar para o desenvolvimento de um

pensamento estratégico nacional, particularmente no campo das artes militares e da defesa nacional.

Durante a criação deste Instituto, venceu a ideia estratégica de que o País necessitava de uma instituição capaz de formar militares, diplomatas, jornalistas, dirigentes políticos, empresários, Líderes entre outros actores principais. A formação, numa perspectiva integrada de edificação e consolidação de um pensamento estratégico nacional de defesa nacional.

Para isso o ISEDEF foi criado como um espaço privilegiado de reflexão, análise e edificação de ideias relativas aos assuntos de defesa e segurança nacional e internacional.

Hoje, viemos, mais uma vez, celebrar aquilo que ontem era uma simples expectativa em relação a esta instituição de ensino militar.

Estimados Oficiais,

A discussão neste espaço, dos grandes temas de interesse nacional, funciona como uma expressão activa das relações civis-militares e abre a instituição militar ao seu Povo.

Através do ISEDEF, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique são levadas ao calor e convivência com o Povo. Aqui se constrói a cidadania.

A cidadania não passa apenas pela integração do cidadão nas fileiras das Forças Armadas. Ela se torna uma partilha dos desafios que decorrem da necessidade de proteger aquilo que é nosso, aquilo que nos pertence como Povo.

Com os valores da cidadania consolidámo-nos como um Estado, reforçamos a nossa acção integrada nas diferentes áreas e sectores de actividade.

A política de defesa nacional aqui disseminada, quando partilhada é, cada vez mais, percebida e transformada numa matriz política sobre a qual jaz a nossa sobrevivência como Estado e como uma Nação.

Através dos diferentes debates promovidos pelo ISEDEF, o Povo deve perceber o contrato social inquebrável que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique estabelecem com a nossa política de defesa nacional.

Caros Defensores da Pátria Moçambicana!

A nossa sociedade quer a Paz, quer a liberdade e quer estabilidade. Estes são valores indispensáveis para o desenvolvimento sustentável do nosso País.

Actualmente, estes valores se encontram perturbados. Este desvio pode regredir o crescimento de Moçambique.

As Forças Armadas de Defesa de Moçambique têm a responsabilidade de participar na prevenção de qualquer tipo de conflitos. Devem produzir uma análise profunda sobre as causas e adoptar medidas inclusivas e adequadas para evitar a eclosão e evolução dos mesmos.

Os interesses vitais dos moçambicanos devem ser defendidos. Pelos interesses vitais nunca podemos abdicar de lutar, porque sem eles não poderemos sobreviver como um Povo.

As Forças de Defesa e Segurança no seu todo devem preservar mesmo debaixo de agressão armada de qualquer natureza o nosso povo e a nossa soberania nacional.

Devem defender as nossas fronteiras, a nossa independência e a nossa ordem constitucional.

Estas são as mais preciosas vitórias do Povo Moçambicano e não são negociáveis.

O Povo Moçambicano outorgou às Forças Armadas de Defesa de Moçambique para defende-lo.

Paralelamente à defesa dos interesses nacionais partilhemos a consciência de que a defesa da Pátria não é tarefa exclusiva das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

A melhor maneira de criar estabilidade no País é a produção de riqueza e a promoção da justiça social.

É combater a sinistralidade rodoviária que está a ceifar vidas de compatriotas.

Criar estabilidade é também fazer uma gestão sustentável da natureza. É fazer com que as cheias ou secas deixem de ser ameaça à segurança nacional, porque tiram vidas, destroem infra-estruturas económicas e sociais.

Caros generais,

Senhores oficiais superiores e subalternos,

A missão do ISEDEF é de formar oficiais, com o rigor e a qualidade requeridas, para a arte militar.

Os oficias graduados devem ter capacidade para interpretar diferentes fenómenos económicos, sociais e culturais que possam ter impacto na defesa nacional.

A Defesa Militar é o exprimir de uma etapa crítica de qualquer estado sob uma ameaça armada. É nas Forças de Defesa e Segurança que recai a responsabilidade exclusiva de usar as armas para a Defesa dos interesses Nacionais.

Antes de tudo, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique devem constituir-se como verdadeiros mensageiros da paz e da reconciliação nacional.

É nossa expectativa que o ISEDEF reformule a sua postura com vista a ter maior disponibilidade para responder ao chamamento cada vez mais permanente do nosso Estado para prover maior segurança aos cidadãos.

O conjunto de instrumentos legais e conceptuais da defesa nacional é uma premissa importante para uma defesa capaz e efectiva.

Refiro-me, especificamente, ao Livro Branco de Defesa Nacional, ao Conceito Estratégico Militar, ao Sistema de Forças Nacionais, ao Dispositivo de Forças, às Missões Específicas das Forças Armadas e à Lei de Programação.

No estudo e aprofundamento deste pacote estruturalmente conceptual e legal estratégico, o ISEDEF está numa posição privilegiada para aconselhar e recomendar o melhor percurso e opções.

Encontrem, nestes documentos estratégicos, um caminho nacional adequado à nossa realidade, mesmo que inspirado em estratégias internacionais que, naturalmente, não poderemos contorná-las por serem parte da ciência militar universal.

Os factores de natureza geoestratégicos alteram-se constantemente e por vezes de forma profunda devido a condição das relações internacionais em permanente mutação.

Os desafios que incidem sobre o nosso País evoluíram. Mas é sobre a fome, pobreza, a partilha de oportunidades, diferenças sociais ou sobre interesses alheios aos da nação que devemos aprofundar a nossa avaliação, para reter as formas de como enfrentá-los e vencê-los.

Temos a obrigação de transformar esta instituição numa referência nacional e internacional, investindo na melhoria da qualidade dos currículos de treino e formação.

Na área do ensino, o ISEDEF deve priorizar a pesquisa e desenvolvimento de um pensamento estratégico nacional, aplicável ao longo de todo território nacional.

Para tal fim, o ISEDEF deve modernizar-se e ter um corpo docente investigador, que passe grande parte da sua actividade à busca de soluções para os inúmeros obstáculos que enfrentamos.

É convosco que contamos para fazer desta instituição um ícone do conhecimento nacional. Desprendam mentes, desconstruam conceitos operacionais estanques e façam vincar ideias próprias.

Durante o presente ciclo de governação pretendemos ver resultados tangíveis do trabalho realizado por vós.

Não buscamos a quantidade de oficiais formados, esperamos, sim, pela qualidade, pois, a função militar confronta-se com risco de vida humana e por isso é na qualidade que se minimiza tal risco.

A qualidade da Instituição militar é avaliada pelo valor dos seus militares.

Senhor Ministro da Defesa Nacional,

Senhor Chefe do Estado Maior General das FADM,

Recomendamos-vos a desafiar os oficiais, a todos níveis, a aproveitarem as capacidades que o ISEDEF pode oferecer à instituição militar.

Confrontem e exijam de todos, os resultados dos conhecimentos aprendidos para o desenvolvimento do país, como forma de fundamentar este grande investimento no Capital Humano.

Queremos terminar a nossa celebração, agradecendo a presença do Patrono do ISEDEF e exortando ao Ministério da Defesa Nacional, ao Estado Maior General da FADM e ao

ISEDEF, para que os Oficiais aqui formados tenham uma visão ampla sobre os desafios da actualidade e do futuro e que os Jovens Oficiais tenham uma preparação que os permite ganhar atitude própria e profissionalismo integrados, perante a sociedade.

A nossa expectativa é que os Graduados tenham iniciativas e criatividade e sejam agentes catalisadores do crescimento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Desejando sucessos aos graduados, temos a honra de declarar encerrados o segundo Curso de Altos Comandos, o segundo Curso de Estado-Maior Conjunto, o quinto Curso de Promoção à Oficial Superior e o oitavo Curso de Adequação de Quadros.

Muito obrigado!



**FORÇAS DE DEFESA
E SEGURANÇA
LEALDADE, FIDELIDADE
E OBEDIÊNCIA
AOS COMANDOS
CONSTITUCIONAIS**

Discurso de Sua Excelência
Filipe Jacinto Nyusi, Presidente
da República de Moçambique,
na Cerimónia de Saudação pelas
Forças de Defesa e Segurança
Maputo, 12 de Março de 2015

FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA LEALDADE, FIDELIDADE E OBEDIÊNCIA AOS COMANDOS CONSTITUCIONAIS

Senhor Ministro da Defesa Nacional;

Senhor Ministro do Interior;

Senhor Director Geral dos Serviços de Informação e Segurança do Estado;

Senhor Chefe do Estado Maior – General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Senhores Vice–Ministros;

Senhores Comandantes da Força Aérea, do Exército e da Marinha de Guerra;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Gostaria, em primeiro lugar, de manifestar a minha satisfação pela saudação que me é feita, que não constitui uma surpresa, porque assim nos habituaram e, ao mesmo tempo, quero endereçar as nossas calorosas saudações a todos os membros das Forças de Defesa e Segurança.

O papel das Forças de Defesa e Segurança, desde os primórdios tempos da nossa independência, foi sempre relevante na preservação da Paz e tranquilidade.

Quero agradecer o gesto e as palavras, carregadas de grande significado para mim, dirigidas neste único momento em que acabo de iniciar as funções de Comandante–Chefe das Forças da Defesa e Segurança.

A vossa mensagem destaca a vossa inteira disponibilidade, lealdade, fidelidade e obediência aos comandos constitucionais da nossa Pátria amada, comandos estes que nós todos temos a obrigatoriedade de respeitar.

As vossas palavras transmitem a confiança inequívoca e o apoio incondicional ao nosso novo ciclo de governação, averbado pelo nosso Povo no escrutínio de 15 de Outubro de 2015.

Caros membros das Forças da Defesa e Segurança,

Minhas Senhoras e meus senhores,

Está claro que o clima de estabilidade e de segurança que o País vive, resulta da conjugação de esforços das Forças de Defesa e Segurança, visando a consolidação da paz, unidade e reconciliação nacionais que cada vez mais se forja e se consolida.

Neste âmbito, tem sido possível, por um lado, fortalecer a democracia e a consciência patriótica, uma consolidação fundamental para o desenvolvimento harmonioso do País.

Por outro lado, os esforços em referência têm concorrido para um funcionamento normal das instituições e dos órgãos do Estado, democraticamente eleitos, bem como para uma convivência pacífica, democrática e harmoniosa entre as forças políticas existentes nesta terra de gente humilde e trabalhadora.

A vontade de gerar conflitos de natureza política, de ambição pelos recursos naturais, tribal, regional e mesmo religiosa, esforços para estabelecer mudanças inconstitucionais do Governo democraticamente eleito e os tráficos fronteiriços de todo tipo, constituem ameaças à Paz, à Segurança e à Ordem democrática, que adicionado às carências de carácter económico e naturais, têm estado a perigar o desenvolvimento harmonioso do nosso País.

É incontornável o carácter transnacional de ameaças, dos riscos e dos desafios que colocam em alerta a segurança do nosso País.

Nesta assunção de responsabilidades, as Forças da Defesa e Segurança têm um papel preponderante.

A vossa prontidão é crucial e indispensável para a defesa da integridade territorial.

Só compatriotas, com alto sentido de Missão de servir à nação, podem oferecer com coragem, determinação e patriotismo e garantir a manutenção da Paz e estabilidade, condições indispensáveis para a ordem e tranquilidade pública aos moçambicanos, bem assim para o desenvolvimento.

Senhor Ministro da Defesa nacional,

Senhor Ministro do Interior,

Senhor Diretor Geral,

Estimados Gerais e Oficiais das FDS,

Quero usar esta oportunidade para vos saudar pelo excelente trabalho que têm realizado em prol da defesa dos interesses da pátria moçambicana.

Moçambique orgulha-se por ter servidores com o vosso nível e qualidade, merecedores de elogios e respeito no seio do nosso Povo.

A República de Moçambique é um território uno e indivisível. O Povo moçambicano é amante da PAZ.

O Estado de direito democrático define a nossa forma de ser e de estar.

O caminho que continuaremos a seguir está prescrito na lei – mãe.

Sabemos de onde viemos e para onde vamos.

Na vertente humanitária, saúdo o vosso empenho no trabalho nobre que estão a realizar nas regiões afectadas pelas cheias e inundações, salvando vidas humanas, as vidas dos compatriotas pelas quais juraram servir.

O Povo exige às Forças de Defesa e Segurança para que sejam cada vez mais interventivas na busca de soluções dos problemas da maioria dos nossos concidadãos.

Empenhem-se, com afinco, no combate à criminalidade, sobretudo contra o crime organizado, que atormenta a nossa sociedade e temos toda certeza que irão vencer porque já deram mostras das capacidades nesta matéria.

Minhas senhoras e meus senhores,

Vamos este ano celebrar os 40 anos da nossa mais cara conquista, a independência nacional.

Queremos, neste momento , exortar a todas as Forças de Defesa e Segurança a preservar o espírito patriótico e a empenharem-se ainda mais no cumprimento da nobre missão que a Nação vos confia.

Nós queremos que o paradigma dum Moçambique sem guerra, inviolável em franco desenvolvimento e com o gozo dos direitos humanos constitua o maior tesouro do Povo moçambicano.

Estimados defensores da Pátria Amada!

Neste ciclo de governação cujo período está entre 2015 – 2019, temos que marcar diferença, isso significa não reclamarmos soluções do que depende de nós.

Temos que usar a nossa inteligência para melhor explorar as nossas energias, de modo a garantir as ansiedades do povo.

O soldado, o guarda, o sargento, o oficial das nossas Forças de Defesa e Segurança não têm côr partidária, antes porém, é o defensor de vanguarda da Unidade Nacional e da constituição da República.

O agente das Forças de Defesa e Segurança deve defender a Nação, uma Nação em Paz.

Deve ainda defender a Unidade Nacional, a solidariedade, a justiça, uma nação de oportunidades iguais para todos e um bem-estar para nós próprios e para as gerações vindouras.

Para terminar, mais uma vez agradecemos a vossa prontidão.

O Povo exige de vós o resultado, o Povo quer a manutenção da Paz, Paz e Paz, mais nada!

Na pureza do cumprimento da missão, no patriotismo, na lealdade, na fidelidade e na obediência que se comprometeram reapeitar, o Povo exigirá a sua inalienável Soberania.

Muito obrigado!



**PRM 40 ANOS
GARANTINDO
ORDEM, SEGURANÇA
E TRANQUILIDADE
PÚBLICAS**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das FDS, na saudação por ocasião do 40º Aniversário da PRM
Maputo, 22 de Maio de 2015

PRM 40 ANOS GARANTINDO ORDEM, SEGURANÇA E TRANQUILIDADE PÚBLICAS

Senhor Ministro do Interior;

Senhor Vice Ministro do Interior;

Senhor Comandante Geral da PRM;

Senhores Membros do Comando Geral da PRM;

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Gostaria de começar por manifestar a honra e o prazer que sinto em ser saudado pelo Alto Comando da nossa Polícia da República de Moçambique, na qualidade de Comandante–Chefe das FDS. Queremos investir este tempo para vivamente saudar a todos guardas, sargentos e oficiais da PRM ao longo de todo o território nacional.

Dirigimos uma saudação especial aos oficiais que até hoje asseguram esta casa de forma exemplar e competente.

Estimados oficiais,

Caros Comandantes,

O nosso Comandante e o oficial da PRM devem na sua agenda assegurar a estabilidade de Moçambique de modo a favorecer o desenvolvimento e o bem-estar do nosso Povo.

O nosso oficial deve defender o cidadão e seus bens, deve ainda defender o carvão, o gás, a floresta, a água, os solos, o clima, deve defender a nossa natureza.

Queremos maior concentração na agenda nacional, porque Moçambique só pode crescer com a Paz e estabilidade que, aliás, é a vossa missão principal preservá-las.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O bom, comandante é aquele que evita decisões emocionais, decisões que podem sacrificar vidas. Vós sois a cara visível dos que asseguram a lei e a ordem, por isso não estão autorizados a ensaiar ou a improvisar medidas.

A prevenção do crime e a educação do cidadão deve ser a vossa forma tradicional de funcionar, o vosso modus operandi.

Vós tendes a responsabilidade acrescida sobre todos nós moçambicanos, por isso merecem o carinho de todo o povo Moçambicano, do vosso governo e a grande atenção do vosso Comandante em Chefe.

Queremos, por isso, declarar a nossa disponibilidade total para facilitar o vosso trabalho e compreender que o polícia tem necessidades, cuja satisfação das mesmas concorre para o seu desenvolvimento humano e para o exercício do seu trabalho.

A terminar, proponho um brinde:

- Ao sucesso na missão de garantia da ordem, segurança e tranquilidade pública!

□ Ao fortalecimento da equipa directiva da PRM!

Bem haja a PRM!

Muito Obrigado!



**PRM 40 ANOS
GARANTINDO,
ORDEM, SEGURANÇA
E TRANQUILIDADE
PÚBLICAS**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das FDS, por ocasião da Comemoração dos 40 Anos da Polícia da República de Moçambique
Maputo, 20 de Maio de 2015

PRM 40 ANOS GARANTINDO, ORDEM, SEGURANÇA E TRANQUILIDADE PÚBLICAS

Senhor Ministro do Interior;

Venerando Juiz Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Juiz Presidente do Tribunal Administrativo;

Digníssima Procuradora-Geral da República;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Comandante-Geral da PRM;

Senhores antigos Dirigentes do MINT e da PRM;

Senhores Membros das FDS;

Distintos Membros do Comando-Geral da PRM;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Celebramos, no dia 17 de Maio, sob o lema "PRM, 40 anos garantindo a ordem, segurança e tranquilidade pública", o Dia Nacional da Polícia da República de Moçambique, que coincide com a passagem dos 40 anos da sua criação.

Por esta ocasião, saudamos, calorosamente, os Oficiais, Sargentos e Guardas da Polícia da República de Moçambique que têm sabido cumprir a sua missão com zelo, determinação e brio profissional.

Caros Oficiais, Sargentos e Guardas,

Distintos convidados,

A PRM sintetiza a experiência acumulada ao longo dos últimos 40 anos ao serviço do Povo.

Esta evolução da nossa instituição policial resulta da visão da liderança do Estado, que permitiu a transição de Polícia de Segurança Pública (PSP) do regime colonial para a primeira polícia de Moçambique independente, que era designada como Corpo de Polícia de Moçambique (CPM).

Desta designação evoluímos para a Polícia Popular de Moçambique (PPM) e, posteriormente, para a actual Polícia da República de Moçambique (PRM).

O estabelecimento da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), em 1999, enquadra-se no processo contínuo de profissionalização da nossa Polícia, tendo em conta a natureza e complexidade dos actuais desafios.

Estimados Oficiais da PRM,

Caros Sargentos e Guardas!

Por outras palavras, podemos dizer que a nossa polícia é um dos espelhos mais visíveis da história da nossa Independência, pois é nela onde também medimos os avanços que obtivemos nos últimos 40 anos.

Desde os primeiros cursos de Matalane, passando por Natikiri e, hoje, para além da formação contínua, estamos a falar da nossa Academia de Ciências Policiais.

A idade e evolução que logramos em 40 anos de Independência Nacional, acaba sendo exactamente a mesma que podemos assistir na Polícia da República de Moçambique.

A vossa missão é nobre porque muitos de vós, aqui presentes, ingressaram nas fileiras da Polícia, ainda em tenra idade, sacrificando a vossa juventude e sonhos individuais para responderem ao dever patriótico que se impunha e sempre precisará dos melhores filhos de Moçambique para dar continuidade a missão.

Ao revermos a trajectória da nossa Polícia é justo que prestemos a merecida homenagem a todos os seus membros e colaboradores.

Esta data é celebrada numa altura em que a nossa Polícia está desdobrada à extensão do território nacional, constituindo um alento às preocupações das nossas populações que clamam por uma maior segurança e tranquilidade públicas.

Os 40 anos da PRM simbolizam e demonstram, ainda, a nossa capacidade de superação de desafios, adversidades e adaptação a cada fase do nosso processo de edificação e consolidação do Estado.

Minhas senhoras e meus senhores,

Registamos, com muito agrado, a elevação constante do nível de desempenho da nossa Polícia, que se tem traduzido no ambiente de tranquilidade de que desfrutamos.

Na actualidade, a PRM realiza as suas operações num contexto caracterizado pela crescente sofisticação da criminalidade, exacerbada pelo uso indevido das tecnologias de informação e comunicação.

Dentre os novos tipos de criminalidade, destacamos:

- Os crimes cibernéticos;
- A criminalidade organizada transnacional;

- O branqueamento de capitais;
- O tráfico de órgãos e de seres humanos;
- O rapto, entre outros.

Não queremos deixar de lado o fluxo de acidentes de viação que violentamente ceifa vidas de moçambicanos.

A sociedade moçambicana é hoje cada vez mais exigente, quanto à protecção e garantia dos seus direitos fundamentais.

O cidadão consegue distinguir a má da boa actuação policial e, por via disso, exigir a reposição dos seus direitos violados.

O combate à criminalidade, em particular o crime organizado, constitui um dos maiores desafios da PRM.

Temos de ser implacáveis no seu combate para que os cidadãos se sintam tranquilos e protegidos.

A acção da Polícia deve ser complementada por iniciativas comunitárias de prevenção e combate à criminalidade. Por isso, é crucial que se fortaleçam os mecanismos de ligação com o cidadão, através dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Minhas senhoras e Meus senhores,

Distintos convidados,

Em conformidade com as prioridades do nosso Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019 reiteramos o nosso compromisso de desenvolver o capital humano da nossa

Polícia. Para tal, é imperioso que o processo de recrutamento, selecção e formação dos novos membros ocorra dentro do quadro legal estatuído e em estreita colaboração com as demais FDS.

Deste modo, a nossa Polícia em cada intervenção que efectuar deverá criar a confiança necessária, para servir de referência na sociedade, o que pressupõe o incremento da eficácia e eficiência.

Nós o Governo temos a consciência da nossa obrigação de, cada vez mais, prover a PRM de meios e condições de trabalho.

Temos também a consciência da necessidade de garantir o desenvolvimento Humano, do Homem Polícia. Continuaremos a trabalhar nesse sentido.

Caros Guardas, Sargentos e Oficiais da PRM!

O polícia não precisa de ser policiado para cumprir a sua missão, de tão clara que é.

Por isso, nos tiram sono as notícias de agentes policiais que engrossam as fileiras dos criminosos, sobretudo, quando nos dizem que têm a formação necessária para não cometerem os crimes que infelizmente abraçam.

Quando agentes da polícia são apanhados nas redes de traficantes de cornos de rinoceronte, pontas de marfim, droga diversa ou facilitadores do cometimento dos mesmos ilícitos criminais, ficamos sem sono!

Quando, de forma reiterada, temos informação de um polícia que atirou a matar, contra cidadãos inocentes, porque o fez como recurso não à lei, mas aos seus ânimos, nalguns casos umbilicais e egoístas, ficamos sem sono!

Ficamos ainda sem sono, quando crescem as estatísticas referentes aos polícias envolvidos na pura criminalidade!

Incomoda-nos saber que alguns membros da nossa polícia às vezes são acusados de estar a contribuir para a retracção de turistas nacionais ou estrangeiros, pelo exagerado número de vezes que ordena a paragem dos automobilistas.

Ficamos muito mais incomodados, quando sabemos que se trata, na sua maioria, de paragens desnecessárias, visando extorquir quem por bem, gozando da liberdade de circulação de pessoas e bens, direito constitucional na nossa República, pretende apreciar as maravilhas que as nossas paisagens, sem igual, espalhadas à extensão territorial do nosso país.

Minhas senhoras e Meus senhores,

Distintos convidados,

A sociedade deve continuar a constituir a vossa verdadeira fonte de inspiração e barómetro do vosso desempenho.

O agente da polícia deve saber ouvir, entender e analisar as opiniões e percepções dos cidadãos a quem juraram servir.

As nossas crianças e jovens devem encontrar no brio e profissionalismo da Polícia, a referência e a inspiração para a sua opção vocacional na carreira policial.

A nossa sociedade, por sua vez, deve, igualmente, ser polícia do polícia, denunciando com honestidade os comportamentos desviantes com os quais alguns agentes teimam em denegrir a imagem real da nossa respeitada corporação, temperada pelos 40 anos da sua existência.

Minhas senhoras e Meus senhores,

Ilustres convidados,

Felicitamos a todos os Oficiais, Sargentos e Guardas da PRM e suas respectivas famílias pela passagem desta efeméride e reiteramos os votos de uma força policial imbuída de valores patrióticos, honestidade e integridade.

A terminar, desejo aos membros da Polícia da República de Moçambique, a todos os níveis e em todo o território nacional, um bom trabalho e Festas Felizes.

Parabéns, Polícia da República de Moçambique!



ACIPOL CONSOLIDANDO A FORMAÇÃO DO HOMEM PARA SERVIR A PÁTRIA

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, na X Cerimónia de Graduação de Oficiais da PRM Licenciados em Ciências Policiais e do Curso de Oficiais da Polícia de Fronteiras
Michafutene, 20 de Março de 2015

ACIPOL CONSOLIDANDO A FORMAÇÃO DO HOMEM PARA SERVIR A PÁTRIA

Senhor Ministro do Interior;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Director-Geral dos Serviços de Informações e Segurança do Estado;

Senhor Chefe do Estado-Maior General das FADM;

Senhor Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique;

Magnífico Reitor da Academia de Ciências Policiais;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhora Administradora do Distrito de Marracuene;

Estimados Docentes e Corpo Técnico-Administrativo da ACIPOL;

Caros Cadetes;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Orgulha-me dirigir, as cerimónias de Graduação do Curso de Licenciatura em Ciências Policiais e do Encerramento do Curso de Oficiais da Polícia de Fronteiras.

Por esta ocasião de elevado significado e simbolismo para a nossa Polícia gostaria de, através dos presentes, endereçar as minhas calorosas saudações a todos os membros das Forças de Defesa e Segurança, pelo seu papel, entrega e determinação na defesa da soberania do nosso Estado.

Saúdo, de forma particular, os Dirigentes e Quadros do Ministério do Interior, os Oficiais, Sargentos e Guardas da PRM pelo cumprimento das suas missões na garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas no nosso País.

As minhas felicitações vão, em especial, à Direcção da ACIPOL, pelo contributo que tem vindo a proporcionar ao país, através da formação de quadros de qualidade para o país.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Esta cerimónia ocorre num momento adverso devido ao drama das enxurradas que continuam a assolar algumas das Províncias do nosso Moçambique, cujo impacto se repercute negativamente em todas esferas da vida do país.

Reitero a nossa solidariedade à todos os concidadãos sobre quem este infortúnio se abateu.

Caros Oficiais da Polícia de Fronteiras,

Estimados Finalistas,

A formação técnico-profissional dos membros da Polícia é o garante estratégico fundamental para a consolidação do Estado de Direito que estamos a construir no nosso país.

Os desafios que o nosso Povo está a enfrentar são inerentes às dinâmicas do rápido crescimento económico da nossa economia e do desenvolvimento da nossa sociedade.

É neste contexto, que assistimos às diversas manifestações do crime organizado numa rápida tendência de:

- Sofisticação de raptos;
- Assaltos à mão armada;
- tráfico de drogas e de seres e órgãos humanos;
- crescente tendência de exploração ilegal de recursos naturais;

- caça furtiva; e
- imigração ilegal entre outras práticas ilícitas.

Estamos perante desafios que exigem da Polícia da República de Moçambique uma resposta adequada e oportuna.

Os actos ilícitos exigem de nós uma acção coordenada das forças policiais e da actuação integrada do Sistema de Administração da Justiça.

Impõe-se a tomada de medidas preventivas e de combate, sem tréguas, com vista ao esclarecimento de actos criminais em tempo oportuno.

A nossa aposta deve continuar a incidir sobre a capacitação regular dos nossos Oficiais, a todos níveis, para desenvolver competências e aptidões para cumprirem com zelo, eficiência e eficácia as suas missões.

Neste contexto, encorajamos a direcção do Ministério do Interior e da ACIPOL a criarem condições para a instalação de cursos de nível médio para as forças policiais.

Caros Cadetes,

Acabam de prestar o emblemático juramento de Bandeira e a partir de já passam à classe de Oficiais.

O acto está acima do mero exercício formal e de praxis militar para ostentarem o estatuto de Membro da Polícia.

Esta cerimónia sintetiza a expressão nobre do vosso compromisso com a Pátria Moçambicana. Este compromisso exige de vós uma atitude diferente e responsável.

Esperamos de vós uma conduta abnegada, profissional, humilde e honesta no cumprimento das vossas missões.

O povo, a quem juraram servir, vos aguarda do lado de fora do portão da Academia. No entanto, a capacidade de cumprir com o vosso dever depende da vossa aceitação pública.

Assim, a PRM para granjear a simpatia e o respeito do público deve continuar a privilegiar o convívio sócio com os cidadãos na observância e respeito das leis.

A polícia deve manter com o público uma relação de interdependência assente na ideia, segundo a qual a polícia é o povo e o povo é a polícia.

A vossa acção, neste âmbito, deve ser guiada pela observância estrita da ordem jurídica nacional.

A vossa conduta pessoal e colectiva deve contribuir para a elevação do prestígio da corporação e para a dignidade do nosso Estado.

Estou certo que, mesmo oriundos de todos os cantos do nosso belo País, na Academia a vossa interacção contribuiu para cimentar a unidade nacional, cultivando a tolerância e o respeito pela diferença.

A socialização dentro e fora das aulas enriqueceu os vossos valores culturais, construindo em vós a consciência colectiva da Missão e forte sentido de Pátria.

Aprenderam a representar e a exercer a Autoridade do Estado. O vosso uniforme e os instrumentos de poder que vão usar deverão servir, somente, para defender os interesses do cidadão, reforçando o espírito de cidadania.

Recordem sempre que em todos os passos que dão, a legalidade dos vossos actos estará sob constante escrutínio pela sociedade.

Por isso, independentemente das circunstâncias, o vosso apanágio deverá ser o de garantir a lei, ordem e segurança públicas.

Minhas senhoras, Meus senhores

A missão fundamental da polícia é a prevenção do crime e da desordem e não a repressão.

A polícia é, no nosso país, considerada a face visível do Sistema da Administração da Justiça, pelo que apelo a redobrem os esforços com vista a merecerem respeito, credibilidade e confiança da sociedade.

A prova da eficácia da polícia é a ausência de crimes e de desordem e não a manifestação visível de sua acção.

A polícia não deve recorrer à força física, a menos que ela seja absolutamente necessária, para fazer cumprir a lei ou para restabelecer a ordem.

Devem reforçar a dignidade, honra e bom nome da Polícia da República de Moçambique.

A recorrência à força, apenas, deve acontecer como último recurso, quando as medidas de persuasão, o conselho ou de advertência se mostrarem inadequados.

A PRM é chamada a dar mostras inequívocas da maturidade alcançada ao longo dos 40 anos da sua história ao serviço do Povo e da Nação Moçambicana.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A terminar, dedicamos palavras de apreço a todos aqueles que com o seu esforço físico e intelectual contribuíram para a formação dos Oficiais que hoje estão a ser graduados.

Endereçamos saudação especial aos pais, encarregados de educação, familiares e amigos dos graduados pelo acompanhamento, apoio e encorajamento.

Apelamos para que continuem a prestar-lhes o apoio e o encorajamento necessário para garantir o sucesso profissional e exemplar.

Aos docentes, instrutores e corpo técnico-administrativo da ACIPOL saudamos pela dedicação, orientação, perseverança e apoio técnico-profissional prestado aos formandos.

Com estas palavras, tenho a honra de declarar encerrada a Décima Cerimónia de Graduação de Oficiais Licenciados em Ciências Policiais e do Curso de oficiais da Polícia de Fronteiras.

Muito Obrigado!



TOMADA DE POSSE DO VICE-REITOR DA ACIPOL

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na Cerimónia de Tomada de Posse do Vice-Reitor da ACIPOL
Maputo, 9 de Dezembro de 2015

TOMADA DE POSSE DO VICE-REITOR DA ACIPOL

Senhor Ministro do Interior,

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

Senhores Membros do Conselho Consultivo da Presidência da República,

Magnifico Reitor da ACIPOL,

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Saudamos a todos os presentes neste acto de tomada de posse do Vice-Reitor da ACIPOL, o Professor Doutor Fernando Francisco Tsucana, Adjunto de Comissário da Polícia.

O juramento que acaba de prestar, significa o reiterar do compromisso de servir à nação moçambicana, o que já vinha fazendo numa perspectiva e que a partir de hoje o fará com maior responsabilidade, pois toda a sociedade passa a depositar em si, maior expectativa.

Professor Doutor Tsucana, quadro da Polícia da República de Moçambique, é conhecedor da área para qual foi nomeado pelo que, o processo de assessoria e apoio directo ao seu superior hierárquico, o Doutor José de Jesus Mateus Pedro Mandra, Reitor da ACIPOL, não reserva nenhum deficit de conhecimento e nem de qualidade.

Com a presente nomeação, conferimos maior dinâmica à Direcção da ACIPOL.

Reforçamos a nossa capacidade de resposta, tendo em conta a dinâmica do desenvolvimento do nosso País.

Reiteramos o que dissemos no acto de Tomada de Posse do Magnífico Reitor da ACIPOL, que um dos principais desafios da ACIPOL é o de formar quadros com habilidades para responder às necessidades da nossa sociedade.

Cientes de que a missão da PRM é de evitar o crime e defender o cidadão vulnerável, a ACIPOL deve firmar-se como instituição de formação de quadros de qualidade, com vista a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas.

Caros Presentes,

Recomendamos a ACIPOL a desenhar cursos de curta duração para refrescamento de Oficiais a todos os níveis, para desenvolver competências e aptidões para cumprirem com zelo e dedicação as suas missões.

Estes cursos deverão abordar temas específicos sobre problemas da actualidade. Estudar a essência e como combater os que violentam e assassinam cidadãos portadores de albinismo, o problema de sequestros, a motivação de linchamentos, os assaltos à mão armada, o roubo de viaturas entre outros crimes que preocupam os moçambicanos.

Ao recém empossado fazemos votos de que tenha muita saúde e sucessos.

Dirigimos uma Saudação especial ao seu cônjuge e familiares que têm um papel preponderante na estabilidade social do empossado.

Termino, convidando a todos que nos acompanhem num brinde:

- À saúde do empossado e sua família!
- Ao sucesso na sua nova função!
- À saúde de todo Povo moçambicano!

Obrigado, pela atenção!



**ENCERRAMENTO
DOS CURSOS
BÁSICOS DA PRM NAS
ESPECIALIDADES
DE POLÍCIA DE
PROTECÇÃO, POLÍCIA
DE FRONTEIRAS
E DE INSTRUTORES
DE INSTRUÇÃO
DE TREINO POLICIAL.**

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, por ocasião do encerramento dos Cursos Básicos da PRM nas Especialidades de Polícia de Protecção, Polícia de Fronteiras e de Instrutores de Instrução de Treino Policial
Matalana, 14 de Dezembro de 2015

ENCERRAMENTO DOS CURSOS BÁSICOS DA PRM NAS ESPECIALIDADES DE POLÍCIA DE PROTECÇÃO, POLÍCIA DE FRONTEIRAS E DE INSTRUTORES DE INSTRUÇÃO DE TREINO POLICIAL

Senhor Ministro do Interior;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Digníssima Procuradora-Geral da República;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Director-Geral do SISE;

Senhores Vice-Ministros;

Senhor Chefe do Estado-Maior General das FADM;

Senhor Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique;

Senhor Comandante da Escola Prática de Polícia de Matalana;

Caros Oficiais, Sargentos e Guardas da Polícia da República de Moçambique;

Caros Finalistas;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Na véspera da quadra festiva do fim do primeiro ano do nosso mandato, portanto 2015, temos o privilégio de presidir o acto de encerramento do XXXV Curso Básico da PRM, XII Curso Básico da Especialidade da Polícia de Fronteira e IV Curso de Instrutores de Instrução e Treino.

Prover Homens qualificados e bem preparados para zelar pela tranquilidade é uma das ofertas básicas ao Povo nesta fase do ano.

Por mais esta vitória, endereçamos as nossas mais calorosas saudações a todos os presentes, em particular aos Dirigentes e Quadros do Ministério do Interior, ao Comando, aos Oficiais, Sargentos e Guardas da Polícia da República de Moçambique.

Saudamos, em especial, o Comando da Escola Prática de Polícia de Matalana, pelo seu sentido de missão que é de garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas no nosso País.

Palavras de apreço dirigimos aos jovens que acabam de prestar o juramento à bandeira, simbolizando o encerrar da etapa de formação e o início da integração na Polícia da República de Moçambique.

O juramento à bandeira, consubstancia o compromisso que acabam de assumir, perante a Nação e o Povo Moçambicano, de zelarem pela manutenção da ordem e segurança pública.

Juraram respeitar o Estado de Direito Democrático e assegurar a observância dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e, sobretudo, respeitar a Lei-mãe, a Constituição da República de Moçambique.

Distintos convidados,

Quando realizamos os primeiros cursos, estávamos cientes do percurso que pretendíamos fazer e das metas que pretendíamos alcançar. Hoje, passadas quase quatro décadas, podemos afirmar que a nossa Escola tem crescido em qualidade da formação policial.

Do acompanhamento que temos feito, constatamos que a cada ano que passa, temos vindo a adequar a nossa formação, introduzindo novos conteúdos.

Temos estado a dotar os nossos quadros de conhecimentos que lhes permitem enfrentar os novos fenómenos criminais e os desafios da manutenção da Paz e da globalização.

Este processo de ensino e aprendizagem, com enfoque no desenvolvimento das aptidões e capacidades para lidar com os problemas reais, tem produzido resultados encorajadores no terreno.

Mas, reconhecemos que muito ainda há por fazer. A formação policial, para além de fornecer ferramentas técnicas, deve ser condimentada com uma sólida base de formação cívico-patriótica.

A formação cívico-patriótica permite que cada um dos finalistas coloque os interesses nacionais como referência obrigatória de todas as suas acções.

A farda, que passarão a envergar, representa a Polícia da República de Moçambique e, em consequência, o Estado Moçambicano.

Quando um polícia actua, fá-lo em nome do Estado. As suas acções, positivas ou não, influenciam o modo como os cidadãos, nacionais ou estrangeiros, avaliam o nosso Estado.

Quando um agente da Polícia manda parar um cidadão e, educadamente, exige que este apresente os documentos de identificação, pessoais ou da viatura, é ao Estado que o cidadão se dirige.

Quando a Polícia usa da força indevida ou desproporcional, também é o Estado que está a actuar.

O mesmo acontece quando se pede um refresco, o matabicho ou leite para a criança, ou ainda quando ajudamos um idoso a atravessar a rua, qualquer destes comportamentos reflectem o grau de rigor do Estado.

Por isso, a vossa atitude afecta, positiva ou negativamente, a nossa imagem como Nação! Afecta o desempenho do vosso comando, do vosso Estado.

Portanto, no cumprimento da vossa missão, lembrem-se sempre que o fazem em nome do Povo e do Estado moçambicanos, a quem devem respeitar e honrar.

Minhas senhoras e meus senhores,

Nos dias que correm, a nossa sociedade tem sido confrontada com fenómenos criminais atípicos como os raptos e assassinatos de pessoas portadoras de albinismo, os sequestros, a posse e uso ilegal de armas de fogo e outras práticas ilícitas que devem merecer a condenação e repúdio de toda sociedade.

O crime organizado também tem vindo a sofisticar-se, perturbando a paz social e exigindo das autoridades policiais uma acção mais eficaz e concertada.

Queremos desafiar a PRM a trabalhar no sentido de aperfeiçoar os seus métodos de modo a encontrar os mandantes destes crimes. Também é verdade que a nossa Polícia tem conseguido esclarecer grande parte destes crimes, encontrando os executantes o que não tem sido correspondido quanto à responsabilização dos seus mandantes.

Esta deve ser a grande missão do comando.

A luta contra a criminalidade não é, nem pode ser, uma tarefa exclusiva da Polícia. Portanto, cabe à Polícia que trabalha junto do Povo celebrar o contrato de colaboração com este Povo.

É necessário que todos os cidadãos compreendam esta realidade e, de forma voluntária e consciente, se envolvam no reforço e manutenção da Paz, como elementos dissuasores da criminalidade.

Se cada um der o seu contributo, a Paz, a estabilidade, a harmonia e a Unidade Nacional prevalecerão em Moçambique e criaremos condições indispensáveis para a construção da justiça social e prosperidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Caros finalistas,

Esperamos, pois, que apliquem os conhecimentos adquiridos na formação para fazerem a diferença, positiva, participando de forma activa, responsável e patriótica no combate aos males que ainda ameaçam e afectam o nosso Povo.

Exigimos de vós o cumprimento escrupuloso dos deveres de membros da PRM, através de acções que contribuam para o fortalecimento do prestígio e da dignidade da Polícia, bem como do nosso Estado.

Usem da oportunidade de intensa actividade de estreia na quadra festiva, momento mais alto do crime, dos acidentes de viação, de furtos e mais, para vincar a vossa postura de Servidores Públicos, servindo com disciplina, cortesia e humildade os nossos cidadãos e todos aqueles que escolheram o nosso país para viver ou visitar.

A terminar, permitam que tomemos esta ocasião para saudar a todos aqueles que tornaram possível este momento, nomeadamente: os pais e encarregados de educação dos graduados; os formadores, instrutores e corpo técnico-administrativo da Escola, os graduados e a população de Matalana, juntamente com os seus líderes comunitários.

À todos vocês, endereçamos votos de Festas Felizes e que 2016 seja um ano cheio de Paz, prosperidade e felicidade.

Com estas palavras, temos a honra de declarar encerrados o XXXV Curso Básico da PRM, o XII Curso Básico da Especialidade da Polícia de Fronteira e o IV Curso de Instrutores de Instrução e Treino.

Pela vossa atenção, MUITO OBRIGADO!



ENCERRAMENTO DOS CURSOS BÁSICOS DA POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, por ocasião do Encerramento dos Cursos Básicos da Polícia da República de Moçambique

ENCERRAMENTO DOS CURSOS BÁSICOS DA POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Senhor Ministro do Interior;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Digníssima Procuradora-geral da República;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique;

Senhores Vice-Ministros

Senhor Chefe do Estado-Maior General das FADM

Senhores antigos dirigentes do MINT e da PRM;

Senhora Administradora de Distrito de Marracuene;

Senhores Membros do Conselho Consultivo do Ministério do Interior;

Senhores Membros do Colectivo do Comando-Geral da PRM;

Senhores Membros do Comando da Escola Prática da Polícia de Matalana;

Caros Oficiais, Sargentos e Guardas da Polícia da República de Moçambique;

Caros Finalistas;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com imensa satisfação que nos dirigimos aos presentes nesta cerimónia que marca

o encerramento dos Cursos Básicos da Polícia da República de Moçambique, neste estabelecimento de ensino da Polícia.

A cerimónia que hoje dirigimos, ocorre num momento particularmente auspicioso da nossa História, como Povo e como Nação. Há poucos dias celebramos o quadragésimo aniversário da nossa Independência Nacional, momento que nos permitiu reavivar e consolidar os valores que nos unem como um Povo e como Nação.

Hoje, somos uma Nação forte e madura, preparada para enfrentar os desafios que despontam no horizonte, com certeza de que o desenvolvimento e o bem-estar dos moçambicanos é uma meta alcançável.

Para tal, a Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública constituem alicerces indispensáveis. Só com a Paz e a estabilidade, teremos as condições adequadas para prosseguir a árdua batalha em prol do progresso.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores

Permitam que nos dirijamos aos recém-graduados, os novos membros da nossa Polícia, a Polícia da República de Moçambique, para saudá-los por este feito.

Como dizíamos há pouco, acabam hoje de vencer uma batalha, a primeira de muitas que exigirão de vós total entrega, determinação, profissionalismo e comprometimento com o combate cerrado e sem tréguas à criminalidade.

O juramento de Bandeira que acabaram de fazer não é uma mera formalidade. Cada palavra, cada frase por vós proferida tem uma dimensão que transcende o momento que vivemos.

O vosso juramento representa um compromisso solene de defenderem os mais altos interesses e valores nacionais; significa que os vossos interesses pessoais não devem, em ocasião alguma, sobrepor-se aos interesses do nosso país; significa que defenderão sempre o cidadão, o vosso Patrão.

A Polícia existe não só para proteger a sociedade como um todo, mas também para proteger o cidadão. Nesse contexto, esperamos de todos vós um comportamento exemplar no estrito respeito dos princípios que norteiam o Estado de Direito Democrático, com primazia pela legalidade e direitos humanos.

Queremos que o cidadão encontre na Polícia alguém que, acima de tudo, respeite a lei. Queremos encontrar no agente da Polícia, um protector, um amigo e não alguém de quem se esconde.

Por isso, desencorajamos todo aquele que, tendo feito o juramento de bandeira, se comporta de forma antiética, usando o poder que o Estado lhe concedeu para atingir propósitos alheios.

Esses comportamentos desviantes, que mancham o bom nome, prestígio e dignidade da instituição policial e do Estado, devem ser severamente sancionados.

Aos membros da nossa Polícia, devemos exigir rigor e estrito respeito pela legalidade, direitos humanos, imparcialidade, isenção, objectividade, igualdade de tratamento, apartidarismo, integridade e ética profissional. Não podemos continuar a coabitar com polícias sem compromisso com os nobres ideais desta instituição.

Nos últimos tempos, temos enfrentado vários desafios, que põem à prova a capacidade da nossa Polícia de prevenir e responder aos novos fenómenos criminais.

Por isso, urge darmos seguimento ao processo, em curso, visando renovar e aprimorar a capacidade da nossa polícia, através de acções formativas e alocação de meios mais modernizados, que os permitem prevenir e combater as actividades criminais em tempo útil.

É, pois, imperioso que as nossas instituições de formação nas áreas da polícia, organizem-se de forma a preparar quadros aptos a lidar com estas novas manifestações criminais. A formação policial deve, cada vez mais, incidir em matérias de especialidade.

O passo dado com a aprovação da nova Lei da Polícia e Estatuto Orgânico só poderá produzir resultados, se os recursos humanos afectos a essas unidades tiverem a capacidade técnica e os meios adequados, que os permitam responder aos desafios da actualidade.

Recomendamos que conforme preconiza a Lei, o processo de reestruturação da Polícia decorra como forma de tornar o sistema cada vez mais ágil.

Tenhamos a coragem de reformar o sistema para ele se tornar gerível e funcional.

Quem trabalha e tem os anos da casa com a folha limpa, merece e tem direito de descanso, de passar à reserva, à reforma e a ter pensão.

Entretanto, tudo deve ser feito para não permitirmos retrocessos. A monitoria e controle da atividade diária de cada um dos integrantes desta grandiosa equipa, deve constituir um mecanismo de autocensura e auto-avaliação.

As novas gerações, estas que hoje graduamos, devem dar o seu contributo e temos que os preparar, os enquadrar. Só conhecendo as nossas fraquezas e os nossos pontos fortes, podemos saber quem somos, onde estamos, onde queremos chegar e o quê e como fazer para chegar a meta cautelosamente pré-definida.

Estamos conscientes dos desafios que terão que enfrentar, mas estamos seguros que, o futuro da nossa Polícia é promissor.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores;

Permitam-me que use desta oportunidade para saudar a todos os presentes nesta cerimónia e felicitar aos que tornaram possível que este momento tivesse lugar.

Palavras de apreço vão para :

- As famílias, pais e encarregados de educação dos finalistas, Pois, foi graças ao seu papel delicado e gratificante na educação dos filhos, bem como o encorajamento e apoio que determinou a escolha desta nobre profissão;

- os professores, instrutores e Comando da Escola, pela sábia orientação, perseverança e dedicação na transmissão de conhecimentos;
- os finalistas, que souberam acatar os ensinamentos dos pais, encarregados de educação e assumiram as orientações do Comando da Escola, dos instrutores e professores; e a população de Matalana, a terra de Malangatana e aos seus líderes comunitários, pelo acolhimento e carinho prestados aos finalistas durante a sua estadia nesta parcela do território moçambicano.

A terminar, endereço a todos, em particular aos novos membros da nossa Polícia da República de Moçambique, votos de êxitos na vida pessoal, na vida profissional, e clarividência na dura batalha na prevenção e combate ao crime, sempre no respeito pelos princípios que regem o nosso Estado de Direito Democrático.

Com estas palavras, tenho a honra de declarar encerrados os Cursos Básicos da Polícia que vinham decorrendo na Escola Prática da Polícia, em Matalana.

Pela atenção dispensada, MUITO OBRIGADO!



MINISTÉRIO DO INTERIOR, APRIMORANDO ESTRATÉGIAS PARA O REFORÇO DA PAZ, SEGURANÇA E TRANQUILIDADE PÚBLICAS

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, por ocasião da cerimónia de abertura do XXV Conselho Coordenador do Ministério do Interior
Maputo, 8 de Outubro de 2015

MINISTÉRIO DO INTERIOR, APRIMORANDO ESTRATÉGIAS PARA O REFORÇO DA PAZ, SEGURANÇA E TRANQUILIDADE PÚBLICAS

Senhor Ministro do Interior;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhor Comandante–Geral da Polícia da República de Moçambique;

Senhor Director–Geral do SISE;

Senhor Chefe do Estado–Maior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;

Senhor Governador da Província de Maputo;

Senhora Administradora do Distrito de Marracuene;

Senhores Membros do Conselho Consultivo do Ministério do Interior;

Senhores Oficiais Comissários, Superiores e Subalternos da Polícia da República de Moçambique;

Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Antes de mais, permitam-me felicitar aos Oficiais Comissários que acabamos de patentear como imperativo do preenchimento da Orgânica da Polícia da República de Moçambique.

Permitam-me, ainda, dizer que a vossa promoção é o reconhecimento dos bons serviços prestados à Pátria e da capacidade de adaptação aos novos desafios que despontam no horizonte.

O vosso desempenho e postura demonstrados, ao longo da vossa folha de serviço bastante digna, representam a imagem da Polícia da República de Moçambique e constitui um orgulho para os moçambicanos.

Recomendamos, que continuem a explorar ao máximo a vossa própria experiência de direcção, e transmitam às vossas equipas de trabalho o grande sentido de missão, de integridade e de dedicação ao Povo que jurastes servir.

Continuem também a ouvir e a aprender dos vossos colaboradores, não tenham nunca a ilusão de que sozinhos têm a solução para todos os desafios. A humildade pode trazer ganhos incomensuráveis para todos nós.

Da nossa parte, tudo faremos para facilitar a vossa missão de comando, de modo a que sejam bem sucedidos. Parabéns, a nossa felicitação se estende para às vossas famílias.

Caros Oficiais Comissários, Superiores e Subalternos,

Permitam-me que saúde os dirigentes e quadros do Ministério do Interior, a todos oficiais comissários, superiores e subalternos, sargentos e guardas em todo o Território Nacional.

Endereço uma saudação particular aos participantes e convidados deste XXV Conselho Coordenador, que hoje tem início.

Estamos aqui para manifestar o nosso apreço pelo vosso desempenho, na honrosa missão de garantir a Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas.

Na protecção de pessoas e bens, a identificação dos cidadãos nacionais, o controlo do movimento migratório e no salvamento de pessoas do nosso País.

O desempenho dos quadros do Ministério do Interior e dos Serviços e instituições dele dependentes, integrado no contexto das Forças de Defesa e Segurança e no Sistema da Administração da Justiça, tem se assumido como um factor importante na manutenção da paz, Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas.

Caros participantes,

O presente Conselho Coordenador decorre, passados poucos dias da comemoração do 23º Aniversário dos Acordos de Roma, o que nos faz, mais uma vez, reflectir sobre a Paz no nosso País.

Com o advento da Paz, o nosso País vem registando níveis assinaláveis de crescimento e desenvolvimento económico que importa manter e que dia após dia se vai reflectindo na melhoria das condições de vida e do bem-estar dos moçambicanos.

O lema escolhido para este Conselho Coordenador, que passamos a citar "Ministério do Interior, aprimorando estratégias para o reforço da Paz, Segurança e Tranquilidade Públicas", ilustra claramente a necessidade que temos de vencer os desafios presentes e os que surgem em cada etapa da nossa caminhada.

Um dos desafios mais prementes que se coloca a todos os moçambicanos, é a promoção, manutenção e consolidação da Paz.

Para nós, a Paz é um bem essencial e inalienável, sendo que a sua preservação constitui interesse supremo do Estado.

Não podemos, em momento algum, pôr em risco Moçambique esse bem maior.

Os apelos que temos recebido de todas as fontes são resultantes da vossa dedicação. Porém, e porque reconhecemos as vossas responsabilidades, sois chamados a dar a melhor resposta a este desafio, fazendo com que a Paz passe a coexistir com cada um de nós, de forma que possamos continuar a desenvolver o nosso país.

Um dos investimentos maiores a fazer na preservação da Paz, reside na formação do Homem, pois ele é o centro da nossa governação.

Queremos, neste âmbito, saudar os esforços que o Ministério do Interior e a Polícia da República de Moçambique têm estado a desenvolver, melhorando, cada vez mais, a qualidade interventiva da nossa Polícia.

Nesse sentido, queremos recomendar uma maior e melhor selecção dos nossos efectivos, a todos os níveis, e a sua permanente capacitação para responder a uma criminalidade cada vez mais sofisticada.

Urge, sobretudo, especializar os nossos recursos humanos em áreas associadas à prevenção criminal, por forma a atacarmos o mal antes que ele nos atinja.

Para além da formação contínua, é importante aprimorar os mecanismos de inspecção, controlo e supervisão sistemática, das forças policiais e dos funcionários que lidam com o cidadão.

Minhas Senhoras, Meus Senhores

O Conselho Coordenador constitui um momento privilegiado para que o Ministério do Interior, como órgão director central em matéria de segurança e ordem pública, proceda ao balanço das suas actividades, de modo a perspectivar acções futuras.

Esperamos que no decurso dos trabalhos busquem as soluções adequadas para vários problemas que nos afligem.

Falamos dos acidentes de viação, que têm ceifado muitas vidas e destruído tantas outras.

Referimo-nos ao novo fenómeno criminal de rapto e sequestro de pessoas com deficiência de pigmentação da pele.

Fazemos, igualmente, referência à falsificação de documentos de identificação e de viagem.

No mesmo contexto, impõe-se definir as acções necessárias que permitam ajustar a capacidade do sector aos desafios do controlo do movimento migratório, tendo em conta a actual dinâmica dos fluxos migratórios, resultantes da globalização.

Para o sucesso da vossa missão, como dirigentes e quadros do Ministério do Interior, é importante que continuem a consolidar os mecanismos de colaboração com as demais

instituições das Forças de Defesa e Segurança e com o sector da Administração da Justiça.

A nível interno, o Ministério do Interior deve consolidar as reformas em curso, prestando a necessária atenção à reorganização das áreas de Identificação Civil e da Polícia de Investigação Criminal. Devem ter sempre em conta os desafios globais que se colocam actualmente à segurança dos Estados, caracterizados por uma maior circulação de pessoas, pela expansão do crime transnacional organizado e do terrorismo.

Minhas Senhoras, Meus Senhores

A natureza das atribuições do Ministério do Interior exige uma atitude enérgica orientada para o reforço dos padrões de ética e deontologia profissional na prestação de serviço ao cidadão, condição indispensável para o reforço da base de confiança entre as autoridades e o cidadão.

O nosso Povo merece que a sua Polícia e os demais serviços do Ministério do Interior sejam credíveis.

Essa credibilidade e confiança devem resultar da postura de cada um dos seus servidores.

Exortamos cada quadro e dirigente, a dar o seu melhor para encontrar as respostas e formular soluções adequadas e oportunas que satisfaçam as preocupações dos cidadãos, servindo com zelo, dedicação e profissionalismo o Estado.

Para terminar, é nossa expectativa que este XXV Conselho Coordenador sirva de oportunidade para aprofundarem e enriquecerem as vossas experiências, através de reflexões sobre os assuntos constantes da vossa agenda de trabalho.

Com estas palavras, temos a honra de declarar aberto o Vigésimo Quinto Conselho Coordenador do Ministério do Interior.

Muito obrigado, pela vossa atenção!

CAPÍTULO V

ESTADO DA NAÇÃO





**INFORMAÇÃO ANUAL
DO CHEFE DO ESTADO
À ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA SOBRE
A SITUAÇÃO GERAL
DA NAÇÃO**

16 de Dezembro de 2015

INFORMAÇÃO ANUAL DO CHEFE DO ESTADO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE A SITUAÇÃO GERAL DA NAÇÃO

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Senhor Primeiro – Ministro;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Venerando Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora-Geral da República;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhora Governadora da Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Senhores Dirigentes e membros de Partidos Políticos;

Senhores Representantes de organizações da Sociedade Civil;

Senhores Membros do Corpo Diplomático;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores

1. É com elevada honra que, como Presidente da República de Moçambique, me dirijo à Nação e ao Povo Moçambicano para, nos termos da alínea b), do artigo 159, da

Constituição da República de Moçambique, apresentar a Informação Anual sobre a Situação Geral da Nação.

2. Permitam-me, endereçar uma saudação especial a todos os moçambicanos, pela confiança que depositaram em mim para dirigir os destinos da Nação moçambicana, em Paz, harmonia e desenvolvimento.
3. A composição multifacetada desta Casa do Povo é uma expressão inequívoca do nosso crescimento democrático, da unidade na diversidade e constitui um dos pressupostos basilares para o sucesso da vossa e nossa missão.
4. Saúdo-vos, Senhores Deputados, pelo contributo que estão a dar para manter e cimentar a cultura de paz, num ambiente multipartidário, fortalecendo o Estado de Direito Democrático, na busca de soluções para o desenvolvimento económico e social do nosso País.
5. Moçambique chora o desaparecimento físico dos deputados desta Magna Casa, nomeadamente, Izidora Faztudo e Bernardino Cortês, deputados das Bancadas Parlamentares da FRELIMO e da Renamo, respectivamente. Às famílias enlutadas, às Bancadas e à Assembleia da República, endereçamos as nossas condolências e a nossa solidariedade.

Compatriotas,

6. No acto da minha investidura como Presidente da República de Moçambique, assumi que se tratava de uma responsabilidade que requer sacrifícios e escolhas dolorosas.
7. Ontem completamos onze meses do novo ciclo de governação. Nesta ocasião, reafirmo o meu compromisso de servir o Povo Moçambicano, o meu Patrão. Para enfrentar os desafios dos próximos anos, renovamos o que temos dito: há necessidade de uma elevada confiança, colaboração, unidade e força colectiva.
8. A árvore que plantamos hoje, leva o seu tempo a produzir frutos. Mas esta é a nossa escolha. Esta escolha exige coragem, exige verdade. Temos a coragem de

informar que ainda não estamos satisfeitos com o estado da nossa Nação.

9. Esta é a verdade, Senhores Deputados. Se perguntarem: estamos orgulhosos do que foi feito? Responderemos que sim, estamos orgulhosos. Se perguntarem se estamos satisfeitos, a resposta, verdadeira e sincera, é esta: "não, não estamos satisfeitos". Não estamos ainda satisfeitos.
10. Estaríamos contentes se tivéssemos resolvido definitivamente os problemas básicos da pobreza, da exclusão e da Paz. Temos, enfim, consciência que fizemos muito, mas temos também a certeza que há ainda muito para ser feito.
11. Enunciaremos, com consciência dos nossos deveres, as nossas realizações, as nossas conquistas. Mas não queremos omitir o que falta fazer.
12. Falaremos das sérias e pesadas condicionantes externas que pesam sobre a nossa economia. Abordaremos esses factores externos, não como uma justificação mas, como o contexto real que, de uma ou de outra maneira, influencia a economia e as finanças de todas as nações.
13. Será este o tom, sereno e objectivo, que orientará a nossa Informação Anual sobre a Situação Geral da Nação que apresento perante Vós e perante a Nação moçambicana.
14. A nossa missão e visão para os cinco anos já foram aprovadas nesta casa. As análises específicas de cada actividade, isto é agricultura, mineração, transporte, educação, saúde, habitação, pesca, indústria, e outros, temos vindo a debater e a partilhar em momentos apropriados. Por isso, nos iremos basear no estado real do ano.

Respeitados Representantes do Povo!

Factores influentes no desempenho.

15. É imperativo referir que vários factores contribuíram para que o nosso desempenho não esteja ao ritmo do que almejamos, sendo de destacar:

16. As calamidades naturais que assolaram o País, causando prejuízos materiais directos e indirectos incalculáveis. Este cenário resultou na revisão, em baixa, do Produto Interno Bruto para 7%, em comparação com os 7.5% inicialmente projectados;
17. A baixa generalizada de preços dos principais produtos de exportação como alumínio, algodão, gás, carvão e açúcar, que reduziram em 9.3 % o nível das nossas exportações, particularmente agravada pelo aumento de preços do que compramos fora.
18. Um outro constrangimento, de natureza estrutural, decorreu do calendário do processo eleitoral que estabeleceu o novo Governo. Aconteceu que a aprovação dos instrumentos de gestão económica e social do novo ciclo de governação, em particular, do Plano e Orçamento do Estado para 2015, só teve lugar no mês de Maio!
19. Esta situação fez com que a execução orçamental tivesse um início com cerca de cinco meses de atraso, comparativamente aos anos anteriores, em que a execução orçamental começou no princípio do ano. Não obstante o Orçamento do Estado de 2014 ter sido reconduzido para o exercício económico de 2015, este não permitiu que grande parte dos concursos para os novos projectos tivessem lugar, em tempo oportuno.
20. Assim, a par do impacto negativo das calamidades naturais que afectaram o País, no primeiro semestre, a execução do Investimento Público ficou afectada.
21. O Governo teve que priorizar primeiro, a normalização da vida das famílias afectadas, bem como a reconstrução das obras danificadas pelas cheias principalmente estradas, pontes, postos de transmissão de energia e distribuição de sementes para a segunda época agrícola.
22. Como resultado do impacto das cheias, associado à redução do investimento directo estrangeiro em 2015, o Governo reviu em baixa o crescimento económico, inicialmente programado, de 7.5% para 7.0%.

23. O novo ciclo de Governação coincidiu com a retirada de cinco dos 19 parceiros, que têm providenciado ajuda aos programas de desenvolvimento, através da modalidade de Apoio Geral ao Orçamento, que consiste em recursos canalizados directamente à Conta Única do Tesouro, sem serem consignados a um projecto específico, ou seja, recursos que o Governo utiliza para financiar as acções inscritas no seu plano anual.
24. De referir que este grupo de parceiros desembolsou nos últimos cinco anos (2010–2014), em média, 704 milhões de USD nas modalidades de Apoio Geral ao Orçamento e Apoio Programático Sectorial.
25. O impacto da retirada dos cinco parceiros, face à média dos últimos cinco anos, representa uma redução, em média, de 217 milhões de USD por ano. Adicionalmente à retirada dos parceiros, temos vindo a constatar atrasos nos desembolsos dos compromissos dos parceiros.
26. Por exemplo, para 2015, dos 15 parceiros que providenciam o Apoio Geral ao Orçamento, cinco ainda não efectuaram os seus desembolsos.
27. No sector agrário, 72.965 hectares de culturas diversas, ficaram perdidos como resultado das cheias, correspondendo a 1.6% da área total semeada, comprometendo a produção e rendimento de cerca de 85 mil famílias.
28. Na zona sul do País, a seca e estiagem afectaram sobremaneira as Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Sofala; assim, foram perdidos 64.048 hectares de área cultivada, que resultou em insegurança alimentar para aproximadamente 56.000 pessoas na Província de Gaza, 66.119 pessoas na Província de Inhambane, e 73.515 na Província de Maputo. Cerca de 493.540 bovinos foram perdidos em Gaza, Maputo e Inhambane.
29. Outro factor adverso é a crise cambial internacional, que teve o seu reflexo na depreciação da moeda nacional, o Metical.
30. O nosso País faz parte da economia mundial e não está isento dos efeitos da recessão global. Não temos comando sobre os factores financeiros que determinam a situação mundial. A taxa de câmbio é o reflexo da nossa conta

corrente externa e a sua estabilidade, a longo prazo, depende do aumento das exportações, substituição de importações e a criação de ambiente favorável ao investimento directo estrangeiro.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Análise da Situação Económica

31. Começaremos por examinar os determinantes da economia global e as tendências de mudança a nível internacional. A nível global, prevê-se um crescimento da economia mundial de 3,5% para 2016, o que significa um decréscimo, face às projecções iniciais de Julho de 2015 que apontavam para um crescimento de 3,8%. De notar que as projecções para 2015 também foram objecto de revisão em baixa, passando dos iniciais 3,3% para 3,1%.
32. Os preços globais dos produtos primários, segundo o FMI, continuam a declinar, devido ao excesso da oferta, fraca demanda global e o fortalecimento do dólar americano. No que concerne ao petróleo, espera-se uma redução do preço médio por barril, dos actuais 51,62 dólares americanos em, 2015, para cerca de 40 dólares americanos em 2016.
33. Os preços de matérias-primas não petrolíferas (grupo de minerais, minérios e metais) registaram uma queda acentuada, numa média de 14%, entre Outubro de 2014 e Outubro de 2015. As projecções para 2016 apontam para a persistência de pressões para o declínio dos preços dos mesmos.
34. No contexto nacional, dados do Instituto Nacional de Estatística, indicam que no primeiro semestre de 2015, a economia Moçambicana cresceu em 6.3%, o que faz prever o não alcance da taxa de crescimento do PIB de 7,5% programada para 2015. Assim, face ao desempenho demonstrado no primeiro semestre, prevê-se que o crescimento para 2015 seja de 7,0%. Portanto, a nossa economia não fugirá muito do comportamento mundial, embora esteja acima dos indicadores médios globais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Unidade Nacional, a mais nobre vitória dos moçambicanos

35. Celebramos este ano, quarenta anos da nossa Independência Nacional. Quisemos nesta efeméride, recordar a trajectória de conquistas de uma Nação livre e soberana, nascida a 25 de Junho de 1975.
36. A "Chama da Unidade Nacional" movimentou milhões de moçambicanos de espírito patriótico, espírito que percorreu o País de Abril a Junho do corrente ano sem discriminação. Festejámos assim a Unidade do Povo Moçambicano na sua diversidade cultural, étnica, religiosa, racial e ideológica. Naquele testemunho que passava de mão em mão, partilhámos, de Norte a Sul, o nosso sonho de uma Nação coesa, de Paz, solidariedade, bem-estar e prosperidade.
37. Queremos manter viva esta "Chama", que inspirou e iluminou o nosso Povo, na construção e reafirmação da nossa cidadania. Somos um Povo com identidade, história e heroicidade.
38. Ainda este ano, reconhecemos e valorizamos a vida e obra do filho desta Pátria, homenageando o Herói Nacional Milagre Sebastião Mabote, pela sua entrega no processo de libertação de Moçambique.

Visitas Presidenciais

39. As visitas Presidenciais, forma de governação participativa e inclusiva, foram momentos privilegiados para agradecer à população pela sua participação massiva e ordeira no último pleito eleitoral. Foram também uma forma de auscultar as preocupações dos cidadãos e testemunhar as realizações e desafios do seu dia-a-dia.
40. Estas visitas serviram, ainda, para interacção, divulgação e mobilização de todos os segmentos da sociedade para a implementação do Programa Quinquenal do Governo.

41. Interagimos com o nosso Povo em todas as capitais provinciais, 45 Distritos, 5 Postos Administrativos, 4 Localidades, 1 Povoação e 24 Municípios. Trabalhamos com diferentes grupos da sociedade, nomeadamente, jovens, mulheres, professores, académicos, artistas, agricultores, extensionistas, combatentes, pescadores, vendedores informais, autoridades comunitárias, associações de mineração, líderes religiosos e com jornalistas.
42. As intervenções da população centram-se em pedidos de solução de problemas específicos, cuja resposta implica um processo de superação progressivo, paulatino e sustentável. As populações actualizaram as suas prioridades em todos os locais visitados, sobre onde deve ser implantada uma escola, posto médico, pontes, estradas, energia, água, entre outras infra-estruturas básicas.
43. Monitoramos, igualmente, o funcionamento das estruturas locais, dirigindo as Sessões Extraordinárias dos Governos Provinciais e Distritais.
44. Os progressos que tivemos a oportunidade de testemunhar são encorajadores e mostram que, aos poucos, as condições de vida dos nossos compatriotas estão a melhorar e que cresce, a cada dia, a consciência de que o sucesso depende do esforço individual e colectivo.

Moçambicanas e Moçambicanos,

Esforços para a Paz efectiva

45. A Paz é um bem essencial e uma conquista de todos os moçambicanos. Por isso, a sua manutenção é responsabilidade de todos e de cada um de nós.
46. Neste espírito, conforme assumimos durante a nossa tomada de posse, dando continuidade ao diálogo político logo nas primeiras semanas, após à tomada de posse, recebemos em audiência os líderes e representantes dos Partidos Políticos, líderes de confissões religiosas, organizações da sociedade civil e outros intervenientes, em diferentes áreas de actividade.

47. No âmbito do diálogo político entre o Governo e a RENAMO, realizamos dois encontros com o Senhor Afonso Dhlakama, Líder daquela formação política, onde partilhamos ideias para a manutenção da Paz, consolidação da democracia e implementação do Acordo de Cessação de Hostilidades Militares, celebrado a 5 de Setembro de 2014, ao qual esta magna casa decidiu conferir força de Lei.
48. O processo de construção e consolidação da Paz, passa também pela integração das forças residuais da RENAMO nas forças armadas, na polícia ou na vida civil.
49. Foi instituído o Fundo da Paz para os projectos de desenvolvimento do Combatente, sem distinção. E ao longo dos últimos quatro meses de existência já financiou mais de 400 projectos.
50. Acresce a este nosso esforço, a tramitação de mais de 6 mil processos para fixação de pensões de combatentes, veteranos desmobilizados.
51. Celebramos o 4 de Outubro em todo o País, reafirmando o nosso compromisso na promoção da Paz, Diálogo e inclusão. Com a Paz, Moçambique e os moçambicanos só têm a ganhar.
52. Nesta magna casa do Povo, reitero, uma vez mais, a minha disponibilidade de me encontrar com o Senhor Afonso Dhlakama, Líder da Renamo, para abordarmos assuntos relativos à manutenção da Paz efectiva em Moçambique. Repito, uma vez mais: para discutirmos o desenvolvimento de Moçambique, devemos pensar que boas ideias não têm côr partidária. É por isso que muitos moçambicanos já estão a contribuir com toda frontalidade.
53. Estamos prontos para discutir o enquadramento dos Homens da Renamo nas Forças de Defesa e Segurança, incluindo a situação dos que já lá estão. Estamos prontos para ouvir e, em conjunto, reflectir sobre as ideias da Renamo, bem como as ideias de todos os moçambicanos.

Ilustres Deputados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Programa Quinquenal do Governo

54. Esta Magna Casa aprovou o Programa Quinquenal do Governo 2015 – 2019, o Plano Económico e Social e respectivo Orçamento do Estado para 2015, instrumentos incontornáveis para que traduzamos em realidade os nossos planos de crescimento e progresso.
55. Estes dois instrumentos são também a condição principal para o exercício dos três poderes: o Legislativo (que esta casa bem simboliza), o Judicial e o Executivo, que têm a obrigação de prover recursos.
56. O nosso Programa de governação elege o HOMEM como ponto de partida e de chegada do processo de desenvolvimento. A consolidação da unidade nacional, da paz e da soberania são as nossas primeiras prioridades, sem as quais a coesão e estabilidade não podem ser materializadas.
57. Na prossecução destes desafios, assumimos o compromisso de garantir o respeito pelos direitos humanos, ordem, segurança e tranquilidade públicas e a defesa da soberania.
58. Nestes termos, incidimos a nossa acção na formação e capacitação do capital humano. Iniciamos o processo de apetrechamento gradual das unidades policiais e paramilitares, acompanhada pela melhoria sistemática das condições de trabalho e da assistência social aos membros das Forças de Defesa e Segurança. Outra dimensão desta nossa acção foi a promoção e capacitação de Oficiais e Sargentos, como também dos prestadores do serviço cívico.
59. Incrementamos a capacidade de emissão de Bilhetes de Identidade, o que permitiu emitir, no corrente ano, cerca de um milhão e duzentos e cinquenta mil bilhetes de Identidade.

60. Estes índices de produção resultam igualmente da acção das brigadas móveis de recolha de dados que actuam a nível das instituições públicas e privadas, postos administrativos, localidades, povoações, aldeias, bairros e em todos os locais de maior aglomeração populacional.
61. Na mesma linha, foram constituídas brigadas para emissão de documentos de identificação civil e de viagem para cidadãos moçambicanos na diáspora (África do Sul, Angola, Argélia, Malawi, Suazilândia, Tanzânia, Zimbabwe, Alemanha, Espanha, França, Portugal, Estados Unidos, Canadá e Brasil).
62. Com vista a assegurar uma justiça mais próxima do cidadão, prosseguimos com a provisão de serviços de assistência jurídica e patrocínio judiciário aos concidadãos economicamente carenciados, o que possibilitou que mais de 148 mil pessoas fossem assistidas.
63. Na manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas foram formados mais Agentes da Lei e Ordem dos diversos ramos da polícia, reforçando a ligação polícia-comunidade.
64. A formação dos Guardas Penitenciários, a construção e reabilitação de infra-estruturas penitenciárias, contribuem para a melhoria das condições de reclusão e funcionamento dos estabelecimentos penitenciários.
65. Assim, no âmbito da garantia da ordem e segurança públicas, gostaria de saudar a Polícia da República de Moçambique pelo seu empenho na garantia e manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas no nosso País.
66. Não obstante o ambiente de tranquilidade que o país vive, preocupam-nos os crimes que, cometidos com violência, atentam diretamente contra a vida humana, a integridade física e liberdade das pessoas.
67. Neste sentido, os raptos são o tipo de crime que, nos últimos tempos, têm sido cometidos. Em conexão com estes casos, o trabalho efectuado pela Polícia, em colaboração com as populações, com os Órgãos da Administração da Justiça, instituições públicas e privadas, resultou na detenção de 37 suspeitos, sendo

17 na Cidade de Maputo, 9 na Província de Maputo, 9 na Cidade da Beira, 1 na Cidade de Nampula e outro em Nacala–Porto. Todos os casos encontram-se em investigação e com os respectivos processos em fase de instrução.

68. No âmbito da governação transparente, várias medidas anti–corrupção estão sendo implementadas através do reforço do controlo interno, fiscalização das Instituições Públicas e os processos relativos à legalidade dos actos e contratos, bem como auditorias aos órgãos do Estado. Como culminar dessa nossa acção, foram tramitados 446 processos relacionados com a prática de corrupção.
69. Estão sendo implementadas, através do reforço do controlo interno, acções de fiscalização de 18 mil processos relativos à legalidade dos actos e contratos, realização de 100 auditorias aos órgãos do Estado e apreciação de 140 Contas Públicas de Gerência, o que tem contribuído para melhoria da gestão do bem público.
70. Capacitamos 330 Inspectores e realizamos inspecções em 65 órgãos locais do Estado e Municípios.
71. Submetemos à Prova de Vida, 311 mil Funcionários e Agentes do Estado o que permitirá consolidar a informação sobre quantos somos, como e onde estamos e permitirá também imprimir melhorias e transparência na gestão dos recursos humanos do Estado.
72. No que se refere à transparência Orçamental, o Governo tem vindo a envidar esforços no sentido de disponibilizar informação relevante sobre o Orçamento do Estado, logo após a submissão à Assembleia da República, bem como os relatórios trimestrais sobre a execução orçamental e da Conta Geral do Estado, em formato físico e electrónico, este último, através do website do Ministério da Economia e Finanças.
73. Adicionalmente, o Governo tem vindo a elaborar e a publicitar o Orçamento Cidadão, em linguagem simples e acessível, sobre os aspectos relevantes do Orçamento do Estado, com objectivo de levar ao conhecimento público, o

conteúdo em termos de prioridades e alocação orçamental. Outro elemento que contribui para a transparência, é a publicação anual do relatório sobre a Estratégia da Dívida Pública.

74. Acordamos com o sector privado para que apresente casos concretos de corrupção, de modo que as nossas intervenções sejam concretas, pois a responsabilidade do combate deste mal recai sobre todos nós.
75. Na área dos recursos minerais, a nossa acção é desenvolvida, tendo em vista o objectivo estratégico de exploração sustentável com benefícios para o País.
76. Assim, prosseguimos com o aprimoramento da base regulatória, tendo sido aprovados os regulamentos da Lei de Minas e de Operações Petrolíferas e os respectivos regimes fiscais. Estes instrumentos estabelecem as normas que regem o exercício de actividades mineiras e petrolíferas, bem como o sistema de tributação aplicável.
77. Aprovamos igualmente o regulamento de comercialização de diamantes, metais preciosos e gemas (Processo de Kimberley), legislação que permitirá a implantação de instituições que contribuirão para um controle efectivo da comercialização de produtos minerais, minimização do tráfico e contrabando, bem como para uma maior arrecadação de receitas para o Estado.
78. A legislação referida consagra alguns aspectos inovadores, tendo em vista a participação de nacionais nas actividades da indústria extractiva como titulares ou provedores de bens e serviços.
79. Com efeito, as actividades de pequena escala e artesanais são reservadas apenas a nacionais, ao abrigo do certificado mineiro ou senha mineira.
80. Outras inovações incluem: A introdução de dois tipos de títulos, designadamente, a Licença de Tratamento e a Licença de Processamento, como forma de estimular a adição de valor aos produtos minerais, promovendo-se o mercado interno e o incremento dos ganhos do País;

81. O estabelecimento do princípio de alocação de uma percentagem das receitas geradas pela indústria extractiva, através do Orçamento do Estado para as comunidades, nas áreas onde os empreendimentos se localizam, evidenciando a preocupação do Governo de equilibrar os interesses nacionais e locais.
82. A obrigatoriedade de registo das empresas mineiras e petrolíferas na Bolsa de Valores de Moçambique, irá permitir aos moçambicanos investir na indústria extractiva de recursos minerais através do mercado bolsista.
83. A introdução da justa indemnização, a ser custeada pelos concessionários dos direitos de exploração mineira, às pessoas ou comunidades, no caso em que o desenvolvimento das actividades de exploração implique o seu reassentamento.
84. Estabelecimento de margem de preferência para os bens e serviços nacionais no processo de contratação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Desenvolvimento Humano

85. No domínio de desenvolvimento humano e protecção social, reforçamos os programas de segurança social básica, em prol dos grupos mais carenciados da população, com vista a melhorar a sua qualidade de vida, tendo beneficiado 428 mil pessoas.

Saúde

86. No âmbito da saúde, o Governo continuou com a expansão dos cuidados de saúde primários, através da construção de novas unidades sanitárias, particularmente nas zonas rurais, estando em fase conclusiva 18 Centros de Saúde Tipo 2, com maternidade e atendimento externo e iniciaram as obras de construção de mais 19 Centros de Saúde do tipo 2 ao longo do País.
87. A provisão dos serviços de saúde é um investimento fundamental para a melhoria da qualidade de vida do nosso Povo. Neste âmbito, melhoramos: A expansão dos cuidados de saúde primários.

88. A prevenção e controle de doenças endémicas como malária, HIV–SIDA e tuberculose. O tratamento anti-retroviral em adultos, providenciado em 59% das unidades sanitárias, beneficiou mais de 600 mil pacientes e o tratamento anti-retroviral pediátrico aumentou de 41 mil para setenta e duas mil crianças.
89. A cobertura vacinal às crianças aumentou de 82% para 87% e introduzimos novas vacinas nomeadamente, a Vacina contra o Rotavírus, segunda dose contra o Sarampo e a Vacina Inactiva contra a paralisia infantil. Estas acções irão permitir consolidar os ganhos que alcançamos com a redução da mortalidade infantil e em menores de 5 anos.
90. Neste ano, mais de quatro mil raparigas que completaram 10 anos, beneficiaram da vacina para a prevenção do cancro do côlo do útero à escala nacional. Ainda neste ano, mais de noventa e oito mil mulheres beneficiaram de rastreio de cancro do côlo do útero, sendo que 6.887 foram positivas e destas, cerca de 65% beneficiou de tratamento imediato.
91. Quanto às doenças endémicas, realizamos acções de prevenção da Malária, priorizando a educação das comunidades e as medidas de controle vectorial. Assim, está em curso em 9 Províncias o ciclo de Pulverização intra-domiciliária 2015 como forma de proteger mais Moçambicanos dos mosquitos que transmitem a malária e até ao presente momento foram pulverizadas 834.456 casas.
92. Igualmente, estamos a efectuar a distribuição de redes mosquiteiras tratadas com insecticidas, tendo distribuído mais de 3 milhões e duzentas mil redes através de campanhas de distribuição massiva nas comunidades.
93. O estado de Saúde da População tem estado a melhorar consideravelmente e é exemplo disto, o facto de Moçambique ter alcançado a meta 4 dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, relativo à redução da mortalidade em crianças menores de cinco anos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Educação

94. A melhoria da qualidade de ensino influencia o processo de desenvolvimento. É prosseguindo com este objectivo que matriculamos mais de um milhão e trezentas mil crianças na primeira classe. Contratamos mais de oito mil novos Professores em todo o País, distribuimos, gratuitamente, mais de treze milhões de livros para os alunos do Ensino Primário.
95. A educação, instrução e protecção da criança, pressupostos fundamentais para o seu desenvolvimento integral, são a nossa aposta na promoção de condições para a sua participação activa na família, escola, comunidade e em fórum de debate como é o caso do Parlamento Infantil.
96. Renovamos o nosso compromisso de promover acções que assegurem a igualdade entre os moçambicanos, independentemente da sua condição física, biológica, política, religiosa, económica, étnica ou social. Por isso, aprovamos um plano de acção, visando fortalecer os mecanismos de protecção e assistência às pessoas portadoras do albinismo, mobilizando toda a nossa capacidade institucional e a sociedade civil para que juntos possamos prevenir e combater o fenómeno de violência contra estes nossos concidadãos.
97. Formámos este ano 250 professores, nas Províncias de Nampula, Inhambane, Gaza e Cidade de Maputo em línguas de sinais e Sistema Braille para o atendimento a crianças com necessidades educativas especiais.
98. Construimos também 387 novas salas de aulas devidamente apetrechadas para o ensino primário. Numa campanha nacional de produção de carteiras foram alocadas 72 mil carteiras escolares duplas e entraram em funcionamento 22 novas escolas secundárias em todo País, bem como expandimos o acesso ao Ensino Secundário, matriculando 29 mil alunos no Subsistema de Ensino à Distância.
99. Na alfabetização e educação de adultos inscrevemos oitocentas e cinquenta mil pessoas das quais quinhentos e quarenta mil são mulheres assistidas por vinte mil alfabetizadores contratados.

100. No ensino profissionalizante, a nossa acção incidiu na melhoria das condições de aprendizagem com a construção, reabilitação e apetrechamento de 25 instituições do Ensino Técnico Profissional nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Manica, Gaza e Maputo, tendo permitido um aumento do efectivo de 35 mil para mais de sessenta e sete mil estudantes.
101. Na massificação das Tecnologias de Informação e Comunicação instalamos 93 salas multimédia, em igual número de estabelecimentos de ensino.
102. Pelo bom desempenho e dedicação, distinguimos 644 profissionais da educação, que em 2014 cumpriram os seus deveres com brio profissional.
103. Temos a consciência que os investimentos na área de Educação são de longo prazo, mas estamos cientes que é um investimento que vai assegurar a sustentabilidade da existência e competitividade do nosso País. Através da aposta na educação, estamos a montar a rampa para o sucesso dos próximos Quinquénios.
104. O Décimo Segundo Festival de Jogos Desportivos Escolares, em Pemba, que movimentou 1.800 estudantes de todo o País, foi um momento de exaltação da unidade nacional, de exibição de nosso potencial desportivo e do espírito da competitividade no seio da nossa juventude, igualmente, foi um momento de preparação de viveiros de novos talentos desportivos.

Distintos Deputados

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Emprego

105. Assumi como compromisso que o meu programa de governação deve ser centrado em políticas de promoção de emprego e iniciativas empreendedoras, criativas, dirigidas pelos jovens e para os jovens.
106. Por isso, neste primeiro ano da nossa governação, tínhamos como meta a criação de 296.713 empregos e até Setembro último 213 mil moçambicanos,

maioritariamente jovens já tinham um emprego e trabalhavam para a sua subsistência e das suas famílias, criando riqueza e assegurando o seu bem-estar.

107. Para quem viveu dificuldades extremas ontem e hoje consegue fazer renda própria, embora ainda baixa, este ganho faz diferença significativa.
108. Ainda na melhoria dos níveis de empregabilidade, 82.000 concidadãos já estão profissionalmente capacitados e credenciados para actuarem no mercado de trabalho, sendo maioritariamente jovens.
109. A realização da Primeira Conferência Nacional Sobre Estágios Pre-Profissionais, a primeira iniciativa do género, permitiu que 4.000 jovens beneficiassem do processo de integração pré-profissional.
110. Estes resultados encorajam-nos a prosseguir e a encontrar outros mecanismos alternativos que incentivem, valorizem e promovam a criação de oportunidades de trabalho, através do auto emprego e do empreendedorismo. Assim, abrimos espaço para inscrição na segurança social dos trabalhadores por conta própria, aprovando a respectiva taxa contributiva.
111. O nosso sonho de um Moçambique activo, produtivo e criador de riqueza levou-nos a lançar este ano, um amplo movimento de auscultação e recolha de sensibilidades para a Política Nacional de Emprego. Pretendemos que este programa seja de moçambicanos em prol do desenvolvimento de Moçambique.
112. Compreendendo que a Juventude é depositária da nossa força motriz e de ideias inovadoras, há cada vez maior presença de dirigentes jovens, a todos os níveis. A nomeação de novos Administradores jovens, de ambos os sexos, para que possam dar o seu contributo, trazendo novas ideias e novas soluções para os locais onde residem os problemas reais. O Distrito, é a demonstração do nosso compromisso para com a juventude.

Caros Compatriotas

Cultura e Turismo

113. O nosso País é dotado de um rico património cultural, que constitui um activo fundamental para o fortalecimento da unidade nacional e da geração de riqueza e do bem-estar social. Neste contexto, promovemos a realização de feiras e de manifestações artístico-culturais nacionais e internacionais.
114. Concluimos ainda, a realização da 3.ª Edição do Descubra Moçambique, uma iniciativa que visa expôr as nossas potencialidades, atrair mais investimentos e aumentar o fluxo de turistas.
115. Foram distribuídos 20.600 livros ao Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, ao Ministério dos Combatentes e à Sociedade Civil, para a divulgação da história de Moçambique e das obras de escritores nacionais.
116. Como forma de valorização da nossa história, foram apetrechados Monumentos Históricos e Centros de Interpretação nomeadamente: o local Histórico de Matchedje na Província de Niassa, o Monumento e Centro de Interpretação Samora Machel na Província de Tete e o Monumento e Centro de Interpretação da Matola na Província de Maputo, recentemente inaugurado, em memória dos mártires do Apartheid.
117. No dia 3 de Dezembro, procedemos o lançamento da primeira pedra para a construção do Museu Samora Machel em Lobatse, na República do Botswana, uma iniciativa do Governo de Moçambique.
118. Com vista à promoção da cultura e do turismo foram realizados festivais em diferentes Províncias do nosso País nomeadamente: do Lago na Província do Niassa; do Wimbe em Cabo Delgado; do Tufo em Nampula; do Nyau na Província de Tete; da Cabeça do Velho em Manica; de Zalala na Província da Zambézia; de Ndzumba, do Tofo e M'shao na Província de Inhambane; de Turismo da praia de Xai Xai e de Chigubo na Província de Maputo.
119. No âmbito da promoção da indústria turística, entraram em funcionamento 23 novos estabelecimentos hoteleiros, com capacidade de 1.477 camas, representando um crescimento de 14.2%; igualmente, foram aprovados 89 novos projectos avaliados em cerca de 146 milhões de Dólares Americanos, susceptíveis de criar 1.107 novos postos de emprego.

120. O País registou no primeiro Semestre de 2015 a chegada de 842.947 visitantes internacionais e registou 85,5 Milhões de dólares americanos de receitas de Turismo internacional.
121. Para estimular ainda mais o desenvolvimento deste sector, aprovamos recentemente o segundo Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo para os próximos dez anos.

Segurança Alimentar

122. O aumento da produção e produtividade e a garantia da segurança alimentar constituem a nossa principal aposta. Neste âmbito, potenciamos os produtores com melhores práticas de produção, reforçando a extensão rural e a provisão de insumos agrícolas.
123. Em consequência, tornamo-nos hoje auto-suficientes nas culturas de milho e mandioca. A disponibilidade do milho é de cerca de 2.2 milhões de toneladas. Em relação à mandioca, a disponibilidade é de 8.1 milhões de toneladas.
124. Nas culturas de rendimento, nomeadamente a produção da castanha de caju, do algodão e com destaque para a cana-de-açúcar, da qual alcançamos 3.7 milhões de toneladas. Acresce a produção de 56.7 mil toneladas de carnes, 1.4 mil litros de leite, 8.5 mil dúzias de ovos. Ainda é pouco, mas estamos a trabalhar.
125. Concorreram para o incentivo da produtividade e produção a assistência de 591 mil produtores dos quais 292 mil são mulheres assistidos por 1360 extensionistas, abertura de mais de 5 mil campos de demonstração, disponibilização atempada de 994 toneladas de semente certificada, 4.464 quilogramas de semente de hortícolas, aquisição de 713 tractores e a existência de diversas linhas de crédito directo no valor total acima de 3 milhões e quinhentos mil meticais.
126. Continuamos a promover o uso de micro nutrientes para fortificação das farinhas de milho, mandioca e açúcar, com o objectivo de reduzir a desnutrição crónica no País.

127. Na elevação da produtividade privilegiamos as zonas com potencial agrícola com o estabelecimento de laboratórios de sementes e de análise de solos e plantas, parques de máquinas, e sistemas de Regadio.
128. Para a diversificação da dieta alimentar e melhoria da renda familiar, investimos também na produção pesqueira, criando condições para a pesca no mar, nas águas interiores e na aquacultura. Nesta perspectiva capacitamos 900 operadores em tecnologias de aquacultura e de processamento de pescado nos principais centros produtivos e prestamos assistência a pescadores de pequena escala.
129. Ao longo dos primeiros 9 meses de 2015 promovemos iniciativas de formação e capacitação que beneficiaram em todo o país, mais de mil e duzentas pessoas das quais cerca de 750 do sector produtivo e 450 profissionais diversos.
130. Na produção piscícola foram abertos 961 tanques, dos quais deverá resultar uma produção de cerca de mil e quinhentas toneladas.
131. Na pesca artesanal, procedemos à motorização de 48 barcos pertencentes a pescadores artesanais, através de concessão de créditos bonificados, o que contribuiu para a produção em 2015, de 560 toneladas de peixe, contra as 288 toneladas produzidas no ano anterior. Foram também financiados 119 projectos para actividade de pesca, comercialização de pescado e insumos de pesca.
132. Concluiu-se a construção do Centro de Pesquisa em Aquacultura de Mapapa, Distrito Chókwè na Província de Gaza. Com este empreendimento o governo ganhou capacidade para fazer estudos e ensaios que permitem produzir uma semente de peixe melhorada, de crescimento rápido, isto é, que atinge 400 a 500 gramas em 6 meses quando com semente indígena são requeridos entre 10 a 12 meses para atingir os mesmos 400 a 500 gramas.
133. Nas Províncias, é de destacar a produção de aquacultura em Inhambane, com uma produção anual de 400 toneladas nos distritos de Panda; na Zambézia com produção anual de 250 toneladas nos distritos de Milange e Nicoadala; em Niassa com produção anual de 240 toneladas nos distritos de Lichinga e Sanga.

134. Com vista a proporcionar infra-estruturas especializadas para a comercialização de produtos pesqueiros, o governo concluiu e colocará em funcionamento, a partir de amanhã, o mercado de peixe na cidade de Maputo, com equipamentos modernos para o manuseamento, processamento, conservação e comercialização do pescado em excelentes condições higiénicas e sanitárias, um complexo que contempla ainda um espaço de lazer.

Respeitados Deputados,

Ambiente de Negócios

135. No âmbito da melhoria do ambiente de negócios, estabelecemos parcerias público-privadas e incrementamos a actividade do sector privado no fornecimento de bens e serviços, em particular, das Pequenas e Médias Empresas, elementos-chave para o desenvolvimento da actividade do agro-negócio, agro-indústria e outras actividades económicas.
136. No âmbito do diálogo público-privado, reforçamos o estabelecimento da parceria entre o sector público e privado e rubricamos o Memorando de Entendimento entre o Governo e o Sector Privado.
137. A medida inédita de perdão de multa e juros de mora concedido às micro, pequenas e médias empresas é mais um sinal dado, na nossa abordagem didáctica e pedagógica, pois, pretendemos que os investimentos, o trabalho e as empresas operem dentro da legalidade laboral. Os que dia-a-dia lutam para elevar o nosso sector privado, saudaram a medida que consideram de incentivo ao sector privado nacional.
138. Como resultado, quinhentas micro, pequenas e médias empresas corrigiram as anomalias detectadas, tendo-lhes sido perdoada a respectiva multa. Aproximadamente 6.000 empresas devedoras da segurança social regularizaram a sua situação contributiva, possibilitando que cerca de 350.000 beneficiários directos e indirectos pudessem passar a usufruir dos direitos da segurança social, abrindo também espaço para que estas empresas retomassem o negócio com o Governo.

139. Queremos saudar efusivamente o nosso sector privado que aderiu em massa a esta oportunidade e hoje laboram, respeitando os ditames da lei.
140. Ainda no espírito de facilitação e incentivo ao sector privado moçambicano, foi recentemente revista a Pauta Aduaneira, com as seguintes vantagens: Na Agricultura; passa a ser aplicada a taxa zero ou taxa reduzida na importação de reprodutores de raça pura, sementes, adubos e certos equipamentos agrícolas; redução da taxa de Direitos Aduaneiros, de 5% para 2,5%, na importação de tractores agrícolas e florestais.
141. Na Saúde, isentamos Direitos Aduaneiros na importação, através do Serviço Nacional Saúde, de: Cadeiras de rodas, mesmo com motor ou outro mecanismo de propulsão; artigos e aparelhos ortopédicos ou para fracturas; Próteses articulares e outro material afim; Aparelhos para facilitar a audição dos surdos; estimuladores cardíacos entre outros equipamentos.

Ilustres Deputados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

142. Fez parte do nosso ano de trabalho, orientado e objectivo, a facilitação do ambiente de trabalho para o moçambicano que tudo faz para o seu bem-estar e dos concidadãos, através de incentivos concretos que mencionamos nesta informação anual.

Infra-estruturas e Transportes Públicos

143. As infra-estruturas económicas e sociais constituem factor determinante para aproximar os centros de produção aos centros de comercialização e de consumo, para impulsionar o aumento da produção e da produtividade. Estas infra-estruturas também desempenham um papel importante para os países da região nas suas transações comerciais.
144. Com vista a melhorar o sistema de transporte rodoviário público, adquirimos 93 autocarros como governo e, através de parcerias público-privada, mais 100 autocarros.

145. Adquirimos, igualmente, 70 novos veículos ferroviários entre os quais carruagens, furgões e geradores. Todos estes meios estão em circulação no País, para a mobilidade de pessoas e transporte de bens.
146. Prosseguimos com o nosso compromisso e reabilitamos a linha férrea Cuamba/Lichinga, numa extensão de 268 quilómetros, com previsão de entrada em operação no próximo ano.
147. Concluimos a construção das linhas de transporte ferroviário de: Infulene-Zimpeto, Zimpeto-Marracuene, Magoanine-Costa do Sol, Lionde-Mapai, Mapai-Combumune, Mavuzi-Chibabava e Nacala Porto-Nacala-a-Velha.
148. Para além da construção de raiz, da terminal de carvão de Nacala-a-Velha, com a capacidade de 40 Milhões de toneladas por ano, de carvão proveniente de Moatize, estão ainda em curso, os trabalhos de reabilitação do Porto de Nacala, que lhe vai conferir maior capacidade para o manuseamento de carga geral, contentores e combustíveis.
149. No âmbito da Implementação do Projecto Piloto de Migração Digital, foi lançado o primeiro emissor de televisão digital que marca o início da transmissão de televisão digital em Moçambique. Este é um dos primeiros emissores, de um total de 18 emissores que fazem parte da rede piloto de transmissão digital.
150. Para garantir o acesso e transitabilidade, foram efectuadas obras de reabilitação, pavimentação e manutenção de rotina em estradas nacionais, secundárias, rurais e urbanas numa extensão total de mais de 21.200 km e realizados trabalhos de reparação e manutenção de 46 pontes, em todo País.
151. No que se refere à estradas, continuamos em 2015 com a pavimentação das seguintes estradas: Lichinga-Litunde, em curso na Província de Niassa; Chimoio-Espungabera na Província de Manica, concluído; Nampula-Ribáuè e Ribáuè-Malema na Província de Nampula, concluídas; Beira-Machipanda nas Províncias de Sofala e Manica, em curso e a Estrada Circular de Maputo.
152. Prosseguimos com a construção das seguintes pontes: Pontes Maputo- Ka-Tembe e da Macaneta, sobre o Rio Incomati na Cidade e Província de Maputo, em

curso; ponte sobre o Rio Locô na Província de Cabo Delgado, em curso; ponte sobre o Rio Luia na Província de Tete, em curso; ponte sobre o Rio Lugenda na Província de Niassa, em curso; e ponte sobre o Rio Muíra na Província de Manica, em conclusão.

153. Concluimos definitivamente os sistemas de abastecimento de água de Manjacaze em Gaza, Nhamayabuê em Tete, Mocimboa da Praia em Cabo-Delgado, Riane e Lúrio em Nampula e brevemente entregaremos os sistemas de abastecimento de água de Cuamba em Niassa, subsistema de Mangapane e Mabile em Inhambane, todos já prontos.
154. As nossas acções centraram-se também na construção de sistemas de saneamento e drenagem, e nas campanhas de sensibilização e educação sobre boas práticas de higiene, as quais beneficiaram aproximadamente 370 mil pessoas.
155. Cumprimos o nosso plano inicial de realizar obras de saneamento no Município da Beira, concretamente na bacia do rio Chiveve, o que nos permite iniciar em Janeiro de 2016, nos canais principais que drenarão as águas pluviais para várias zonas, sendo de destacar Munhava, Ponta Gêa, Palmeiras, Esturro e bacia de retenção na Maraza.
156. Com o objectivo de melhorar a qualidade da energia da rede nacional, registamos progressos nas obras de renovação das centrais hídricas de Chicamba e Mavuzi em Manica, a serem concluídas em 2016.
157. Os trabalhos de reposição definitiva das infra-estruturas de transporte de energia, destruídas pelas cheias na bacia do rio Licungo, na Zambézia, foram concluídos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Protecção do Ambiente

158. A preservação da terra, como uma das maiores conquistas do nosso povo, levou-

nos a priorizar o acesso e a posse segura desta, através da atribuição de Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra à população que efectivamente a trabalha e produz ao longo do País, tendo sido entregues 249.749 títulos.

159. O projecto Terra Segura, garantiu a segurança de posse de terra, através do registo de mais de 240 mil DUATs a nível dos cadastros de terras, estando em curso o registo de mais 160 mil DUATs. Este passo confere o maior domínio do Estado na gestão da terra, na organização e no uso da terra de forma sustentável e produtiva.
160. Lançamos a construção de um aterro sanitário para a cidade de Maputo e Matola e estão igualmente em curso a conclusão de projectos similares para cidade de Inhambane, Beira, Nampula, Quelimane, e Pemba.
161. Para promoção do uso sustentável de terra, floresta e fauna, foi criada a Força de Protecção dos Recursos Naturais e Meio Ambiente em todo território nacional o que concorre para a redução dos efeitos negativos da caça furtiva e devastação dos nossos recursos florestais e faunísticos.

Ilustres Deputados,

Cooperação Internacional e Diplomacia Económica

162. No âmbito do reforço da nossa política externa e cooperação, efectuamos visitas de Estado e de Trabalho a países amigos as quais resultaram no reafirmar dos nossos laços de amizade, solidariedade e cooperação. Neste domínio, passamos em revista assuntos de interesse comum e de contexto regional e internacional.
163. Durante o corrente ano efectuámos visitas de Estado à Tanzânia, Portugal, Índia, África do Sul e Angola. Igualmente realizamos visitas de Trabalho à França e Zimbabwe.
164. Nestas visitas, agradecemos a participação dos Deputados das Bancadas da FRELIMO e do MDM, que mostraram alto sentido de Estado e de patriotismo. Durante as visitas, vincamos a nossa visão de aprimorar a criação de mais

amigos, de promoção da diplomacia económica. Defendemos o princípio de ganhos mútuos e o empoderamento do empresariado moçambicano.

165. Nesta maratona de Diplomacia económica, fomos igualmente acompanhados e aconselhados pelo empresariado nacional.
166. Recebemos no nosso País, Suas Excelências os Presidentes da República da África do Sul e da República Unida da Tanzânia, em visitas de Estado.
167. No âmbito da celebração dos 40 anos da Independência Nacional, como forma de render homenagem ao sacrifício dos moçambicanos, juntaram-se à nossa festa Suas Excelências os Presidentes da República do Zimbábwe, do Malawi, da Namíbia, Sua Excelência o Vice-Presidente de Angola e o Primeiro-Ministro do Reino da Suazilândia.
168. Registamos, igualmente, as visitas de diferentes individualidades, em representação dos seus governos e outras instituições.
169. Nas nossas visitas ao exterior, tivemos o privilégio de interagir com os nossos compatriotas e encorajamo-los a contribuírem para o desenvolvimento de Moçambique. Dos compatriotas na diáspora, recebemos contribuições valiosas com vista ao desenvolvimento inclusivo do nosso País. Foi a forma viva da nossa governação participativa.
170. Tendo em conta as preocupações que os nossos concidadãos, trabalhadores das minas na África do Sul, vinham apresentando sobre a necessidade de pagamento deferido dos seus salários, via banco e na moeda original (rand), por forma a, por um lado não sofrer oscilações cambiais e, por outro obterem mais segurança dos seus rendimentos, tomamos a decisão histórica de pagar tais salários em rand e via banco, bancarizando assim o mineiro.
171. Esta medida de bancarização contribuirá para que os nossos compatriotas possam fazer poupanças em Moçambique e obter facilidades bancárias adicionais, incluindo crédito para projectos de sua iniciativa, tal como acontece com qualquer outro cidadão moçambicano.

172. Com satisfação, registamos a entrada em funcionamento do serviço radiofónico interactivo nas nossas comunidades na África do Sul, no Malawi e na Tanzânia, permitindo que acompanhem por este meio o dia-a-dia da sua Nação.
173. No âmbito da SADC, participamos em Cimeiras dos Chefes de Estado e de Governo em Harare e Gaborone. Actualmente Moçambique preside a Troika do Órgão para Cooperação nas áreas da Política, Defesa e Segurança da SADC.
174. Participamos na vigésima quarta Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em Adis Abeba e na vigésima quinta Cimeira da União Africana, em Joanesburgo. Participamos ainda, na vigésima segunda e vigésima terceira Cimeira do Mecanismo Africano de Revisão de Pares em Adis Abeba e Joanesburgo.
175. Sob a égide da União Africana, participamos no exercício AMANI AFRICA II e presidimos o Conselho de Paz e Segurança da União Africana.
176. Participamos, igualmente, na Terceira Cimeira dos Chefes de Estado e do Governo da tripartida, mercado comum da África Oriental e Austral, Comunidade da África Oriental, e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, no Egipto; na Septuagésima Assembleia Geral das Nações Unidas; na Cimeira de Chefes de Governo da Commonwealth, em Malta; na Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas- COP21 em Paris e na Cimeira do Fórum de Cooperação China-África em Johannesburgo.
177. No quadro das actividades do Programa Nacional de Desminagem, o nosso País foi declarado "Livre de Minas", por ter atingido com sucesso o objectivo de desminar todas as áreas conhecidas em território nacional. Assim, Moçambique tornou-se um dos cinco países do mundo que conseguiram concluir com sucesso um programa de desminagem.

Moçambicanas, Moçambicanos,

178. Iniciamos a nossa Informação sobre a situação Geral da Nação dizendo que ainda não estamos satisfeitos com os nossos resultados, porque sabemos que, como Nação, podemos alcançar muito mais.

179. Chegou o momento de escolhermos onde queremos estar nos próximos anos. Chegou o momento de escolhermos que País queremos deixar como herança para os nossos filhos e netos. Muito desse legado nasce das decisões políticas e económicas que fizemos hoje.
180. Se queremos um futuro diferente, devemos saber questionar o presente que vivemos. Há perguntas que precisamos de fazer. Essas perguntas têm a ver, primeiro, com a construção da Paz e da Unidade. E são perguntas como esta: será que vamos continuar a arrastar ameaças ou desentendimentos internos que colocam moçambicanos contra moçambicanos?
181. Vamos manter conturbações que arruinam o presente e comprometem o nosso futuro comum? Ou será que existem dois futuros diferentes para os moçambicanos que, por qualquer razão, têm pontos de vistas diferentes?
182. Será que é tão difícil optar pelo bom senso e unirmo-nos no propósito comum de construirmos uma nação que seja a casa de todos moçambicanos?

Moçambicanas e Moçambicanos,

183. O quadro que acabamos de apresentar encoraja-nos a prosseguir, de forma mais resoluto, com a nossa missão de construir um Moçambique melhor, mais coeso, estável e desenvolvido.
184. É nossa convicção que, unidos à volta de um único propósito, com uma agenda comummente aceite e abraçada por todos nós, moçambicanos, somos capazes de ultrapassar barreiras aparentemente intransponíveis para consolidar a Paz, a Democracia e o Desenvolvimento.
185. A inclusão que defendemos e promovemos não encontra aplicação apenas no relacionamento entre partidos políticos diferentes. Inclusão significa, repensarmos contínua e permanentemente em tudo aquilo que nos une como indivíduos, grupos e como uma Nação una e indivisível.

186. A responsabilidade de pensar e transformar Moçambique é de todos e de cada um de nós, sem excepção. Por isso, somos por um ciclo de governação em que a Inclusão é uma bandeira.
187. A forma final de inclusão é a justiça social e o bem-estar para todos.
188. Neste momento, os cristãos celebram o advento, preparando-se para receber Jesus "o Deus Connosco" e se abrem para o Jubileu da misericórdia. Assim como nos referimos quando nos reunimos com a comunidade muçulmana, há dois meses, abramos o nosso coração para juntos enfrentarmos os desafios que se colocam para 2016, com espírito de concórdia e tolerância.
189. Juntos superaremos os níveis de crescimento económico e social atingidos, aumentando a produção e produtividade, mantendo a nossa linha de diálogo inclusivo como factor de Paz e Estabilidade.
190. O crescimento que ainda não nos satisfaz, deverá reflectir-se largamente na redução máxima da factura da vida de cada um dos moçambicanos. O nosso grau de insatisfação deve ser transformado em desafio de todos.
191. No início desta intervenção dissemos que temos orgulho do empenho e do esforço que realizámos. Esse orgulho tem o seu sentido: estamos a servir Moçambique e os moçambicanos.
192. Por tudo o que fomos capazes de fazer, temos que congratular os governantes da Nação, a todos os níveis. Mas nós não trabalhamos sozinhos. É justo congratular muitos outros. Congratulamos todo o cidadão anónimo que, dia após dia, trabalha, cria, estuda e inventa.
193. Temos que congratular os outros partidos políticos, as associações religiosas e cívicas, as demais instituições da sociedade civil e os parceiros de cooperação. Queremos sobretudo saudar o que esses partidos e estas instituições fizeram para a consolidação da Paz, da unidade nacional e da estabilidade.
194. Desde o início temos insistido que a governação inclusiva não se faz apenas com intenções ou com grandes proclamações. Faz-se nos pequenos detalhes.

Todos os grandes e pequenos feitos que foram enunciados neste longo relatório são feitos de todos os moçambicanos, de todos os partidos políticos, de toda a sociedade moçambicana. É a inclusão.

195. Grandes desafios nos esperam pela frente. Todos sabemos que não resolveremos os nossos problemas culpando os outros. A atitude de culpar os outros não nos ajuda naquilo que é essencial: que é mantermo-nos unidos e focados nas grandes prioridades de construção da nossa Nação.
196. A terminar, queremos afirmar que foi um ano de arranque, um ano de trabalho. Ao Povo moçambicano, pedimos que continue a dar o melhor de si para que Moçambique continue no trilho do desenvolvimento, não obstante as circunstâncias adversas que enfrentamos, continue a dar-nos o apoio que carinhosamente temos recebido.
197. Estamos prontos para dar a nossa modesta contribuição ao País. Não pedimos muito, porque ainda não estamos satisfeitos com o Estado da Nação, pedimos harmonia, sinceridade, coesão e mais confiança entre os moçambicanos e não perturbações porque queremos trabalhar. Os moçambicanos devem acreditar nas suas próprias capacidades.

Senhora Presidente da Assembleia da República,

Respeitados Deputados,

Moçambicanas e moçambicanos,

Compatriotas,

198. Na continuidade da tolerância, espírito de perdão e como forma de celebrar o valor da vida, permitam-me que anuncie mais uma decisão que tomei por ocasião da minha Informação anual Sobre o Estado Geral da Nação, suportado pela nossa Lei-Mãe que atribui ao Presidente da República, o poder extraordinário de extinguir, em parte ou na totalidade, as penas aplicadas judicialmente, exercendo administrativamente as atribuições de mais Alto Magistrado da Nação.

199. Neste contexto e estando em plena época natalícia, decidimos olhar para uma camada da nossa população muitas vezes esquecida, pela sua condição de privação da liberdade.
200. Dessa avaliação verificamos a existência nos nossos estabelecimentos penitenciários de vários concidadãos que padecem de doenças graves e terminais, idosos e jovens que apesar de terem cometido crimes, cumpriram metade, ou quase metade da pena imposta, se mostram reabilitados e estão prontos para regressar ao convívio social.
201. Assim, movido pelo espírito de clemência, humanismo e compaixão e pela profunda convicção dos resultados do trabalho das nossas instituições na regeneração, reabilitação e ressocialização do homem em privação de liberdade, tomei a decisão de lançar mão às competências constitucionalmente consagradas na alínea i), do artigo nº159, da Constituição da República de Moçambique, para declarar o perdão público e por via disso, extinguir a parte das penas remanescentes.
202. Assim, tomamos a prerrogativa de indultar penas de prisão de mil cidadãos nacionais e estrangeiros condenados à penas de prisão efectiva, quer estes se encontrem em execução em Estabelecimentos Penitenciários nacionais, quer em situação de liberdade condicional, para que passem o Dia da Família junto das respectivas famílias, em plena harmonia, liberdade e em paz, na expectativa de que não mais retornem àquela situação

Para que o Dia da Família seja um verdadeiro momento de reunificação familiar, esta medida produzirá os seus efeitos a partir do próximo dia 24 de Dezembro.

203. A todos vós, distintos Deputados, às vossas excelentíssimas famílias e a todo o Povo Moçambicano endereçamos votos de Festas felizes e um Próspero Ano Novo.

Muito Obrigado, pela Atenção Dispensada!

